



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPPG
Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL
Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGGEO



Francisco Jean da Silva Araújo

**SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA URBANA EM TERESINA (PI):
DISCUTINDO A REGIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE**

Teresina (PI)
2018

FRANCISCO JEAN DA SILVA ARAÚJO

**SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA URBANA EM TERESINA (PI):
DISCUTINDO A REGIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço e Educação Geográfica. Linha de Pesquisa: Estudos regionais e Geoambientais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha

Teresina (PI)
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

A663s Araújo, Francisco Jean da Silva.
Segurança pública e violência urbana em Teresina (PI):
discutindo a regionalização da Polícia Militar na cidade / Francisco
Jean da Silva Araújo. – 2018.
196 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Piauí, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha.

1. Violência Urbana. 2. Segurança Pública. 3. Regionalização.
4. Teresina. I. Título.

CDD 364.4

FRANCISCO JEAN DA SILVA ARAÚJO

**SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA URBANA EM TERESINA (PI):
DISCUTINDO A REGIONALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em: ____ / ____ / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha
Orientador (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo
Membro Interno (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Arnaldo Eugênio Neto da Silva
Membro Externo (Instituto Camilo Filho - ICF)

Ao Senhor Deus, que sempre nos
acompanha em todos os momentos de
nossa vida.

Aos amados, Laudenides, Maria
Luiza e João Lucas.

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos não constituem mera formalidade, mas sim o momento de expressá-los a pessoas especiais, que contribuíram de alguma forma para a concretização do presente estudo. Sem o apoio destas não teria sido possível; a elas, minha eterna gratidão.

A Deus, por me conceder a oportunidade de concretizar mais uma conquista.

A meu orientador, Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha, pelo apoio e confiança em mim depositados, durante a realização deste trabalho.

À Universidade Federal do Piauí, pela oportunidade de realizar este aperfeiçoamento.

Aos meus pais, Dona Antônia e Pai Zeba (*in memoriam*), por me terem ensinado o valor da educação, e porque não medirem esforços para que eu chegasse até aqui.

À minha esposa Laudenides, pelo companheirismo e apoio, incondicional, em todos os momentos.

A meus dois tesouros, Maria Luiza e João Lucas, razão de meus esforços, que alegram todos os meus dias, e me dão força para alcançar meus objetivos.

A todos os meus irmãos, em especial, à Maria da Conceição, por acreditar no meu potencial e não medir esforços para eu conseguir chegar a este momento.

Ao delegado João Marcelo, pela valiosa contribuição na disponibilização de dados estatísticos sobre criminalidade em Teresina.

Ao Prof. Dr. Carlos Sait, por suas sábias observações e orientações durante o início dessa pesquisa.

Aos professores Dr. Arnaldo Eugênio e Dr. Raimundo Lenilde, pela valiosa orientação em várias etapas dessa pesquisa, sobretudo, durante o Exame de Qualificação.

À minha amiga Inessa, pela paciência e inestimável colaboração na construção dos mapas deste trabalho.

Aos policiais Thiago Barbosa e Francisco Gomes, pela preciosa colaboração em várias etapas deste estudo, sobretudo, durante a pesquisa de campo.

A meus amigos, Barrinha, Albert, Gerson, Simone, Rosana, Léya, Sara Raquel, Josivane e Werton, pela amizade construída no âmbito acadêmico, e que perpassaram os muros da Academia.

Aos professores do Curso de Mestrado, pela valiosa contribuição e ensinamentos durante essa caminhada.

A todos os entrevistados que, prontamente, se dispuseram a colaborar com esta pesquisa.

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro (Milton Santos).

RESUMO

O aumento da violência criminal no espaço urbano tem sido notório nas últimas décadas. As pesquisas sobre violência urbana nas cidades brasileiras têm mostrado, nos últimos anos, um crescimento desordenado. Esse complexo fenômeno, em suas várias formas de manifestação, transformou-se em um dos principais problemas sociais que as cidades enfrentam hoje. A realidade vivenciada na cidade de Teresina não é diferente, os dados sobre criminalidade urbana, divulgados constantemente, pelos órgãos de segurança pública e pela imprensa de modo geral, vêm mostrando um aumento significativo da violência urbana em Teresina. Paralelo a essa realidade, o Estado, através de seus Órgãos de Segurança Pública, não tem se mostrado eficiente no controle desse fenômeno. A partir desse campo temático, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a regionalização da Polícia Militar e a espacialização dos crimes de homicídio no espaço urbano da cidade de Teresina. Os objetivos específicos visam: a) Refletir sobre a produção do espaço urbano, relacionado com o processo de urbanização e com o fenômeno da violência urbana, no Brasil, Piauí e Teresina; b) Discutir sobre a organização regional de Teresina, relacionada com a regionalização da Segurança Pública do Estado; c) Descrever a regionalização da Polícia Militar do Piauí no espaço urbano de Teresina, destacando a estrutura operacional dos batalhões no interior de cada região; d) Verificar a espacialização dos crimes de homicídio no âmbito das regiões de atuação de cada batalhão. A pesquisa orienta-se a partir de uma abordagem dialética e versa sobre os recortes espaciais da cidade realizados pela Polícia Militar. Os procedimentos de investigação foram baseados na pesquisa bibliográfica, realizada por meio de consultas em livros, artigos científicos e fontes pesquisadas em *websites*, referentes a estudos sobre organização espacial, urbanização, violência urbana e regionalização, além de pesquisa de campo. Para tanto, houve, no primeiro momento, uma discussão sobre cidade, urbanização e violência urbana, em diferentes escalas, construída, tomando como base teórica, os trabalhos de Carlos (1991; 2004; 2005), Corrêa (1991), Spósito (2005) Souza (2005), Santos (2004; 2008), Scarlato (2005), Façanha (1998; 2004), Adorno (2002), Zaluar (1999), Beato Filho (2012), entre outros. No segundo momento, foi realizado um debate sobre região e regionalização, destacando as regionalizações da cidade de Teresina, efetivadas pela Gestão Municipal e pela Polícia Militar. Esse debate foi construído tomando como referência os trabalhos de Costa (2014), Lencioni (2014), Magnago (1995), Ribeiro (2004), Souza (2013), Corrêa (1991), Gomes (2001), Façanha (2003), Braz e Silva (2001). Por fim, discutiu-se a dinâmica dos homicídios, a estrutura operacional dos batalhões no âmbito de cada recorte espacial. Deste modo, Lima (2009), Beato Filho (2000), Sousa (2008), Barbosa (2015) e Façanha (2003) constituíram a base teórica dessa discussão. Como resultado, constatou-se que a regionalização da Polícia Militar, em nível de Estado, está fundamentada no modelo regional “Territórios do Desenvolvimento”, criado pelo Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), no ano de 2007. Quanto ao perímetro urbano, o estudo apoia-se nos recortes espaciais da cidade, realizados pela Prefeitura de Teresina, em 1992, apresentando pequenas mudanças. Quando se investigou a estrutura operacional dos batalhões e a dinâmica dos homicídios no âmbito de cada região, verificou-se que variáveis como extensão territorial, população absoluta e números de homicídios não constituem parâmetros determinantes para a distribuição do efetivo policial na cidade, o que reflete a ausência de critérios importantes no planejamento e execução das ações e políticas de segurança pública, realizadas pela Polícia. Além disso, a “geografia das mortes” violentas na cidade mostrou-se muito dinâmica, revelando que o crime se manifesta de forma desigual pelos bairros de Teresina.

Palavras-chaves: Violência Urbana. Segurança Pública. Regionalização. Teresina.

ABSTRACT

The criminal violence increase in the urban space has been notable in recent decades. Researches on urban violence in Brazilian cities has shown, in recent years, a disorderly growth. This complex phenomenon, in its various forms of manifestation, has become one of the major social problems faced by the cities currently. The reality lived in the city of Teresina is not different, the data on urban crime, constantly published by public security bodies and by the press in general, have shown a significant increase in the urban violence of Teresina. Parallel to this reality, the State, through its Public Security Bodies, has not been effective in controlling this phenomenon. Based on this thematic field, this research has as general objective to analyze the regionalization of the Military Police and the spatialization of homicide crimes in the urban space of the city of Teresina. The specific objectives are: a) To Reflect on the production of urban space, related to the urbanization process and the phenomenon of urban violence, in Brazil, Piauí and Teresina; b) To discuss the regional organization of Teresina, related to the regionalization of the State Public Security; c) To describe the regionalization of the Military Police of Piauí in the urban space of Teresina, highlighting the operational structure of the battalions within each region; d) To verify the spatialization of homicide crimes in the acting region scope of each battalion. The research is guided by a dialectical approach and also focus on the city's space division made by the Military Police. The research procedures were based on bibliographical research, made through consultations in books, scientific articles and sources researched on websites, referring to studies on spatial organization, urbanization, urban violence and regionalization, as well as field research. Therefore, there was, at the first, a discussion about city, urbanization and urban violence, at different scales, constructed, having as theoretical basis, the works of Carlos (1991; 2004; 2005), Corrêa (1991), Spósito (2005) Souza (2005), Santos (2004; 2008), Scarlato (2005), Façanha (1998; 2004), Adorno (2002), Zaluar (1999), Beato Filho (2012), among others. In the second moment, a debate was held on region and regionalization, highlighting the regionalization of the city of Teresina, carried out by the Municipal Management and by the Military Police. This debate was constructed based on the works of Costa (2014), Lencioni (2014), Magnago (1995), Ribeiro (2004), Souza (2013), Corrêa (1991), Gomes (2003), Braz e Silva (2001). Finally, it was discussed the dynamics of homicides, the operational structure of battalions within each space division. Thus, Lima (2009), Beato Filho (2000), Sousa (2008), Barbosa (2015) and Façanha (2003) constituted the theoretical basis of this discussion. As a result, it was found that the regionalization of the Military Police, at state level, is based on the regional model "Territories of Development", created by the State Government of Piauí, through the Secretariat of Planning (SEPLAN), in 2007. In terms of urban perimeter, the study is based on the city's spatial division, carried out by Teresina city hall in 1992, with small changes. When the operational structure of the battalions and the dynamics of homicides within each region were investigated, it was verified that variables such as territorial extension, absolute population and homicide numbers are not determinant parameters for the distribution of the police force in the city, which reflects the absence of important criteria in the planning and execution of the actions and public security policies, carried out by the Police. In addition, the "geography of violent deaths" in the city proved to be very dynamic, revealing that the crime manifests itself unequally in the neighborhoods of Teresina.

Keywords: Urban Violence. Public Security. Regionalization. Teresina.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Localização da área de estudo.....	21
Figura 2	– Organograma do percurso metodológico.....	23
Figura 3	– Primeira planta da cidade de Teresina.....	45
Figura 4	– Matéria sobre criminalidade em Teresina.....	65
Figura 5	– Homicídios no Piauí (2000-2010).....	69
Figura 6	– Matérias sobre criminalidade em Teresina.....	75
Figura 7	– Primeiro modelo regional da cidade de Teresina (1870).....	101
Figura 8	– Segundo modelo regional da cidade de Teresina (1870).....	102
Figura 9	– Terceiro modelo regional da cidade de Teresina (1870).....	103
Figura 10	– Regionalização de Teresina (1992).....	105
Figura 11	– Regionalização das (SDU's).....	106
Figura 12	– Síntese da regionalização em Teresina.....	109
Figura 13	– Regionalização do Piauí em Territórios de Desenvolvimento.....	120
Figura 14	– Regionalização da Polícia Militar no Estado do Piauí.....	122
Figura 15	– Regionalização da Polícia Militar na cidade de Teresina.....	123
Figura 16	– Linha do tempo da expansão estrutural da PMPI na cidade.....	127
Figura 17	– Região do 1º Batalhão da Polícia Militar.....	133
Figura 18	– Região do 5º Batalhão da Polícia Militar.....	141
Figura 19	– Região do 6º Batalhão da Polícia Militar.....	148
Figura 20	– Região do 8º Batalhão da Polícia Militar.....	154
Figura 21	– Região do 9º Batalhão da Polícia Militar.....	162
Figura 22	– Região da 2ª Companhia Independente do Promorar.....	169
Figura 23	– Região do 13º Batalhão da Polícia Militar.....	177

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– Companhia da Polícia Militar do Bairro Monte Castelo.....	130
Foto 2	– 1º Batalhão da Polícia Militar.....	133
Foto 3	– 4ª Companhia Tática do Bairro São Pedro.....	133
Foto 4	– 3ª Companhia do Bairro Porenquanto.....	133
Foto 5	– 2ª Companhia do Bairro Monte Castelo.....	133
Foto 6	– Sede do 5º Batalhão da Polícia Militar.....	134
Foto 7	– Viatura realizando policiamento preventivo na Av. Nossa Senhora de	

	Fátima.....	137
Foto 8	– 5º Batalhão da Polícia Militar.....	141
Foto 9	– 2ª Companhia desativada no Bairro Satélite.....	141
Foto 10	– Posto de policiamento ostensivo desativado do Bairro Planalto Uruguaí....	141
Foto 11	– 2ª Companhia desativada no Bairro Satélite.....	141
Foto 12	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro Parque Piauí.....	144
Foto 13	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro Tabuleta.....	148
Foto 14	– 6º Batalhão da Polícia Militar.....	148
Foto 15	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro Parque Piauí.....	148
Foto 16	– Posto de Policiamento ostensivo da CEAPI.....	148
Foto 17	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro Bela Vista.....	148
Foto 18	– 2ª Companhia do Bairro Bela Vista.....	148
Foto 19	– Posto de policiamento ostensivo desativado no Bairro Dirceu II.....	151
Foto 20	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro São João.....	154
Foto 21	– Posto de Policiamento ostensivo desativado no Bairro Tancredo Neves.....	154
Foto 22	– 8º Batalhão da Polícia Militar.....	154
Foto 23	– Academia Popular no espaço onde funcionava o PPO do Bairro Renascença I.....	154
Foto 24	– Companhia desativada no Bairro Novo Horizonte.....	154
Foto 25	– Posto de policiamento ostensivo desativado no Bairro Dirceu II.....	154
Foto 26	– Posto de policiamento ostensivo desativado no Bairro Acarape.....	158
Foto 27	– Companhia do 9º Batalhão desativada no Bairro Poty Velho.....	162
Foto 28	– 9º Batalhão da Polícia Militar.....	162
Foto 29	– Posto de policiamento ostensivo desativado no Bairro Acarape.....	162
Foto 30	– Companhia do 9º Batalhão no Bairro Mocambinho.....	162
Foto 31	– Companhia do 9º Batalhão desativada no Bairro Buenos Aires.....	162
Foto 32	– Posto de policiamento ostensivo desativado no Bairro Água Mineral.....	162
Foto 33	– Imóvel onde funcionará a sede do 17º Batalhão da Polícia Militar.....	164
Foto 34	– Companhia Independente do Promorar.....	169
Foto 35	– Posto de policiamento ostensivo do Bairro Esplanada.....	169
Foto 36	– Imóvel onde funcionará a sede do 17º Batalhão da Polícia Militar.....	169
Foto 37	– Sede do 13º Batalhão da Polícia Militar.....	172
Foto 38	– Companhia do 13º Batalhão desativada no Bairro Santa Maria da Codipi..	177
Foto 39	– Companhia do 13º Batalhão desativada no Bairro Santa Maria da Codipi..	177
Foto 40	– 13º Batalhão da Polícia Militar.....	177

Foto 41	– 13º Batalhão da Polícia Militar.....	177
---------	--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução da população residente e a participação percentual da população de Teresina em relação ao Estado do Piauí (1970-2014)....	41
Gráfico 2	– Homicídios violentos no Brasil (2010-2016).....	62
Gráfico 3	– Homicídios no Brasil por regiões (2004-2014).....	62
Gráfico 4	– Número de homicídios no Piauí (2000-2010).....	67
Gráfico 5	– Número de homicídios em Teresina (2012-2013).....	70
Gráfico 6	– Número de homicídios por instrumentos utilizados (2012-2013).....	72
Gráfico 7	– Distribuição dos homicídios por regiões de Teresina (2012-2013).....	73
Gráfico 8	– Distribuição dos homicídios na região do 1º BPM (2014-2016).....	131
Gráfico 9	– Distribuição dos homicídios por bairros da região do 1º BPM (2014-2016).....	132
Gráfico 10	– Distribuição dos homicídios na região do 5º BPM (2014-2016).....	138
Gráfico 11	– Distribuição dos homicídios por bairros na região do 5º BPM (2014-2016).....	139
Gráfico 12	– Distribuição dos homicídios na região do 6º BPM (2014-2016).....	145
Gráfico 13	– Distribuição dos homicídios por bairros da região do 6º BPM (2014-2016).....	146
Gráfico 14	– Distribuição dos homicídios na região do 8º BPM (2014-2016).....	152
Gráfico 15	– Distribuição dos homicídios por bairros da região do 8º BPM (2014-2016).....	153
Gráfico 16	– Distribuição dos homicídios na região do 9º BPM (2014-2016).....	159
Gráfico 17	– Distribuição dos homicídios por bairros da região do 9º BPM (2014-2016).....	160
Gráfico 18	– Distribuição dos homicídios na região da 2ª CIPM (2014-2016).....	167
Gráfico 19	– Distribuição dos homicídios por bairros da região da 2ª CIPM do Promorar (2014-2016).....	168
Gráfico 20	– Distribuição dos homicídios na região do 13º BPM (2014-2016).....	173
Gráfico 21	– Distribuição dos homicídios por bairros da região do 13º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016).....	174
Gráfico 22	– Distribuição dos homicídios por regiões (2014-2016).....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Habitações construídas pela COHAB-PI na década de 1970.....	50
Tabela 2	–	Habitações construídas pela COHAB-PI na década de 1980.....	51
Tabela 3	–	Distribuição dos bairros na região do 1º Batalhão.....	128
Tabela 4	–	Distribuição dos bairros na região do 5º Batalhão.....	135
Tabela 5	–	Distribuição dos bairros na região do 6º Batalhão.....	142
Tabela 6	–	Distribuição dos bairros na região do 8º Batalhão.....	149
Tabela 7	–	Distribuição dos bairros na região do 9º Batalhão.....	156
Tabela 8	–	Distribuição dos bairros na região da 2ª Companhia do Promorar.....	165
Tabela 9	–	Distribuição dos bairros na região do 13º Batalhão.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS

BCG	- Boletim do Comando Geral
BNH	- Banco Nacional de Habitação
BPGdas	- Batalhão de Guardas
BPM	- Batalhão da Polícia Militar
BPTran	- Batalhão de Trânsito
CEPRO	- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CFAP	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CIPAMA	- Companhia Independente de Policiamento Ambiental
CIPM	- Companhia da Polícia Militar
COE	- Comando de Operações Especiais
CODAM	- Companhia Cosme e Damião
COMAG	- Comando Águia
CPC	- Comando de Policiamento da Capital
CPI	- Comando de Policiamento do Interior
DGPC	- Delegacia Geral da Polícia Civil
DP	- Distrito Policial
GATE	- Grupo de Ações Táticas Especiais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NUCEAC	- Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal
PDDU	- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDLI	- Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PET	- Plano Estrutural de Teresina
PMPI	- Polícia Militar do Piauí
PMs	- Policiais Militares
PMT	- Prefeitura Municipal de Teresina
PPGGEO	- Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPO	- Pelotão de Policiamento Ostensivo
QCG	- Quartel do Comando Geral
SDUs	- Superintendências de Desenvolvimento Urbano
SEMPPLAN	- Secretaria Municipal de Planejamento
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
VTRs	- Viaturas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CIDADE, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA	25
2.1	Espaço urbano: dinâmicas, características, agentes e processos	25
2.1.1	A urbanização brasileira: dilemas e impasses urbanos.....	32
2.2	A urbanização no território piauiense	39
2.2.1	Teresina: o perfil geográfico da cidade.....	39
2.2.2	Dinâmicas urbanas em Teresina.....	42
2.3	Violência urbana	56
2.3.1	Violência urbana no Brasil.....	59
2.3.2	A geografia da violência em Teresina.....	70
3	A CIDADE DE TERESINA: A REGIONALIZAÇÃO MUNICIPAL E A REGIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	77
3.1	Região e regionalização: notas do percurso teórico	77
3.1.1	O conceito de região em diferentes perspectivas geográficas.....	81
3.1.2	Regionalização, critérios, escalas e tendências.....	90
3.2	Teresina e a organização espacial urbana	97
3.2.1	Planejamento e regionalização do espaço intraurbano da cidade.....	97
3.3	A regionalização da Segurança Pública no Estado: o caso da Polícia Militar	110
4	OS RECORTES ESPACIAIS DOS BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR: A ESTRUTURA OPERACIONAL E A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS	126
4.1	A região do 1º Batalhão da Polícia Militar	128
4.2	A região do 5º Batalhão da Polícia Militar	134
4.3	A região do 6º Batalhão da Polícia Militar	142
4.4	A região do 8º Batalhão da Polícia Militar	149
4.5	A região do 9º Batalhão da Polícia Militar	155
4.6	A região da 2ª Companhia Independente do Promorar	163
4.7	A região do 13º Batalhão da Polícia Militar	170
5	CONCLUSÃO	178
	REFERÊNCIAS	184
	APÊNDICES	191
	ANEXOS	195

1 INTRODUÇÃO

Após nove meses de instruções teóricas e práticas no Centro de Formação e Aperfeiçoamentos de Praças (CFAP), entrei pela primeira vez em uma viatura da Polícia Militar do Piauí para realizar o policiamento ostensivo na região Sudeste da cidade de Teresina. Após algumas horas de serviço, patrulhando as ruas da cidade, minha Equipe foi acionada pelo Centro de Operações Policiais Militares (COPOM) para atender uma ocorrência com disparo de arma de fogo no Bairro Alto da Ressureição; chegando ao local, encontramos um sujeito agonizando no chão, com marcas de disparo de arma de fogo pelo corpo. Buscamos conhecer a dinâmica do crime, procurando identificar o autor dos disparos, mas as pessoas ali presentes davam poucas informações. Ninguém sabia ou, por algum motivo, não queria informar quem seria o autor e qual a motivação do delito.

Alguns minutos depois, a vítima foi conduzida por uma ambulância para o Pronto Socorro [...], não sei dizer se veio a óbito depois. Realizamos algumas diligências, mas não conseguimos efetivar a prisão do sujeito que praticou o crime. Finalizamos a ocorrência sem identificar o autor, sem conhecer a motivação exata do crime, sem saber se a vítima veio a óbito posteriormente e sem conhecer seu perfil econômico e social.

Deste modo, informamos ao COPOM apenas a identidade da vítima: endereço, nome completo e RG. Foi ali, na condição de agente de segurança pública, que comecei a conhecer de perto a problemática da criminalidade urbana em Teresina, um fenômeno complexo, que amedronta as pessoas e desafia os órgãos de segurança pública.¹

O crescimento das cidades, ocasionado pelo aumento populacional derivado das dinâmicas econômicas e sociais, na maioria das vezes, não vem acompanhado de políticas sociais eficientes; entre essas, estão as de segurança pública. Acompanhando esse dinamismo do crescimento demográfico das cidades, aparece o fenômeno da violência criminal urbana, que se manifesta em suas diferentes formas na organização socioespacial das cidades.

Dentro dessa lógica, a cidade se tornou palco das contradições sociais e espaciais, o que, de certa forma, influencia direta ou indiretamente as dinâmicas criminais. Nesse sentido, Beato Filho (2000) explica que a criminalidade não acontece de forma aleatória sobre o local, segue uma lógica, se relaciona com múltiplos fatores, o que contribui para a distribuição desigual dos crimes sobre o espaço urbano.

¹ Relato do autor quando era um agente de segurança pública.

Corroborando o pensamento de Beato Filho (2000), Rodrigues (2002, p. 80) argumenta que os “[...] lugares onde há mais violência coincidem com os espaços que foram ocupados pelos pobres: favelas, cortiços, conjuntos habitacionais distantes e sem infraestrutura”. No entanto, é importante salientar que cada cidade tem a sua dinâmica socioespacial urbana, o que faz a violência urbana em São Paulo, Rio de Janeiro, por exemplo, não apresentar as mesmas semelhanças da violência em Teresina.

É importante observar que a violência e o crime são temas cada vez mais debatidos no cenário nacional e regional brasileiro, pois com a mesma intensidade com que as sociedades se desenvolvem estes se tornam mais evidentes, propagando-se em diferentes escalas espaciais, atingindo variados segmentos da população. Nesse sentido, as estatísticas sobre criminalidade urbana nas cidades brasileiras têm demonstrado que, nos últimos anos, o número de homicídios, uma das variáveis da violência urbana, vem crescendo a cada dia.

[...] no Brasil, entre 1991 e 2000, houve um aumento significativo no número de homicídios. Enquanto em 1991 o número de homicídios foi de 30.750 casos, em 2000 esse número apresentou uma elevação de mais de 40%, chegando a 45.919 casos. [...] para aquela população entre 15 e 24 anos de idade o aumento foi ainda maior, se 1991, o número de homicídio, envolvendo jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos foi de 10.092 casos alcançando 32,82 % do total, em 2002 essa faixa etária respondeu por 38,68% do total de mortes por homicídios, alcançando o dramático número de 17.762 mortes [...], uma média de quase 50 jovens assassinados por dia (SILVA; SILVA, 2005, p. 61).

O aumento da violência criminal no Brasil, dentre vários fatores, pode ser reflexo da ineficiência das políticas públicas de educação, inserção do jovem no mercado de trabalho, combate ao uso de drogas e das próprias políticas de segurança pública. Muito se tem discutido em relação a este assunto, no entanto, não se encontrou uma resposta eficiente.

A questão da segurança pública tem despertado o interesse de diversos estudiosos, da sociedade e dos governos. Os instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência têm sido insuficientes para proporcionar a segurança individual e coletiva (CARVALHO E SILVA, 2011, p. 60).

Outro fator que pode agravar esse fenômeno é a influência do fator político nas ações do Estado, que muitas vezes direciona suas ações, não tendo em vista a real necessidade da população, mas conforme interesses políticos. Neste sentido, ao tempo em que esclarece, Souza (2002) destaca o posicionamento de autores que consideram o planejamento como ferramenta a serviço do *status quo* do capitalismo e não das reais necessidades da população.

Assim, é visível que planejar as cidades sob o prisma de políticas estruturantes, que venham combater ou pelo menos minimizar a violência criminal urbana, tem se tornado uma tarefa complexa para a organização político-administrativa dos governos, sejam eles das esferas federal, estadual ou municipal. Nesse contexto, Santo (2012) destaca a importância da informação geográfica para a eficácia desse planejamento:

A informação geográfica é uma ferramenta eficaz para planejar campanhas de orientação à população e convencer as autoridades competentes e a comunidade a se envolver com a questão em foco. O mapa é um meio eficaz de sensibilizar os órgãos envolvidos com a segurança pública, pois a espacialização das ocorrências de crimes permite uma ação mais eficaz sobre os mesmos (SANTOS, 2012, p. 3).

O problema da criminalidade urbana e a relação deste com a política de regionalização da Segurança Pública é intrínseca e complexa, e sua análise deve sempre envolver uma visão multidisciplinar dos aspectos sociais, econômicos, culturais e espaciais. Segundo Melara (2008), a Geografia, enquanto ciência do espaço, pode dar uma importante contribuição nesse processo, uma vez que não deve ser compreendida como a simples cartografia de áreas ou mapeamentos dos crimes, ela busca entender o fenômeno de forma global, investigando todos os fatores que levaram ao crime, como os ambientais, culturais, socioeconômicos e políticos. Para a autora, esse é o caminho para se chegar à percepção de áreas de ocorrências.

Dentro desse debate, muitas vezes, as expressões violência e crime são colocadas com o mesmo significado, e até como sinônimos, no entanto, apresentam definições diferentes. O crime é um ato contrário a lei, expressamente descrito no ordenamento jurídico; já a violência entre seus múltiplos conceitos e definições, segundo Melara (2008), está em tudo o que pode imprimir sofrimento ou destruição do corpo humano, que vai da violência física até a psicológica. Nesse contexto, Melara (2008, p. 26) ressalta que “[...] o crime é qualquer infração a lei, [...] considerar violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão apenas aos atos que a lei prever”.

Nesse atual cenário, a violência urbana nas cidades brasileiras tem gerado um clima de insegurança e vulnerabilidade as pessoas. Nessa conjuntura complexa, o “medo”, como produto da violência urbana, tem provocado uma série de mudanças no comportamento das pessoas que habitam os grandes centros urbanos. Rodrigues (2008), ao refletir sobre essa questão, destaca que um dos subprodutos da violência urbana é a “cultura do medo”, disseminada nas pessoas que habitam as cidades. Na visão da autora, a cidade se transformou em um ambiente em que as pessoas vivem inseguras, e com a sensação de que, a qualquer momento, se tornarão mais uma vítima da criminalidade urbana.

[...] vivemos na era dos ataques à integridade física e à propriedade pessoal, pelo uso da força ou de coação. Cada vez mais, a violência associa-se ao medo de viver nas grandes cidades, onde tudo muda vertiginosamente e todos são incógnitos. Ninguém se conhece; mudou o estilo de vida de morar nas grandes cidades. Esse medo tem similar na história do medo do desconhecido, do ermo, e da coação. Mas o medo que perpassa a vida, hoje, é diferente, pois trata-se do medo do roubo, da morte, das drogas, dos lugares ermos, de perder o pouco ou o muito que cada um tem (RODRIGUES, 2002, p. 77).

Sobre a cultura do medo na cidade, Bauman (2009) ressalta que esse fenômeno é inerente à sociedade moderna, caracterizado, em suas várias manifestações, pelo medo dos crimes e criminosos. Para o autor, a cultura do medo traz a ideia de que o perigo está sempre próximo, ou seja, é a sensação de ameaça constante.

Em Teresina não é diferente, os dados sobre criminalidade urbana, divulgados constantemente pelos órgãos de segurança pública e pela imprensa de modo geral, vêm mostrando um crescimento da violência criminal na capital do Estado. Paralelo a essa realidade, o Estado, através dos seus Órgãos de Segurança Pública não tem se mostrado eficiente no controle e combate aos crimes.

A partir desse campo temático, a problemática central dessa pesquisa procurou refletir sobre os recortes espaciais da cidade, criados pela Polícia Militar, procurando responder alguns questionamentos: — De que forma a Polícia Militar planeja a cidade de Teresina, a partir do processo de regionalização da Segurança Pública? Quais os critérios que influenciaram no processo de regionalização da Polícia Militar? Qual a estrutura operacional dos batalhões dentro de cada recorte espacial? Como é a dinâmica dos crimes de homicídio no âmbito de cada região?

Tomando como referência o problema norteador dessa pesquisa, os recortes temporais e espaciais definidos, bem como o arcabouço teórico e metodológico que embasam a discussão, o objetivo geral dessa pesquisa consistiu em analisar a regionalização da Polícia Militar e a espacialização dos crimes de homicídio no espaço urbano da cidade de Teresina.

Nessa conjuntura, os objetivos específicos da pesquisa são: a) Refletir sobre a produção do espaço urbano, relacionado com o processo de urbanização e com o fenômeno da violência urbana, no Brasil, Piauí e Teresina; b) Discutir sobre a organização regional de Teresina, relacionando essa com a regionalização da Segurança Pública do Estado; c) Descrever a regionalização da Polícia Militar do Piauí no espaço urbano de Teresina, destacando a estrutura operacional dos batalhões no interior de cada região; d) Verificar a espacialização dos crimes de homicídio dentro das regiões de atuação de cada batalhão.

A análise construída nessa pesquisa toma como referência autores que discutem a produção e organização do espaço urbano, entre eles: Carlos (1991; 2004; 2005), Corrêa (1991; 2004), Spósito (2005) Souza (2002; 2005; 2013), Santos (2004; 2008), Scarlato (2005) Façanha (1998; 2004), Costa (2014), Lencioni (2014), Magnago (1995), Ribeiro (2004), Gomes (2001), entre outros. O debate sobre cidade, urbanização e violência urbana em diferentes escalas foi subsidiado pelos trabalhos de Santos (2004), Souza (2005), Adorno (2002), Zaluar (1999), Rodrigues (2002), Beato Filho (2000; 2008; 2012), Caldeira (2000) e Melara (2004).

A reflexão e o debate sobre região e regionalização, tomando como foco os recortes regionais da cidade de Teresina, efetivados pela Gestão Municipal e pela Polícia Militar, foram construídos com base em Costa (2014), Lencioni (2014), Magnago (1995), Ribeiro (2004), Souza (2013), Corrêa (1991), Gomes (2001), Façanha (2003; 2008); Braz e Silva (2001), Lima (2010), Carneiro (2013), Rodrigues (2016), Rodrigues e Veloso Filho (2015), Castro (2016), Santos (2015), Câmara (2002), entre outros.

Para se discutir a dinâmica dos homicídios a estrutura operacional dos batalhões no âmbito de cada recorte espacial da segurança pública, autores como Lima (2009), Beato Filho (2000), Sousa (2008), Barbosa (2015) e Façanha (2003) constituíram-se a base teórica dessa discussão.

No século XX, a cidade de Teresina passou por um acelerado crescimento populacional e urbano. Nesse contexto, as principais mudanças na estrutura operacional da Polícia Militar do Piauí aconteceram naquele século, principalmente, a partir da segunda metade, quando o processo de urbanização começa a se consolidar em Teresina. Lima (2009) destaca que, nas décadas de 1970 e 1980, a cidade passou por um acelerado processo de urbanização e contínuo crescimento populacional, em que a população urbana de Teresina passa, então, de 98.329 habitantes em 1960 para 339.042 em 1980.

Nesse cenário, marcado pela carência de serviços públicos na cidade, a Polícia Militar é forçada a reorganizar suas unidades, inclusive no Interior do Estado. Nas décadas de 1960 e 1970, embora a Polícia Militar contasse com uma estrutura operacional limitada, a instituição passa por um processo de reorganização de seu arranjo estrutural, criando em 1961 o 1º Batalhão na cidade (LIMA, 2009). Segundo a autora, a década de 1990 representa o período de maior descentralização da estrutura operacional da polícia na cidade; à época, foram criados quatro batalhões em diferentes regiões da cidade.

No âmbito desse debate, a contribuição teórica e social desta pesquisa se dá em melhor conhecer a regionalização da cidade proposta pela Segurança Pública, procurando entender de

que modo a Polícia Militar percebe a cidade e como efetiva seu planejamento e suas políticas de segurança pública no ambiente urbano. Além disso, é importante verificar em que grau de importância variáveis, como extensão territorial, população absoluta, densidade demográfica, escala territorial e índice de criminalidade, são levadas em consideração nesse processo de regionalização.

Em face dos problemas levantados e dos objetivos propostos, essa pesquisa orienta-se a partir de uma abordagem dialética, pois tenta analisar a regionalização da Polícia Militar e a espacialização dos crimes de homicídio no espaço urbano da cidade de Teresina. A análise desse processo é complexa e envolve elementos que muitas vezes são contraditórios. Desta forma, temos os agentes públicos, com os agentes privados e a sociedade civil organizada pensando, planejando e organizando o espaço, seguindo critérios preestabelecidos.

Compreender essa dinâmica contraditória, responsável pela produção e reprodução do espaço, possibilitará uma reflexão crítica acerca dos critérios utilizados no processo de regionalização da cidade, proposto pela Polícia Militar do Piauí, um dos órgãos de segurança pública do Estado.

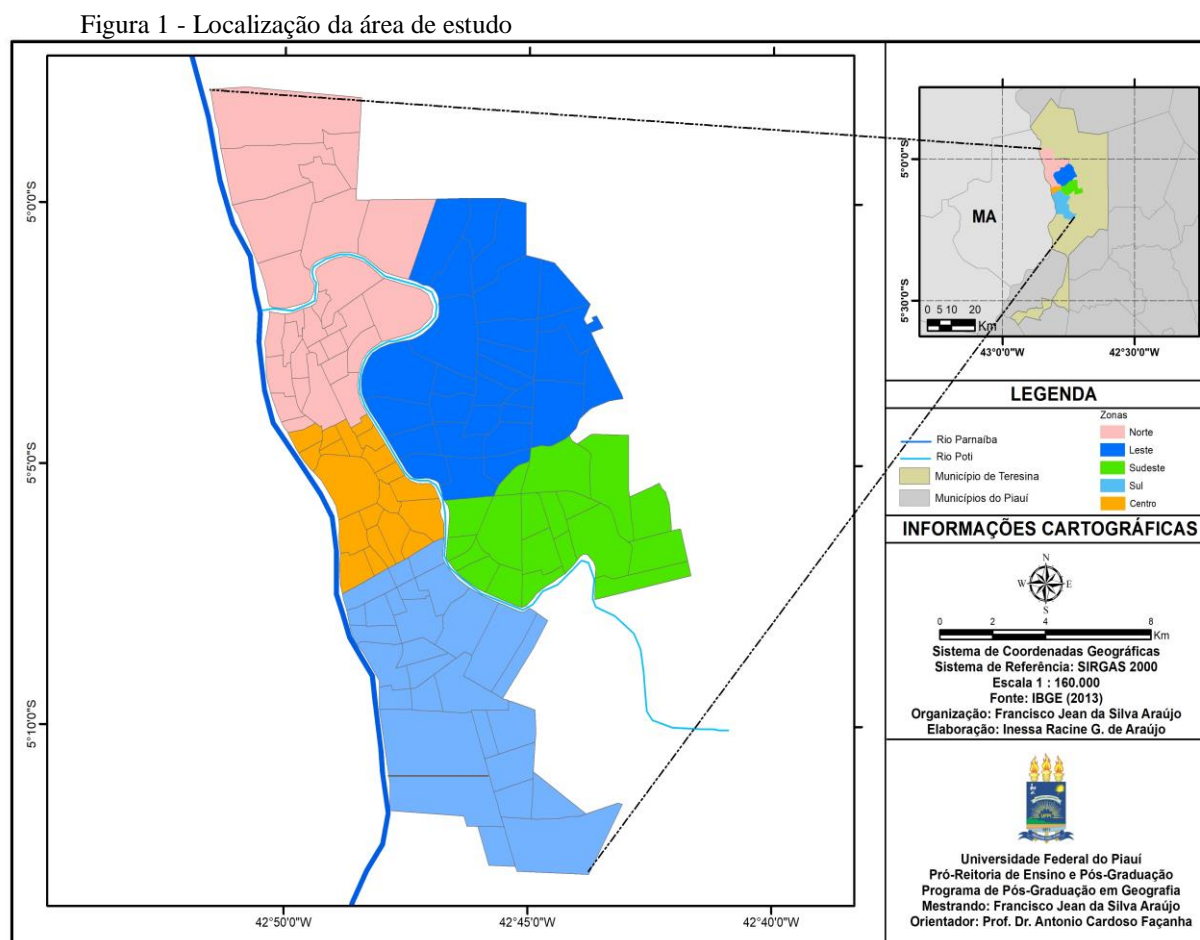
Na análise do processo de regionalização da PMPI, procurou-se compreender a espacialização dos homicídios que ocorreram entre 2014 e 2016, no âmbito de cada recorte espacial delimitado pela segurança pública. Buscou-se também conhecer a estrutura e a dinâmica de policiamento ostensivo, realizado pelos batalhões dessas áreas delineadas. Por fim, realizou-se uma caracterização de cada recorte espacial, destacando os critérios que contribuíram para definir tais regiões, destacando as mudanças espaciais que ocorreram nesse processo de regionalização até o ano 2016.

Esse recorte temporal se justifica pelo fato de a regionalização, enquanto processo, ser algo dinâmico e estar sempre sujeita a sofrer mudanças para se ajustar as transformações socioespaciais provocadas, principalmente, pelos agentes econômicos, políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, Ribeiro (2004) destaca:

[...] ato de regionalizar compreende a institucionalização de fronteiras e limites, com vista à implementação de uma determinada ação: analítica, política, econômica, enfim social. [...]. Regionalizar envolve: espaço – tempo – ação social e, portanto, sujeito e conflitos (RIBEIRO, 2004, p. 200).

O campo de investigação dessa pesquisa abrange a cidade de Teresina, nas suas zonas urbanas (Figura 1). Dentro do perímetro urbano da cidade, foram elencadas, como principais sujeitos dessa pesquisa, aquelas unidades de policiamento ostensivo da Polícia Militar,

responsáveis por realizar o policiamento ostensivo no âmbito de uma região geográfica, definida como área de sua competência e atuação.



Fonte: Araújo (2017).

Embora a Lei Estadual nº 6.792 de 19 de abril de 2016, tenha criado o 17º BPM e consequentemente mais um recorte espacial na região Sul da cidade, até outubro de 2017, quando se realizaram as pesquisas de campo, o 17º BPM ainda se encontrava em fase de construção de sua estrutura física no Bairro Porto Alegre; e o policiamento, em seu recorte espacial, continuava sendo realizado pela 2ª CIPM Independente do Promorar. Em razão de dessa circunstância e do recorte temporal deste trabalho, optou-se por considerar a região do 17º BPM como sendo, ainda, um espaço geográfico pertencente à área da 2ª Companhia Independente do Promorar. Portanto, foram considerados sete recortes espaciais ao invés de oito.

Para a análise da espacialização da violência urbana, optou-se por discutir os crimes de homicídio que ocorreram em Teresina entre os anos de 2014 e 2016. Nesse universo, serão espacializados os crimes de homicídio doloso, ou seja, aqueles que segundo o Art. 121 e Art.

18 do Código Penal brasileiro (CP) são caracterizados quando o indivíduo pratica o ato criminoso com a intenção ou desejo de matar.

Quanto aos procedimentos de coletas de dados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a pesquisa de campo e a observação sistemática. As pesquisas bibliográficas foram realizadas em obras publicadas que discutem a problemática, fornecendo subsídios para melhor entendimento, análise e discussão do objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científico. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2010, p. 50).

Através da pesquisa documental, foram analisados documentos elaborados pelos órgãos oficiais do Estado: Secretaria de Segurança Pública (SPP), Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG) e Batalhões da Polícia Militar (BPMs), instituições responsáveis pela segurança pública da cidade. Esses materiais foram importantes para entender e caracterizar o processo de regionalização do aparelho de segurança pública.

Nesse contexto, Gil (1995) destaca que:

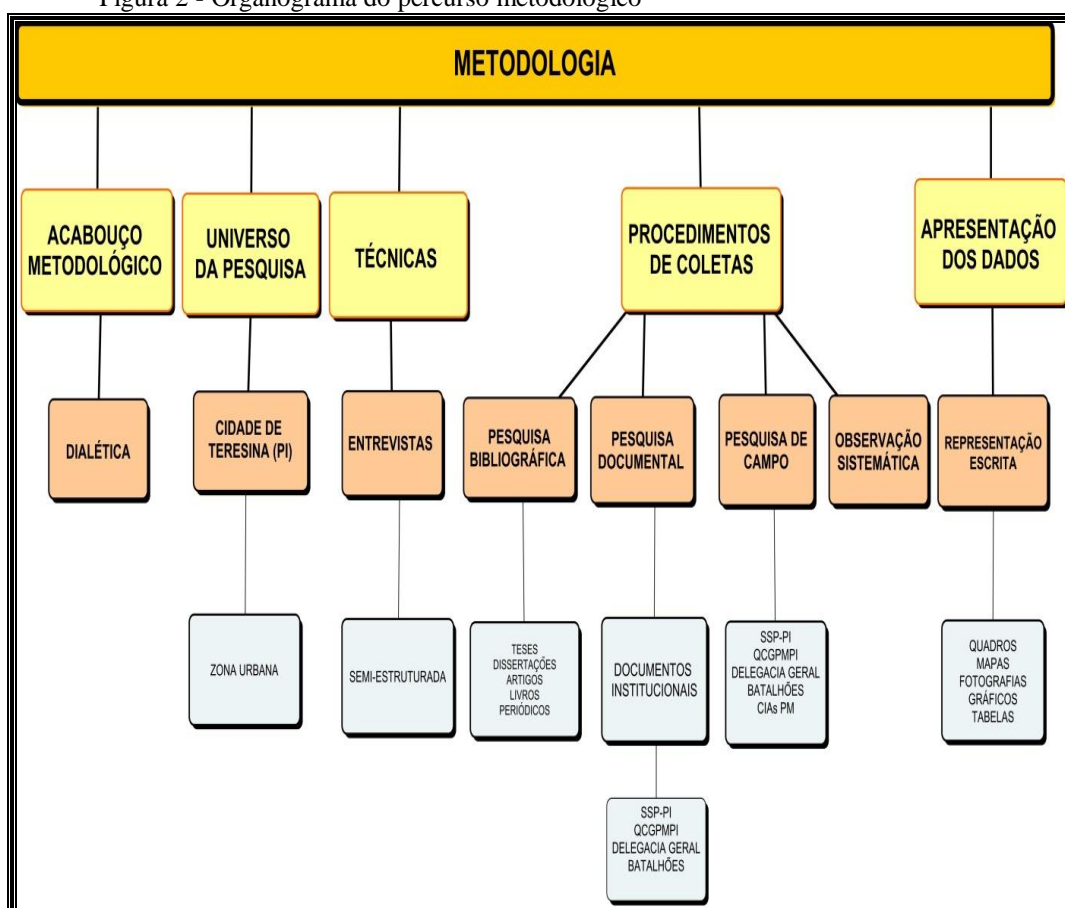
[...] a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente de contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 1995, p. 51).

Na pesquisa de campo, foram realizadas visitas à Secretaria de Segurança Pública (SPP-PI), Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG) e Batalhões e Companhias da Polícia Militar. Durante essas visitas foram realizadas sete entrevistas com os Comandantes ou Subcomandantes dos Batalhões ou CIPMs.

Essas entrevistas semiestruturadas, como técnicas de pesquisas, tinham como objetivo colher informações sobre a dinâmica dos homicídios e a estrutura dos batalhões ou Companhias, no âmbito de cada região geográfica. Objetivava também conhecer a dinâmica do policiamento ostensivo desenvolvido por essas corporações. Segundo Richardson nas entrevistas semiestruturadas, as “[...] perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de se expressar como ele quiser, guiado pelo entrevistador” (RICHARDSON, 2007, p. 212).

Durante esse processo, realizou-se um levantamento de campo, que, segundo GIL (2010), é caracterizado pela interrogação direta das pessoas, cujo comportamento é o que se deseja conhecer. No levantamento de campo, foram observadas sistematicamente às condições de infraestrutura dos imóveis onde ou funcionaram os Batalhões e CIPMs e PPOs, bem como os materiais e equipamentos usados em serviço. Na observação sistemática, procuramos definir o que seria importante para a pesquisa. Conforme Gil (2010, p. 104), na observação sistemática “[...] o pesquisador precisa elaborar um plano que estabeleça o que deve ser observado, em que momento, bem como a forma de registro e organização das informações” (GIL, 2010, p. 104). Dentro dessa sistematização, a Figura 2 traz um organograma didático do percurso metodológico desenvolvido.

Figura 2 - Organograma do percurso metodológico



Fonte: Elaboração do Autor (2017).

Essa pesquisa, segundo a natureza dos dados, é do tipo mista, uma vez que se analisou o processo de regionalização da cidade elaborado pela Polícia Militar; no entanto, esta análise ultrapassou esses dados, que constituíram a base para uma análise qualitativa da realidade; assim, foram ultrapassadas as quantificações. Para Creswell (2007), a análise qualitativa, além

de permitir múltiplos métodos de coleta de dados, possibilita uma interpretação mais reflexiva.

Durante a realização desse estudo, surgiram alguns entraves em relação à coleta de dados. O principal deles foi a falta de informações sobre o motivo que levou a Polícia Militar a desativar vários Postos de Policiamento Ostensivos (PPOs) e Companhias (CIPMs) pela cidade na primeira década do ano 2000. Por sua vez, os Batalhões não sabem informar as razões nem o período exato que essas unidades foram desativadas.

No decorrer das visitas de campo não conseguimos encontrar nenhum documento oficial que esclarecesse a desativação dessas unidades. Por outro lado, optou-se por visitar cada imóvel onde funcionavam essas corporações e perguntar, informalmente, aos moradores que residem próximo desses locais, há quanto tempo essas unidades estão desativadas.

Sob este aspecto, a fragilidade de informações nos batalhões pode ser um reflexo da falta de um planejamento, sobretudo, em relação às políticas de segurança pública na cidade. Dentro dessa realidade, é provável que haja dados apresentados que não representem fielmente a realidade. Contudo, o amplo e cansativo trabalho de campo realizado por toda a cidade, procurou aproximar ao máximo a realidade da estrutura operacional dos batalhões, Companhias e PPOs, no âmbito de cada recorte espacial.

Como forma de organizar e apresentar as discussões, o texto dessa pesquisa está estruturado em quatro seções. A primeira seção corresponde à Introdução, incluindo-se nessa parte a Metodologia da Pesquisa. Na segunda seção, faz-se uma discussão sobre cidade, urbanização e violência urbana, na qual se discutiu o processo brasileiro de urbanização, sobretudo, na cidade de Teresina. Refletiu-se também sobre a violência urbana no Brasil, destacando, principalmente, a geografia da violência urbana em Teresina.

A terceira seção propõe um debate sobre região e regionalização na cidade de Teresina. Procurou-se refletir sobre as principais regionalizações da cidade de Teresina, proposta pela Gestão Municipal e pela Polícia Militar. Além disso, traz uma revisão da literatura acerca do conceito de região e regionalização no âmbito da Ciência Geográfica, o que possibilitou contextualizar e entender a organização espacial da cidade, por meio do planejamento regional urbano.

A quarta seção discorre sobre os recortes espaciais da cidade feitos pela Segurança Pública, caracterizando o perfil de cada região. Nessa seção, buscou-se caracterizar também a estrutura operacional de cada Batalhão da Polícia Militar ou Companhia de Polícia, no âmbito de cada recorte e espacial. Além disso, traz a espacialização dos crimes de homicídio, por região, que ocorreram no intervalo de 2014 a 2016.

2 CIDADE, URBANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA URBANA

*A violência está em todo lugar...
 Não é por causa do álcool,
 Nem é por causa das drogas.
 A violência é nossa vizinha,
 Não é só por culpa sua,
 Nem é só por culpa minha (Titãs).*

2.1 Espaço urbano: dinâmicas, características, agentes e processos

A relação homem e natureza não é contemporânea, uma vez que essa interação foi estabelecida, embora de forma primitiva, desde que se constituíram os primeiros grupos humanos. A natureza significou para o homem, no primeiro momento, um meio natural, em que ele buscava saciar suas necessidades básicas. Para Corrêa (1991, p. 54) “[...] a partir das necessidades do homem em termo de fome, sede e frio, verifica-se uma ação de intervenção na natureza”. Neste processo o autor destaca que:

[...] a intervenção da natureza foi em um primeiro momento, marcada pelo extrativismo, passando em seguida por um progressivo processo de transformação, incorporando a natureza ao cotidiano do homem como meio de subsistência e de produção, ou seja. Alimentos, tecidos, móveis cerâmicas e ferramentas (CORRÊA, 1991, p. 54).

Essa intervenção, caracterizada pelas construções humanas, representa a segunda natureza ou natureza humanizada. Esses objetos da natureza artificial encontram-se espacializados e organizados sobre a superfície terrestre, não dispostos aleatoriamente no espaço, mas seguindo uma lógica, que envolve processos históricos, culturais, econômicos, políticos, sociais e temporais. Corrêa (1991) afirma que a organização do espaço é representada pela segunda natureza, ou seja, corresponde a primeira natureza transformada pelo trabalho social. Portanto, a organização espacial, na condição de segunda natureza, encontra-se em constante transformação, e envolve múltiplos processos, o que faz desse espaço geográfico uma categoria de análise complexa.

A Geografia na condição de ciência social se encarrega de compreender a sociedade conforme uma ótica específica, a forma como essa organiza o espaço em que vive. A organização espacial que se materializa no espaço geográfico é, portanto, o objeto de estudo geográfico.

Esse espaço vai sendo criado e organizado pela sociedade por meio do trabalho. Essas transformações no espaço se dão de acordo com as necessidades inerentes a cada sociedade. Dentro do processo de produção e reprodução do espaço geográfico, o homem se organizou

coletivamente, dividiu o trabalho entre si e se dividiu em classes sociais, que definem a forma de relação dos homens entre eles e a forma como cada um vai se apropriar do espaço produzido.

À medida que o homem através do trabalho social vai produzindo o espaço geográfico, este também cria meios para a sua reprodução seja por meios intangíveis, como a transmissão cultural do saber adquirido pelas gerações, seja através da materialização de estruturas físicas: a organização espacial, segundo Correa, compreende que o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)” (1991, p. 55).

Correa (1991) destaca ainda que a organização espacial global é resultado da superposição de todas as outras organizações espaciais específicas. Essa organização espacial vai criando formas específicas, uma delas é a cidade.

As mudanças no campo produtivo e social produziram uma forma de organização espacial e social que vem se tornando o principal espaço de moradia das populações: “a cidade”. Fruto da produção humana, a cidade é criada para atender novas formas de organização social, novas atividades econômicas e também um novo modo de vida.

Dessa forma, quando se fala em cidade não se faz referência somente a um local de moradia e produção, refere-se também a uma nova forma de se relacionar em sociedade e com a natureza. “O urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida” (CARLOS, 2005, p. 27). Há uma tendência mundial para a urbanização, ou seja, cada vez mais pessoas passam a habitar as cidades, por este ser um local privilegiado de reprodução econômica e política, e apresentar oportunidades de acesso aos bens tangíveis, intangíveis e serviços.

A sociedade urbana se generaliza isso significa que, a tendência que desponta no horizonte é a generalização do processo de urbanização na medida em a sociedade inteira tende ao urbano [...]. Nessa perspectiva o urbano aparece como realidade mundial, ultrapassando realidades e conceitos parciais (CARLOS, 2004, p. 20-21).

A cidade é uma produção do homem que, ao se apropriar das técnicas, ampliou suas possibilidades de transformar o meio natural conforme seus anseios, criando ambientes com estruturas produtivas artificiais diferentes da produção agropecuária. A cidade é o *locus* de novas dinâmicas econômicas, novos produtos e novos serviços.

A cidade, por sua vez, surge em um dado momento histórico, e se constitui ao longo do tempo como um processo, assumindo formas e conteúdos diversos; essa forma é dinâmica.

A cidade é construída pelo homem, logo, depende do momento histórico e da sociedade que a constitui: “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas” (CARLOS, 2005, p. 57).

A acumulação de saberes obtida pelo homem que possibilitou a sua fixação em um território, o desenvolvimento da agricultura e a produção de excedentes foram às condições para o surgimento das primeiras cidades:

No momento em que o homem deixa de ser nômade, fixando-se no solo como agricultor é dado o primeiro passo, para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é o segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar (CARLOS, 2005, p. 57).

A produção de excedentes agrícolas liberou mão de obra para outras atividades, o que aprofundou a divisão do trabalho com atividades não agrícolas. Começa então a separação entre cidade e campo. Assim também surgiram divisões sociais, as tarefas divididas, a hierarquia social, o poder decisório.

Concretamente, esta sociedade diferenciada constitui-se historicamente, quando artesões especializados e outros trabalhadores não agrícolas se concentram num mesmo território. Dentro de uma organização social emergente, eles se dedicaram ao trabalho em larga escala [...] comandados pela própria elite governante, a qual era a própria projeção do caçador, menos protetor físico da comunidade, e mais chefe, muito mais rei, líder político e religioso ao mesmo tempo (SPOSITO, 2005, p. 16).

Observa-se aí que a cidade nasce também como um lugar concentrador de poder, uma vez que passou a abrigar não só o comércio e a concentração populacional, mas os líderes que surgiam. Souza destaca a importância da formação de um aparelho de poder para a formação das primeiras cidades:

Há milhares de anos coletividades humanas aprenderem a viver em espaços relativamente pequenos e em condições de grande densidade demográfica nos quais se foram concentrando as atividades econômicas não ligadas ao setor primário da economia, assim como foram se concentrando, também, a produção intelectual e o poder político: as cidades (SOUZA, 2005, p. 153).

Como produto histórico, a cidade constituiu-se fruto de vários acontecimentos que se foram sucedendo ao longo do tempo, Carlos (2005) destaca seis elementos fundamentais para a existência das cidades: divisão do trabalho, divisão da sociedade em classes, acumulação

tecnológica, produção de excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, um sistema de comunicação e uma certa concentração espacial de atividades não agrícolas.

Em que época histórica teria acontecido a formação das primeiras cidades e onde? Refletindo historicamente sobre esse processo, ressalte-se que o homem passa de caçador para pastor, e, posteriormente, torna-se agricultor; com isso, tornou-se sedentário, montou acampamentos e assim nasceram as primeiras aldeias. Segundo Carlos (2005), os primeiros povoamentos que podem ser chamados de cidades surgiram em torno de 5000 a.C., junto ao Eufrates e outros pontos da Ásia Menor. Souza (2005) cita Jericó, às margens do rio Jordão, na Palestina, há quase 8000 a.C., no entanto, mais importante que saber a data exata do surgimento da primeira cidade é entender o contexto que lhe deu origem.

Souza (2005) destaca o excedente alimentar produzido através das possibilidades trazidas com a revolução agrícola, a desvinculação de algumas pessoas das atividades agrícolas para exercer atividades militares, religiosas, e as mudanças de ordem social que favoreceram o aparecimento de formas centralizadoras de poder, como o contexto necessário para a formação e proliferação das cidades.

Na Antiguidade existiram muitas cidades comerciais, com destaque para Roma. Cabe salientar que no Feudalismo as cidades eram autossuficientes e não praticavam mercado externo, por isso não mantinham ligações. O ressurgimento do comércio trouxe novo impulso para as cidades, entretanto, é com a manufatura e depois com a industrialização que a cidade ganha maior expressão e dinamismo.

Com o desenvolvimento da manufatura, muitas pessoas saíram do campo para a cidade. A industrialização e o desenvolvimento científico criaram novas possibilidades de produtos, o que acarretou maior consumo e maior demanda por mão de obra nas cidades. A cidade passou a concentrar não só a indústria, mas também o poder econômico e político. Nesse contexto, a divisão do trabalho se ampliou, separando os papéis da cidade e do campo, em escala global com a divisão internacional do trabalho.

O estabelecimento do sistema capitalista foi um maior impulso para a urbanização. Desde sua fase mercantil, consolidou a cidade como lugar do comércio, mas foi na sua fase industrial que acelerou o processo de urbanização. A partir da Revolução Industrial, a produção de bens materiais foi acelerada, o que exigia nesse processo, a ampliação de mão de obra, conseqüentemente, a necessidade de mais trabalhadores. Esse processo acelerou a saída de pessoas do campo em direção à cidade. Essa nova classe de trabalhadores da cidade era também um mercado consumidor. As pessoas foram morar mais próximas às fábricas criando assim aglomerações. Nascia assim a cidade moderna.

Assinale-se que a cidade é um produto histórico, é uma realização do homem, e, mais do que isso, é um ambiente dinâmico. Como é fruto de contextos históricos diferentes e sociedades diferentes não é igual, mas aparece de formas distintas. Conceituar cidade é uma tarefa difícil.

Quanto a essa discussão, em sua obra “A cidade”, Carlos (2005) traz alguns conceitos:

Para Ratzel uma cidade é uma reunião durável de homens e habitações humanas que cobre uma grande superfície e encontra no cruzamento de vias comerciais. Já para Wagner, as cidades serão pontos de concentração de comércio humano. Para Brunhes, existe cidade toda vez que a maioria dos seus habitantes emprega seu tempo no interior da aglomeração. [...] Para Pierre George as cidades são formas de acumulação humana e de atividades concentradas, próprias a cada sistema econômico e social, reconhecidos a partir de fatos de massa e arquitetônico (CARLOS, 2005, p. 687).

A partir desses conceitos, observa-se que os fatores aglomeração, concentração e comércio aparecem como ponto comum no âmbito da caracterização das cidades.

A cidade pode ser caracterizada como aglomeração e concentração dos meios de produção e consumo e de pessoas. Como produto humano não é apenas uma materialidade, mas uma nova dimensão de relações, um novo modo de vida. É também um produto de lutas entre as diferentes classes que a formam: “o urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade” (CARLOS, 2005, p. 71).

Para Scarlato (2005), a aglomeração é uma importante característica das cidades, uma vez que esta permite o trabalho coletivo para atividades não agrícolas:

[...] a grande concentração das atividades terciárias públicas e privadas do aglomerado e a forma contínua dos espaços edificados onde se dá a proximidade das habitações da população que vive dessas atividades são atributos que permitem caracterizar melhor o termo cidade (SCARLATO, 2005, p. 399).

Ao mesmo tempo em que a cidade surgiu como fruto da evolução do processo produtivo da sociedade, esta se tornou uma condição necessária para o desenvolvimento desse mesmo processo, uma vez que concentra as estruturas necessárias para a produção e reprodução do capital: indústrias, mão de obra, mercado consumidor, vias de comunicação, circulação e serviços.

Souza (2005) adverte que a cidade é um objeto complexo e de difícil definição, por se tratar de uma construção dinâmica que muda com o tempo. A cidade da Antiguidade não é a mesma que ocorreu no início da revolução industrial nem é igual a tantos tipos de cidades

possíveis de serem descritos atualmente. O autor então sugere que é possível fazer aproximações e generalizações, procurando pontos comuns entre as diversas cidades.

Entre os pontos comuns das cidades pode se destacar a cidade como um local de mercado e como um centro de gestão do território no que tange a aspectos políticos, econômicos e religiosos. Outro ponto trazido por Souza (2005) é o estabelecimento de um tamanho mínimo para definir as cidades, o que, segundo o autor, também não resolve a questão. Sob este aspecto, o autor ressalta:

Fixar um limite mínimo em matéria de número de habitantes, como forma de se estabelecer o que é cidade e o que não é, em um determinado país, é o jeito mais cômodo de enfrentar a tarefa prática de distinguir entre núcleos urbanos e rurais (...). No entanto, essa solução ajuda muito pouco na hora de entender o que é uma cidade, problema esse antes de ordem qualitativa que quantitativa (SOUZA, 2005, p. 29).

Correa (2004) define o espaço urbano por meio de algumas características: o espaço urbano é fragmentado, articulado, é um reflexo da sociedade, é desigual, é um condicionante da sociedade e tem uma dimensão simbólica.

O espaço urbano – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato (CORREA, 2004, p. 11).

Torna-se fragmentado uma vez que cada parte da cidade executa uma função como moradia, comércio, produção, serviços, entre outros; são vários usos separados, mas que se articulam entre si, por isso é também articulado. É reflexo e condicionante social uma vez que é produzida pela sociedade ao longo de um processo histórico e converte-se também em um fator de reprodução social.

O espaço urbano é construído por diferentes usos da terra, determinados por suas diferentes funções (administrativa, comercial, residencial, circulação, industrial, lazer). Essas funções demandam diferentes formas espaciais, que vão sendo construídas por diferentes agentes sociais produtores do espaço urbano.

É, deste modo, fruto da ação de agentes que produzem o espaço. Correa (2004) identificou esses agentes como sendo proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Faz-se

importante lembrar que a ação desses agentes resulta em um constante processo de reorganização espacial.

Os proprietários dos meios de produção são grandes consumidores de espaço, uma vez que precisam instalar suas atividades. A escolha de um local para a construção de uma fábrica demanda consequências no valor da terra, logo, “[...] a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e intervindo decisivamente na localização de outros usos da terra” (CORREA, 2004, p. 15).

Os proprietários fundiários atuam principalmente na transformação do valor de uso da terra em valor de troca; para estes não importa a utilidade da terra em produzir ou servir de moradia, mas de auferir rentabilidade: “Atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja mais remunerador possível” (CORREA, 2004, p. 16).

Os promotores imobiliários são aqueles que atuam na incorporação de áreas, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização do imóvel. Como são diversas as atividades originam diferentes agentes. Esses promotores não visam a construção de habitações para as camadas populares, no entanto, atuam principalmente influenciado a questão do acesso à moradia nas cidades.

O Estado é outro agente importante na organização espacial das cidades. Segundo Correa (2004), este atua como grande industrial, consumidor de espaços, regula os usos do solo, é alvo dos movimentos sociais urbanos, elabora as normas de zoneamento e código de obras. No entanto, é através da sua função de provedor dos serviços públicos e de infraestrutura que a atuação do Estado se faz mais esperada.

A diferença de classes e a incapacidade do Estado em atender todas as camadas da sociedade fazem surgir os grupos sociais excluídos. Estes atuam principalmente em busca do seu direito a moradia. A atuação destes agentes é materializada por meio das ocupações, construções irregulares, favelas: “[...] a produção do espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência, e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência” (CORREA, 2004, p. 30).

Souza (2005) caracteriza a cidade como um objeto complexo, diante da diversidade de cidades que existem. O autor busca conceituar a cidade conforme algumas características, como, por exemplo, a centralidade econômica, de poder, cultural e religiosa, diversidade, predominância das atividades do setor secundário e terciário.

Nesse contexto, a cidade é um fato complexo que envolve elementos materiais e imateriais; além disso, sua dinâmica e processos não permitem uma teoria estanque, desvinculada de sua prática. Nesse sentido, Carlos (2004) defende que a análise da cidade

envolve três planos: o “econômico”, uma vez que é uma condição para a produção do capital, o “político”, pois a cidade é produzida enquanto espaço de dominação pelo Estado, na medida em que este domina a sociedade, através de um espaço normatizado, e o “social”, pois é produto da ação humana na sua prática socioespacial.

Desta forma, o debate teórico sobre a cidade é complexo. A cidade enquanto construção humana é dinâmica e apresenta formas diversas no tempo e no espaço. É importante entendê-la não somente como materialidade, mas como uma nova forma de habitar e de se organizar socialmente. Ao admiti-la como construção social e como condicionante entende-se que esta não pode ser descrita como uma forma acabada. Faz-se necessário cada vez mais ampliar o debate e estar aberto a novos conceitos que se adaptem a novas realidades. Cidade, megacidade, metrópole, todos se referem a um mesmo fato com diversas faces, daí a amplitude do debate que envolve a questão do espaço urbano.

2.1.1 A urbanização brasileira: dilemas e impasses urbanos

Segundo dados do último censo do IBGE, realizado no ano de 2010, 84% da população brasileira residem em cidades. Desde a década de 1950, a população urbana ultrapassa a rural, e a cada contagem populacional o número de habitantes das cidades aumenta. A urbanização brasileira é resultado de dinâmicas econômicas, sociais e políticas que se instalaram no território, e favorecerem a formação de cidades de diversos tamanhos, vocações, grau de desenvolvimento.

Discutir a cidade no Brasil exige, primeiro, que se esclareça que não se trata de falar em um só tipo de cidade, uma vez que é possível encontrar aglomerados urbanos com diversos perfis geográficos e apresentando diferente dinamismo. Existem aquelas que apresentam uma dinâmica parecida com a rural, passando por cidades médias, capitais regionais até metrópoles globais. Esse fato retrata a complexa urbanização brasileira que criou, em momentos distintos e em situações diversas, esses aglomerados, onde uns se destacaram com maior participação na dinâmica econômica interna e externa. Nesse processo, é importante salientar que o espaço urbano no Brasil se apresenta de forma diferenciada e bastante desigual.

Essas desigualdades, vivenciadas tanto entre cidades diferentes quanto dentro da mesma cidade, resultam em diferentes formas de acesso aos bens necessários a uma qualidade de vida, como moradia, saúde, educação, segurança, emprego, alimentação, saneamento básico, transporte, lazer, cultura. Para entender como se estabeleceram essas características

urbanas no espaço brasileiro da atualidade, é preciso entender um pouco sobre a lógica do processo de urbanização do território brasileiro.

O primeiro fato a ser destacado é a orientação da colonização brasileira. Durante três séculos o território brasileiro atendeu a interesses externos, sendo caracterizado como uma colônia de exploração. Essa condição fazia do Brasil um grande exportador de produtos agrários, no qual a economia estava a serviço da metrópole portuguesa. Scarlato caracteriza bem esse momento:

Quanto à colonização portuguesa no Brasil, os estímulos foram diferentes para a produção do território e da urbanização. Nos primórdios da ocupação, sua economia, baseada na produção agrícola, era orientada para a exportação, daí as planícies e os terraços litorâneos terem sido escolhidos para implantação dos primeiros núcleos urbanos. [...] Nossas primeiras grandes cidades estiveram intrinsecamente ligadas à função do porto comercial e a função militar (SCARLATO, 2005, p. 412).

Nesse período, as condições naturais foram primordiais para o estabelecimento das primeiras ocupações, tanto pelo caráter agrícola da economia, quanto pela necessidade de integração com a metrópole portuguesa. Um exemplo foi a ocupação das planícies litorâneas nordestinas com a economia da cana de açúcar.

Ao caracterizar os primórdios da urbanização brasileira, Santos (2008) identifica o período entre 1500 e 1760 como uma fase em que são criadas vilas e cidades, impulsionadas pela dinâmica das atividades primárias e com pouca interligação entre estas. Na visão do autor:

Tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas e inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e exploração mineral foram à base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (SANTOS, 2008, p. 22).

Nesse período, observe-se também que as cidades eram um prolongamento do mundo rural. Scarlato (2005) destaca que o poder era concentrado nas oligarquias rurais em razão da ausência de uma burguesia urbana. As poderosas famílias, agregados e escravos residiam na zona rural, e na cidade ficavam os funcionários da administração, oficiais da Coroa, artesão e mercadores.

Logo, é a partir da segunda metade do século XVIII que a urbanização brasileira passa a conhecer um novo dinamismo. Nesse contexto, as cidades eram muito influenciadas por suas áreas não urbanas, uma vez que a economia se baseava em atividades primárias. Nos

Estados em que essas atividades eram mais dinâmicas, a quantidade de população que vivia nas capitais era maior. Essas cidades encontravam-se ainda pouco integradas: “O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (SANTOS, 2008, p. 22).

As cidades brasileiras situavam-se, sobretudo no litoral, somente em fins do século XVII e XVIII com a ascensão da mineração do ouro e da prata foram fundadas cidades no interior do território. Destaque-se, no âmbito dessa discussão, a importância das atividades econômicas no sentido da ocupação.

[...] à medida que a economia exportadora era orientada e estimulada por um produto, às áreas correspondentes a sua produção eram rapidamente povoadas para em seguida recuar, permanecendo com uma produção restrita e fixando, em muitos casos, uma população que vivia só da economia de subsistência (SCARLATO, 2005, p. 414).

Maior integração do território nacional começou a surgir a partir da segunda metade do século XIX, quando o Estado de São Paulo se torna um polo dinâmico, e passa a influenciar vários Estados ao seu entorno. A implantação de infraestruturas de transporte e de comunicação colaborou de forma significativa para a mobilidade no território e sua integração. Santos (2008) adverte, porém, que essa primeira integração é “limitada”, pois abrange apenas uma parcela do território nacional.

Scarlatto (2005) destaca que no século XIX ocorreram significativas transformações nas cidades brasileiras tanto em sua dimensão espacial como em seu perfil arquitetônico. Aponta ainda que houve um crescimento no número de vilas e cidades no interior das diferentes regiões brasileiras. As oligarquias rurais encorajadas pela Revolução Industrial sentiram-se estimuladas para a produção de novas demandas do mercado internacional. Esses novos mercados influenciaram o crescimento de novas cidades por todo o Brasil.

Conforme Santos (2008), a partir das décadas de 1940-1950, o processo de urbanização é influenciado pela industrialização. Para o autor, o estabelecimento do meio técnico/científico/informacional, em detrimento do meio natural no Brasil, que se deu sobretudo no século XIX, vem causando uma mecanização do território. A maior presença das técnicas, da ciência e da informação atua fortemente na configuração do território.

Após a Segunda Guerra Mundial são intensificados os programas de investimentos em infraestrutura de transportes e comunicação, o que possibilita maior integração do território nacional. Outro fato importante foi o impulso dado a essa integração e a internacionalização

em escala mundial, durante o período militar. A economia brasileira começou a se desenvolver para atender os mercados internos e externos. Contudo, é preciso salientar que essa primeira fase de integração ainda era concentradora do ponto de vista econômico e geográfico (SANTOS, 2008).

Santos (2008) evidencia alguns fatos importantes nesse período, como, por exemplo, maior conhecimento sobre o território, o que possibilitou a ocupação de novas áreas tais como os cerrados do Centro-Oeste; maior desenvolvimento da configuração territorial, a partir da expansão das redes de transportes e comunicações; grande dinamismo na produção material industrial e agrícola; desenvolvimento de novas formas econômicas de produção não material, como a oferta de serviços e maior consumo de energia elétrica.

Essas condições vão tornar o País mais integrado, com maiores possibilidades de deslocamentos de pessoas, produtos, capitais, ideias. Apesar dessa maior integração, Santos (2008) adverte que há ainda a existência de uma região concentrada, formada por São Paulo e seu entorno, ao passo que no resto do País a modernização é seletiva. Ou seja, o processo modernizante não chegou igualmente a todas as partes do País: “[...] por isso esse meio técnico/científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas e de modo disperso no resto do País” (SANTOS, 2008, p. 43).

Para a fase atual, Santos (2008) destaca um movimento de descentralização das atividades modernizadoras, materializado pela industrialização das diversas regiões. Essa descentralização ocorrida, sobretudo, após os anos de 1970, ainda não foi capaz de trazer uma modernização homogênea o que influencia na criação de diferenças sociais:

Desse modo, o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios a modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes [...] regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; em regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS, 2008, p. 51).

Ao tratar da dinâmica da nova urbanização brasileira, Santos (2008) utiliza os termos diversidade e complexidade. O aumento do trabalho intelectual no Brasil, trazido pelo meio técnico/científico/informacional, a ampliação do consumo, e a modernização que chega não só a cidade, mas também ao campo criam novas demandas para as cidades, e estas têm o seu conteúdo diversificado. As cidades tornam-se cada vez mais lugar de regulação do que ocorre no campo. Há um crescimento das cidades locais e se especializam conforme a sua inserção no processo de divisão do trabalho. O autor destaca que mesmo cidades do mesmo tamanho

podem apresentar diferenças bem marcantes umas das outras, daí a diversidade da urbanização brasileira.

Santos (2008) destaca que há um fenômeno de crescimento, não só das cidades grandes, mas também das cidades médias, que se dá através de um incremento populacional, sobretudo de mão de obra qualificada o que possibilita uma diversificação nas suas atividades. O autor analisa ainda o papel de São Paulo que deixou de ser polo por sua indústria preponderante, mas assume a dianteira por outros motivos mais abrangentes:

Agora São Paulo passa ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses [...] São Paulo destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro (SANTOS, 2008, p. 59).

Como resultado desse processo de urbanização complexo e desigual, tem-se a formação de cidades variadas no Brasil, no que diz respeito a tamanho, tipo, localização. Entretanto, um ponto comum entre elas é a presença de problemas semelhantes. Essas problemáticas se tornam mais evidentes quanto maior é a cidade, e esse quadro é agravado com a chegada da “urbanização corporativa” que prioriza os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais.

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e da saúde são genéricos e revelam enormes carências (SANTOS, 2008, p. 105).

Vários são os fatores que materializam esses problemas e colaboram para sua continuidade, como o tamanho urbano, a carência de infraestruturas, os problemas de mobilidade urbana, a especulação imobiliária e fundiária, e a periferização da população. Diante dessa precariedade de alguns espaços urbanos, outros são supervalorizados com a criação de certos espaços sociais privilegiados, e propagados pelo *marketing* urbano. Dessa forma, o capitalismo cria uma cidade econômica em detrimento a uma sociedade social (SANTOS, 2008).

Como foi visto, o interesse econômico sempre permeou o processo de urbanização brasileira o que resultou em cidades voltadas para atender mais ao mercado do que a seus habitantes. Esse contexto, somado ao incremento populacional, a ineficiência do Estado em

atender as demandas sociais, gerou e gera muitos problemas nas cidades, quais sejam: segregação residencial, falta de moradia, violência urbana, deficiências na mobilidade urbana, fragilidades nas infraestruturas sociais de saneamento básico, saúde, educação, lazer, segurança pública e ainda os problemas ambientais urbanos.

Correa (1991) afirma que a segregação residencial tem origem com o aparecimento das classes sociais e da cidade, o que antecede a emergência do capitalismo, mas reforça que é neste sistema econômico que essa se reforça, uma vez que se amplia o processo de estruturação das classes sociais e seu fracionamento.

São criadas, assim, periferias de autoconstrução, favelas em áreas alagadiças ou de morros, cortiços, bairros dos diferentes segmentos da classe média e habitações suntuosas e seletivas dos capitalistas e executivos do capital: os condomínios exclusivos, cercados e sob vigilância de uma polícia particular, são a expressão acabada de uma elite que se impõe (CORREA, 1991, p. 74).

A cidade então fica dividida, e na paisagem se materializam as desigualdades sociais, intrínsecas ao modo capitalista. Essas diferenciações não estão apenas nos tipos de moradias, mas também na distribuição dos serviços públicos dos quais necessitam a população, principalmente a de menor renda:

As discrepâncias quanto à existência de saneamento básico, de infraestrutura em transportes, iluminação, saúde e educação, registradas entre os bairros das cidades brasileiras, principalmente nas grandes metrópoles, estão associadas às diferenças nas rendas das famílias. Os bairros onde se registram as mais baixas rendas são sempre os menos bem equipados (SCARLATO, 2005, p. 400).

Para Souza (2005), a segregação residencial é um problema tipicamente urbano, que se agrava em cidades maiores, podendo gerar ainda outros problemas como a diminuição da interação entre os grupos sociais, o aumento do preconceito e da intolerância. A segregação é resultado tanto da pobreza, quanto da atuação diferenciada do Estado em dotar os espaços de infraestruturas.

A falta de moradia é outro problema nas cidades, principalmente nas maiores. Scarlato (2005) destaca que as dificuldades de acesso à moradia nas cidades, que representa uma mercadoria com valor econômico agregado, acabam por criar uma cidade legal, criada dentro das normas técnicas dos códigos de obras e garantida pelas formas regulares de direito à propriedade. Por outro lado, a cidade ilegal resulta de formas de grilagem e de loteamento feitos por empresas imobiliárias que atuam na clandestinidade ou então de ocupações de

terrenos públicos e privados feitos por pessoas que não tem condições de adquirir moradias de forma legal.

Um dos maiores problemas das cidades na atualidade é a violência urbana. Não que esta seja exclusivamente urbana, no entanto, existem alguns crimes estritamente ligados ao ambiente urbano:

Há, porém alguns tipos de manifestação de criminalidade violenta, ou de violência em geral que estão intimamente conectados a peculiaridades do espaço urbano (formas espaciais, modos de vida e estratégias de sobrevivência): a violência no trânsito, os quebra-quebras de protestos em estações ferroviárias ou de ônibus; os conflitos entre quadrilhas rivais de traficantes de drogas, os choques entre gangues de ruas ou bairros diferentes (SOUZA, 2005, p. 82).

O problema da violência urbana é complexo, e tem se tornado um dos principais impasses enfrentados pelas cidades, sobretudo os grandes centros urbanos. No entanto, essa é uma discussão que será aprofundada nas seções posteriores.

A pobreza urbana tem suas peculiaridades; conforme Souza (2005), na cidade a pobreza se materializa na paisagem através de áreas periféricas sem estrutura e com moradias precarizadas. Outro problema social nas cidades brasileiras tem sido a mobilidade urbana. A prioridade dada ao transporte rodoviário e individual torna este sistema ineficiente, caro e antiecológico (SOUZA, 2005). O transporte individual, além de causar grandes congestionamentos nas cidades, requer maior infraestrutura e contribui para a poluição atmosférica.

Destacam-se ainda os problemas ambientais urbanos, como a poluição dos rios, do ar, a ocupação de áreas irregulares e o lixo urbano. Esses, por sua vez, são resultantes de práticas sociais inadequadas, como, por exemplo, a poluição das águas, que resulta de um deficiente saneamento básico. Por outro lado, vão gerar novos problemas sociais; no caso do saneamento, a proliferação de doenças e o aumento das demandas em saúde pública.

Todos esses impasses são possíveis de ser observados na cidade de Teresina, como, por exemplo, favela ao lado de condomínios de luxo, aumento dos índices de violência, falta de saneamento básico, poluição dos rios, hospitais lotados, carência de espaços de lazer, trânsito caótico, dentre outros.

A produção e reprodução do espaço urbano teresinense, assim como em outras capitais, envolveu vários agentes produtores do espaço entre ele o Estado. No âmbito dos dilemas urbanos, encontra-se a problemática da violência urbana, um fenômeno complexo que está presente por toda a cidade, causando medo às pessoas e desafiando os órgãos de segurança pública do Estado.

Embora o fato de a discussão ser violência urbana em Teresina e a forma como se comporta o Estado, através dos seus órgãos de segurança pública, estes têm se organizado para enfrentar esse grave distúrbio. Entende-se que a violência se relaciona com todos os problemas urbanos, dessa forma não pode ser estudada nem compreendida de maneira isolada, uma vez que todos esses problemas se correlacionam, e estão imbricados com o próprio desenvolvimento urbano e social da cidade; são frutos de um dinamismo social injusto imposto pelos agentes produtores do espaço urbano, que, na maioria das vezes, prioriza o mercado, o capital, em detrimento do cidadão.

2.2 A urbanização no território piauiense

2.2.1 Teresina: o perfil geográfico da cidade

A cidade de Teresina encontra-se localizada na região Norte do Piauí, à margem direita do rio Parnaíba, “[...] numa área conhecida por Meio Norte, que constitui uma faixa de transição entre o semiárido nordestino e a região Amazônica” (TERESINA, 2010, p. 12). Possui como coordenadas geográficas a latitude 05°05’21’’ ao Sul e Longitude de 42°48’0’’ a Oeste. A extensão do município de Teresina é de 1.392 km², o que representa 0,55% da área do Estado, sendo 17% urbana e 83% rural, o que faz Teresina apresentar a maior área territorial rural, em relação às demais capitais do Nordeste (TERESINA, 2015).

Teresina, sede do município e capital do Estado do Piauí, apresenta, como características naturais, um clima quente com variação média anual de aproximadamente 28°C, como bem destaca Santos:

[...] possui clima tropical com inverno seco e verão chuvoso, apresentando média de temperatura de 29°C; no entanto, em alguns períodos do ano está pode atingir valores extremos como 38,7; os períodos de elevação da temperatura ocorrem, principalmente entre os meses de agosto e setembro (2015, p. 32).

Nesse quadro natural, é importante salientar que as temperaturas médias mensais na cidade sofrem pouca oscilação ao longo do ano. De acordo com Teresina (2015), essa pouca variação está relacionada, principalmente, à localização geográfica da cidade, que se encontra na região intertropical, bem próxima à linha do Equador. Em razão dessa localização, a cidade recebe grande fluxo de raios solares o ano todo. Essa condição, somada a outros fatores, como, por exemplo, desmatamentos, queimadas, pavimentação urbana e impermeabilização do solo, fazem da capital piauiense, uma das mais quentes do País.

Estudos mostram que as temperaturas anuais na cidade têm aumentado ao longo dos anos. De acordo com os dados apresentados por Teresina (2015), no período que compreende 1914 a 2002, verificou-se um aumento de 2°C na temperatura média da cidade. Esse fenômeno está relacionado principalmente com as dinâmicas de ocupação e uso do solo que se processaram no decorrer da evolução urbana da cidade. Na opinião de Santos (2015):

[...] a expansão urbana da cidade com suas ruas asfaltadas, suas edificações erguidas, com a impermeabilização cada vez maior do seu solo e pelo rigoroso desmatamento tenha retirado a proteção da radiação solar e a capacidade de absorção do calor por ela produzido, influenciando assim na temperatura do ar e com isto trazendo desconforto a sociedade teresinense (2015, p. 32).

O período chuvoso em Teresina acontece de dezembro a maio; no entanto, a média anual de precipitação não alcança 1.400mm anuais. “A estação das chuvas em Teresina acontece praticamente em seis meses do ano – de dezembro a maio – nos quais a média anual de precipitação pluviométrica é de 1.365 mm, sendo que o mês com maior intensidade de chuva é março” (PMT, 2010, p. 17).

Com relação à vegetação, embora o processo de urbanização da cidade tenha alterado seu quadro natural, Teresina possui vegetação típica de cerrado, marcado pela densidade, com árvores de médio porte. Encontra-se, também, no município, a presença de babaçuais e carnaubais, cujo produto, além de ser matéria-prima para a fabricação de óleo, apresenta inúmeras utilidades, inclusive como combustível (PMT, 2010). A hidrografia do município é contemplada por dois rios perenes: Poti e Parnaíba. “O rio Poti com 54 km de margem dentro do município, e o rio Parnaíba com 90 km” (SANTOS, 2015, p. 32).

Teresina se encontra numa situação privilegiada em recursos hídricos, pois está situada na grande bacia do Parnaíba, permanentemente alimentada por águas subterrâneas oriundas de excelentes aquíferos. Quanto aos mananciais hídricos subterrâneos, estes são também consideráveis, com excelentes condições de aproveitamento e água em geral de muito boa qualidade (PMT, 2010, p. 16).

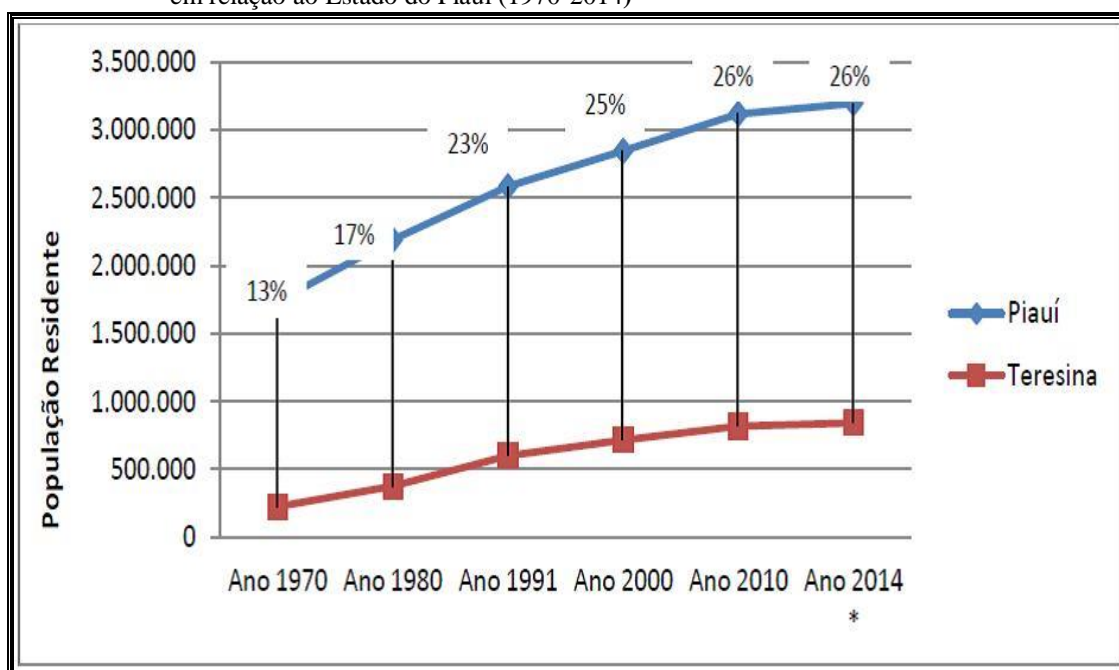
Quanto ao solo, há uma predominância em Teresina dos Lactossolos Amarelo e Podzólicos Vermelho-Amarelo. Ambos se caracterizam pela forte acidez e pouca fertilidade. Conseqüentemente, predomina o baixo nível de nutrientes. Entretanto, existem em menor escala, na cidade, os solos do tipo Brunizem Avermelhado, caracterizados pelo alto teor de argila e baixo nível de acidez (PMT, 2010). Esse solo argiloso tem contribuído para a geração de emprego e renda para muitas famílias que exploram a argila, na fabricação de vários

objetos de decoração em geral, comercializados, sobretudo, no polo cerâmico, localizado no Bairro Poti Velho.

Conforme dito anteriormente, Teresina tem uma extensão geográfica de 1.392 km², com uma população absoluta de 814.230 habitantes, apresentando uma população relativa de 585 hab/km² (IBGE, 2010). Ainda segundo os dados do IBGE (2010), desses quase 815 mil habitantes, naquele período recenseado, 767,557 formavam a população urbana e 46.673 a rural. Esses dados revelam que 94,3% da população teresinense vivem na zona urbana, enquanto, somente 5,7% moram na zona rural do município. Nesse contexto, as projeções demográficas apontam para um crescimento moderado nos próximos anos, evidenciando que, no ano de 2016, a cidade alcançou os 847.430 mil habitantes (PMT, 2016).

A participação da população de Teresina, em relação à população total do Estado, vem crescendo ao longo dos últimos anos. Segundo Teresina (2016), em 1991, os dados apontavam que os habitantes desta Capital representavam 23,2% da população absoluta do Estado; esse número aumenta em 2000, quando alcança 25,2%. No último censo demográfico, constatou-se que dos 3.119.015 habitantes do Estado, 26,1% são teresinenses, como se constata no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da população residente e a participação percentual da população de Teresina em relação ao Estado do Piauí (1970-2014)



Fonte: SEMPLAN (2016).

O espaço urbano de Teresina é formado atualmente por 123 bairros distribuídos, de acordo com a Lei Orgânica do Município, em cinco regiões administrativas: Norte, Sul,

Centro, Leste e Sudeste. Neste trabalho, será adotada a regionalização da cidade, com base no posicionamento de Castro (2016). Esse autor, em sua Dissertação de Mestrado, discorre sobre *Regionalização, planejamento e gestão urbana em Teresina*, considera a expressão “regiões administrativas” ao invés de “zonas administrativas” como categoria mais adequada para se referir à divisão da cidade em cinco recortes espaciais administrativos: Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste. O autor toma por base duas Leis Municipais: Lei Orgânica do Município de Teresina de 1991 e a Lei nº 2113 de 10 de fevereiro de 1992.

A escolha dessa subdivisão em cinco regiões administrativas se faz necessária pelo fato de existirem outros modelos de recortes espaciais na cidade, como, por exemplo, a regionalização da cidade criada no ano de 2000 pelas (SDU's). Nesse modelo regional, a cidade foi recortada em quatro regiões administrativas, organizada da seguinte forma: Centro-Norte, Sul, Leste e Sudeste. Nota-se que ocorreu a fusão de duas regiões administrativas da cidade, ou seja, a “região Norte” e “região Centro” que formam uma única área nesse recorte espacial proposto pelas Superintendências de Desenvolvimentos Urbanos de Teresina.

2.2.2 Dinâmicas urbanas em Teresina

A organização do espaço piauiense se deu de forma peculiar, quando comparado com outros Estados vizinhos. Na concepção de Santos (2015), diferentemente de outros Estados do Nordeste, a ocupação do Piauí começou do Sul para o Norte, ou seja, do interior para o litoral.

Por muito tempo, o Piauí constituiu-se em um território pertencente ao vizinho Estado do Maranhão, tornando-se independente, administrativamente, apenas no início do século XVIII, com a criação do seu primeiro governo. Reis Filho (2012 apud SANTOS, 2015) destaca muito bem esse momento.

Até 1718, o Piauí era um território pertencente ao Maranhão, neste ano foi criada a Capitania de São José do Piauí. Essa separação do maranhão só foi concretizada em 1758, com a instituição do Poder Judiciário e a posse do primeiro governador. Somente em 1814, o Piauí tornou-se independente politicamente do Maranhão, com a criação do seu próprio governo militar (2015, p. 34).

O processo de urbanização do Piauí teve início no começo do século XVII, com a emancipação do Estado à condição de Capitania. Nesse período, o Estado tinha um núcleo urbano, a Vila da Mocha, cidade sede da Capitania, e seis freguesias, com precárias condições de infraestrutura. Mott (1985 apud NUNES e ABREU, 1995) destaca as condições estruturais dos primeiros núcleos urbanos do Piauí no século XVII.

A cidade da mocha, não tem relógio, casas de câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou qualquer oficina pública. Serve de Câmara uma casa térrea de barro [...]. A cadeia é coisa indigníssima, sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros. A casa de açougue é alugada. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade, verdadeiramente só goza o nome (1995, p. 90).

Pode-se constatar que as condições básicas desses aglomerados eram precárias; isso demonstra que a criação dos primeiros núcleos urbanos era uma forma política de organizar o espaço piauiense a partir da centralização do poder. Na opinião de Mott (1985 apud NUNES e ABREU, 1995, p. 91), “[...] fica evidente que a motivação em criá-las era de natureza político/administrativa, constitui-se, pois, em mecanismo de centralização do poder político e decorreu do efeito do cumprimento das normas e preceitos jurídicos do império”.

Convém destacar que o processo de urbanização do Piauí ocorreu de forma lenta e desigual, intensificando-se após a década de 1950, estando inserido no contexto da urbanização brasileira. Embora a colonização tenha iniciado do Sul para o Norte, ou seja, do interior para o litoral, uma tendência da urbanização piauiense foi um crescimento maior das cidades localizadas no Norte do Estado, sobretudo, após a fundação da cidade de Teresina.

[...] uma tendência que passou a caracterizar a urbanização do Piauí, foi o crescimento urbano mais acentuado no norte do Estado que no sul, o que prossegue nos dias atuais e que teve sua gênese no processo de desenvolvimento do socioeconômico do Estado, a partir da sua colonização. Essa tendência intensificou-se com a transferência da capital da cidade de Oeiras para a de Teresina (REBÊLO, 2000, p. 107-108).

O processo de urbanização de Teresina começa ainda no século XVIII, principalmente, quando viajantes oriundos de São Paulo, Pernambuco e Bahia começaram a povoar uma área que posteriormente formaria a Vila Nova do Poti, dando origem, na segunda metade do século XVIII, a cidade de Teresina, a nova capital da província do Piauí (SANTOS 2015). “[...] de 1713 a 1790, os colonizadores ocuparam a barra do Poti, formando um aglomerado urbano que se transformou na Vila do Poti” (TERESINA, 1993, p. 37).

A Vila do Poti era um espaço privilegiado tanto do ponto de vista geográfico como do ponto de vista econômico. Segundo Nunes e Abreu (1995), a Vila do Poti encontrava-se situada na confluência do rio Poti com o Parnaíba, local de antigo reduto de índios; constituía um lugar privilegiado para a agricultura e fator econômico, sendo uma passagem entre o Norte da Capitania e o restante do Brasil. Nesse contexto, Reis Filho (2012 apud SANTOS, 2015, p. 34) destaca que “[...] a barra do Poti apresentou um crescimento populacional e um efervescente comércio desde 1760, e, em 1832, foi elevada à categoria de Vila”.

A Vila do Poti também constituía uma ligação entre Oeiras, até então capital da Província, a outras cidades, como, por exemplo, Parnaíba no Norte do Estado e Caxias no Estado vizinho do Maranhão. Nunes e Abreu (1995) discorrem sobre esse período, destacando a dificuldade de comunicação entre Oeiras e outras cidades.

A dificuldade de comunicação de Oeiras obrigava o escoamento das riquezas do Piauí somente pelo Maranhão, justamente através da passagem mais acessível à época, a Vila do Poti, que por via fluvial, ficava relativamente próximo de Caxias (NUNES E ABREU, 1995, p. 95).

Segundo Façanha (1998), a área urbana que envolvia a Vila do Poti estava constantemente sujeita a inundações nas margens dos rios, o que provocava alagamentos em toda a Vila. Para o autor, esse foi um fator primordial para o deslocamento da Vila do Poti para uma nova área nominada como Vila Nova do Poti.

A emancipação da Vila Nova do Poti à condição de capital da Província tornou-se realidade no ano 1852, quando o então presidente da Província José Antonio Saraiva, acreditando no potencial daquele lugar para o desenvolvimento do Estado, e embasado no lema “mudar para progredir”, proclama Teresina, no mesmo local, como a nova sede do Governo e capital da Província, conseqüentemente a cidade de Oeiras, antiga sede do governo, perdia o posto para a então Vila Nova do Poti.

Nesse contexto, Santos (2015) aponta que a mudança da capital de Oeiras para Teresina teve como principal motivação a necessidade de maior integração com as cidades de Parnaíba (PI), bem como fazer frente ao dinamismo da vizinha cidade maranhense de Caxias, uma vez que Oeiras ficava distante do rio Parnaíba, considerado a principal via de transporte à época. Neste debate, Façanha ressalta que:

Os motivos que levaram a mudança da capital resultaram do quadro decadente em que se encontrava a cidade de Oeiras, como, também, das próprias possibilidades favoráveis que esse processo poderia desencadear em prol de um maior desenvolvimento de todo o Estado (1998, p. 23).

Nunes e Abreu reforçam essa ideia quando destacam que “[...] esse era um dos argumentos políticos usados pelo Governador Saraiva: uma vez estabelecida a capital às margens do navegável rio Parnaíba, as comunicações seriam amplamente favorecidas e, assim, toda uma gama de ações administrativas seriam facilitadas” (1995, p. 95).

Os primeiros habitantes da nova capital eram formados por antigos moradores da antiga Vila do Poti, que passou a ser chamada Vila Velha do Poti, hoje corresponde a um bairro de Teresina, conhecido como Poti Velho. Essa população era formada por pequenos

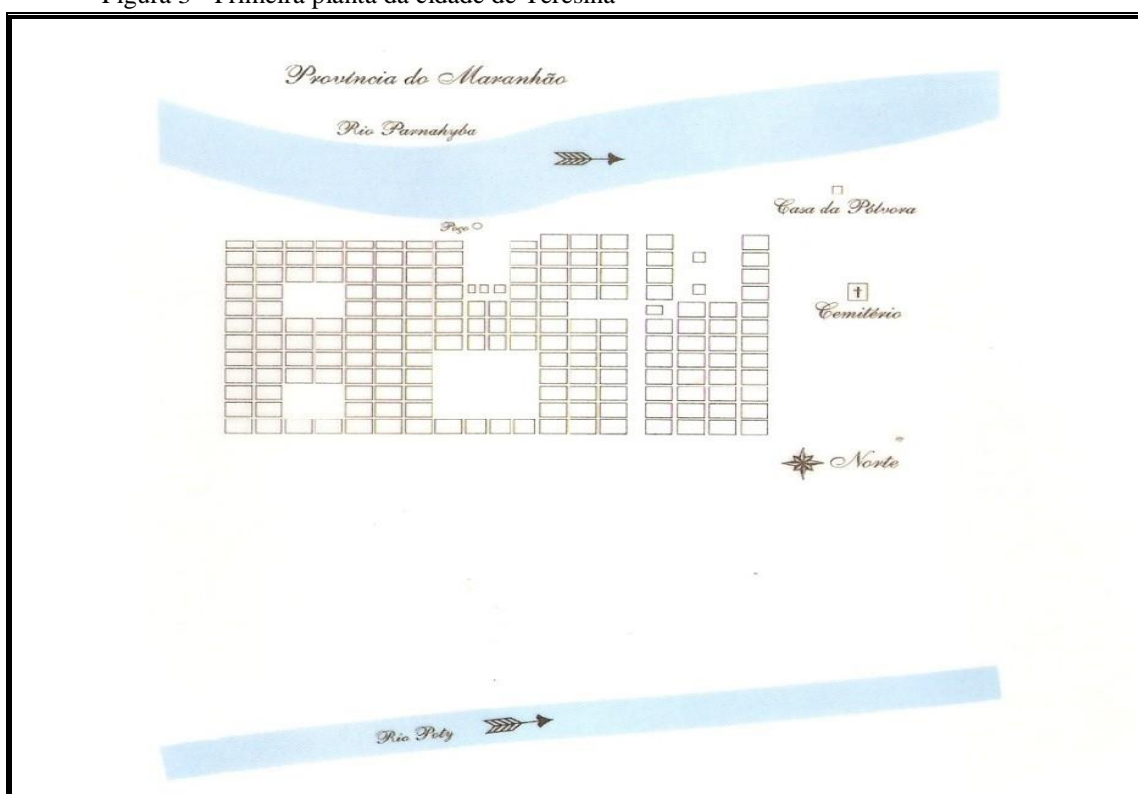
comerciantes, agricultores e fazendeiros da vizinhança, além das pessoas oriundas da antiga capital Oeiras, composta principalmente de funcionários públicos, militares e representantes da Igreja. Mais tarde, para ajudar na construção dos primeiros edifícios da cidade vieram os escravos (NUNES e ABREU, 1995).

A cidade de Teresina não foi construída de forma aleatória, foi uma cidade planejada desde o início de sua fundação, como bem destaca Viana:

A nova capital do Piauí foi projetada por Conselheiro Saraiva, tendo como traçado geométrico a forma de tabuleiro de xadrez, a primeira do Brasil com essa configuração, e que determinou o crescimento radiocêntrico da cidade de Teresina. O centro era representado pela Igreja Nossa Senhora do Amparo, a primeira edificada na cidade. De norte a sul, Teresina tinha 3 km e 18 quadras, e de leste a oeste, os limites eram os rios Poti e Parnaíba, com 12 quadras, totalizando uma área de 43km² (2005, p. 67).

Os primeiros moradores de Teresina ocupavam as quadras do espaço planejado, caracterizado por casas grandes com quintais e pomares particulares. Santos (2015) ressalta que, naquele primeiro momento, a cidade possuía praças e ruas arborizadas, o que fez a capital piauiense receber o título de cidade verde, outorgado pelo poeta maranhense Coelho Neto.

Figura 3 - Primeira planta da cidade de Teresina



Fonte: SEMPLAN (2016).

A Figura 3 mostra a primeira planta da cidade de Teresina, que, entre outras características, destaca-se por sua semelhança a um tabuleiro de xadrez, com um maior número de quadras no sentido Norte-Sul como já foi apontado por Viana (2005).

No período que compreende a fundação da cidade até a última década do século XIX, a organização espacial urbana da cidade sofreu poucas mudanças. Abreu (1983 apud FAÇANHA, 1998, p. 25) relembra muito bem esse período ao destacar que somente em “[...] 1889 estabeleceu-se um serviço regular de limpeza urbana [...] O telégrafo foi instalado em 1882 [...]. A primeira tentativa de implantação fabril deu-se a partir de 1874 com a proposta de criação de uma fábrica de tecido, concretizada anos mais tarde”.

Sob este aspecto, Santos (2015) também ressalta alguns fatos que contribuíram para o processo de urbanização da cidade: “A iluminação pública a querosene, implantada em 1866, o sistema de abastecimento de água e rede de esgotos em 1906, a luz elétrica em 1910, e a pavimentação de ruas em 1929” (SANTOS, 2015, p. 36). Segundo a autora, urbanização da cidade, toma impulso a partir da década de 1950, com destaque, na década de 1960, para a abertura das grandes avenidas e início da ocupação das zonas além do rio Poti.

Ao discorrer sobre a evolução urbana da cidade, Façanha (1988) destaca que:

Entre os anos de 1940 a 1950, o espaço urbano de Teresina sofreu algumas transformações espaciais, gerando novas áreas de crescimento na cidade, com destaque especial para as Zonas Norte e Sul. Na Zona Norte, o crescimento se deu em direção aos bairros Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro. [...] Na Zona Sul, a expansão acontecia em direção aos bairros Piçarra, Vermelha, São Pedro e Tabuleta, seguindo os espaços entre os rios Poti e Parnaíba (1998, p. 29).

Observa-se, com base nos autores, que a expansão da cidade, a partir da década de 1950, ganha maior dinamismo, embora estivesse segregada entre o perímetro estabelecido pelos dois rios. Vale ressaltar que essa expansão no sentido Norte e Sul, nesse primeiro momento, contraria o primeiro modelo de ocupação da cidade, que, segundo Teresina (2003), previa o desenvolvimento da cidade no sentido Leste-Oeste.

Sobre a configuração espacial da cidade e a localização de seu sítio urbano entre dois rios, Silva (1989 apud FAÇANHA, 2004, p. 181) destaca um aspecto interessante: o “[...] contorno dos rios circundantes que, ao se encontrarem na parte norte, encurralam a cidade numa espécie de península, praticamente limitando sua extensão nessa direção, e deixando livre, apenas, a direção sul”.

É importante salientar que a década de 1950 é marcada pelo crescimento da malha rodoviária de transporte e comunicação, contribuindo, dessa forma, para integração do espaço piauiense em diferentes escalas.

Por sua vez, Rebêlo (2000) declara que o processo de urbanização no Piauí intensificou-se a partir da década de 1950, inserindo-se no processo de urbanização brasileiro. Segundo essa autora, é nessa década que as pequenas cidades ocuparam um papel de destaque na urbanização do Estado, uma vez que é notório o crescimento das cidades em todo o Estado, integrando espaços, alterando a forma de consumo e de utilização de bens, lançados por meio dos meios transportes e comunicação modernos, como, por exemplo, automóveis, bicicleta, ônibus, motocicletas, rádio, telefone e televisão. “Assim, de quarenta e sete cidades em 1940, e quarenta e nove em 1950, o Estado passou a contar com setenta e uma em 1960, e 114 em 1970” (RÊBELO, 2000, p. 107).

Corroborando a autora, Viana (2005) aponta que:

[...] a década de 1950 foi marcada pelo desenvolvimento da rede de transporte rodoviário e aperfeiçoamento do setor de comunicação, contribuindo para dinamização do estado e, conseqüentemente, da cidade de Teresina. A construção da barragem de Boa Esperança - acompanhada do desenvolvimento dos setores administrativos, financeiros, creditícios - e a ampliação do comércio varejista foram fatores que provocaram o crescimento econômico da capital em múltiplos aspectos (VIANA, 2005, p. 67).

Ao se reportar ao processo de urbanização em Teresina, na década de 1950, Façanha (2004) denomina esse período como um “divisor de águas”, uma vez que a expansão urbana da cidade se desprende da orientação da planta inicial, seguindo uma lógica menos rígida, com destaque para a ocupação de grandes avenidas.

A atividade industrial e comercial, na década de 1950, também merece destaque, enquanto mecanismo que contribuiu para a produção e organização da cidade. Segundo Façanha (2003), nos anos de 1950, as ações dos industriais foram efetivas na produção do espaço urbano. Esse processo é notável quando se observa a evolução do setor industrial na cidade. Façanha (2003, p. 60) aponta que “[...] entre o período de 1918 e 1950, foram instaladas 0,4 estabelecimentos por ano e que entre os anos de 1950-1967 já se instalavam 7,5 indústrias por ano”.

Quanto à atividade comercial, merece destaque o comércio varejista, como bem destaca Façanha (2003, p. 60) “[...] na década de 1950, cresce a participação dos comerciantes na cidade, resultando do aumento do comércio varejista fruto do intercâmbio comercial com outras cidades beneficiado pela melhoria no transporte rodoviário”.

Na década de 1960, em função dos investimentos realizados em educação, saúde, energia, bem como pela expansão da malha viária que ligou a cidade a outros municípios, Teresina passou a ser um polo de atração, conseqüentemente a população da cidade cresceu vertiginosamente. Santos (2015) ressalta que:

Para absorver a população vinda das cidades vizinhas, ação do Estado foi de construir conjuntos habitacionais nas áreas mais afastadas do centro; essa política contribuiu para expandir a ocupação física da cidade e para aumentar sua segregação espacial (2015, p. 38).

Nesse contexto, o Estado teve um papel fundamental, sobretudo, no que diz respeito às políticas habitacionais. “[...] no âmbito Federal, vale destacar a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública” (FAÇANHA, 2004, p. 184). Essa política foi responsável pela construção de vários conjuntos habitacionais.

Entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para o conjunto habitacional do Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, na zona sul, zona esta que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto primavera I, localizado na zona norte (FAÇANHA, 2004, p. 184).

Ainda nos anos de 1960, outro aspecto relevante apontado por Abreu (1983 apud FAÇANHA, 2003) foi as migrações de população de alto poder aquisitivo, originárias, em sua maior parte, do antigo centro tradicional, em direção aos outros bairros, com destaque para o Jockey Club, que mais tarde foi desmembrado em Jockey Club e Fátima, São Cristóvão, Planalto Ininga, entre outros, localizados na zona Leste da cidade. Façanha (2003, p. 61) destaca que esse processo “[...] gerou um rebatimento espacial, concentrando uma fração da população que possuía um alto poder aquisitivo”.

Observa-se que, no decorrer do processo de urbanização piauiense, Teresina vai se destacando cada vez mais como a principal cidade do Piauí, assumindo, dessa forma, a posição de um centro polarizador e concentrador da maior população do Estado, bem como das melhores infraestruturas, quando comparada com as demais cidades piauienses.

Rebêlo (2000) destaca que, na década de 1960, a cidade de Teresina tinha uma população de 98.329 habitantes, sendo a 34ª cidade mais populosa do Brasil; no entanto, a segunda e a terceira cidade mais populosa do Estado eram Parnaíba e Floriano, que tinham uma população de 39.145 (hab.) e 15.547 (hab.) respectivamente. Para a autora, o processo de

urbanização do Piauí, marcado pela hegemonia de Teresina como a única cidade grande do Estado, caracterizou uma macrocefalia² da rede urbana piauiense.

A tendência á macrocefalia da rede urbana piauiense aprofundou-se também nos anos seguintes. [...] a população da cidade Parnaíba representava, em 1960, 39,81% da população de Teresina, nos Censos de 1970, 1980 e 1991 e na contagem da população de 1996, esse percentual baixou para 31,49%, 23,39%, 18,87% e 18,34% respectivamente, prova evidente da primazia crescente da cidade de Teresina no comando da organização da rede urbana estadual (REBÊLO, 2000, p. 107).

Na década de 1970, a organização espacial de Teresina é caracterizada pelo processo de descentralização espacial, com o surgimento de subcentros e a construção de novos conjuntos habitacionais. Conforme Santos (2015, p. 38), “[...] essa política é intensificada e a tendência de ocupação da zona Sul é mantida. Dos onze conjuntos construídos nessa década, oito foram, na zona Sul, dois na zona Norte e um na zona Leste”.

Essa política foi fortalecida pela criação, por parte do Governo Federal, das Companhias de Habitações (COHABs), na década de 1970. O objetivo principal, nesse contexto, era criar um dinamismo maior no espaço urbano, diminuindo dessa forma o déficit habitacional.

[...] as COHABs iriam atender, principalmente, o “Mercado Popular”. No caso de Teresina, iriam permitir a redução das disparidades sociais e as contradições, determinado pelos grandes investimentos públicos, então aplicados na construção de vários conjuntos habitacionais, que se prolongaram até a década de 1980 (VIANA, 2005, p. 69).

Nesse contexto, Façanha (2003) chama a atenção para o processo de descentralização espacial, principalmente com “[...] o aparecimento de supermercados em novos subcentros regionais, aniquilando, em parte, com os pequenos comerciantes” (FAÇANHA, 2003, p. 61). Um dos fatores que contribuíram para o surgimento desses núcleos comerciais foi à construção dos conjuntos habitacionais em diferentes zonas da cidade (Tabela 1).

Dentre os conjuntos habitacionais construídos nessa década, merece destaque o Conjunto Itararé, em 1978, com um total de 3.040 unidades. Segundo Façanha (1998), a construção do Itararé I foi muito importante para a expansão da zona Leste da cidade. Para Lima (2010) é partir desses conjuntos que inicia um processo de ocupação de áreas adjacentes.

² Segundo Santos (2004), macrocefalia urbana corresponde “[...] a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propícia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana” (2004, p. 306).

Tabela 1 - Habitações construídas pela COHAB-PI na década de 1970

Conjuntos	Ano	Zona	Nº de Casas
Cristo Reis	1975	Sul	92
Stand-tiro	1977	Sul	40
São Pedro	1977	Sul	66
Bela Vista I	1977	Sul	912
Ampliação do Parque Piauí	1977	Sul	500
União	1977	Norte	80
Saci	1978	Sul	2.034
Itararé ³	1978	Leste	3.040
São Pedro	1979	Sul	109
DER	1979	Sul	70
Primavera	1979	Norte	100

Fonte: Façanha (1998).

A Tabela 1 revela que dos onze conjuntos habitacionais construídos na década de 1970, a maioria deles encontram-se na zona Sul. Façanha (1988), à época, chama a atenção para essa prioridade dada às zonas Sul e Leste em detrimento da zona Norte da cidade, que, por sua vez, se mostrou uma zona que “[...] inibe e limita a expansão dos agentes imobiliários, devido a razões de ordem social e natural” (FAÇANHA, 1988, p. 91). Essa realidade mudaria na década seguinte.

Na concepção de Façanha (2003), o processo de evolução urbana de Teresina assim se caracteriza nesse período:

Em 1970 a cidade de Teresina possuía uma população total de 220.487 habitantes (hab.) com 181.062 hab. Residindo na zona Urbana o que equivale a 82,11%. Nessa década, Teresina continuava a destacar-se no contexto estadual, beneficiada pela construção da hidrelétrica de Boa Esperança que contribuiu para dinamizar o setor industrial no Estado (2003, p. 61).

³ O II PET, através da Lei nº 1934, de 16 de agosto de 1998, dividiu a cidade em cinco zonas Administrativa (Norte, Centro, Sul, Leste e Sudeste), nessa lei, o Itararé foi desmembrado da zona Leste para a zona Sudeste de Teresina.

Observa-se que o contingente populacional da cidade continua a crescer, e consolida-se como umas das maiores cidades do Brasil. Para Rebêlo (2000), quanto ao Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991, Teresina se consagra como uma das maiores cidades brasileiras em termo populacional, quando ocupa a 31^a, 23^a e 16^a posição, respectivamente, em relação aos centros urbanos mais populosos do País.

A década de 1980 é marcada pela complexidade das relações espaciais e sociais no processo de evolução urbana da cidade. No âmbito da política habitacional, ocorreu uma maior espacialização dos conjuntos, inclusive em direção à zona Norte da cidade. Segundo Façanha:

A zona Norte, que, na década anterior, não tinha sido muito beneficiada com a construção de conjuntos habitacionais de médio e grande porte, foi favorecida com a construção do Conjunto Mocambinho I (1982), Mocambinho II (1984) e Mocambinho III (1985), totalizando 5.135 unidades habitacionais, tornando-se um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade (1988, p. 91).

É importante salientar que, de acordo com Santos (2015), essa construção impulsionou a ocupação de áreas vazias entre o centro da cidade e os rios Poti e Parnaíba. Destaca-se também nessa década a construção de vários conjuntos em outras zonas (Tabela 2).

Tabela 2 - Habitações construídas pela COHAB-PI na década de 1980

Conjuntos	Ano	Zona	Nº de Casas	Conjuntos	Ano	Zona	Nº de Casas
Itararé II	1980	Leste	4.254	Tancredo Neves*	1985	Sul	756
Itaperu	1980	Norte	164	Mocambinho III	1985	Norte	1.128
União II	1981	Norte	100	P. Militar	1985	Leste	85
Cíntia Portela	1981	Norte	176	Boa Esperança II	1985	Leste	104
J.E. Falcão	1982	Sul	976	Novo Horizonte	1986	Leste	300
Promorar-Angelim I	1982	Sul	4.696	Renascença I	1986	Leste	900
Mocambinho I	1982	Norte	3.031	Morada Nova*	1988	Sul	984
Catarina	1983	Sul	120	Renascença**	1989	Leste	1.450
Mocambinho II	1984	Norte	976	Mor. Nova II e III	1989	Sul	1.188
Boa Esperança	1984	Leste	150	Angelim II	1989	Sul	264
São Joaquim	1985	Norte	824	Santa Fé	1989	Sul	533

Fonte: Façanha (1998)

* Conjuntos de Apartamentos

** II/I, II e III etapas

Observa-se, de acordo com a Tabela 2, que a zona Sul continua sendo destaque na construção dos conjuntos habitacionais. Nesse contexto, ganha notoriedade a construção do Conjunto Promorar – Angelim I, com o total de 4.696 unidades habitacionais. Essa década

também é marcada pela construção de conjuntos formados por apartamentos, como bem evidencia Façanha (1998).

[...] a Zona Sul nesse período, foi marcada, principalmente na década de 80, pela construção de vários conjuntos de apartamentos, como, por exemplo, João Emilio Falcão (1982), Tancredo Neves (1985) e o Morada Nova [...] (FAÇANHA, 1998, p. 92).

Nessa década, verifica-se, além da construção, a ampliação de outros conjuntos habitacionais, como é o caso do Conjunto Itararé na zona Sudeste, que, conforme apresenta a Tabela 2, recebeu mais 4.254 unidades habitacionais, somando-se com as 3.040 unidades do Itararé I (1978), tornou-se o conjunto mais populoso de Teresina.

Neste contexto, é notória a importância da construção dos conjuntos habitacionais para a evolução urbana da cidade de Teresina. Segundo Façanha:

[...] ao final da década de 1980, foram construídas na cidade, aproximadamente 23.179 unidades habitacionais, representando uma quantidade superior ao triplo da existente na década anterior. Essa produção expressiva de habitações, nas décadas de 70 e 80, demonstrou o grau de importância e de complexidade que adquiriram os conjuntos habitacionais na produção do espaço urbano de Teresina, estimulando a expansão urbana da cidade em todas as direções (1998, p. 92).

Outra observação importante nesse período foi a descentralização espacial, sobretudo da atividade comercial, “[...] ocasionando um espraiamento a todas as direções da cidade” (FAÇANHA, 2004, p. 188). Segundo o autor, a área central da cidade sofreu um processo de revalorização comercial; paralelo a esse processo, foram construídas grandes avenidas, que facilitaram a descentralização das atividades de comércio e serviços em direção a outras zonas da cidade.

O crescimento do setor industrial, na década de 1980, foi outro fator apontado por Façanha (2004).

Nessa década, a cidade apresentou um crescimento do setor industrial, principalmente no tocante às pequenas empresas, com destaque para o setor de confecções. [...] outro setor que se expandiu foi o da construção civil, apresentando nos primeiros anos um número de 56 imobiliárias [...] (FAÇANHA, 2004, p. 188).

Segundo o autor, esse número de imobiliárias evidencia, de forma mais organizada, as ações dos promotores imobiliários, atuando nesse ramo da construção civil. O resultado desse processo pode ser observado, espacialmente, na verticalização de algumas áreas da cidade como, por exemplo, bairros Cabral, Frei Serafim e Ilhotas.

Destaque-se, ainda nesse debate, o surgimento do processo de favelização que ganha relevo na cidade, a partir dessa década. Um dos fatores que contribuíram para essa intervenção do solo urbano por grupos excluídos consistiu na redemocratização do País, sobretudo, a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Nesse sentido, Façanha (2004) assevera que, em meados da década de 1980, em razão das inundações ocorridas em Teresina, principalmente na zona Norte, surgiram na cidade as ocupações de terra, realizadas de forma organizada pelos movimentos sociais urbanos.

Ressalte-se, também, que, alinhado às novas diretrizes da Constituição Federal de 1988, o Governo Municipal, procurando disciplinar o uso do solo urbano, elaborou o II Plano Estrutural de Teresina em 1988. Viana (2005, p. 68) afirma que o “[...] o II Plano Estrutural foi requisitado em 1987, devido ao agravamento das condições gerais de urbanização”. Para a autora, esse plano definia novas diretrizes para a ocupação do solo urbano em Teresina, frente aos problemas urbanos existentes na cidade, como, por exemplo, o aumento do número de favelas, contrapondo-se à ocupação de áreas nobres na cidade.

No que diz respeito à organização da cidade, segundo Façanha (2004), o II PET dividiu a cidade em 108 bairros, tomando por base a Lei nº 1934, de 16 de agosto de 1988, organizados em cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste.

Na década de 1990, o processo de ocupação do solo urbano foi marcado por vertentes contraditórias. Santos (2015) faz uma reflexão sobre esse paradigma, destacando que, “[...] por um lado, aumentou o número de vilas e favelas [...], por outro, é intensificada a verticalização iniciada na década anterior” (2015, p. 40).

Nesse contexto, um fator que contribuiu para a expansão do processo de favelização foi à redução das políticas habitacionais, sobretudo aquelas direcionadas à construção de conjuntos habitacionais que aconteceram nas décadas de 1970 e 1980.

Refletindo sobre esse processo, Viana (2005) destaca:

A década de 1990 é caracterizada pela crise no setor habitacional, devido à redução das políticas habitacionais na “forma e qualidade”, inibindo a produção de habitações populares. Este fato irá contribuir para a ampliação do processo de favelização da capital e o agravamento das condições de vida dos cidadãos. Mas, por outro lado, é nesse período que ocorre a consolidação do processo de verticalização da cidade de Teresina, deixando mais evidente a segregação existente na cidade e a atuação dos agentes imobiliário, que agem sobre o espaço urbano produzindo e reproduzindo o seu capital (2005, p. 69-70).

Façanha (2003), ao tomar como referência o I, II e III “Censo de Vilas e Favelas”, dialogando sobre as políticas de intervenção do poder público municipal, no sentido de

dimensionar a expansão desses espaços, afirma que em 1993 a cidade de Teresina possuía 141 áreas consideradas vilas, favelas ou similares; estavam, em sua maioria, localizadas nas zonas Norte e Sul. O autor destaca ainda que, em 1996, segundo dados da Prefeitura Municipal de Teresina, a cidade possuía 149 vilas, favelas e áreas de assentamentos, e que, em 1999, o III Censo de Vilas e Favelas registrou a existência de 117 vilas, vinte e quatro favelas e nove parques e residências.

Embora os dados sejam questionáveis, como evidencia o próprio autor, percebe-se certo otimismo da Prefeitura de Teresina frente a esses números publicados, uma vez que, do ponto de vista quantitativo, os dados apontavam para um decréscimo dos números de vilas e favelas no espaço urbano da cidade.

Com relação à verticalização da cidade de Teresina, iniciada na década de 1970, nota-se que, na década de 1990, ocorre a consolidação desse processo, com a expansão de edifícios, para além da região central da cidade. Segundo Façanha:

[...] nessa década o processo de verticalização ganha novos contornos e se expande em novas direções sempre de “mãos dadas” com agentes econômicos que sabem fazer muito bem o “marketing urbano”, apropriando-se dos melhores pedaços da cidade, tendo sempre como vizinhos moradores considerados “nobres”. As áreas de concentração de edifícios residenciais e comerciais migram do Centro em direção aos bairros localizados ao entorno dos shoppings centers e deslocam-se, lentamente, no sentido Sul margeando o rio Poti e à Avenida Cajuína (2003, p. 77).

Corroborando Façanha (2003), Lima destaca:

[...] a concentração da elite Teresinense acontece na região conhecida como “Zona Leste”, mais especificamente nos bairros Jóquei Clube, Fátima, São Cristóvão, Horto, Noivos, Planalto Ininga e também no bairro Frei Serafim que, apesar de não fazer parte desta “Zona”, foi objeto recente de um processo de verticalização de alto padrão (2010, p. 121).

Nota-se, a partir dessa leitura, uma tendência para a ocupação vertical, direcionada para as zonas Centro e Leste. Viana (2001), dialogando sobre a geografia da verticalização em Teresina, afirma que os principais fatores responsáveis pela concentração dos edifícios em tais zonas: a valorização dos terrenos, em razão da escassez dos existentes, as localizações privilegiadas, próximas aos centros e as vias de acesso aos diversos bairros da cidade, as amenidades, decorrentes da proximidade do rio Poti e dos parques ambientais, os serviços oferecidos pelos *shoppings centers* e a boa infraestrutura dessas áreas nobres contribuíram de

forma significativa para a criação de grandes edifícios de luxo nessas áreas, formando uma zona com características de “segregação de alto *status*”.⁴

É importante salientar que, até o ano 2000, as políticas urbanas de ocupação do solo urbano da cidade eram direcionadas para áreas periféricas, seguindo um modelo de expansão urbana horizontal. Para Santos: “[...] os conjuntos residenciais populares eram implantados em áreas distantes e dispersas, o que, por um lado, barateava sua construção, tornava-se mais caro posteriormente dotá-lo da infraestrutura mínima necessária” (2015, p. 41).

Segundo a autora, desde o ano 2000, essa tendência vem sofrendo algumas mudanças significativas na organização e ocupação do solo urbano. Segundo Teresina (2013, p. 47) “[...] recentemente o governo e até a iniciativa privada mudaram sua política urbana, de modo que um maior número de pessoas se transferiu para apartamentos e condomínios fechados”. Geralmente esses empreendimentos são edificados em vazios urbanos, direcionados principalmente para a classe média.

Os órgãos financeiros do governo estimulam os empreendedores da construção civil a ocupar os vazios urbanos e financiam conjuntos e edifícios residenciais para a classe média. A iniciativa privada tem sido mais agressiva em termos de edificações de grande porte e condomínios, normalmente, destinados à população de maior poder aquisitivo, principalmente na zona leste e na zona centro-sul (PMT, 2013, p. 47).

Um fator que merece destaque nessa tendência urbana mais recente tem sido a descentralização espacial de alguns setores, sobretudo, de comércio e serviços, do núcleo central para a periferia da cidade. Essas atividades têm se espalhado, em diferentes escalas, pelas regiões da cidade, criando um novo dinamismo urbano, uma vez que algumas regiões da cidade se tornaram subcentros ou áreas que apresentam uma variedade equilibrada dessas atividades.

O crescimento da cidade [...], tem provocado mudanças na ocupação espacial do comércio varejista e de empresas prestadoras de serviços. Assim observa-se: [...] o surgimento de pólos de comércios e serviços nos grandes bairros, como Itararé, Parque Piauí e São Cristóvão; [...] Assim sendo, começa a ocorrer uma polinucleação na cidade, com o surgimento de novos centros, o que é um aspecto positivo, pois evita longos deslocamentos da população e economia de transportes (TERESINA, 2002, p. 21).

Sob este aspecto, Lima (2010) afirma que as principais características que determinam um subcentro estão relacionadas com uma complementaridade existente entre diferentes

⁴ Segundo Viana (2005), o termo “segregação de alto *status*” está relacionado à ocupação de áreas urbanas da cidade, por grupos sociais que apresentam um padrão elitista, com certa homogeneidade social e econômica.

funções que estes executam, assim como a variedade equilibrada de atividades comerciais e de serviços que esse polo apresenta. Segundo o autor:

[...] essa “variedade equilibrada”, alcançada “naturalmente” pelas forças de mercado, é responsável pela otimização dos deslocamentos dos consumidores, sendo que quanto maior a variedade de comércio e serviços existentes num centro, ou subcentro, menor o número de viagens que um consumidor precisa para ter todas suas necessidades atendidas. Dessa forma, os grandes subcentros têm tudo o que os consumidores precisam, inclusive no tocante aos serviços públicos e privados (LIMA, 2010, p. 59).

Conforme Santos (2015), além do “Grande Dirceu”, que se tornou um subcentro na zona Sudeste, existe também um polo que apresenta uma variedade de atividades na zona Leste, formado pelos bairros de Fátima, São Cristóvão e Jóquei. A autora também destaca outros polos: “Há ainda dois outros polos não bem definidos, um na zona Norte, no entorno dos bairros Buenos Aires e Mocambinho, na zona Sul, na região do Parque Piauí e Promorar” (SANTOS, 2015, p. 42).

Observa-se, com base nas observações de Façanha (1988; 2003; 2014), Lima (2010), Santos (2015) Viana (2005), e nas análises feitas pela própria Prefeitura Municipal de Teresina (2010; 2002; 2016), que o processo de urbanização em Teresina envolveu vários fatores e processos de natureza complexa, no entanto, constata-se que esses processos deram origem a espaços contraditórios, como bem destaca Santos (2015, p. 43), “[...] de um lado zonas mais estruturadas; e, do outro, zonas com estrutura precárias, distantes do centro, habitadas por população de renda inferior”.

Essas zonas “menos favorecidas”, geralmente enfrentam os maiores problemas urbanos da cidade, sejam eles relacionados à educação, saúde, moradia, saneamento e segurança. Dentro desse contexto, enfatiza-se mais uma vez que é necessário entender como o Estado vem pesando a cidade a partir de seu dinamismo urbano, de seus principais dilemas, entre eles a questão da violência urbana na cidade, sobretudo, os crimes de homicídio, temática que vai ser discutida na próxima seção deste trabalho.

2.3 Violência urbana

A violência é um tema que atrai o interesse de todos, embora algumas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia e as Ciências Jurídicas tenham contribuído de forma mais significativa para as pesquisas sobre a temática. Definir violência não é uma tarefa fácil, uma vez que o conceito envolve certos fatores históricos e socioculturais, fazendo a percepção de violência variar no tempo e no espaço.

Dentro dessa variação espacial e temporal, pode-se afirmar que um comportamento, tácito ou expressamente, considerado como um ato de violência no Brasil, em outro país não se configure manifestação de violência, ou ainda um hábito que, no passado, era considerado ou aceito como uma conduta normal; contudo, no presente, pode ser apontado como uma postura inaceitável, por contrariar novos princípios e regras, configurando-se, portanto, um ato de violência.

Embora a percepção de violência sofra variação de um lugar para outro, é importante destacar que um ato de violência está relacionado à ideia de causar sofrimento ao corpo humano, seja ele físico ou psíquico, sobretudo, quando ele excede regras, limites e acordos consolidados dentro de uma estrutura social.

Ao refletir sobre violência e crime, Zaluar afirma:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, rigor, emprego de força física ou o recuso do corpo em exercer a sua força vital). Essa força torna-se violenta quando ultrapassa os limites ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam as relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. [...] Além de polifônica no seu significado. Ela é também múltipla nas suas manifestações (1999, p. 28).

Para a autora, é a percepção do limite, da perturbação e do sofrimento provocado que caracteriza um ato de violência, embora essa percepção sofra variação histórica e cultural em diferentes escalas espaciais.

Corroborando o pensamento da autora, Moraes (1981, p. 25) afirma que a “[...] violência está em tudo o que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtorno à sua integridade psíquica”. Entretanto, conclui o autor, “[...] violentar o homem é arrancá-lo de sua dignidade física e mental” (MORAES, 1981, p. 25).

Nesse contexto, Rodrigues (2006 apud MELARA, 2008) destaca que para falar sobre violência é preciso caminhar por um discurso analítico, pois só assim é possível dialogar sobre todas as formas de violência. Na visão analítica do autor, o discurso sobre a temática deve se afastar daqueles valores e princípios ideológicos pessoais que, em muitos casos, guiam os pesquisadores, sem que os perceba. Para tanto, se faz necessário compreender a pluralidade de fenômenos que cercam esse conceito. Segundo o autor, seria mais apropriado usar o termo “violências” ao invés de “violência”, para englobar todas as definições e fenômenos relacionados a essa questão. “[...] é mais adequado falar em violências: violência urbana, rural, simbólica, cognitiva, física, instrumental, subjetiva, policial, intrafamiliar,

doméstica, de gênero, esportiva, grupal, de massa, militar, bélica, entre muitas outras” (RODRIGUES, 2006 apud MELARA, 2008, p. 25).

A partir do posicionamento dos autores sobre violência, nota-se a pluralidade em seu significado e ações, bem como a complexidade que envolve o estudo desse fenômeno. Embora existam muitas formas de violência, não é intenção, nessa seção, debater sobre todas elas, mas discutir sobre a violência criminal urbana, tomando como parâmetro os crimes de homicídio,⁵ uma vez que as taxas de óbito por assassinatos têm sido consideradas por especialistas como a principal referência para se medir o impacto da violência urbana na qualidade de vida das pessoas.

Ao consultar Adorno (2002), Beato Filho (2012), Zaluar (1988), entende-se por violência criminal urbana as ações criminais expressamente definidas em lei, praticadas por seres humanos contra um bem juridicamente protegido, seja ele material ou imaterial, sendo que o *locus* dessas ações é o espaço urbano das cidades, ou seja, o espaço citadino.

Se faz importante salientar nesse debate que a violência criminal ocorre tanto na cidade, quanto no campo, logo, torna-se complexo definir crimes exclusivamente urbanos ou rurais. Para Souza (2005), é difícil classificar crimes eminentemente urbanos, na medida em que se observa que um homicídio, um roubo, um furto, um sequestro ou um estupro são práticas delituosas que acontecem tanto no centro de uma cidade como em uma casa de campo.

É claro que a violência tem se manifestado, desde sempre, tanto na cidade quanto no campo, e nas mais diferentes formas possíveis: guerras convencionais, guerras civis, revoluções, crimes políticos, crimes passionais, latrocínios (ou seja, roubo seguido de morte) [...] naturalmente não haveria de ser o simples fato de uma dada manifestação de violência ter como palco uma cidade que bastaria para qualificá-la tipicamente ou especificamente como urbana (SOUZA, 2005 p. 81-82).

Nessa discussão, o autor, embora reconheça a complexidade em definir crimes exclusivamente urbanos, aponta algumas ações criminosas tipicamente citadinas, como, por exemplo, violência no trânsito, conflitos entre gangues e quadrilhas, quebra-quebras em estações rodoviárias e ferroviárias, entre outros. Cabe mais uma vez ressaltar que embora o foco da discussão seja os crimes violentos, sobretudo, os homicídios, a violência urbana é um fenômeno mais amplo. Como bem destaca Moraes (1981, p. 83), “[...] a chamada violência urbana não se restringe somente às ações juridicamente puníveis”.

⁵ A definição de tipos de pena e características encontram-se expressamente no Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940/Art. 121).

No debate sobre violência criminal urbana no Brasil, os termos “violência” e “crime” geralmente são colocados pela mídia, e até por especialistas no assunto, como sinônimos, no entanto, essas duas categorias apresentam significados diferentes. Crime é um ato contrário a lei, praticado por seres humanos; a violência, por sua vez, é um fenômeno mais amplo e mais complexo de se definir e conceituar.

Sob este aspecto, Melara destaca:

Uma distinção de fundamental importância para este estudo é [...]. Crime é qualquer infração a lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônimos de crime e reduzir a discussão apenas aqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos (2008, p. 26).

2.3.1 Violência urbana no Brasil

No Brasil, após a segunda metade do século XX, principalmente com a consolidação do processo de urbanização em meados da década de 1970, quando os dados estatísticos mostravam que a população dita urbana ultrapassava, em número, a rural. “Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%” (SANTOS, 2008, p. 31). É importante ressaltar que no caso brasileiro, esse processo aconteceu de forma rápida e sem um planejamento adequado, o que gerou vários problemas estruturais, sociais e ambientais, fazendo com que a cidade se tornasse um lugar de conflitos e dilemas urbanos (SOUZA, 2005).

A cidade, especialmente a grande cidade de um país periférico ou semiperiférico (países periféricos, semiperiféricos e centrais), é vista como um espaço de concentração de oportunidades de satisfação de necessidades básicas materiais (moradia, saúde...) e imateriais (cultura, educação...), mas, também como um local crescentemente poluído, onde se perde tempo e se gastam nervos com engarrafamentos, onde as pessoas vivem estressadas e amedrontadas com a violência e a criminalidade (SOUZA, 2005, p. 21-22).

A organização espacial das cidades não acontece aleatoriamente, a parcela do solo urbano, que é ocupado por cada um, obedece a uma lógica mais ampla derivada de sistemas políticos, sociais, sobretudo, econômicos previamente organizados. Nesse ambiente a sociedade constrói o espaço segundo seus interesses, mas sabe-se que os interesses das classes dominantes se sobressaem. Os interesses do capital são atendidos, em detrimento das necessidades sociais, o que gera as desigualdades sociais e a ineficiências das políticas públicas que originam muitos problemas urbanos, entre eles o da violência urbana.

Muitos são os problemas que atingem os centros urbanos, geralmente, relacionados à falta de estrutura das cidades para atender as necessidades de seus habitantes, como as de saúde, educação, saneamento básico, transporte, moradia, emprego, lazer, segurança, dentre outras. Segundo Rodrigues:

[...] os problemas urbanos, entre os quais a violência, são decorrentes da expansão da população urbana, expansão essa que não é acompanhada de infraestrutura e dos equipamentos de serviços coletivos necessários à criação da urbanidade (2002, p. 82),

Nesse contexto, importa ressaltar que a ocupação do solo urbano, nas cidades brasileiras, geralmente, ocorre de forma desordenada, empurrando a maior parcela da população, “os pobres” para aqueles espaços periféricos da cidade. Essas áreas periféricas são representadas por favelas, cortiços, conjuntos habitacionais; coincidem com os espaços em que os índices de violências urbanas são maiores.

Nessa conjuntura, a cidade se tornou palco de contradições sociais e espaciais que, de certa forma, influenciam direta ou indiretamente nas dinâmicas criminais. Como aponta Rodrigues (2002, p. 80): “[...] lugares onde há mais violência coincidem com os espaços que foram ocupados pelos pobres: favelas, cortiços, conjuntos habitacionais distantes e sem infraestrutura”. No entanto, é importante salientar que cada cidade tem a sua dinâmica socioespacial urbana, o que faz, por exemplo, a violência urbana em São Paulo, Rio de Janeiro não apresentar as mesmas semelhanças da violência em Teresina.

No âmbito desse debate, Beato Filho (2012) observa a relação entre o crescimento urbano e o crescimento dos crimes nas cidades, sobretudo, dos homicídios. Para o autor, a forma como se deu o processo de urbanização nas cidades brasileiras, contribuiu para um aumento desordenado dos crimes. “A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram [...]” (BEATO FILHO, 2012, p. 70).

Entre muitos problemas e dilemas inerentes aos centros urbanos, a violência criminal tem ocupado, cada vez mais, um lugar de destaque nesse ambiente, sobretudo, por seu crescimento constante, fato que contraria as melhorias e conquistas que se têm alcançado nos indicadores sociais nas últimas décadas. Além dos avanços nos indicadores sociais, ocorreu também nessas últimas duas décadas, mesmo que de forma mínima, um fortalecimento das instituições democráticas; no entanto, o índice de criminalidades vem aumentando a cada dia, desafiando as políticas direcionadas para esse problema.

Ao discorrer sobre crime e cidade, Beato Filho (2012) destaca:

No ano de 2009, o Brasil alcançou a marca de um milhão de mortes por homicídios, desde que o Ministério da Saúde iniciou sua contabilidade no final dos anos 1970. Trinta anos de cifra que confere ao Brasil a nada invejável posição de um país mais violento do mundo, e certamente o que totaliza o maior número de mortes por homicídio em termos absolutos (BEATO FILHO, 2012, p. 50).

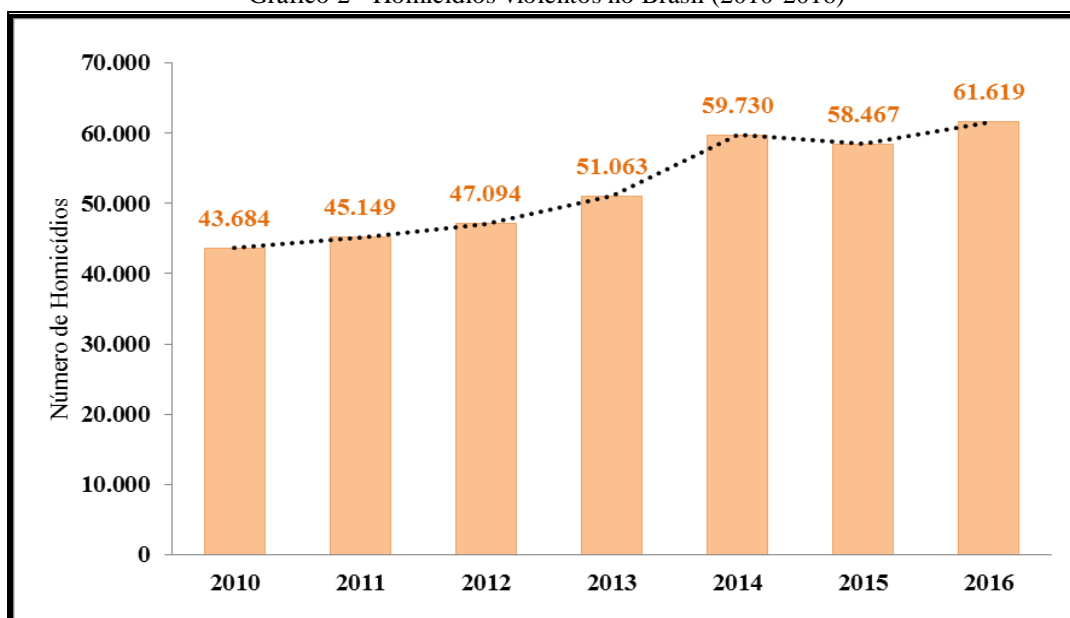
Segundo o autor, esse crescimento desordenado da violência urbana no Brasil é, de certa forma, um paradoxo, uma vez que nesses últimos trinta anos, ocorreram melhorias generalizadas dos indicadores sociais.

[...] os números mostram que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros dobrou nesse período. Nossa taxa de mortalidade infantil baixou drasticamente, o número médio de anos de estudo aumentou, além da melhoria das condições sanitárias das casas brasileiras (BEATO FILHO, 2012, p. 50).

Embora seja um paradoxo na visão do autor, a realidade é que as pesquisas sobre violência urbana nas cidades brasileiras têm revelado números alarmantes. Segundo Cerqueira et al (2016), no ano de 2014, ocorreram aproximadamente no Brasil 59.627 mil homicídios, o que equivale a uma taxa de 29,1 para cada grupo de 100 mil habitantes. Neste sentido, o autor destaca o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. “Para situarmos o problema, estas mortes representam mais de 10% dos homicídios registrados no mundo e colocam o Brasil como o País com o maior número absoluto de homicídios” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 6).

No ano de 2017, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que traz os dados sobre os crimes de homicídio no Brasil, sobretudo no ano de 2016. Esses números revelaram o crescimento desordenado da violência criminal no território brasileiro (Gráfico 2).

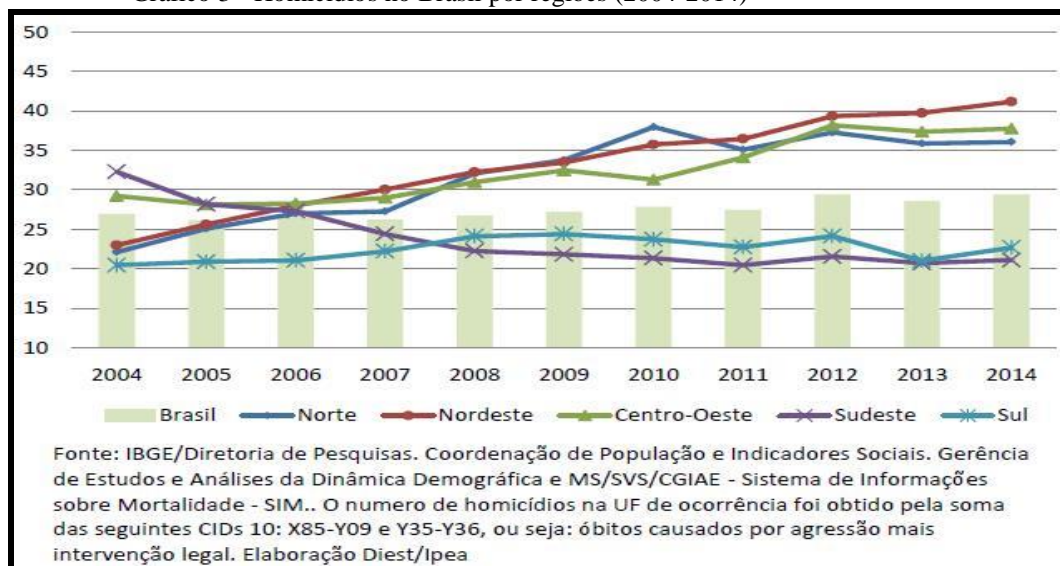
Gráfico 2 - Homicídios violentos no Brasil (2010-2016)



Fonte: 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Brasil (2017).
Adaptado por Araújo (out. 2017).

Ao observar o Gráfico 2, é possível constatar que, em um intervalo de cinco anos, os números de assassinatos saltam de 43.684 homicídios no ano de 2010 para 61.619 mortes em 2016, caracterizando um aumento de quase dezoito mil homicídios, em um intervalo de sete anos; ou seja, nesse intervalo, os homicídios no Brasil tiveram um aumento de 141%. Para Abramovay (2015, p. 20), “[...] o Brasil, que conseguiu enfrentar temas complexos como a inflação, a mortalidade infantil e a fome, mostram-se inertes frente à calamidade dos homicídios”.

Gráfico 3 - Homicídios no Brasil por regiões (2004-2014)



Fonte: IPEA/FBSP - Atlas da violência (2016).

O Gráfico 3 representa uma publicação feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2016. A partir da leitura do gráfico, observa-se que, entre todas as regiões brasileiras, as regiões Sul e Sudeste apresentam certa estabilidade, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste apresentam os piores números.

Um dado que chamou a atenção nessa pesquisa foi com relação à região Norte; esta surpreendentemente, a partir de 2010, apresentou uma incipiente queda nos homicídios. No entanto, não há o que se comemorar, uma vez que, em números absolutos, como se observou no Gráfico 2, as mortes violentas no Brasil seguem crescendo assustadoramente em todas as regiões do País.

Zaluar (1988) faz uma observação sobre as estatísticas criminais apresentadas pelos órgãos oficiais do Estado. Segundo a autora, esses números divulgados nem sempre são fidedignos, e podem alcançar uma cifra bem maior do que os publicados, posto que uma parcela do crime não entra nesses números, nem mesmo chega ao conhecimento dos órgãos de segurança pública, responsáveis por colher, organizar e divulgar os índices sobre violência urbana.

Zaluar (1988) alerta para esse problema, que tem como causas desde a metodologia adotada nos levantamentos até a manipulação e divulgação desses dados pela Polícia. Destaca ainda que esses crimes não registrados oficialmente representariam uma “cifra invisível” da criminalidade, o que, de certa forma, implicaria em um segundo problema para o Estado: o de trabalhar as políticas de segurança públicas, ignorando essa cifra invisível; portanto, alheio ao impacto real do crime sobre a vida cotidiana dos cidadãos.

Neste sentido, Caldeira (2000 apud ZALUAR, 1988) afirma que:

[...] estatísticas criminais não são exceções. Elas são construções que geram visões particulares de alguns segmentos da realidade social. Hoje é difícil sustentar a ideia de que sejam uma representação do crime real [...]. No máximo pode se afirmar que as estatísticas indicam algumas tendências da criminalidade (CALDEIRA, 2000, p. 102).

A autora salienta ainda que as estatísticas registram apenas uma fração ou parte do crime total. Entre os fatores que engrossam os dados ocultos das estatísticas ou a cifra negra criminal, estão “[...] de um lado pessoas que praticam atos ilegais e muitas vezes conseguem escondê-los. De outro, muitas pessoas que são vítimas de crimes não prestam queixa a polícia” (CALDEIRA, 2000, p. 102).

Segundo Caldeira (2002), é importante salientar que entre os dados oficiais sobre criminalidade urbana, as estatísticas sobre homicídios são as mais precisas e as mais confiáveis. A explicação para esse fato estaria relacionada, entre outros fatores, à relevância que tem esse crime para a sociedade de modo geral, que, de certa forma, torna-o imune aos problemas que atingem outros levantamentos criminais como roubo e furto.

De acordo com Santos (2012), até mesmo nas estatísticas de homicídios, existe uma cifra oculta. Para esta autora, muitos óbitos que seriam de fato homicídios não entram nas estatísticas como assassinatos, mas sim como mortes provocadas por outras causas.

[...] nem sempre os óbitos são apropriadamente classificados como homicídios, ou seja, uma parcela destes acabam somando-se às cifras das mortes por lesão em que se ignora se foram acidentes ou intencionalmente infligidas (SANTOS, 2012, p. 10).

Nessa discussão, constata-se, com base no posicionamento das autoras, que esses dados oficiais, por não refletirem a real dimensão da violência urbana, contribuem para fragilizar os estudos e pesquisas criminais, sejam elas de natureza quantitativa ou qualitativa; consequentemente, comprometem a eficiência e eficácia das políticas de segurança pública implantadas nas cidades pelos órgãos competentes.

As estatísticas sobre criminalidade urbana, embora escondam uma fração da violência criminal no País, são alarmantes e têm gerado um clima de insegurança e medo nas pessoas que habitam os centros urbanos, sejam as pequenas, medias ou grandes cidades, embora os maiores índices de crime estejam segregados nos grandes centros urbanos. Os meios de comunicações, com certa intencionalidade, divulgam massivamente esses dados, o que, de certa forma, tem contribuído para agravar ainda mais o medo nas pessoas.

Esses meios de comunicações, em muitos casos, noticiam os crimes – homicídios, roubo, furtos, sequestros, estupros – sem refletir sobre os efeitos que essas informações podem alcançar no comportamento das pessoas, portanto no modo de vida urbano.

Nesse contexto, o noticiário sobre violência urbana, apresentado pela mídia televisiva, é intenso, e, na maioria das vezes, é colocado de forma sensacionalista. Nesse sentido, os jornais impressos estampam todos os dias, em suas capas, a onda de violência pelas cidades do País. Em Teresina não é diferente, o noticiário sobre os crimes violentos ocupa as principais páginas dos jornais, como se observa na Figura 4.

Figura 4 - Matéria sobre homicídios em Teresina

JORNAL MEIO NORTE - TERESINA (PI), SEGUNDA-FEIRA, 20 de fevereiro de 2017 **7**

IML
O IML registrou a morte de Gabriel Vieira de Sousa, vítima de acidente de trânsito. Ele morava no povoado Brejinho, zona rural do município de Pimenteiras

Fim de semana registra 9 mortes violentas

EFRÊM RIBEIRO
DA EDITORIA DE GERAL

O Instituto Médico Legal (IML) registrou nove mortes violentas no final de semana. De sexta para sábado foram registrados quatro assassinatos e de sábado para domingo foram registrados cinco mortes, sendo dois assassinatos.

O IML registrou a morte de Gabriel Vieira de Sousa, vítima de acidente de trânsito. Ele morava no povoado Brejinho, zona rural do município de Pimenteiras. Ele sofreu um acidente de motocicleta, foi transferido para o Hospital de Urgência de Teresina (HUT), onde não resistiu aos traumas e morreu.

Foi assassinado o sapateiro Tomás Neves Barbosa, de 20 anos. Ele morava no Bairro Três Andares. Morreu vítima de acidente de trânsito e

Morreu, vítima de tiro, Luis Evandro Alves, de 17 anos. O crime foi na zona Sudeste da Capital

professora Maria Deuzina Cardoso, de 31 anos. Ela morava no Bairro Mocambinho, zona Norte de Teresina.

Morreu, vítima de tiro de arma de fogo, Luis Evandro Alves, de 17 anos. Ele morava no Bairro Deus Quer. Morreu por enforcamento um homem identificado como Sebastião da Silva, de 27 anos. Ele morava na Taboca do Pau Ferrado, zona rural de Teresina.

O desempregado Jonas Carlos Nascimento, 17 anos, foi assassinado às 23h40 de



JONAS CARLOS foi assassinado no Bairro Poti Velho

sexta-feira, no Bairro Poti Velho, zona Norte de Teresina. O jovem foi baleado com três tiros na ponte do Rio Poti, chegando a correr e cair já

sem vida na praça. A Polícia Civil, através da Delegacia de Homicídios, está investigando quem é o responsável pelo assassinato.

Fonte: *Jornal Meio Norte*, 20 fev. 2017, Caderno Geral, p. 7.

Zaluar (1988), ao estudar a realidade do Rio de Janeiro na década de 1980, já se mostrava preocupada com o tratamento sensacionalista que meios de comunicações e a própria Polícia vinham tratando esse tema tão complexo. Segundo a autora, essa forma exagerada, usada pela mídia em divulgar os crimes, faz do ambiente urbano um espaço delicado, marcado por uma “[...] população amedrontada com assaltantes na rua e pela escalada de notícias sensacionalistas, antes adscritas às seções policiais e que agora tomam as primeiras páginas, os editoriais e artigos de fundos” (ZALUAR, 1988, p. 50).

Corroborando as ideias da autora, Melara (2008) chama a atenção para a forma como certos agentes vêm se beneficiando economicamente com o discurso da violência e do medo; entre eles estariam os agentes imobiliários e a mídia. Nesse sentido, a autora afirma que:

[...] o discurso do medo e da violência vem sendo colocado na sociedade de uma forma exacerbada, e sendo utilizado para chegar a determinados objetivos. Os agentes imobiliários e a mídia são exemplos de atores econômicos que podem desenvolver o potencial de disseminar o medo (MELARA 2008, p. 44).

No entanto, não se pode contestar que a criminalidade urbana é uma realidade que se agrava a cada dia, tornando o sítio urbano um enigma de incertezas, em que qualquer pessoa, a qualquer momento pode se tornar uma vítima da violência criminal. Para Morais (1981, p. 11), “[...] em nenhum outro lugar, a vida está sendo um jogo tão perigoso como nas grandes cidades”.

A percepção do perigo iminente tem gerado nos habitantes da cidade um clima de insegurança, medo e intranquilidade nas pessoas. Bauman (2009) denomina esse comportamento de “insegurança moderna”. “A insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. [...] a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte” (BAUMAN, 2009, p. 16).

No Brasil, a insegurança moderna encontra-se presente no dia a dia das pessoas, e contribui para agravar a qualidade de vida de quem habita, sobretudo, os centros urbanos. Beato Filho, ao refletir sobre a cultura do medo nos grandes centros, destaca que “[...] somos o País em que 75% da população acredita que será vítima de violência num futuro próximo, [...] em Minas Gerais, mais de 55% da população declara ter receio de vir a ser assassinada no próximo ano” (2012, p. 57).

No que se refere a essa discussão sobre a cultura do medo ou insegurança moderna nas grandes cidades, o autor afirma:

[...] o medo tem se tornado um sentimento comum em nossas cidades. Isso tem acarretado uma degradação da qualidade de vida. O sentimento de insegurança é distribuído universalmente, e alimenta hoje todo um setor de economia voltado para a segurança privada. (BEATO FILHO, 2012, p. 57).

Essa realidade aponta para um problema social urbano complexo e de difícil solução, tendo em vista que as medidas e políticas públicas implantadas, sejam elas, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, não se mostram eficientes no controle ou na minimização da criminalidade urbana nas cidades brasileiras. Diante desses números evidenciados, a sensação que aflora é a de que o Estado, enquanto instituição responsável pela garantia da integridade física e patrimonial da população, mostra-se indolente diante da complexidade desse problema.

Observando a violência criminal no cenário piauiense, os estudos têm apontado para um crescimento, sobretudo de homicídios, embora o Estado ainda se destaque como um dos menos violentos do País.

O Piauí apresentou-se em diversas oportunidades como estado com menores índices de violência no Brasil, mas na última década – (2000 a 2010) – experimentou um severo crescimento. Ainda assim, no último ano disponível: 2010, o estado conserva-se como o segundo menos violento, outro sinal que a violência está se espalhando no país, elevando os índices dos estados que, eram considerados relativamente tranquilos (WAISELFISZ, 2012, p. 177).

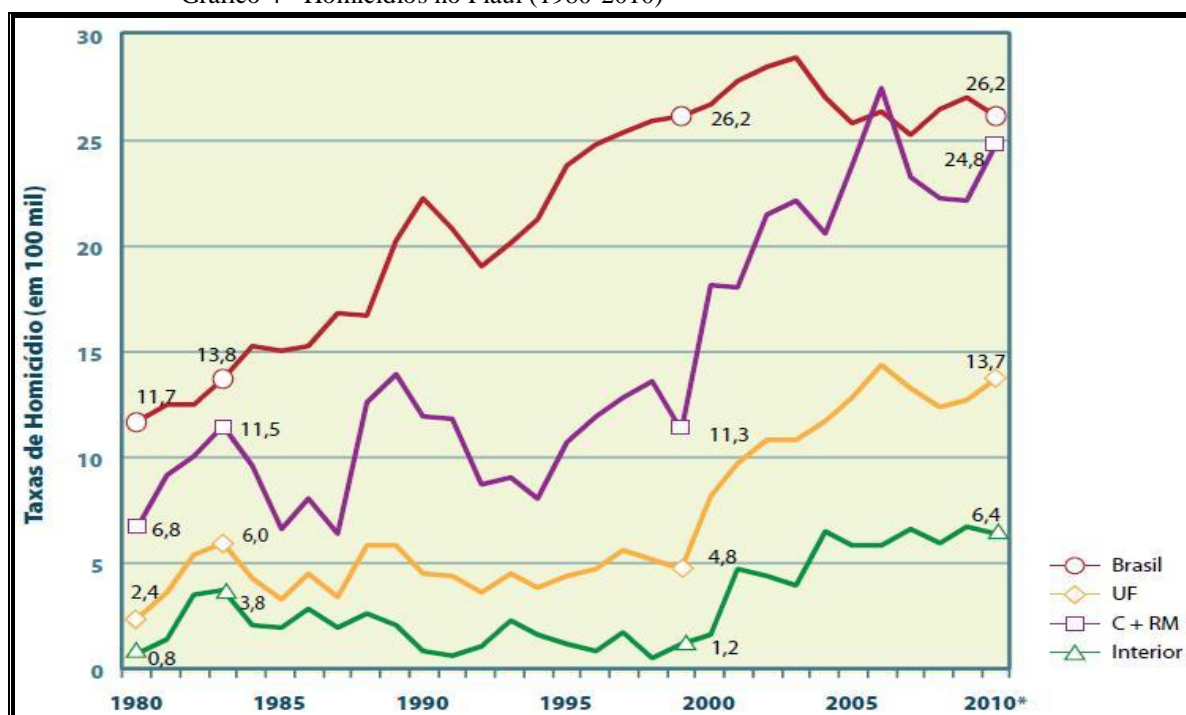
Segundo Waiselfisz (2012), o Piauí viveu dois momentos que se relacionam ao crescimento da violência criminal no Estado. Em um estudo sobre as mortes por homicídio nos municípios piauienses, o autor classificou esses momentos em dois laços temporais, organizados da seguinte forma: o primeiro período vai de 1983 a 1999 e o segundo período compreende o intervalo de 1999 a 2010.

Nesse primeiro período, vale destacar que o Estado foi pouco afetado pela rápida elevação das taxas de assassinatos, contrariando a tendência de crescimento que vinha ocorrendo em âmbito nacional. Waiselfisz (2012) aponta para uma fase de estagnação das taxas de homicídio no Piauí, ou seja, ocorreu naquele momento uma relativa queda no número de homicídios no Estado.

Se o País entre 1983 e 1999 passou de 13,8 para 26,2 homicídios em 100 mil habitantes, crescimento de 90,1%, no Piauí as taxas até caíram levemente, passando de 6,0 para 4,8, o que representa uma queda de 20,5% e ainda, índice extremamente baixos para a realidade nacional (WASELFSZ, 2012, p. 177).

No segundo momento, os números apontam para certa estabilidade dos homicídios em âmbito nacional; no entanto, segundo Waiselfisz (2012, p. 178), “[...] o Piauí, com diversos outros Estados, que no fim dos anos 1990 tinham taxas relativamente baixas, apresenta forte crescimento dos índices de violência”.

Gráfico 4 - Homicídios no Piauí (1980-2010)



Fonte: Waiselfisz (2012).

O Gráfico 4 mostra esse crescimento significativo no número de homicídios no Piauí a partir de 1980. Com base na leitura do gráfico, observa-se que, após o ano de 2000, os homicídios no Estado deram um salto expressivo. Essa tendência de crescimento atinge tanto a capital quanto o interior do Estado, embora em proporções e escalas diferenciadas. Nos municípios do Interior, nota-se um salto de 1,2 homicídios no ano de 1999 para 6,4 em 2010, caracterizando um aumento de 5,2 homicídios nesse intervalo. Na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE)⁶ Grande Teresina, representada no gráfico como C+RM, com exceção do município de Timon (MA), o número de assassinatos saltou de 11,3 no ano de 1999 para 24,8 em 2010, aumentando em 13,5 homicídios, nesse intervalo de 30 anos.

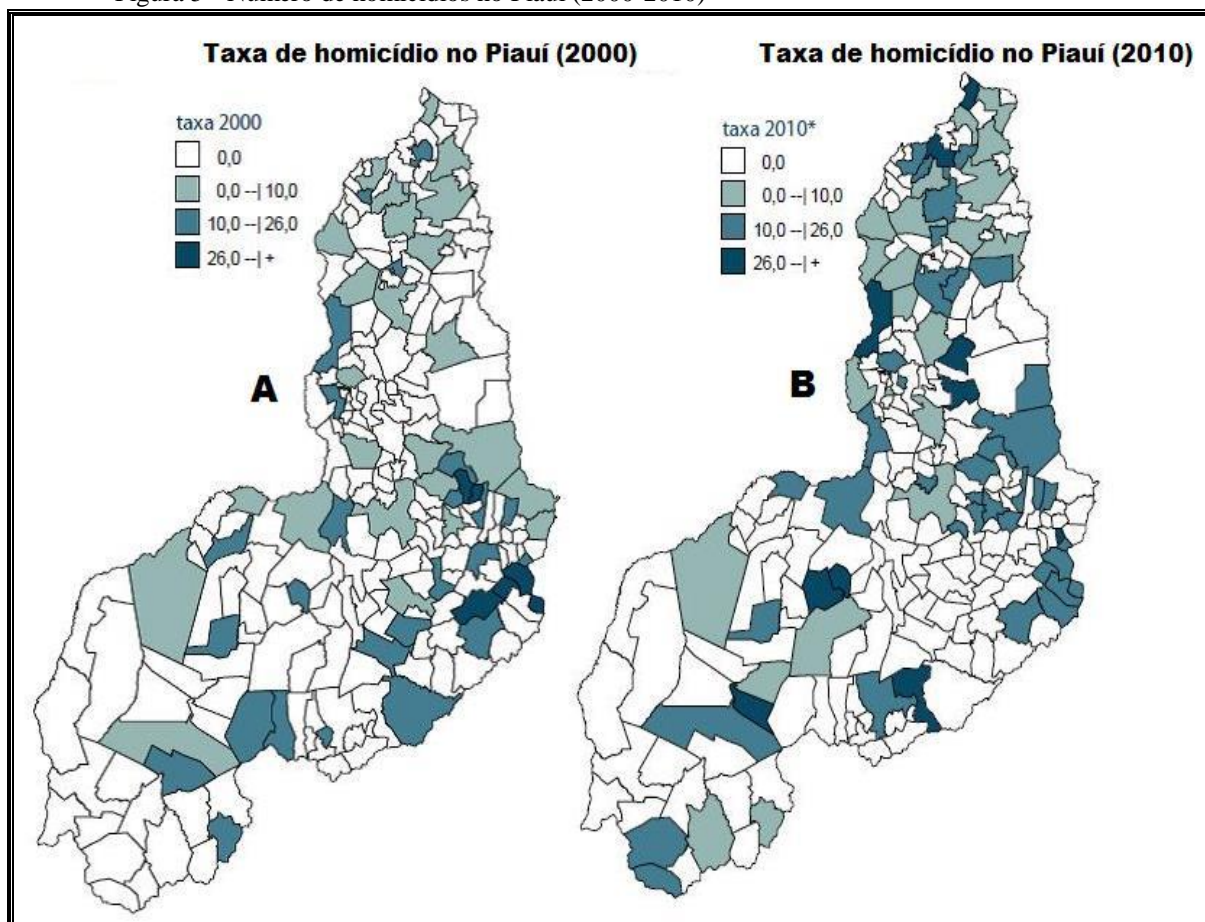
Nesse contexto, observa-se que o grande responsável pelo aumento dos homicídios no Piauí, nesse período, foi a RIDE Teresina, uma vez que essa região concentrou mais da metade dos óbitos por assassinato no Estado, contribuindo assim para a forte elevação dessas taxas. Segundo Waiselfisz (2013), essa não foi uma realidade exclusiva da capital piauiense, mas uma tendência registrada em todos os Estados e suas respectivas capitais. Segundo o autor, entre 1980 e 2000, o Interior teve um peso bem menor, comparado com as capitais, no que diz respeito à elevação das taxas de homicídio nos Estados e na federação, o que revela a soberania das capitais e dos grandes centros em relação ao interior, e quanto à concentração dos crimes.

[...] Nesse primeiro período que vai de 1980 a 1996 registrou-se um acelerado crescimento das taxas nas capitais que passam de 20,7 homicídios por 100mil habitantes em 1980 para 45,6 em 1996, o que representa um aumento de 121,0% nesses 15 anos. Nesse período, o interior passou de 7,5 para 12,7 homicídios por 100 mil habitantes: crescimento de 69,1, bem menor que as capitais. Fica evidente que o comando do crescimento no período ficou por conta das Capitais, responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais (WASELFISZ, 2013, p. 48).

A Figura 5 apresenta o dinamismo dos crimes de homicídio no território piauiense em dois momentos diferentes. A partir da leitura dos mapas, aparentemente, não se percebem grande mudanças com relação ao crescimento desordenado e espraiamento dos homicídios no território piauiense, contudo, é possível identificar que as manchas brancas no mapa “A”, que indicam a inexistência de óbitos por homicídio, nos municípios, diminuem quando comparado com o mapa “B”, evidenciando, dessa forma, que houve um aumento no número de mortes por esse tipo de crime por todo o Estado.

⁶ De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN, 2016), os municípios que pertencem à RIDE - Grande Teresina são: União, Lagoa Alegre, José de Freitas, Teresina, Nazária, Altos, Coivaras, Pau-D'arco do Piauí, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Beneditinos, Monsenhor Gil, Miguel Leão, Curralinho e Timon.

Figura 5 - Número de homicídios no Piauí (2000-2010)



Fonte: Waiselfisz (2012). Adaptado por Araújo (set. 2016).

Segundo Waiselfisz (2012), no ano 2000, dos 220 municípios piauiense, 169 não registraram nenhum homicídio no referido ano. Em 2010, esse número reduziu levemente; o autor destaca que entre os 223 municípios, 155 deles não contabilizaram nenhum registro de assassinatos.

Corroborando o autor, Santos (2012) descarta que o número de homicídios no Piauí é relativamente baixo quando comparado com outros Estados da federação, no entanto, essas taxas vêm aumentando paulatinamente, como bem destaca a autora. “[...] em menos de uma década, a taxa de homicídio registrada no Estado do Piauí teve um aumento significativo, passando de 4,58 para 10,6 registrados em 2002” (SANTOS, 2012, p. 5).

Dentro dessa análise, chama a atenção o crescimento dos homicídios no Sul do Estado, sobretudo nos municípios de Corrente, Cristalândia do Piauí e Paranaguá, que, no ano 2000, não registraram nenhuma morte por assassinato; contudo, em 2010, morreram entre dez a vinte e seis pessoas, vítimas dessa modalidade de crime.

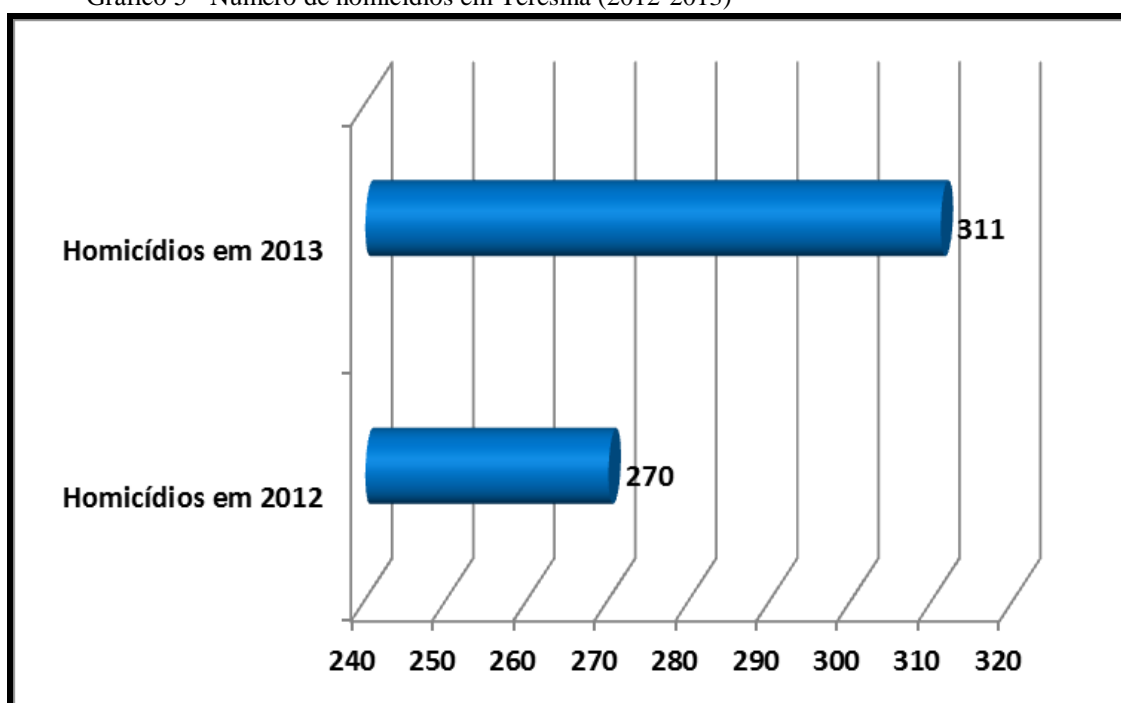
2.3.2 A geografia da violência em Teresina

É importante salientar que, apesar de o município de Teresina ter diminuído o percentual de participação nas taxas gerais do Estado em 2010, não significa dizer que as mortes por homicídio diminuíram nesse período; pelo contrário, as pesquisas revelam que os óbitos por assassinato seguem crescendo a cada dia por todas as regiões da cidade.

A capital do Estado, Teresina, único município com mais de 500 mil habitantes, continua concentrando grande parte da violência do estado. Dos 234 homicídios acontecidos em 2000, 67,9% tem registro em Teresina. Em 2010 essa proporção cai para 58,8%, menor que em 2000, mais ainda acima da metade dos homicídios do estado (WAISELFISZ, 2012, p. 180).

No ano de 2014, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí divulgou um levantamento sobre mortes por homicídio doloso⁷ em Teresina, constatando que, entre os anos de 2012 e 2013, houve um aumento de 15,18% desse tipo de crime na cidade, conforme dados apresentados no Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 - Número de homicídios em Teresina (2012-2013)



Fonte: Piauí (2014).

⁷ Segundo Beato Filho (2012), os homicídios dolosos são aqueles tipos de crime contra pessoa, em que o autor do delito, movido por qualquer interesse, manifesta claramente o desejo de matar a vítima; ou seja, ele matar a vítima não por acaso, mas com uma intencionalidade bem definida, presente na ação ou omissão.

Ao discorrer sobre o aumento da violência urbana em Teresina na última década, Santos (2012) destaca alguns fatores que contribuíram para esse processo.

A criminalidade em Teresina, capital do Piauí, aumenta a cada dia, motivada naturalmente pelo seu crescimento (atraindo bandido de outros estados) e também pelo aumento da população pobre, que se acumula na periferia, fruto da ausência de políticas públicas eficientes voltadas a diminuição da pobreza no Estado e que devem ser executadas pelo governo (SANTOS, 2012, p. 7).

Segundo Piauí (2014), os crimes de homicídio em Teresina encontram-se espalhados geograficamente por todas as regiões e bairros da cidade. O perfil das pessoas envolvidas nesses crimes, seja como vítimas ou acusadas, geralmente são jovens do gênero masculino, pobres, e, em sua maioria, pretos ou pardos. Conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, 95,2% dos crimes de homicídio ocorridos em Teresina, nos anos de 2012 e 2013, envolviam pessoas do gênero masculino, seja na condição de vítima seja de autor de tais delitos.

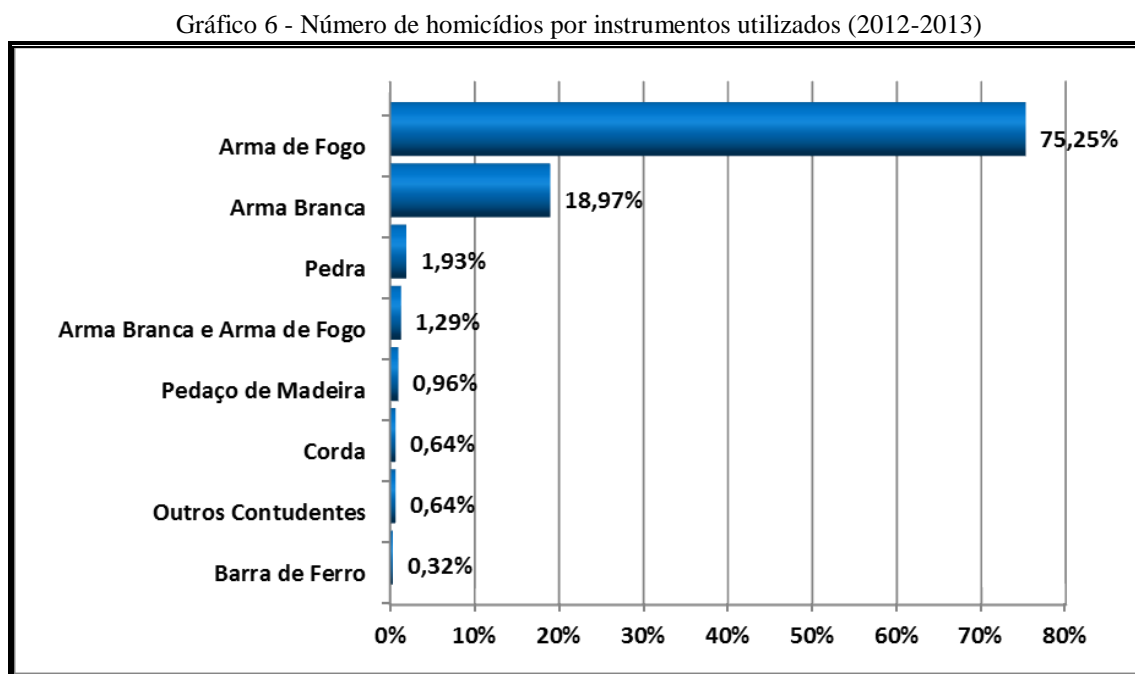
É importante salientar que a predominância do gênero masculino envolvido na prática dos homicídios não é algo peculiar da cidade de Teresina, mas uma realidade presenciada em outras capitais brasileiras. Nesse sentido, as pesquisas sobre mortes violentas no Brasil apontam que 90% dos crimes de homicídio são praticados por pessoas do sexo masculino, como bem destaca Beato Filho:

O perfil da violência nos grandes centros urbanos, [...] são pessoas do sexo masculino (93%), em sua maioria negro (74%), e cada vez mais jovens, vivendo na periferia das grandes cidades, membros de gangues matando uns aos outros. Num dia são agentes e no outro terminam tornando-se vítimas (2012, p. 84).

Na concepção de Santos (2012), esse tipo de crime cresceu de forma gritante nos centros urbanos nas últimas décadas, sobretudo nas favelas e nos bairros pobres da periferia urbana. Segundo a autora, é possível identificar “[...] uma geografia da morte nas cidades, em que as maiores vítimas são jovens, negros e pobres” (SANTOS, 2012, p. 8).

Nesse debate, observa-se que os jovens têm se tornado, de fato, um grupo muito vulnerável à violência criminosa, quer seja na condição de vítimas, quer seja como agressor. A partir dessa realidade, Beato Filho (2012) afirma que existe uma relação entre crescimento da criminalidade no Brasil e participação dos jovens nas práticas delituosas, o que implica dizer que “[...] muito do crescimento da violência no Brasil tem a ver com a participação de jovens entre 15 e 24 anos de idade em atividades criminosas” (BEATO FILHO, 2012, p. 78).

A arma de fogo também tem ocupado um papel de destaque nas práticas delituosas em todo o Brasil. Em Teresina não tem sido diferente, pois aproximadamente 75,25% das mortes, nesta Capital, em 2012 e 2013, são praticadas com uso de arma de fogo (PIAUI, 2014), conforme Gráfico 6, a seguir.



Fonte: PIAUI (2014).

As pesquisas sobre violência urbana nas cidades têm mostrado que a arma de fogo se tornou o principal instrumento responsável pelo aumento da criminalidade urbana, sobretudo nas mortes por homicídio. Para Beato Filho, não há dúvida de que a arma de fogo constituiu o fator determinante para crescimento desordenado dos homicídios no Brasil nos últimos trinta anos. Nesse sentido, o autor declara que:

No período que vai de 1980 a 2007, foram mais de 500 mil homicídios cometido com arma de fogo. Temos cada vez mais vítimas nessa modalidade. No início dos anos 1980, pouco mais de 40% dos homicídios eram praticados por arma de fogo, hoje são mais de 70%. Pode se atribuir às armas o crescimento dos homicídios desde meados dos anos 1980 (BEATO FILHO, 2012, p. 94-95).

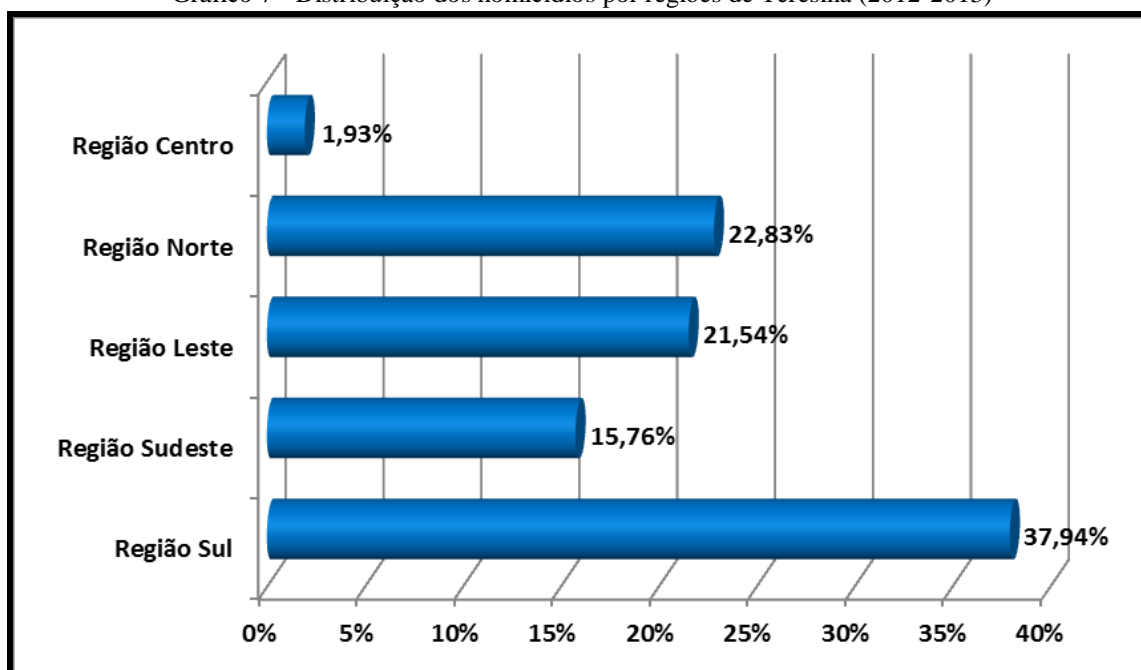
Outro aspecto importante nesse complexo debate é a relação que se estabelece entre crime, espaço e tempo. Segundo PiauÍ (2014), 42,4% dos crimes de homicídio em Teresina acontecem nos finais de semana: sábado e domingo. Estudando a dinâmica temporal dos crimes de homicídio na cidade, Santos (2012) afirma que estes ocorrem nos finais de semana, e que é alarmante aumento no número de casos por toda a cidade. Afirma também que,

durante os dias úteis, as taxas de ocorrência oscilam entre 10% a 12%, enquanto nos finais de semana chegam a dobrar, constituindo até 24% de homicídios.

Sobre a relação crime e tempo, Beato Filho (2012) também afirma que, nos finais de semana, há uma elevação nas taxas de homicídio pelos centros urbanos brasileiros. Quanto à dinâmica espacial dos crimes, o autor ressalta a complexidade da análise; contudo, salienta que os “crimes contra o patrimônio estão associados aos municípios mais desenvolvidos, ao passo que os crimes contra pessoa se encontram nas cidades menos desenvolvidas” (BEATO FILHO, 2012, p. 61).

Ainda conforme Piauí (2014), os crimes estão presentes em todos os espaços que formam os bairros da cidade de Teresina, embora em alguns desses espaços, os crimes aconteçam com maior frequência. Ao tomar os crimes de homicídio como referência, constata-se que as mortes por assassinato estão presentes em todas as regiões de Teresina; contudo, algumas regiões da cidade se destacam pela maior quantidade desse tipo de delito, enquanto outras se mostram menos sujeitas a esse tipo de crime (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Distribuição dos homicídios por regiões de Teresina (2012-2013)



Fonte: PIAUÍ (2014).

Com base na leitura do Gráfico 7, que faz referência aos homicídios dolosos que aconteceram em Teresina, nos anos de 2012 e 2013, percebe-se que a região Sul da cidade é a mais impactada por esse problema, e responde por quase 40% de todos os homicídios

cometidos na cidade. Em um cenário diferente, encontra-se a região Centro que concentra menos de 2% das mortes por assassinato ocorridas na cidade.

Encontrar as causas determinantes que fazem uma região tornar-se mais violenta do que outra é uma tarefa complexa por envolver uma multiplicidade de fatores de todas as ordens; no entanto, Beato Filho (2012) faz uma reflexão sobre essas disparidades no âmbito intraurbano das cidades. Segundo o autor:

[...] via de regra, os crimes contra o patrimônio situam-se ao redor das áreas comerciais, e transeuntes são seus alvos específicos. Já os crimes contra as pessoas e os homicídios tendem a concentrar-se nas áreas mais pobres das cidades (BEATO FILHO, 2012, p. 66).

Partindo dessa observação do autor, esse número elevado de homicídios na região Sul da cidade, em relação à região Centro pode ser um reflexo do próprio dinamismo urbano e social daquele espaço. Nesse sentido, é importante destacar que a região Sul da cidade, em relação às demais regiões administrativas, apresenta maior número de bairros, maior contingente populacional, que, somando-se aos problemas de ordem social, tornaram aquele espaço mais vulnerável a ocorrências desse tipo de crime. Já a região Central, por apresentar como característica principal o seu dinamismo comercial, estaria mais propícia à ocorrência de crimes contra o patrimônio.

Santos (2015) afirma que, em 2011, Teresina aparecia como uma das capitais menos violentas. De acordo com a autora, enquanto outras capitais nordestinas, como, por exemplo, Maceió (AL) e João Pessoa (PB), atingiram, respectivamente, uma inaceitável taxa de 288,1 e 215,1 homicídios para cada grupo de 100 mil jovens no referido ano, a Capital piauiense, nesse mesmo período, obteve uma taxa de 61,1 homicídios por 100 mil jovens.

Ao examinar esse número, Teresina parece estar em uma situação privilegiada, se comparada a outras capitais brasileiras, no entanto, não há o que se comemorar, uma vez que sessenta e um óbitos, para cada grupo de 100 mil habitantes, constituem um número crítico, que está longe dos padrões aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde da Organização das Nações Unidas (ONU), que aponta como padrão mínimo dez homicídios para cada grupo de 100 mil pessoas.

Com relação à dinâmica da criminalidade em Teresina, e com base nessas estatísticas e nas observações feitas pela ONU sobre qualidade de vida e criminalidade urbana, a realidade teresinense é um tanto preocupante, haja vista que se observa uma onda crescente de furtos, roubos, assaltos, homicídios, entre outros crimes, por toda a cidade; essa realidade é evidenciada diariamente pelos jornais televisivos, impressos e pelos meios de comunicações

de forma em geral, que estampam todos os dias em seus editoriais, capas e páginas, a escalada crescente da violência na capital piauiense.

A Figura 6 demonstra a realidade criminal em Teresina, ao revelar a quantidade de homicídios que ocorrem na cidade em dois finais de semana distintos.

Figura 6 - Matérias sobre criminalidade em Teresina



Fonte: *Jornal Meio Norte*, 31 out. 2016. Caderno Geral, p. 7 / *Jornal Meio Norte*, 26 set. 2016. Caderno Geral, p. 7.

A partir dessas duas matérias, que mostram a quantidade de homicídios na cidade, em dois finais de semana diferentes, é possível imaginar, mesmo que de forma abstrata e sem analisar as causas desses delitos, o cenário ao qual a população de Teresina está exposta. Somente em um final de semana do mês de outubro morreram em Teresina, vítimas de homicídio, vinte e uma pessoas. É importante salientar que nem todo final de semana ocorrem vinte e um homicídios na cidade, no entanto, como já foi colocado em parágrafos anteriores, houve, nos últimos anos, um aumento considerável no número de homicídios na capital.

Não são apenas crimes de homicídio que crescem na capital. Segundo Piauí (2015), em 2012, 1.061 pessoas foram vítimas de roubo e tiveram seus veículos levados por criminosos em Teresina. No ano de 2014 esse número de vítimas aumentou, chegando a 2.624, implicando, dessa forma, em um aumento de 147,31% em relação ao ano de 2012.

Ao longo de todo esse debate, construído com base em Santos (2012), Beato Filho (2012), Piauí (2014; 2015), Waiselfisz (2012; 2013; 2016) e Santos (2015), observa-se que a cidade de Teresina apresenta uma dinâmica criminal semelhante àquela que se vem

desenhando nas demais capitais brasileiras, bem como nos grandes centros urbanos do País. Os dados divulgados pelos órgãos oficiais e pela imprensa, sobre criminalidade urbana, revelam que as práticas delituosas seguem crescendo na cidade, sobretudo os crimes de homicídio e roubo, no entanto, Teresina ainda é considerada umas das capitais menos violentas do País.

É importante salientar, nesse debate, que, embora os crimes ocorridos nas cidades brasileiras, o perfil dos crimes e dos criminosos, de modo geral, apresentem alguns aspectos comuns, como, por exemplo, faixa etária, gêneros, classe social, instrumentos usados nas praticas delituosas, entres outros, não se pode generalizar o fenômeno da violência criminal, e afirmar que os fatores determinantes da criminalidade em Teresina são os mesmos que influenciam a criminalidade no Rio de Janeiro.

Todas as regiões apresentam suas singularidades com relação à violência criminal urbana, uma vez que as práticas delituosas se relacionam com múltiplos fatores econômicos, políticos e socioculturais específicos de cada região, de cada cidade, de cada lugar. Portanto, por mais semelhante que seja o crime e o perfil dos criminosos, por trás desse aspecto genérico existe uma dinâmica típica de cada local, uma lógica, que precisa ser investigada, pensada e analisada, para se entender melhor o dinamismo multifacetado da violência criminal.

Com base nessa complexa análise do crime e de seus múltiplos fatores, deve-se pensar nas políticas de segurança pública voltadas para o planejamento, regionalização, intervenção e controle da criminalidade.

No âmbito da cidade de Teresina, as Forças de Segurança Pública Estadual (Polícia Militar e Civil) precisam conhecer e entender, em sua plenitude, a lógica da criminalidade urbana em Teresina, para, assim, estabelecer os critérios norteadores do planejamento regional ou da regionalização como ferramenta, temática que vai ser aprofundada no próximo capítulo.

3 A CIDADE DE TERESINA: A REGIONALIZAÇÃO MUNICIPAL E A REGIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A cidade de Teresina nasceu, em 1852, como a primeira cidade planejada do Brasil, o que implica afirmar que o planejamento urbano esteve presente na capital piauiense desde sua fundação. Desse período até os dias atuais, a cidade de Teresina passou por um longo processo de transformação em seu sítio urbano, provocado, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, quando o crescimento urbano e populacional na cidade se intensificou.

À medida que a cidade foi crescendo, espacial e demograficamente, o Poder Público Municipal interveio nesse processo de várias formas. Uma delas se deu por meio da regionalização ou dos recortes espaciais da cidade. Logo, vale questionar: — Quais foram as regionalizações da cidade realizadas pela gestão municipal? Quais os critérios usados para recortar e dividir o espaço urbano? A Polícia Militar, na condição de órgão de Segurança Pública, seguiu os mesmos recortes espaciais delimitados pela Prefeitura Municipal de Teresina na sua regionalização? Ou adotou outros critérios?

Essas e outras questões serão discutidas nesta seção; no entanto, com o objetivo de contextualizar e aprofundar esse assunto, discorrer-se-á, nesse primeiro momento, sobre região e regionalização dentro de uma perspectiva geográfica, uma vez que o debate sobre região e regionalização se encontra imbricado na ciência geográfica, desde o nascimento da geografia até os dias atuais.

3.1 Região e regionalização: notas do percurso teórico

Inicia-se este item com os seguintes questionamentos: — Você viajou para qual região do País? A região onde você mora tem saneamento básico? “A região onde nasci é muito violenta”. É habitual presenciar esses diálogos ou expressões que envolvem a ideia de região no dia a dia das pessoas. Tal realidade denota a polissemia desse conceito, que transita não somente por várias ciências, mas também pelo senso comum. Para Lencioni (2014), o conceito de região é um tanto complexo para uma categorização conceitual, uma vez que, diferentemente de outras palavras, como, por exemplo, “conurbação e pediplanação”, que apresentam um conceito científico e não estão presentes na linguagem do senso comum, a expressão região consiste em ser de uso espontâneo; apresenta, dessa forma, dificuldade para se estabelecer como um conceito geográfico. Em consonância com o pensamento da autora,

Evangelista (2007) entende que a “[...] região é um daqueles conceitos que carregam ambiguidade no temário da geografia, principalmente por sua vulgarização” (EVANGELISTA, 2007, p. 51).

Por se tratar de um conceito de uso fluido, para Gomes (2001), definir região talvez seja um grande desafio para qualquer ciência que vá à busca dessa resposta. Embora o conceito de região tenha sido povoado de muitas discussões, sobretudo, dentro da ciência geográfica, sua origem está ligada a um contexto histórico que envolve questões espaciais, sociais, políticas, econômicas e culturais. Ao discorrer sobre a origem e os fundamentos epistemológicos do conceito de região, este autor faz referência à etimologia da palavra “região” e à ligação restrita deste conceito, com poder ou ato de governar ou comandar um povo.

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência. Regra, etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que disputassem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma (GOMES, 2001, p. 50).

Sob este aspecto, Costa (2014) afirma que a região era compreendida como área de comando de um reino. Para ele “[...] toda regionalização deve sempre ser considerada, também, um ato de poder – o poder de recortar, de classificar e, muitas vezes também de nomear” (COSTA, 2014, p. 23).

O mapa da divisão do Império Romano em províncias representa bem a relação entre o conceito de região e o ato de comandar naquele contexto. As províncias correspondiam a regiões administrativas, hierarquicamente, submetidas a um controle hegemônico do Estado (Império Romano), embora essas províncias possuíssem limitadas autonomias. “Os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representavam a extensão espacial do poder central hegemônico” (GOMES, 2001, p. 50-51).

Destaque-se que o conceito de região e regionalização está imbricado em um processo histórico temporal, que envolve o espaço e sua estrutura natural, bem como a produção e organização desse espaço pelo homem. Considerando-se essa dimensão, a região tornou-se um conceito importante para a Geografia; embora, conforme dito anteriormente, outras ciências como a Economia, a Ciência Política, Antropologia, a Sociologia e até o senso comum tragam suas concepções e leituras sobre região.

[...] regionalismo, identidades regionais e/ou região e regionalização são ou foram abordados tanto pela Ciência Política (desde pelo menos o legado de

Antonio Gramsci e a questão meridional italiana como questão regional), pela a Economia Regional (como nos trabalhos de Perroux, Richardson, Friedman e Isard), pela Sociologia (vide trabalhos como os de Bourdieu e Giddens), pela História Regional e pelos Estudos Literários (COSTA, 2014, p. 18).

No que se refere a essa discussão, Lencioni (2014) destaca que, embora a temática regional seja discutida em outros campos científicos, é no âmbito da ciência geográfica que o conceito regional encontra seus fundamentos epistemológicos e conceituais.

Embora várias disciplinas se debrucem sobre o tema região, é no âmbito da Geografia que se encontram as bases e desenvolvimento de conceitos ou noções relativas a região. É no âmbito da Geografia que se constrói e se discute o que seria a região e a Geografia Regional (LENCIONI, 2014, p. 22).

Ao refletir sobre região e geografia, Gomes (2001) também reconhece a importância desse conceito para a ciência geográfica. Quando destaca a Geografia como ciência que estuda as dinâmicas socioespaciais, o estudo da região e regionalização aparece como categoria importante na análise e discussão geográfica; logo, a Geografia aparece como um campo privilegiado para promover uma discussão sistemática acerca do conceito regional. “A geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chaves e ao tomar-se a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre o tema” (GOMES, 2001, p. 51).

Mesmo no âmbito da geografia, não existe uma harmonia conceitual entres os geógrafos, e a discussão sobre o conceito de região e regionalização tornou-se um campo fértil para muitos debates e contradições teóricas. Costa (2014) afirma que o debate sobre região ora ocupava uma posição central no âmbito da ciência geográfica, ora assumia uma posição menos privilegiada, o que ele denominou de idas e vindas, morte e ressurreição da região. Corrêa (1991) também destaca a complexidade e as controvérsias que se estabeleceram nesse debate.

A utilização do termo região entre os geógrafos, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo. Queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma dela tem significado próprio e se insere dentro de uma das correntes do pensamento geográfico (CORRÊA, 1991, p. 22).

Na discussão em linhas gerais sobre esse universo polissêmico que acompanha o debate regional, Costa (2014) destaca a região como um recorte espacial dividido em várias escalas, em que essa regionalização pode envolver a divisão administrativa de uma cidade, de

um distrito ou até mesmo uma subdivisão relativamente mais ampla, como, por exemplo, a fragmentação regional de um país estabelecida por critérios de regionalização econômicos, administrativos e culturais.

É muito interessante perceber, entretanto, a recorrência de uma característica fundamental, a da região como parcela ou recorte do espaço, em múltiplas escalas, desde o corpo humano (para a biologia e a medicina...) até o globo terrestre regiões climáticas, geopolíticas, econômicas [...] (COSTA, 2014, p. 18).

Outra contribuição importante sobre o conceito regional é feita por Lencioni (2014), para a autora, a região corresponderia, de forma geral, a parte de um todo. Esse todo pode estar relacionado ao mundo socialmente produzido e que sofre variações segundo cada cultura ou civilização. Nesse contexto, as partes e o todo se correlacionam em uma perspectiva dialética do todo, em que a totalidade não existe sem as partes nem as partes existiram sem o todo.

O conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas cada parte é igualmente parte do todo, mas também se constitui numa totalidade (LENCIONI, 2014, p. 27).

Na concepção de Corrêa (1991), o conceito de região está ligado à diferenciação de áreas, seja no senso comum seja no âmbito da Geografia. Para ele, a diferenciação de área tornou-se para a geografia, a base de sustentação de sua própria existência.

A geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação dos lugares, regiões, países e continente, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza. Não houvesse a diferenciação de áreas, para usar uma expressão consagrada, certamente a geografia não teria surgido (CORRÊA, 1991, p. 8).

Considerando-se a leitura de região pelos três autores, constata-se, nesse debate, que o conceito regional está relacionado a um recorte espacial, que representa parte de um todo e que essas partes apresentam suas singularidades naturais e sociais, o que Corrêa (1991) chama de diferenciação de áreas. Essas discussões e suas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas contribuíram de forma significativa para fortalecer o debate regional que esteve imbricado com a própria evolução do pensamento geográfico (COSTA, 2014).

3.1.1 O conceito de região em diferentes perspectivas geográficas

No século XIX a Geografia começa a organizar e sistematizar seu conhecimento, tornando-se uma ciência. Para Christofolletti (1985), embora as raízes históricas do pensamento geográfico estejam ligadas a momentos pretéritos, é somente no século XIX que a geografia começa a usufruir do *status* de conhecimento sistematizado, chegando, nesse período, às primeiras universidades francesas e alemãs. Para esse autor, a organização do conhecimento geográfico estava estruturada em função das obras de Alexandre Humboldt e de Carl Ritter. Nesse contexto, nasce a geografia clássica ou tradicional e se estende até o final da década de 1940, quando surgem outras correntes de pensamento geográfico.

Segundo Lencioni, a primeira ideia de região e espaço geográfico está atribuída ao filósofo alemão Emmanuel Kant, o “[...] espaço geográfico é de natureza diferente do espaço matemático, porque se divide em regiões que se constituem o substrato da história. Para Kant, a ideia de espaço geográfico vinha acompanhada da ideia de região” (2014, p. 79).

Embora Kant tenha inaugurado a disciplina Geografia, e tenha sido o primeiro a contribuir com a ideia de região enquanto dimensão do espaço geográfico, para Lencioni (2014), o estudo regional de cunho mais geográfico nasce na Alemanha com as contribuições de Alexander Humboldt e Carl Ritter, e permeiam toda a geografia clássica, chegando a outras correntes de pensamento como a geografia nova ou teórica quantitativa, bem como a geografia de abordagem marxista ou crítica.

É importante salientar que Alexander Humboldt e Carl Ritter representaram um novo paradigma para a ciência moderna; desenvolveram uma nova forma de interpretar a relação entre a natureza e sociedade, bem como deram uma nova roupagem a Geografia, ao tornar essa ciência um ramo específico do saber. “Com ambos, a Geografia caminhou para se constituir em um ramo particular do conhecimento, que procura relacionar o homem à natureza, base da compreensão da realidade” (LENCIONE, 2014, p. 88).

O estudo regional de Humboldt é caracterizado por uma análise geográfica e regional de caráter mais geral, mais sistêmico, mais voltado para uma ciência natural e física. “Para Humboldt, só há uma Geografia, que tem como objetivo reconhecer a unidade na vasta diversidade dos fenômenos, e pelo exercício do pensamento [...]. Essa geografia é denominada Geografia Física” (LENCIONE, 2014, p. 90).

As contribuições de Ritter apresentam certa distinção com relação a Humboldt. Para Lencioni (2014), ele buscava, nos estudos regionais, as individualidades no todo, afirmava

que cada continente tinha várias totalidades e também formava uma totalidade. Na concepção deste autor, o todo é formado por várias totalidades. Ritter é considerado o “pai fundador” da geografia regional.

Seu estudo sobre regiões baseou-se na comparação das relações causais e na afirmação da importância dos métodos empíricos. Sua visão contribuiu para o desenvolvimento das divisões regionais fundadas em critérios naturais, em vez de divisões regionais baseadas nos limites administrativos e políticos. [...] é com Ritter que os fundamentos dos estudos regionais, ou de uma Geografia Regional se estabelecem (LENCIONE, 2014, p. 93).

Dentro desse contexto, é importante destacar que embora os estudos de Ritter estejam voltados para uma perspectiva mais regional ou particular, e Humboldt para uma análise mais geral ou sistêmica, isso não implica que Ritter não tenha se dirigido aos estudos gerais e Humboldt aos regionais.

Ritter se concentra muito mais no particular do que no geral – ou, mais regional do que geral –, enquanto Humboldt, mas mais no geral ou, em outros termos, mais sistemática. Por isso, é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral. [...] isso não significa que Ritter não tenha se voltado a estudos gerais nem que Humboldt, a estudos regionais (LENCIONI, 2014, p. 94).

No âmbito da geografia clássica, a questão regional é discutida com diferentes concepções e posicionamentos epistemológicos. Embora não seja possível esgotar todos os autores e seus respectivos trabalhos, que contribuíram de modo significativo para fortalecer o debate regional, é importante destacar a região natural e sua relação com o determinismo geográfico, a região geográfica Lablacheana, bem como as contribuições de Alfred Hettner e Richard Hartshorne, pois seus trabalhos se tornaram referência para desenvolvimento dos estudos regionais.

No início do século XX, ainda no contexto da expansão imperialista, o determinismo ambiental foi responsável por contribuir para o desenvolvimento do conceito de região natural. Como afirma Corrêa (1991, p. 23), “[...] um dos conceitos dominantes foi o de região natural, saído do determinismo ambiental”. Para este autor, o que caracteriza a região natural é um ecossistema, onde seus elementos encontram-se integrados e interagindo entre si.

[...] região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizada pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma destas partes (CORRÊA, 1991, p. 23-24).

A escola determinista que estabeleceu as bases e critérios geográficos da região natural teve suas bases filosóficas ligadas à ciência positivista de Augusto Conte, caracterizando-se por considerar o homem como um elemento da natureza. Muitos teóricos defendiam os fundamentos da corrente determinista, no entanto, um de seus maiores expoentes, considerado o pai do Determinismo Geográfico foi Friedrich Ratzel. Esses teóricos geralmente eram discípulos de Ratzel e foram responsáveis por radicalizar o determinismo. Os “[...] discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina Escola Determinista de Geografia, ou doutrina do Determinismo Geográfico” (MORAES, 1999, p. 57).

A principal crítica à Escola Determinista e, conseqüentemente aos geógrafos deterministas alemães, britânicos e americanos se deu em relação à concepção de reduzir o homem a um produto do meio. “Ratzel manteve a visão naturalista: reduziu o homem a um animal, ao não diferenciar suas qualidades específicas; assim propunha o método geográfico como análogo ao das demais ciências da natureza” (MORAES, 1999, p. 57).

Outra contribuição importante para o fortalecimento do conceito de região e da própria geografia regional foi dada pelo francês Paul Vidal de La Blache, na segunda metade do século XIX. Ele foi o maior expoente do possibilismo geográfico, escola francesa que se opunha a Escola Determinista alemã de Friedrich Ratzel. O possibilismo se caracteriza pela rejeição à ideia de que o homem é, antes de tudo, um ser passivo, submisso às condições naturais.

Na corrente possibilista, o debate regional mudou de paradigma epistemológico. A região natural fundamentada no determinismo ambiental dá lugar à “região geográfica”. A região geográfica é caracterizada como um espaço concreto, singular, vivo, onde as relações entre o homem e natureza se dão de forma equilibrada. “A região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam, de modo harmonioso, componentes humanos e natureza” (CORRÊA, 1991, p. 28).

O conceito de região, para Vidal, deve ser compreendido a partir de um espaço material vivo, tangível, único, que apresenta um arranjo harmonioso da diversidade daquele espaço. Corrêa (1991) afirma que, no contexto possibilista, a região é idealizada como uma categoria palpável, singular, um dado vivo. Dentro dessa mesma perspectiva lablacheana, Souza (2013) afirma que a região é caracterizada como um espaço concreto, em que as relações homem e natureza aconteciam de forma harmoniosa.

A “região” lablacheana seria uma entidade geográfica que corresponderia, por assim dizer, a harmoniosas relações entre o homem e seu meio natural. A base seriam as divisões naturais, mas o fato é que cada região, em especial

aquela unidade menor [...], seria dotada de densidade histórica e cultural, além de ter sua unidade enraizada na própria percepção popular (SOUZA, 2013, p. 136).

Em harmonia com o pensamento desses autores, Lencioni (2014), considera que a região geográfica de Vidal é caracterizada pela integração que envolve homem e natureza. “Em sua obra póstuma, *Príncipe de géographie humaine*, de 1922, Paul Vidal de La Blache procurou afirmar mais claramente a ideia de região como integração e síntese dos aspectos humanos e naturais” (LENCIONI, 2014, p. 104).

No século XX, a interação entre o homem e o meio natural torna-se mais dinâmica e muito mais intensa em função dos avanços tecnológicos ocorridos. Nesse contexto, a concepção do homem e sua relação com a natureza é modificada, uma vez que a natureza é vista pelo homem não mais como um ambiente intocável, inviolável, intangível, mas como um elemento ou um objeto passível de manipulação e adaptável as suas necessidades. Essas mudanças, influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico, contribuíram para uma nova dinâmica na produção socioespacial, exigindo dessa forma novas perspectivas de se pensar e analisar a dinâmica regional.

Pensar o mundo como um todo orgânico, como um organismo vivo, buscando-se apreender os processos espontâneos, cedeu lugar a pensá-lo, mais e mais, como uma estrutura inorgânica e, fundamentalmente mecânica, com mecanismos naturais e artificiais, sendo esses últimos, produtos da intervenção humana através de instrumentos técnicos (LENCIONI, 2014, p. 121).

Diante dessas mudanças espaciais, sociais e econômicas, influenciadas sobretudo pelo sistema capitalista, Alfred Hettner, sobre a questão regional, entendia que a região deve ser compreendida por sua singularidade espacial; ela representa um campo empírico de observação e de verificações das relações gerais, portanto, ela se constitui parte de um todo. Ele considerava a região “como individualidade espacial [...], portanto, parte da totalidade, ou seja, uma parte da superfície terrestre” (LENCIONI, 2014, p. 123).

Ainda sobre esse debate que envolve a região como objeto de estudo geográfico, Hettner evidencia a diferenciação da superfície terrestre como ponto central do debate geográfico regional.

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos [...], o objeto da geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mais da diferenciação da superfície terrestre (LENCIONI, 2014, p. 122-123).

Nascido nos Estados Unidos e de origem alemã, Richard Hartshorne, influenciado pelo pensamento de Hettner, também se dedicou aos estudos geográficos dentro de uma perspectiva regional. Esse autor é considerado um dos principais geógrafos norte-americanos, sobretudo, por sua contribuição ao debate teórico metodológico sobre a ciência geográfica naquele país, bem como em outros países como a Inglaterra. “Para Hartshorne, a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade” (LENCIONI, 2014, p. 125).

A região hartshorneana está relacionada à ideia de área, compreendida como um recorte espacial, produto da construção intelectual, podendo variar de acordo com os objetivos do pesquisador. Os objetivos do pesquisador estão relacionados aos critérios de regionalização que serão empregados.

Cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre [...]. Quando Hartshorne se refere às áreas está se referindo, numa outra linguagem à região. [...] as regiões não são auto evidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui em um objeto em si mesmo, ela é uma construção mental (LENCIONI, 2014, p. 126-127).

Nesse debate, nota-se que a região hartshorneana, produto da construção intelectual, é caracterizada pela heterogeneidade dos fenômenos presentes em uma natureza única. Para ele, o estudo regional se tornou o ponto-chave da geografia.

Para Hartshorne, o cerne da geografia é o regional, que como vimos, busca a integração entre fenômenos heterogêneos em seções do espaço terrestre. Estes fenômenos apresentam um significado geográfico, isto é, contribuem para a diferenciação de áreas (CORRÊA, 1991, p. 15).

Observa-se a convergência de ideias desses dois geógrafos, no sentido de entender a região como um recorte espacial definido pela diferenciação de área; no entanto, enquanto Hettner destaca a região como algo singular, empírico e concreto, Hartshorne caracteriza como sendo produto da construção intelectual.

A geografia nova aflora a partir da década de 1950, com o surgimento de novos paradigmas geográficos. Sedimentada no Positivismo lógico, adotando técnicas estatísticas e modelos matemáticos. Essa corrente geográfica defendia maior rigor no método científico de análise dos fenômenos. No campo teórico, emergiam novos conceitos e teses, como, por exemplo, as teorias dos polos de desenvolvimento e das regiões polarizadas, que, somadas a outras, viam no processo de regionalização o caminho para o planejamento e desenvolvimento regional.

Essas novas perspectivas, trazidas no âmbito da geografia nova ou geografia neopositivista, fizeram o debate regional mudar de paradigma. Ao discorrer sobre a região e a regionalização no contexto da geografia teórica quantitativa, Lencioni (2104, p. 133) afirma que “[...] houve um esforço de se construir uma lógica e uma linguagem científica. Inspirados pelo positivismo lógico” (2104, p. 133).

Para Corrêa (1991), a mudança de paradigma se deu em função do contexto socioeconômico que se desenvolveu na segunda metade do século XX, impulsionada pelo sistema capitalista, bem como pela própria proposta metodológica que fundamentava a doutrina neopositivista. “A região, neste contexto, é definida como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1991, p. 32). No contexto do positivismo lógico, os defensores intercediam em favor da necessidade de se buscar maior rigor científico universal, que contemplasse todas as ciências.

A busca de rigor científico e de universalidade, de homogeneização de procedimentos e de unidade, não só em relação à linguagem, mas também quanto ao método, acabou por ser o principal parâmetro da ciência sob a perspectiva do Positivismo lógico (LENCIONI, 2104, p. 133-34).

Essa realidade imposta pelo Neopositivismo e, conseqüentemente, pela geografia quantitativa contribuiu para essa nova mudança de paradigma, o que não representou o “fim ou a morte” das correntes epistemológicas clássicas, mas se presenciou, nesse contexto, a soberania do positivismo lógico, bem como de seus modelos estatísticos e matemáticos na análise regional, sobretudo, na segunda metade do século XX.

Na análise regional, a geografia neopositivista adota o paradigma da classificação de áreas como novo paradigma. “A tradicional descrição geográfica se revestiu de novo significado. Essa passou a ser relacionada à classificação entendida como agrupamento de objetos em classe segundo semelhança” (LENCIONI, 2014, p. 135). Esses procedimentos se deram pelo modelo matemático como aponta Lencioni (2014).

Com o desenvolvimento e aplicação de modelos matemáticos, a análise regional procurou apreender a ordem espacial, começando pela a teoria e real construção de hipótese e de deduções para depois chegar à observação. Assim a observação passou a se situar no final, não no início do procedimento científico (LENCIONI, 2014, p. 135).

Segundo os entendimentos de Lencioni (2014), os geógrafos guiados pelo positivismo lógico consideravam que os critérios usados na divisão das regiões eram oriundos do campo

teórico; portanto, era a partir da teoria que se chegava à classificação científica e, conseqüentemente, à elaboração da descrição regional. Nessa análise, a região compreendia uma espécie de classe, sendo caracterizada e determinada no campo teórico.

[...] A região se põe assim, como uma classe, sendo determinada teoricamente. Como consequência, a regionalização passou a significar classificar regiões. Métodos quantitativos foram utilizados para se elaborar as divisões regionais e, assim, as regionalizações se distanciavam dos tradicionais procedimentos da geografia (LENCIONI, 2014, p. 136).

A geografia neopositivista, embora tenha rompido com as correntes etimológicas clássicas, consolidou-se como ciência do espaço, contribuindo de forma bastante significativa com o debate regional em uma perspectiva voltada para o rigor científico, usando modelos e métodos matemáticos e estatísticos na análise dos fenômenos espaciais.

Neste sentido, é importante destacar que a nova geografia e sua perspectiva guiada pelo neopositivismo, embora tenha sofrido críticas na sua abordagem regional, trouxe para o debate alguns temas modernos, tais como as dinâmicas urbanas e a questão regional. Dentro dessa temática urbana e industrial, estão imbricadas outras discussões que envolvem circulação, fluxo, rede urbana e polarização. “A nova geografia [...] desenvolveu temas novos e bastante pertinentes à realidade contemporânea; como os estudos urbanos e a análise do espaço industrial” (LENCIONI, 2014, p. 144).

Outra contribuição importante para fortalecer o debate sobre região e regionalização ocorreu no âmbito da geografia marxista ou crítica. O debate regional no contexto marxista aparece durante a década de 1970, fundamentado no materialismo histórico dialético. Nesse sentido, “[...] a partir da dialética marxista, diversos pesquisadores introduziram, na década de 1970, novos conceitos visando uma definição de região” (CORRÊA, 1991, p. 41).

O debate sobre região e regionalização, sob o olhar marxista, nasce em um contexto socioeconômico, marcado pelo processo mundialização econômica, no qual a homogeneização e diferenciação estavam imbricadas nas novas relações entre capital e trabalho, que geraram o trabalhador industrial. Para Corrêa (1991, p. 44), “[...] é na produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a parti do século XV”.

Compartilhando desse entendimento, Lencioni (2014, p. 163) afirma que: “importava naquele momento, para o pensamento de Marx, compreender, sobretudo, a homogeneização proporcionada pelas novas relações entre capital e o trabalho, que constituíram o proletariado

industrial”. Considerando a dinâmica de “morte e vida da região”, Costa (2014) afirma que muitos geógrafos acreditavam que a difusão das relações econômicas capitalistas homogeneizadoras, em escala global, significaria o fim da região a partir de uma base mais concreta; contudo, ocorreram novas formas de pensar e interpretar o conceito de região e regionalização sob um olhar geográfico crítico, o que não implicou na sua morte.

Essa mudança de paradigma na abordagem regional fez algumas críticas às concepções de região apresentadas na geografia possibilista e neopositivista. As críticas direcionadas destacavam a forma empirista que caracterizava o conceito regional. Entre os principais críticos, está Yves Lacoste que aponta alguns questionamentos sobre o conceito de região defendido por Vidal de La Blache.

Na sua essência, a crítica de Lacoste à concepção lablacheana consiste em um repúdio à ideia, segundo ele muito forçada, de acordo com o qual as regiões seriam unidades onde se superporiam, formando unidades objetivas e harmônicas, aspectos tanto naturais quanto histórico-sociais (SOUZA, 2013, p. 140).

Por sua vez, conforme Souza (2013), Lacoste questionava o artificialismo regional que consistia em colocar algo como fragmentado e em perfeito estado de harmonia, diversos fatores naturais e sociais, bem como as peculiaridades dos gêneros de vida. Ainda nesse debate, Sousa (2013, p. 141) destaca que “[...] nenhuma região poderia ser explicada isoladamente”. No âmbito dessa dialética, Corrêa (1991) faz referência a Lacoste para evidenciar que o conceito de região, na perspectiva de La Blache, apresentava algumas contradições. “Lacoste, refere-se à concepção de Vidal sobre região como sendo um conceito obstáculo, que nega outras possibilidades de se dividir a superfície da terra” (CORRÊA, 1991, p. 41).

Dentro da geografia marxista, embora o conceito de região tenha mudado de paradigma, em função das novas relações sociais e econômicas que se estabeleceram no espaço, ele não rompeu totalmente com as bases epistemológicas conceituais desenvolvidas por outras correntes geográficas.

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes de pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade, [...] não como uma totalidade harmônica. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade lógica nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica (LENCIONI, 2014, p. 164-165).

O conceito de região como parte de uma totalidade histórica e não harmônica está relacionado às dinâmicas do sistema de produção capitalista que proporcionam as injustiças e desigualdades não somente espaciais, mas também sociais. “As injustiças e desigualdades sociais do capitalismo eram evidentes e revelaram os limites da compreensão do mundo como um todo harmônico” (LENCIONI, 2014, p. 165).

Percebe-se que a questão regional, no âmbito da Geografia, seguiu uma trajetória longa de discussão. Durante todo o processo de sistematização do pensamento geográfico, o debate regional sempre esteve imbricado na própria ciência geográfica como peça-chave; em outros momentos, aparecia com menos relevância, mas sempre presente no contexto da geografia.

Constata-se que durante toda essa discussão sobre região, em muitos momentos ocorreram mudanças de paradigma, sobretudo com relação aos critérios metodológicos que definem e classificam as regiões. A região natural e, conseqüentemente, seus critérios norteadores aos poucos foram perdendo espaço para outras perceptivas regionais, entrando em cena a soberania dos aspectos humanos.

A partir da segunda metade do século XX, novas vertentes foram emergindo, conseqüentemente o debate regional foi influenciado por esses novos paradigmas. A expansão capitalista, o processo de globalização, e mais recente, a revolução tecnológica e informacional, com formação de uma economia global, provocaram novos arranjos espaciais, tanto em escala global como local, contribuindo, dessa forma, para maior complexidade na análise socioespacial dos lugares.

Essas mudanças socioespaciais e econômicas, sobretudo nas últimas décadas, contribuíram para a formação de novas regiões e novas formas de pensar e regionalizar o espaço sob uma perspectiva social. Analisando as novas formas de regionalização frente ao processo de mundialização da economia, Limonad (2004) destaca que “[...] se por um lado temos uma globalização da economia, da cultura e de padrões de consumo e de vida, por outro, temos um tecido social heterogêneo e um espaço onde a diversidade impera” (2004, p. 55).

É importante destacar que a autora chama a atenção para se pensar o espaço e as diferentes formas de regionalização tanto sob uma perspectiva global, quanto a partir das singularidades locais, o que ela denomina de diversidade heterogênea. Portanto, a região enquanto produto da regionalização, fundamentada em métodos e critérios, deve contemplar todas as escalas, uma vez que, como evidencia a própria autora, “a região é, antes de tudo, o resultado de um equilíbrio de forças” (2004, p. 55).

3.1.2 Regionalização, critérios, escalas e tendências

Discutir regionalização é refletir sobre o espaço enquanto palco das relações sociais e econômicas. Entretanto, diante de tantas mudanças na produção e organização espacial, como já foi discutido em seções anteriores, regionalizar o espaço sob qualquer perspectiva tem se tornado uma tarefa complexa.

A análise dessas mudanças envolve processos e dinâmicas que muitas vezes são contraditórios, e contribui para um jogo de relações que faz do espaço um todo complexo de difícil análise e compreensão. Quanto a discutir tais mudanças, Randolph (1991 apud LIMONAD, 2004, p. 54) afirma que essa dialética atual “faz com que o mundo pareça cada vez mais incompreensível”. Castro (2016), em sua reflexão acerca dos conceitos de região e regionalização no contexto dessas mudanças, afirma:

O atual período que vivemos (globalização) torna mais difícil apreender os múltiplos aspectos que interferem na organização do espaço e isso tem provocado uma discussão sobre o conceito de região e regionalização, suas reformulações ou até mesmo sua vitalidade dentro do atual contexto (2016, p. 59).

Assinale-se que o ato de regionalizar envolve critérios, finalidade, escala, método de abordagem e, sobretudo, um jogo de interesse. Dentro dessa dialética, Talaska (2011 apud CASTRO, 2016, p. 64) afirma que “o resultado do processo de regionalização depende dos métodos, critérios e características levadas em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço”.

Considerando as dimensões tempo e espaço, Costa (2014) destaca que o processo de regionalização deve observar as mudanças provocadas pelos agentes produtores do espaço ao longo da história. Para o autor, a regionalização é mais que um recorte espacial, trata-se de um recorte que precisa considerar a dimensão tempo e espaço. Para Limonad (2004, p. 58), “a região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos socioespaciais históricos e geograficamente localizados”.

Diante dessas considerações, constata-se a importância que os autores dão a dimensão tempo e espaço dentro do processo de regionalização. Entende-se que a região, enquanto produto da regionalização, ao negligenciar as mudanças resultantes de uma construção histórica que se materializa no tempo e no espaço, pode forjar a realidade em seus mais variáveis aspectos.

Considerando que o processo de regionalização envolve uma realidade multifacetada, o que implica na análise de múltiplos critérios, Pereira (2000 apud TALASKA, 2011) destaca quatro tipos de regionalizações: a regionalização como diferenciação de áreas; enquanto classificação de áreas; como instrumento de ação e como processo.

- *A regionalização como diferenciação de áreas* - Nessa primeira classificação, a paisagem geográfica se destaca como método de regionalização; e a região, produto da regionalização, é determinada pela paisagem geográfica. Salientam-se ainda os princípios da região natural e cultural, contribuindo, dessa forma, para caracterizar a região como área possuidora de certa homogeneidade.

- *A regionalização enquanto classificação de área* - Nesse segundo modelo, o espaço terá um número de regionalizações compatíveis com o número de classificações adotadas, ou seja, essa regionalização dá origem a várias e distintas regiões, sendo o pesquisador, o responsável por delimitar e criar as regionalizações, na medida em que setoriza determinadas áreas, de acordo com seus critérios previamente estabelecidos.

- *A regionalização é um instrumento de ação* - Essa terceira classificação, mantém uma relação direta com as teorias econômicas de desenvolvimento regional. Esse tipo de regionalização é amplamente utilizado para a descentralização administrativa, onde região torna-se sinônimo de espaço econômico, polarizado, homogêneo ou funcional.

- *A regionalização como processo* - Essa modalidade de regionalização parte da hipótese de que as desigualdades regionais são consequências de processos sociais e econômicos; convém assinalar que esses processos se encontram sujeitos a modificações em função das transformações que se dão em escala espacial e temporal.

Esses quatro modelos de regionalização demonstram que há várias formas de se pensar e regionalizar um determinado espaço, empregando critérios, escalas e interesses precisos, e não necessariamente iguais. Para Lencioni (2004, p. 58), “[...] de fato, as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território são inúmeras e usualmente atendem a interesses precisos [...]”.

Explicando melhor esse processo, a autora destaca que essas variações estão relacionadas à finalidade a que se propõem atender, podendo estar fundamentadas em modelos neoclássicos de localização ou em matrizes e análises fatoriais, ou ainda estarem relacionadas a concepções variadas, que contemplem desde as regiões funcionais até as regiões polarizadas.

Quanto a essas diferentes formas de regionalização, Ribeiro (2004) menciona as duas facetas do processo de regionalização: a regionalização como fato e como ferramenta. Para a autora, a *regionalização como fato* está ligada, sobretudo, a processos históricos e independe da ação hegemônica do Estado, enquanto a *regionalização como ferramenta* se caracteriza pelo planejamento conduzido pelo agente estatal em parceria ou não com agentes privados.

A regionalização como fato consiste em uma regionalização que independe da ação e de políticas de planejamento estatal; encontra-se vinculada às relações sociais de produção e reprodução que foram sendo construídas dentro de uma escala temporal e espacial histórica. Como bem destaca Ribeiro (2004, p. 195), “[...] a regionalização como fato mobiliza interpretações que tocam profundamente as condições historicamente construídas da reprodução social” (RIBEIRO, 2004, p. 195).

Nesse contexto, a regionalização como fato é determinada pela dialética das dinâmicas sociais que acontecem no espaço. Essas dinâmicas envolvem uma série de fatores, como, por exemplo, aqueles relacionados às disputas pelo poder na apropriação e uso do espaço, caracterizando-o como um palco de relações complexas e contraditórias, sinônimo de lutas e conflitos sociais. Ribeiro fortalece essa ideia na medida em que afirma que “[...] a regionalização como fato encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, 2004, p. 195).

Por sua vez, a regionalização como ferramenta é caracterizada pela ação de regionalizar o espaço, conduzida pelo agente estatal, para fins de planejamento e desenvolvimento, obedecendo a critérios e interesses precisos, sejam eles sociais, ambientais, políticos ou econômicos. “[...] a regionalização como ferramenta assume forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado” (RIBEIRO, 2004, p. 196).

Corroborando o pensamento da autora, Couto (2009, p. 15) enfatiza que “[...] a regionalização como ferramenta possui a mão forte do Estado como principal agente planejador responsável por selecionar os indicadores, institucionalizar e criar uma unidade analítica à determinada área (região)”.

A partir das colocações apresentadas, percebe-se que a regionalização como ferramenta está intrinsecamente ligada à ideia de planejamento desenvolvido em seus diferentes aspectos, seja pela União, Estados e Municípios em parceria ou não com os agentes privados.

A regionalização no âmbito do planejamento regional ocupou um lugar de destaque, uma vez que regionalizar um espaço implica criar regiões a partir de recortes espaciais, considerando-se os diferentes aspectos que constituem determinada área: econômicos, ambientais, sociais, culturais, históricos, entre outros. Nessa perspectiva, o estudo regional tem por finalidade apresentar um quadro que facilite e auxilie as políticas de gestão e planejamento do território nas mais variadas escalas de abordagem.

De acordo com o pensamento de Geiger (1969), sobretudo, na segunda metade do século XX, o planejamento tem dado cada vez mais importância às diretrizes econômicas; para tanto, vê a regionalização como processo que auxilia o desenvolvimento regional. Dentro dessa harmonia entre regionalização e planejamento, Geiger destaca ainda que o “[...] planejamento passou a se interessar pela descrição das estruturas regionais existentes, bem como vê na organização de estruturas preestabelecidas uma forma de mover o desenvolvimento” (1969, p. 15). Na visão do autor, o ato de regionalizar representava uma perspectiva de progresso de desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (2014), a regionalização como ferramenta tem alcançado um lugar de realce na atual conjuntura do processo de globalização, marcado pela fluidez da revolução técnico-científica-informacional, que, em diferentes escalas, tem penetrado em quase todos os espaços, rompendo as fronteiras regionais e as barreiras espaço-temporais. Para a autora, tal destaque fez da regionalização como ferramenta um mecanismo importante, não somente para o planejamento e desenvolvimento do espaço gerenciado pelos órgãos públicos, mas também pelos agentes econômicos hegemônicos.

Numa conjuntura marcada pela transformação da eficácia em metas políticas; pela mutação da cultura em mercadoria, pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, a regionalização como ferramenta adquire extraordinário destaque, o que explica a sua utilização pelos agentes econômicos hegemônicos desestabilizando a estrutura espacial. Nos movimentos do presente, a região como ferramenta é disputada pelo Estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais, sendo contestada nos conflitos territoriais [...] (RIBEIRO, 2004, p. 197).

Esses dois mecanismos de regionalização envolvem dinâmicas, processos, ideologias e recursos político-administrativos. Todavia, é importante destacar que a regionalização como ferramenta precisa estar imbricada ou alinhada com a regionalização como fato, uma vez que, ao se apropriar da regionalização como fato, o agente planejador começa a entender o dinamismo socioespacial dos lugares que se encontram imbricados em processos históricos e temporais. Para Ribeiro (2004), a regionalização como ferramenta ganha relevância na

medida em que se tem conhecimento da regionalização como fato, pois é desta que se podem buscar recursos essenciais para as ações sociais e econômicas. “A relevância da regionalização como ferramenta depende do conhecimento da regionalização como fato, já que desta advêm recursos essenciais tanto a vida como ao lucro” (RIBEIRO, 2004, p. 197).

Para Limonad (2004), toda e qualquer forma de regionalização envolve muitos processos, ideologias e dinâmicas espaciais e temporais; no entanto, para a autora, a região é “[...] antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos, mesmo se tratando de uma região funcional ou natural” (2004, p. 57).

Observa-se que existem várias formas de se regionalizar um mesmo território, contudo, a regionalização de um determinado lugar e as ações desenvolvidas nessas regiões estão ligadas aos interesses dos agentes regionalizadores, responsáveis pelo planejamento, sejam eles públicos ou privados. Portanto, como bem destacou a autora, todas as formas de se regionalizar o espaço envolvem método, escala, espaço, tempo, ideologias, e, acima de tudo, um jogo de interesses, que nem sempre está alinhado aos princípios democráticos e sociais, uma vez que não faltam exemplos de políticas de regionalização direcionadas aos anseios de uma minoria hegemônica detentora de poder e capital.

Outra questão importante nesse debate sobre região e regionalização está relacionada à escala. Muito se tem discutido sobre qual a extensão geográfica de uma região: um bairro, um conjunto de bairros, uma cidade, um município ou um conjunto de municípios, um país ou um conjunto de países; por outro lado, esse debate ainda não alcançou um entendimento pleno dentro da ciência geográfica e muito menos no senso comum.

No senso comum a escala regional figura em todos os tamanhos como aponta Souza (2013).

Região isso, “região” aquilo, região, aparentemente de todos os tamanhos, pelo menos no âmbito do senso comum. Fala-se em região oceânica do município de Niterói, temos as regiões administrativas do rio de Janeiro, [...] e os exemplos poderiam prosseguir até formar uma extensa lista, pois não é nada incomum encontrarmos pelo Brasil a fora, casos de referência popular e mesmo oficial a “regiões” em escala intraurbana (SOUZA, 2013, p. 144).

Embora, ainda nos dias atuais, as discussões sobre a escala da região não tenham alcançado uma harmonia consensual entre aqueles que se dedicam ao estudo regional, por muito tempo prevaleceu a tradição de a Geografia classificar a região como um recorte espacial “intermediário”, ou seja, a região que compreende uma escala que estaria em uma faixa intermediária entre o local e o nacional. Souza (2013) reforça a ideia, ao destacar que

essa vertente que considera a região a partir de uma escala intermediária está enraizada na tradição geográfica clássica.

[...] é inegável que há uma tradição acadêmica que, ora explicitamente e conscientemente, ora tacitamente, identifica a região como um nível ou uma escala geográfica específica: aquela intermediária entre a escala local (especialmente a da cidade ou município) e a nacional (SOUZA, 2013, p. 144).

Entre os principais problemas apresentados quando se coloca a região como espaço intermediário, têm relevância as contradições da extensão espacial e aspectos populacionais das regiões metropolitanas, estas são caracterizadas por um recorte espacial formado por vários municípios.

No caso do Brasil, as regiões metropolitanas apresentam extensões territoriais, população absoluta e relativa desiguais, o que inviabiliza definir uma escala específica para uma região metropolitana. Souza (2013) afirma que definir uma escala para determinar uma região seria algo muito complexo, uma vez que “[...] a extensão territorial de uma região no Brasil nem sempre corresponde a uma mesma extensão em outro país. No Brasil, mesmo regiões pequenas podem corresponder a áreas muito maiores que um “*pays*” francês” (SOUZA, 2013, p. 147).

Nesse contexto, o problema se torna mais complexo, quando se discute a escala regional numa perspectiva intraurbana. Estudando os critérios e a importância da regionalização intraurbana, Castro (2016) chama a atenção para alguns desafios, quando se tenta regionalizar o espaço intraurbano das cidades. Esses desafios não se limitam somente às contradições sobre escala, mas se refere principalmente a questões de natureza metodológica. Para o autor, a regionalização, que geralmente representa um recorte espacial e temporal, precisa estar imbricada no contexto histórico e socioeconômico dos lugares, em perfeita harmonia com mudanças que se dão no espaço e no tempo.

[...] Isso significa que uma proposta de regionalização, inclusive com relação aos critérios propostos, deve estar conectada ao seu contexto histórico e socioeconômico. Então, obviamente, quando esse contexto histórico muda, é necessário revisar a regionalização. Isso por que a regionalização no âmbito das cidades, por sua própria natureza, é um modelo espacial estático inserido numa realidade muito dinâmica em constante transformação (CASTRO, 2016, p. 148).

Nota-se que a regionalização é um processo estático, representa, dessa forma, o retrato de um recorte espacial em um determinado momento. Em contrapartida, a realidade é muito dinâmica e encontra-se constantemente em um processo de construção e reconstrução. No

entanto, a regionalização precisa acompanhar tais mudanças, mantendo uma sintonia com os diversos aspectos urbanos: econômicos, ambientais, culturais, políticos, e históricos, para assim, evidenciar e não forjar a realidade dos lugares.

Embora a escala regional seja objeto de muita discussão e contradições geográficas, Souza (2013) faz uma breve consideração sobre a escala ou área de abrangência de três categorias intraurbanas das cidades: o bairro, o setor geográfico e a vizinhança.

Em sua análise, o autor afirma que, dentro da escala intraurbana, os bairros estão dentro de uma escala intermediária, ou seja, são considerados menores que um setor geográfico e maior que uma vizinhança: “[...] maior que o bairro é o setor geográfico, e menor que ele é a vizinhança” (SOUZA, 2013, p. 156).

Embora a escala espacial sofra alterações quando comparamos os bairros de uma cidade, eles ainda são caracterizados como um “espaço vivido, subjetivo” e com certa identidade socioespacial, em que os deslocamentos, no perímetro espacial do bairro acontecem a pé, como bem destaca autor “[...] considerando a realidade de uma grande cidade ou metrópole atual, o bairro pode, muitas vezes, ainda ser considerado como um espaço que pode ser percorrido a pé” (SOUZA, 2013, p.160).

Nesse contexto, Souza (2013) também evidencia o bairro como um espaço subjetivo onde as singularidades envolvem duas dimensões: a interação entre indivíduos ou grupos de indivíduos e o simbólico, ou seja, a imagem. Essas categorias representam valores subjetivos, como, por exemplo, o sentimento de pertencimento a determinado bairro. Nesse contexto, o bairro possui uma identidade aceita por seus moradores e pelas pessoas que residem em outro bairro.

O setor geográfico, como apresenta uma escala espacial maior, geralmente é formado por mais de um bairro. Por representar uma área maior, os deslocamentos a pé tornam-se mais complicados. Nesse sentido, Souza (2013) ressalta que “[...] o setor geográfico, geralmente, terá a ver com uma magnitude em que os deslocamentos a pé são muitos difíceis, e mesmo os deslocamentos de bicicletas exigem ou exigiriam bom preparo físico (SOUZA, 2013, p. 160)”.

Observa-se que o setor geográfico, encontra-se em uma escala intermediária, entre a cidade e o bairro.

Em cidade muito grande e espacialmente diversificada, como e o caso tanto de São Paulo quando do Rio de Janeiro, o setor geográfico pode fazer parte de um conjunto ainda maior, mas menor que a cidade, que pode ou não ser aproveitado e reconhecido para finalidades administrativas, mas que, de todo modo, existe na qualidade de uma referência espacial menos ou mais relevante para a população (SOUZA, 2013, p. 161).

A escala que compreende a vizinhança é ainda menor, ela pode ser representada por uma rua, um quarteirão, um condomínio de casas ou apartamentos, um espaço vivido em que as relações entre as pessoas são ou pelo menos deveriam ser menos abstratas e mais afetivas. Para Souza (2013, p. 156), “[...] a vizinhança pode corresponder a um quarteirão ou a uma simples rua, mas também até mesmo a um prédio ou a um condomínio fechado”.

Nessa discussão sobre vizinhança, é importante registrar que nas grandes cidades, onde reina o império da violência, do medo e da insegurança, que, de certo modo, influenciou e vem influenciando na produção e reprodução do espaço e no modo de vida urbano, é comum as pessoas, mesmo sendo vizinhas, viverem isoladas em seus apartamentos e casas, sem se comunicar, sem conhecer sem manter qualquer tipo de interação com os moradores que dividem o mesmo espaço local.

É o que ocorre com os condomínios fechados. As vizinhanças existem, sim; mas crescentemente (ainda que nem sempre), de uma maneira bastante, diluída. É comum só se conhecer os vizinhos de vista – inclusive os vizinhos do mesmo condomínio fechados e até do mesmo prédio de apartamentos, para não dizer do mesmo andar –, sendo os contatos muitos superficiais e irregulares ou esporádicos (SOUZA, 2013, p. 158).

Essa realidade, muito comum nos ambientes urbanos, termina por fragilizar as relações sociais diárias, e, conseqüentemente, torna a vizinhança um espaço social habitado por pessoas desconhecidas. Nota-se, nessa discussão, que, mesmo que a noção de escala seja importante para classificar a dimensão de um bairro, uma vizinhança ou setor geográfico, vale ressaltar, que outros elementos, como, por exemplo, as singularidades subjetivas e efetivas, são levados em consideração, na caracterização e definição dessas áreas.

Sob este aspecto, convém refletir sobre a regionalização da segurança pública na cidade de Teresina, tomando como parâmetro a Polícia Militar, haja vista que este é o objetivo desta pesquisa; como também procurar identificar, nessa discussão, qual modelo de regionalização é empregado. A escala é um instrumento considerado nesse processo? Quais são os critérios norteadores para se definir as regiões de atuação de cada Batalhão e CIPM da Polícia Militar? Estas são algumas questões que estão sendo evidenciadas nessa pesquisa.

3.2 Teresina e a organização espacial urbana

3.2.1 Planejamento e regionalização do espaço intraurbano da cidade

Planejamento, no seu sentido mais amplo, representa um mecanismo administrativo que possibilita conhecer a realidade em seus mais diferentes aspectos, e escolher o melhor

caminho para projetar ações futuras. No contexto espacial urbano, Santos (2015, p. 133) afirma que “o planejamento é uma ferramenta importante para o ordenamento do espaço urbano, pois visa ações futuras para o melhoramento deste, considerando a qualidade de vida de seus moradores”.

Conforme Souza (2002), o ato de planejar está relacionado a ações futuras, logo, é tentar simular os desdobramentos de processos, com a finalidade de melhor se prevenir contra possíveis problemas ou, contrariamente, conhecer as potencialidades existentes em determinados espaços, procurando explorá-las, ou seja, tirar partido desses prováveis benefícios.

Por outro lado, observa-se que o planejamento urbano, enquanto mecanismo estratégico dos agentes públicos, têm por finalidade ordenar e organizar o espaço urbano das cidades, com objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. Nesse sentido, essas ações futuras precisam estar voltadas para a inserção de políticas públicas, sejam elas em nível federal, estadual ou municipal, que sejam alternativas para corrigir os problemas e dilemas das cidades, bem como formas de explorar as diversas potencialidades inerentes ao ambiente urbano.

Ao discorrer sobre o como surgiu o planejamento urbano, Saboya (2008 apud SANTOS, 2015, p. 134) ressalta que “este surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades. Essa expressão, que veio da Inglaterra e dos Estados Unidos, marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas”. Por sua vez, Santos (2015) mostra que, dentro dessa nova perspectiva, a elaboração do planejamento urbano envolve diversos profissionais, com geógrafos, engenheiros, arquitetos, economistas, juristas, entre outros profissionais.

Para a autora, esse novo modelo de planejamento urbano almeja, não um modelo de cidade ideal, onde todos os problemas são corrigidos e resolvidos, mas sim uma cidade real, com estratégias e mecanismos capazes de resolver os problemas ao longo do tempo. Nessa concepção da autora, o planejamento urbano precisa entender o espaço como uma categoria não estática, linear e acabada, mas como um todo complexo, dinâmico, contraditório e contínuo, uma vez que esse espaço está sempre em um processo de reprodução, mediado pelos agentes públicos, privados e pelos movimentos sociais.

É importante salientar nesse debate que, embora o planejamento seja uma ferramenta imprescindível para os agentes produtores do espaço urbano, ele também apresenta contradições que estão presentes desde sua elaboração até a materialização das ações e políticas públicas.

Embora correspondendo a uma prática relevante, em diversos momentos o planejamento urbano é composto por contradições que envolvem desde a elaboração até a concretização dos encaminhamentos traçados e o acompanhamento mediado pela gestão. Nesse contexto, as críticas realizadas convergem para a necessidade de observações detalhadas das demandas que integram parcela significativa das atividades dos agentes sociais que compõem o urbano (SILVA e FAÇANHA, 2015, p. 52).

Nesse sentido, observa que o planejamento urbano precisa ser construído dentro de uma perspectiva democrática, contemplando os anseios dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade civil como um todo, e não de forma direcionada, atendendo a aspirações de determinados grupos específicos da sociedade:

[...] O planejamento urbano pode conter novas perspectivas, não restringindo o acesso aos debates somente a alguns grupos, pois o Estado também pode ser gerido por forças políticas para mudanças, assumindo importância também às propostas e lutas manifestadas pela sociedade civil (SILVA e FAÇANHA, 2015, p. 52).

Dentro dessa lógica, Façanha e Viana (2012, p. 77) destacam a importância do planejamento, como mecanismo de implementação de “[...] políticas públicas orientadas para tornar as cidades sociais e ambientais sustentáveis”. Na visão dos autores, essa perspectiva representa a possibilidade de garantir mudanças socioambientais que não comprometeriam os sistemas ecológicos e sociais, nos quais as comunidades urbanas se sustentam. Portanto, o planejamento urbano deve levar em consideração todos os sujeitos e processos que estão presentes nas dinâmicas urbanas.

O planejamento urbano em Teresina esteve presente desde o início da fundação da cidade, pois surgiu de forma planejada; como bem afirma Rodrigues e Veloso Filho (2016, p. 342), “[...] o planejamento urbano foi uma atividade marcante no início da história de Teresina, mesmo antes de sua fundação, tendo em vista ela ter sido a primeira capital do Brasil a ser planejada, em 1852”.

O planejamento urbano na capital piauiense percorre um longo caminho, tendo como ponto de partida o surgimento do primeiro plano urbano de Teresina, denominado de primeiro “Plano de Desenvolvimento Local Integrado” (PDLI) em 1969, conforme anexo II. Na década de 1970, especificamente em 1977, surge o I Plano Estrutural de Teresina (I PET), que nasce com a finalidade de revisar e atualizar o primeiro PLDI.

Em 1983, surge mais um plano, o PDDU, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Teresina; segundo Rodrigues e Veloso Filho (2016), esse plano não chegou a ser concluído. Em 1988 entra em cena o II PET, que, de acordo com os autores mencionados,

consiste em um documento composto por dez leis. No ano de 2001, é lançada a Agenda 2015, fundamentada no estatuto das cidades, representava um conjunto de onze leis. Em 2015, foi projetada a Agenda 2030, que tem por objetivo atualizar a Agenda 2015 e avançar em algumas perspectivas não contempladas pela primeira agenda.

Não é o objetivo dessa seção detalhar nem aprofundar a discussão sobre o conteúdo desses documentos jurídicos que contribuíram de forma significativa para se possam discutir os problemas, anseios sociais e potencialidades da capital piauiense. Pretende-se somente entender o processo de regionalização intraurbana da cidade a partir do planejamento urbano, procurando identificar os critérios que foram usados em tais modelos regionais.

Nesse contexto, em que o planejamento e regionalização encontram-se imbricados no processo de gestão urbana da cidade, a região de planejamento ganha notória importância.

[...] esta região deriva da aplicação de critérios político-administrativos instrumentalizados na atividade de planejamento. A regionalização definida a partir deste marco representa uma intencionalidade da autoridade pública que afirma uma compreensão do território a partir das necessidades de execução de determinados serviços públicos, do exercício do poder regulatório do Estado ou, por exemplo, da focalização das políticas setoriais em determinada parte do território (PERROUX, 1955 apud CASTRO, 2016, p. 72).

Nesta perspectiva, a regionalização do espaço urbano de Teresina representou um instrumento de organização espacial, gestão e planejamento urbano. Nesse sentido, Castro (2016) destaca que o processo de regionalização em Teresina serviu não só como instrumento para promover o ordenamento territorial da cidade, mas também como forma de classificação dos diversos recortes espaciais, a partir de novas demandas demográficas e socioeconômicas surgidas com crescimento urbano da cidade.

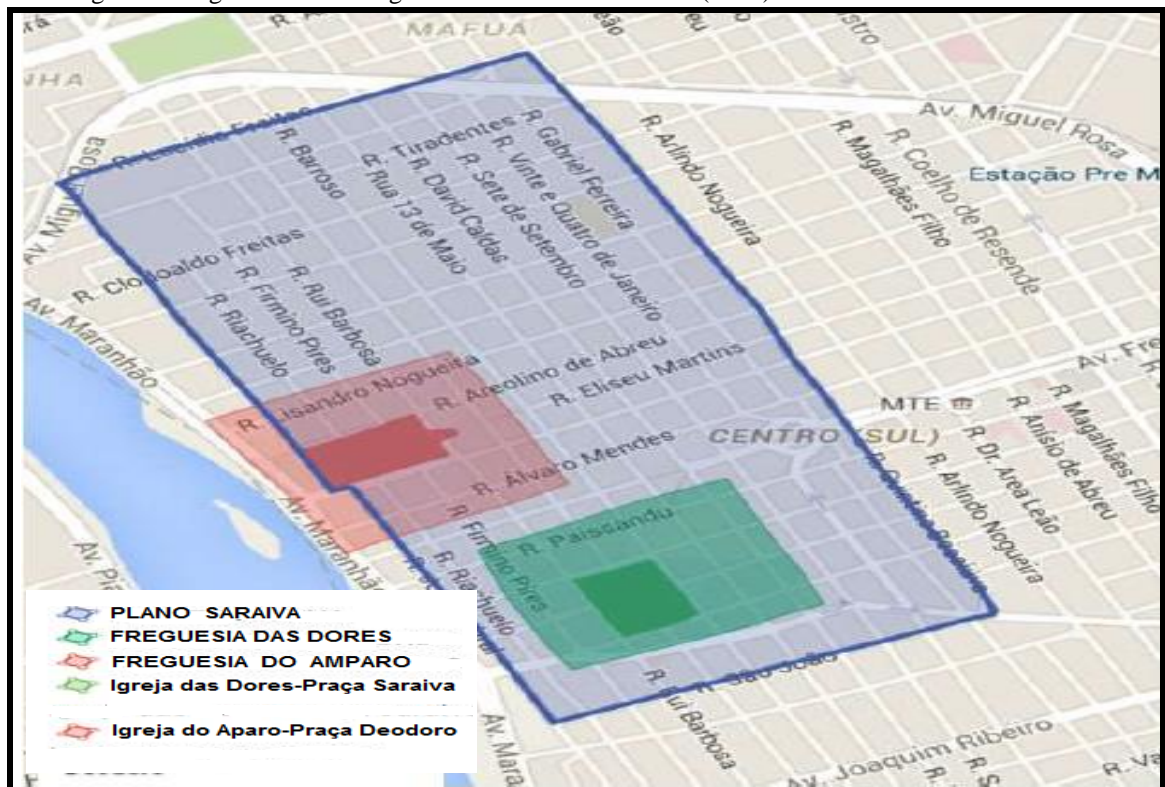
Ao consultar algumas publicações que versam sobre planejamento e regionalização de Teresina, como Braz e Silva (2001), Castro (2016), Rodrigues e Veloso Filho (2016), Façanha e Viana (2012) e Silva e Façanha (2015), constatou-se que a cidade, desde sua origem até a atual conjuntura urbana, passou por vários processos de regionalização. Braz e Silva (2001), em pesquisa realizada sobre a modernização e o crescimento de Teresina, entre 1889 a 1940, afirma que a cidade teve três regionalizações nesse período, denominadas pela autora de macro-organizações urbana.

A primeira regionalização intraurbana da cidade ocorreu na década de 1870 (Figura 7). Esse modelo tinha como objetivo sanear a cidade e combater os incêndios na capital. Na opinião de Castro (2016, p. 100), “[...] a primeira regionalização intraurbana ocorreu por volta

Nesse sentido, conforme Braz e Silva (2001, p. 286), o “primeiro e o terceiro distrito constituíam a periferia da cidade, enquanto o segundo compreendia a área central e o núcleo urbano local”.

Ainda na década de 1870, surge mais um modelo regional na cidade (Figura 8), fundamentado em critérios religiosos e socioeconômicos; o espaço urbano da cidade foi recortado em duas freguesias: Freguesia do Amparo e Freguesia das Dores.

Figura 8 - Segundo modelo regional da cidade de Teresina (1870)



Fonte: Braz (2011). Adaptado por Castro (2016).

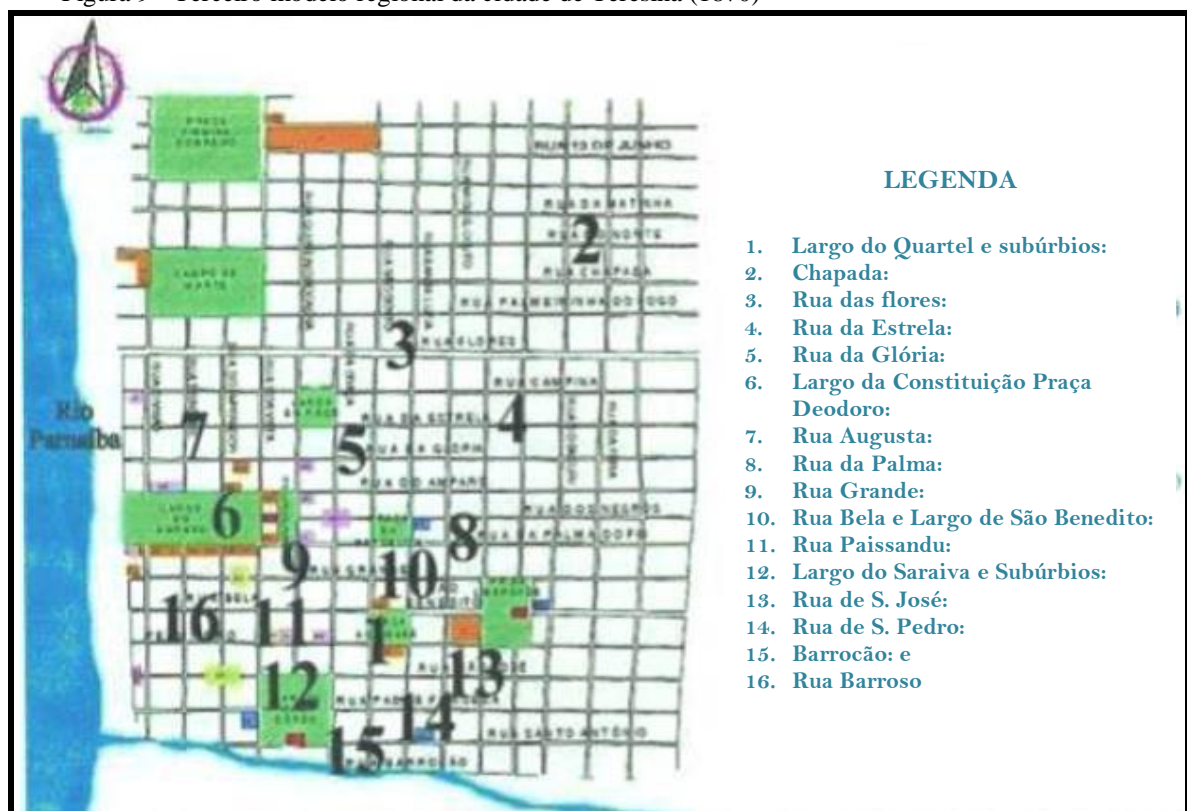
Dentro desse novo recorte espacial da cidade, Braz e Silva (2001) mostra que esse modelo evidencia a importância da Religião Católica na construção da capital. No entanto, essa regionalização, assim como o primeiro modelo, apoia-se em critérios sociais e econômicos, uma vez que a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo (destaque rosa na Figura 8) abrangia a área central do núcleo urbano, enquanto a Freguesia de Senhora das Dores (destaque verde na Figura 8) abrangia a parte Sul da cidade, ou seja, representava um espaço periférico que ficava em torno do núcleo central da cidade.

Trata-se de uma regionalização administrativa que, sob o manto do critério religioso da paróquia, denota novamente a diferenciação espacial com base nos aspectos sociais e econômicos, dentro da lógica centro/periferia. Tendo em vista que a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo abriga em seus 16

quarteirões as famílias mais ricas e os comerciantes no núcleo central da cidade, enquanto que a Freguesia das Dores é composta por famílias humildes como lavradores, concentrados principalmente, na parte sul do núcleo urbano (CASTRO, 2016, p. 102).

No final da década de 1870, a cidade passa por mais uma proposta de regionalização espacial do seu território (Figura 9). Nesse modelo, a cidade foi regionalizada em dezesseis distritos; como bem destacam Rodrigues e Veloso Filho (2016, p. 347), “ao final da década de 1870, mais precisamente em 1878, dividia a cidade em dezesseis distritos”.

Figura 9 - Terceiro modelo regional da cidade de Teresina (1870)



Fonte: Braz (2011). Adaptado por Castro (2016).

Com base em Araújo (1975), Braz e Silva (2001) descrevem o espaço urbano da cidade de Teresina, caracterizando os recortes espaciais e seus aspectos distintos. Segundo a autora, “[...] enquanto a área central tinha morfologia de planície, espaço público limpo e algumas ruas pavimentadas, a periferia apresentava topografia irregular e ruelas de chão batido, cheia de mato e buraco” (BRAZ E SILVA, 2001, p. 288).

Discorrendo sobre essas duas faces distintas do espaço urbano da cidade, Araújo (1975 apud CASTRO, 2016, p. 103) afirma que um dos principais responsáveis por essa diferenciação espacial na cidade “foi o elevado crescimento populacional e urbano, provocado em função da seca de 1877 no Piauí, que resultou em um intenso fluxo migratório para a

capital”. Para o autor, esse fluxo desordenado de pessoas, exigiu demanda por infraestrutura básica como saneamento básico e segurança na periferia da cidade.

Contudo, Braz e Silva (2001) aponta que nesses três modelos de recorte espacial da cidade, tornava-se evidente o peso dos critérios econômicos e sociais nas políticas de planejamento regionais urbanos de Teresina. Castro reforça essa ideia, ao salientar que “[...] já havia um processo segregador centro/periferia, prevalecendo os critérios socioeconômicos na delimitação espacial pela intervenção estatal prioritária da região central em detrimento da periferia” (2016, p. 103).

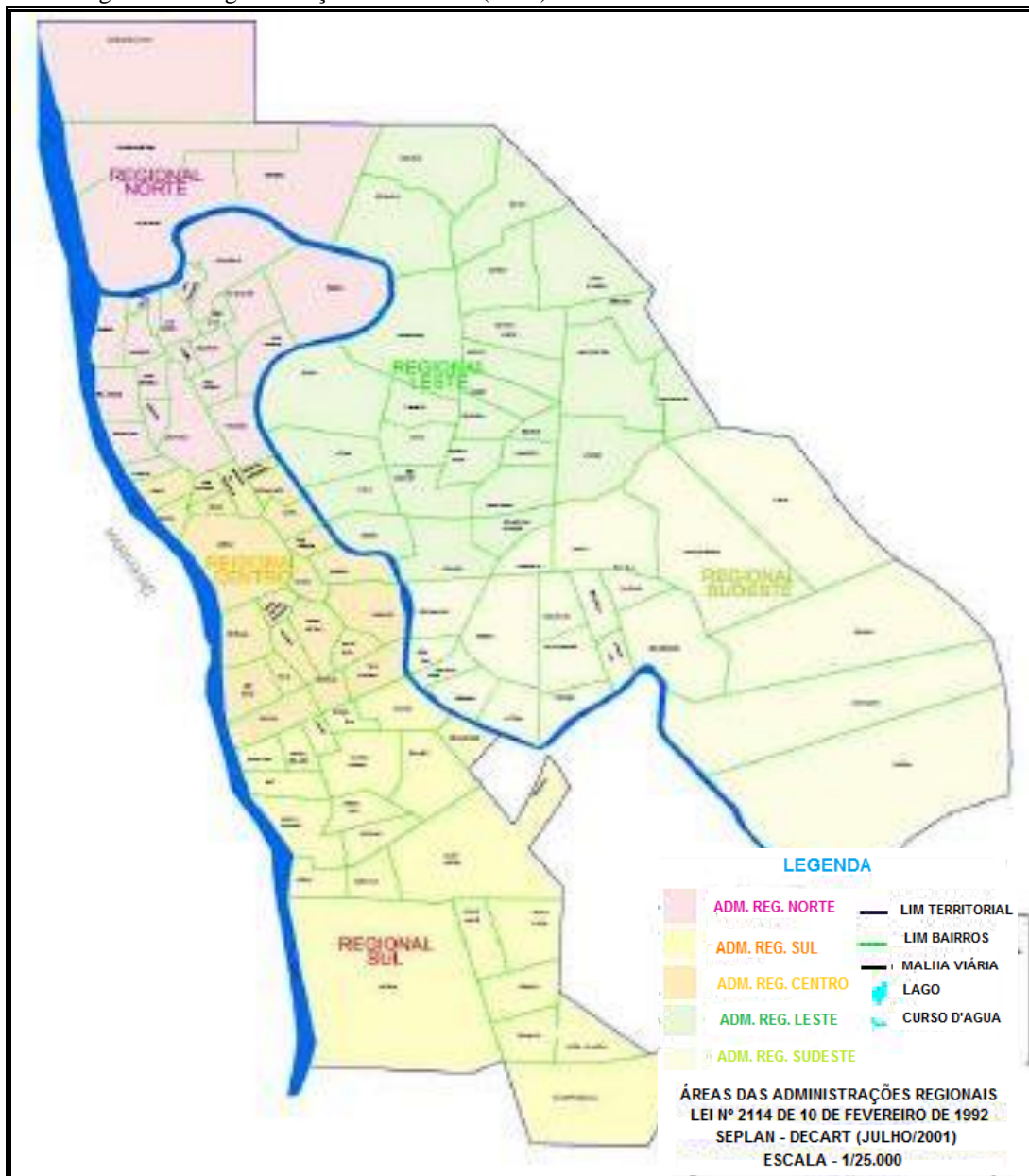
Nesse modelo regional que recortava a cidade em dezesseis distritos, observa-se, ainda, maior número de regiões, sobretudo na parte Sul da cidade, quando comparado com a primeira regionalização que tinha apenas três distritos. Essa maior divisão do espaço está relacionada à expansão urbana da cidade e conseqüentemente ao crescimento demográfico da capital, que se direcionava para a porção Norte e Sul da capital piauiense.

No século XX, sobretudo na segunda metade, o processo de urbanização e crescimento populacional da cidade são intensificados, exigindo, do poder público municipal, ações e políticas públicas voltadas para solucionar os dilemas e problemas urbanos que se espalhavam pelas regiões da cidade.

Façanha (2003) caracteriza muito bem esse período, ao destacar que, na década de 1970, Teresina possuía uma população total de 220.487 habitantes, com uma taxa de urbanização de 82,11%, na década seguinte, a cidade somava, ao todo, uma população de 377.174 habitantes, com uma taxa de urbanização equivalente a 89,74%. Na década de 1990, o município chega a um montante de aproximadamente 598.323 habitantes, sendo que a população urbana chegava a 92,92%. Isso mostra o crescimento urbano e demográfico da cidade, e, paralelamente a esse crescimento, surge à necessidade, por parte do poder público, de buscar alternativas para equipar a cidade de infraestrutura básica, como: iluminação, água encanada, pavimentação das ruas e avenidas, melhoramento no sistema de transporte urbano, entre outras demandas.

Nesse contexto, na década de 1990, a Prefeitura, por meio da aprovação da “Lei Orgânica do Município” propõe mais um modelo de regionalização para a cidade, procurando organizá-la a partir da descentralização administrativa. De acordo com os Art. 130 e 131 da referida lei, a cidade foi regionalizada em cinco regiões administrativas (Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste), conforme (Figura 10).

Figura 10 - Regionalização de Teresina (1992)



Fonte: Castro (2016).

Observe-se que a terminologia usada nesse modelo regional é “região” e não “zona”, como se constata expressamente na referida Lei, no Art. 130.

Art. 130. O Município, para fins administrativos, dividir-se-á:

I - Dentro do perímetro urbano, em Administrações Regionais;

II - Fora do perímetro urbano, em Regiões Administrativas Rurais.

§ 1º As Administrações Regionais serão criadas e organizadas por lei específica, pelo agrupamento de bairros contíguos, respeitando-lhes os limites.

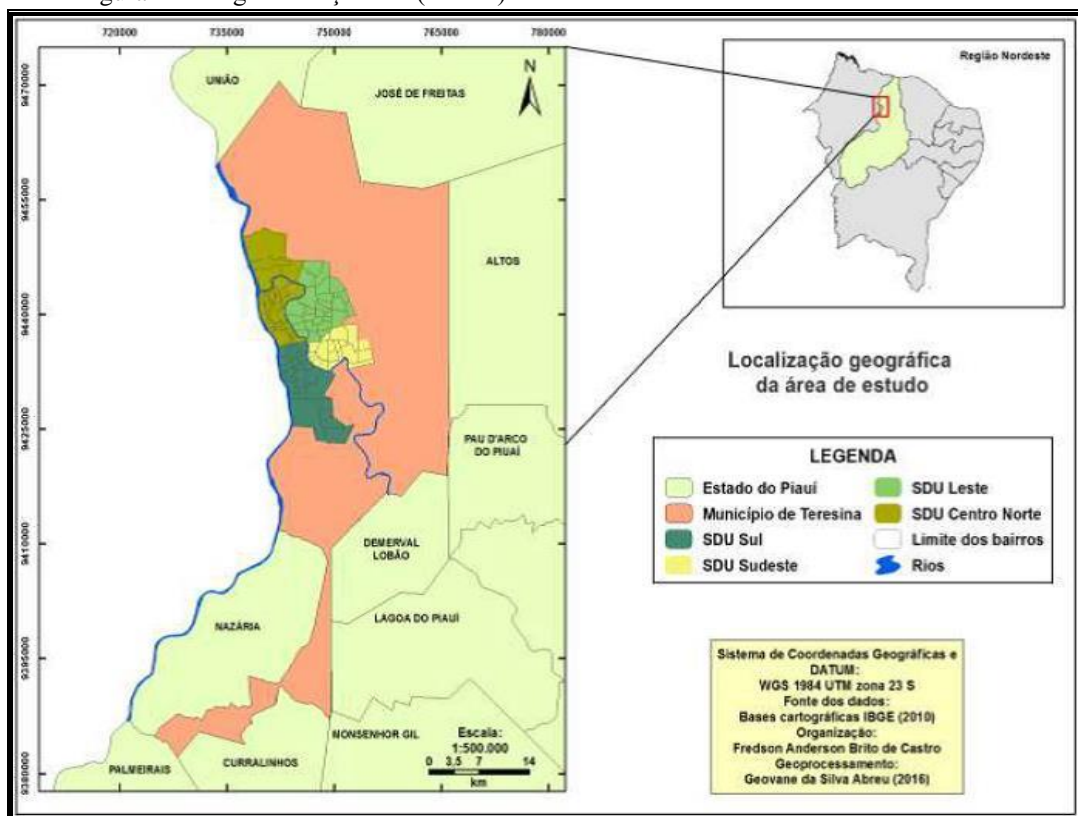
§ 2º As regiões Administrativas Rurais serão criadas e organizadas por lei específica, nas quais serão fixados os seus limites.

Essa ideia de o poder público municipal criar regiões administrativas e descentralizar a gestão da cidade é apontada por Castro (2016, p. 84) quando ressalta que “[...] a criação do cargo de administrador regional para cada respectiva região indica a clara intenção de o legislador promover recortes espaciais, visando à descentralização administrativa”. Nesse contexto, o autor ainda salienta que “as administrações regionais objetivam melhor distribuir os serviços no território da cidade, possibilitando a descentralização gradativa do serviço público municipal” (CASTRO, 2016, p. 187).

Portanto, evidencia-se com essa proposta de regionalização, estabelecida pela “Lei Orgânica do Município de Teresina” e ratificada pela “Lei nº 2113 de 10 de fevereiro de 1992”, a intenção clara da gestão municipal em descentralizar a cidade a partir dessa configuração espacial em cinco regiões; deste modo, percebe-se a importância da regionalização para o planejamento e gestão da cidade.

Em 2000, a gestão municipal de Teresina, buscando fortalecer a política de descentralização administrativa, propõe mais um modelo regional. Essa proposta, através da Lei nº 2.960 de 26 de dezembro de 2000, criou quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano “SDU’s”: Centro-Norte, Leste, Sudeste e Sul (Figura 11).

Figura 11 - Regionalização das (SDU's)



Fonte: Castro (2016).

Segundo Façanha (2003, p. 11), essas (SDU's) tinham como objetivo “executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de Engenharia, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, observando um plano urbano municipal”.

Do ponto de vista da autonomia das superintendências, Castro (2016) faz uma crítica, em relação às limitações administrativas das SDU's. Para o autor, elas foram criadas com o objetivo principal de executar de forma descentralizada as políticas públicas urbanas, caracterizando-se como órgãos executores, fiscalizadores e controladores de obras e serviços urbanos. Sendo assim, “as regionalizações das SDUs, visam promover a descentralização de parte da estrutura administrativa, mas não o poder decisório” (CASTRO, 2016, p. 194).

Outra crítica apontada pelo referido autor está relacionada à dimensão espacial e populacional abrangidas pelas SDU's.

Enquanto em quase todas as cidades pesquisadas há uma tendência de fracionar os recortes espaciais, diminuindo o seu tamanho e população, visando promover maior eficiência da gestão e do planejamento territorial bem como melhorar a resolutividade do atendimento das demandas da coletividade, conseqüentemente facilitando o acesso da sociedade as instâncias de poder, em Teresina as 04 (SDU's) propostas, abarcam imensas áreas, cada uma com uma enorme população, o que certamente compromete a eficiência da administração e do planejamento bem como a descentralização e democratização da gestão tão propagada (CASTRO, 2016, 195).

Na concepção de Façanha (2003), sobre a evolução urbana de Teresina, há um dado interessante, em 1988, com a criação do II PET, a cidade ficou regionalizada em cinco regiões: Centro, Leste, Sudeste, Norte e Sul. Para tanto, criar quatro regiões e suas respectivas superintendências significa seguir na contramão do desenvolvimento urbano da cidade, uma vez que “[...] deveria haver uma regionalização mais ampla, criando as secretarias regionais ou subprefeituras em razão do intenso processo de expansão da cidade ocorrido na década de 1990” (FAÇANHA, 2003, p. 11).

Destaque-se, nesse contexto do processo de regionalização e organização espacial de Teresina, a criação do zoneamento urbano da cidade, no ano de 2006, através da Lei Municipal Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006.

Convém observar o zoneamento da cidade, que tem como objetivo ordenar as formas de uso e ocupação do solo urbano da cidade, conforme Art. 1º da referida Lei.

Art. 1º Esta Lei Complementar define a organização do espaço urbano de Teresina, tendo em vista os seguintes objetivos:

I - Orientar a utilização do solo quanto ao uso, quanto à distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas.

II - Promover uma estruturação urbana, visando melhorar a distribuição e a articulação dos polos de dinamização.

III - Preservar os elementos naturais da paisagem urbana e os sítios de valor histórico e cultural.

Segundo Lima (2010), para efeito de uso e ocupação do solo de Teresina, a cidade foi dividida em sete zonas: zonas residenciais, zonas comerciais, zonas de serviços, zonas industriais, zonas especiais, zonas de preservação ambiental e zonas de especial interesse social.

Castro (2016) observa o uso da terminologia “zonas” nessa divisão. Para o autor, essas zonas formam recortes espaciais delimitados, que visam cumprir funções específicas quanto ao uso e ocupação do solo urbano. Ressalta ainda que existe uma diferença dessa proposta em relação às outras duas divisões regionais, uma vez que tanto o modelo regional de 1992, quanto à regionalização das SDU’s usavam a terminologia “regiões” ao recortar a cidade, e tinham caráter de descentralização administrativa; portanto, na visão do autor, é importante observar o uso dessas terminologias “zonas” e “região”, que, de forma geral, são usadas, muitas vezes, de forma inadequada pela população de modo em geral, e até por gestores municipais.

Dentro desse debate Castro ressalta que “[...] quando nos referimos a “zona” Leste ou a “zona” Sul em Teresina, o que na verdade estamos falando é em “regiões” administrativas, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista conceitual” (2014, p. 84).

Com base nesta observação valiosa do autor, entende-se que é muito comum em Teresina o uso desses termos de forma equivocada pela população em geral; no entanto, empresas, órgãos públicos e a imprensa em geral também fazem uso ambíguo desses conceitos, que, para Castro (2011), precisam ser melhor compreendidos no contexto da organização espacial de Teresina.

Diante do processo de regionalização intraurbana de Teresina, constatou-se que ele esteve sempre alinhado ao planejamento urbano da cidade, desde os primeiros recortes até os modelos regionais desenvolvidos no final do século XX. Por conseguinte, esses recortes espaciais da cidade não se deram de forma aleatória, seguiram uma lógica e critérios preestabelecidos.

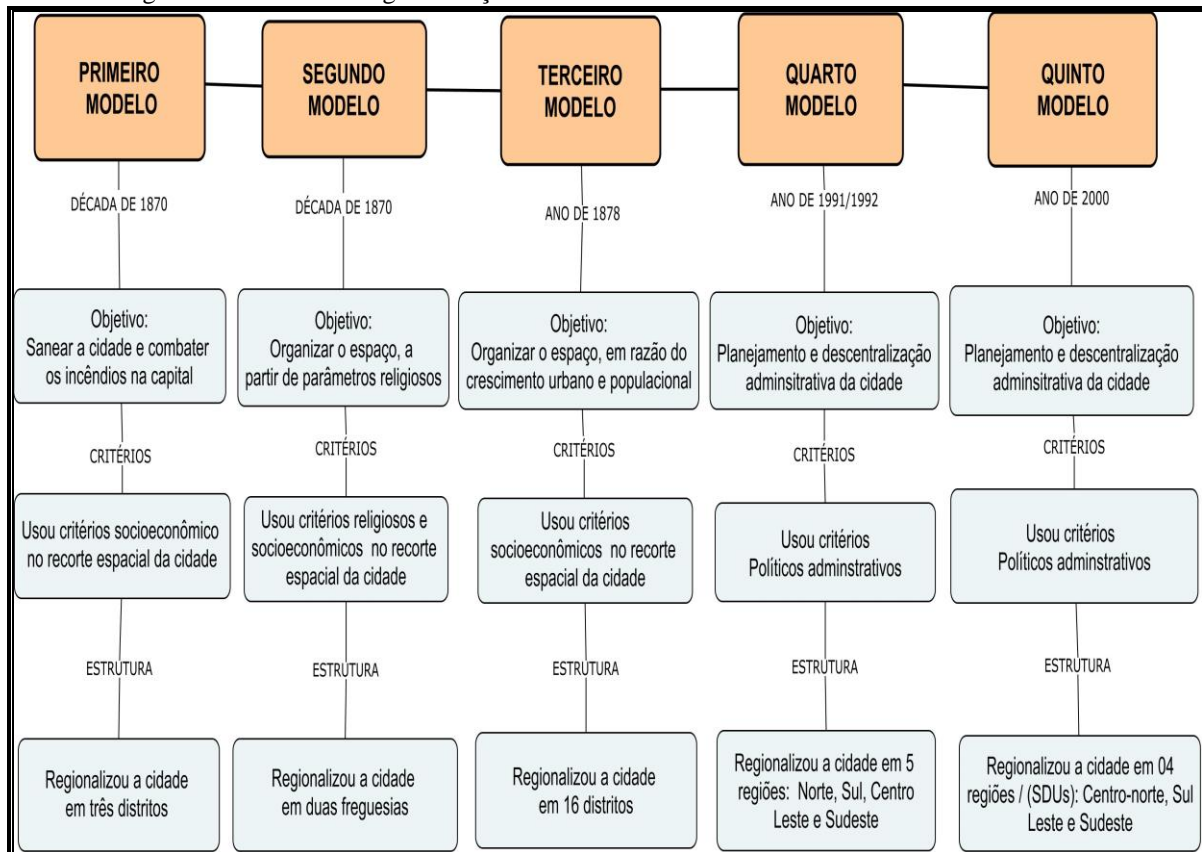
Nas primeiras regionalizações, evidenciava-se o caráter e o peso socioeconômico na organização do espaço, uma vez que se presenciava a relação dicotômica centro/periferia na organização espacial da cidade, destacando a região central como *lócus* da elite

socioeconômica, equipado como a melhor infraestrutura da cidade. Na periferia, estavam os espaços periféricos desprovidos de uma infraestrutura básica e habitados por famílias pobres.

Na segunda metade do século XX, tendo em vista o crescimento urbano e populacional da cidade, notou-se um esforço da Prefeitura de Teresina em regionalizar a cidade com o objetivo de descentralizar a gestão administrativa municipal.

A Figura 12 apresenta uma síntese dos modelos de regionalização da cidade, que, ao longo do tempo, se delinearam a partir de critérios e objetivos preestabelecidos.

Figura 12 - Síntese da regionalização em Teresina



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Castro (2016), Façanha (2003) e Rodrigues e Veloso Filho (2015).

Diante do que já foi discutido em seções anteriores, a gestão municipal precisa refletir sobre o último modelo de regionalização administrativa que dividiu a cidade em quatro regiões, tendo-se em vista que a população urbana da cidade continua crescendo, novos loteamentos, condomínios, residências, entre outros estão surgindo, e o processo de regionalização precisa estar alinhado com tais mudanças, precisa acompanhar esse processo; logo, é imprescindível pensar em uma regionalização que recorte a cidade em espaços menores, criando dessa forma mais regionais administrativas ou mais subprefeituras, e não

reduzir o número de regionais, como se viu, no último modelo posto em prática, no ano de 2000.

3.3 A regionalização da Segurança Pública no Estado: o caso da Polícia Militar

Antes de iniciar essa breve reflexão quanto aos aspectos que norteiam o processo de regionalização da Polícia Militar, é importante salientar que a ideia de segurança pública surge após a constituição do Estado Social; ou seja, quando os homens renunciam o “uso da força individual” como mecanismo para resolver seus conflitos, no “Estado Pré-Social” e criam o Estado Soberano, subordinando-se ao poder político e às leis, impostas por essa nova organização social.

Nesse contexto, nasce também a sociedade civil, como bem destaca Barbosa:

A sociedade civil, que foi alcançada após a transposição do estado de natureza através do contrato social, onde os indivíduos renunciam a bens como liberdade, a posse, as riquezas e armas e transferem voluntariamente ao soberano o poder de criar e aplicar leis. Estava fundada a soberania, que no soberano tem a concentração da vontade popular (2015, p.108).

Segundo Barbosa (2005), a ideia de soberania projetou a legitimação do poder do Estado e de seus agentes para reprimir as condutas ou comportamentos não compatíveis com o bem e a segurança⁸ de todos. Segundo o autor, surge um novo contexto social, em que todos se submetem às proibições e imposições do Estado soberano, em nome da segurança e da ordem pública, o que coube ao Estado, a difícil missão de garantir “a segurança das pessoas e de seus bens em todo território, [...] com a defesa dos interesses nacionais, como respeito às leis, manutenção da paz e da ordem pública” (BARBOSA, 2015, p. 109).

A ideia de segurança pública mais contemporânea remete a um conjunto de fatores que têm por finalidade estabelecer uma ordem pública interna, sendo dever do Estado, direito e responsabilidade de todos os cidadãos. Essa é uma visão defendida por muitos autores, como Câmara (2002), Bengochea (2004), Sousa (2008) e Barbosa (2015) e outros.

É importante evidenciar nessa discussão que, do surgimento do Estado Moderno e de suas políticas de segurança pública até os dias atuais, houve muitas mudanças no perfil do próprio Estado, o que Sousa (2008) denominou de reestruturação das funções estatais para se adaptar a essas transformações.

⁸ De acordo com Silva (1993 apud BARBOSA, 2015, p. 109), o termo segurança, nesse contexto, “assume o sentido geral da garantia e proteção aos direitos e garantias individuais e coletivos”.

Convém assinalar que a Revolução Francesa, os ideais pregados pelo Iluminismo, a própria Revolução Industrial, a Urbanização e, mais recente, o processo de globalização, consistiram em fatores que contribuíram decisivamente para a reestruturação do Estado, pondo em jogo, novos desafios, o que exigiu deste uma reorganização para se adaptar a estas mudanças.

Os ideais que estimularam a Revolução Francesa transformaram a estrutura do Estado. O iluminismo, a Industrialização e a abertura de mercado em escala internacional exigem novas funções que se somam as antigas, o que faz o perfil do Estado ir mudando, aumentando seu tamanho, o que resultou no surgimento de novas competências, para atender as demandas na reforma agrária, educação, segurança pública, políticas de proteção social e relações exteriores (SOUSA, 2008, p. 28-29).

Dentro dessas novas competências, a de assegurar, a “ordem pública” tornou-se uma missão bastante complexa para o Estado. De acordo com Saporì (2007 apud SOUSA, 2008, p. 32), é papel do Estado, na condição de autoridade central, “garantir a ordem internamente, não apenas para viabilizar a vida coletiva, mas também garantir os próprios direitos dos indivíduos que compõem essa mesma coletividade”.

Conforme Sousa (2008) a ordem pública é composta por três elementos: a segurança pública, a tranquilidade pública e a salubridade pública. Embora essas três categorias, que formam a ordem pública, se correlacionem e estejam imbricadas dentro de um mesmo processo. Neste trabalho, o objeto do debate será a segurança pública, uma vez que o objetivo dessa investigação científica é discutir a regionalização da segurança pública em Teresina, questionando os critérios norteadores desse processo, identificando os recortes espaciais realizados na cidade pela Polícia Militar, instituição que faz parte do sistema de Segurança Pública do Estado.

Segundo Bengochea (2004 apud SOUSA, 2008, p. 32), o conceito de segurança pública é de natureza complexa, e encontra-se em construção, porém, pode se afirmar que se trata de um processo sistêmico, em que há um envolvimento de ações públicas e comunitárias em torno da preservação da ordem pública, através da proteção aos direitos individuais e coletivos.

Sousa (2008) afirma que segurança pública não é apenas um tema de polícia, mas de interesse da sociedade em geral. Para o autor, a segurança pública é um tema multidisciplinar que não se esgota em si mesmo: “mas flui mediante o estudo de outros temas, como controle social, emancipação, cidadania, direitos humanos, violência e criminalidade” (SOUSA, 2008, p. 19).

Em conformidade com o posicionamento de Sousa (2008), Câmara (2002) salienta que Segurança Pública e Polícia não são sinônimos como muitos acreditam, “[...] a Polícia integra uma parte, mas não exaure as ações e missões afetas à segurança pública” (CÂMARA, 2002, p. 141). As polícias são apenas um dos mecanismos ou órgãos do sistema de segurança pública. Tomando a realidade brasileira como referência, além da polícia, o Ministério Público, Justiça e Sistema Prisional formam o sistema de segurança pública como um todo. Na visão de Câmara (2002), as instituições, responsáveis por atuarem no combate a violência criminal, precisam trabalhar conjuntamente, dialogando em perfeita harmonia, uma vez que o trabalho de um depende do serviço do outro.

Câmara (2002) ressalta que o conceito de Segurança Pública é muito mais abrangente do que se imagina, e vai além das ações policiais, que ele define como segurança objetiva. Na visão do autor, a atividade ostensiva da polícia, desenvolvida de modo eficiente, ou seja, a segurança objetiva é muito importante para despertar na população a sensação de tranquilidade, e, dessa forma, minar aos poucos o medo e a insegurança, que tomam conta das cidades, sobretudo dos países subdesenvolvidos. No entanto, existe outro tipo de segurança que é influenciada por fatores externos: a segurança subjetiva.

Segundo Câmara (2002) os fatores externos influenciam na sensação de segurança ou insegurança das pessoas; um exemplo é quando se transita por uma rua limpa e bem iluminada e por um beco escuro. Para o autor, o risco de ser atacado existe em ambos os locais, no entanto, a probabilidade é bem maior no beco escuro, o que faz do risco um perigo eminente e, conseqüentemente, a sensação de insegurança e medo é aflorada nesse momento. Nesse sentido, o autor destaca ainda:

[...] contar com serviços eficazes de comunicação, saúde, transporte, educação, polícia, inspira tranquilidade à população. Essa sensação coletiva, é que denominamos de segurança subjetiva, o que afeta a qualidade de vida de todos (CÂMARA, 2012, p. 25).

A partir desses dois conceitos de segurança, observa-se que a segurança objetiva e a segurança subjetiva se correlacionam, e, mais do que isso, precisam estar imbricadas dentro do mesmo processo, sedimentadas e estruturadas sob o prisma da eficiência e da eficácia no mesmo ambiente, para que se possa vislumbrar um espaço social mais seguro, um ambiente coletivo saudável, em que a harmonia entre as pessoas possa existir de forma mais consolidada. Esse é o caminho para se alcançar o bem-estar social, bem como o fortalecimento da cidadania, que, por sua vez, irá influenciar em uma melhor qualidade de vida das pessoas que habitam os centros urbanos.

As políticas de segurança pública são estratégias, diretrizes adotadas pelo Estado para prevenir e enfrentar a violência e a criminalidade, garantindo a ordem pública no ambiente coletivo; contudo, deve existir uma participação ativa da sociedade na gestão compartilhada da segurança pública, como mecanismo de controle social (SOUSA, 2008).

Sousa (2008) afirma que a segurança pública dentro dessa perspectiva deixa de ser concebida pela sociedade como um problema de responsabilidade exclusiva do Estado, passando a ser concebida como responsabilidade de todos. No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Segurança Pública é compreendida como:

[...] uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania. Nos limites da lei (BRASIL, 2002).

Ainda nesse debate, Câmara (2002) faz uma observação sobre a distinção entre Segurança Pública e Polícia. A polícia é um serviço prestado pelo Estado por meio de suas várias instituições; no entanto, a segurança pública corresponde a um amplo conjunto de ações e políticas públicas e privadas, que envolve os três poderes nos três níveis de Governo⁹ e a sociedade como um todo, a partir do indivíduo, considerado isoladamente, até suas organizações coletivas.

O autor ainda reforça que a segurança pública:

[...] passa necessariamente pelo fortalecimento da cidadania, pela participação ativa da sociedade, individual e coletivamente, na solução dos seus conflitos e pela percepção exata do papel das diversas instituições colocadas pelo Estado à sua disposição (CÂMARA, 2002, p. 142).

Observa-se, nessa discussão, a importância da população dentro das questões que envolvem segurança pública. Na visão de Câmara (2002), é preciso que a sociedade desconstrua a representação que se consolidou na imaginação da maioria das pessoas: de que os problemas de segurança pública são de competência somente do Estado, através de suas forças de segurança.

Nesse sentido, quando a sociedade entende que as questões de segurança pública são um dever somente do Estado, as políticas de segurança pública tendem a fracassar, uma vez que, embora o Estado tenha o papel constitucional de proteger as pessoas e seu patrimônio, se

⁹ Segundo Câmara (2002), a Segurança Pública é responsabilidade dos três níveis de governo: Federal, Estadual, Municipal.

não houver uma responsabilidade, um comprometimento social mínimo de cada indivíduo, em contribuir de alguma forma com tais políticas, será muito mais difícil conseguir reduzir esses problemas, sobretudo, o da violência urbana, que se agravou ainda mais nos países subdesenvolvidos, após o processo de urbanização, que, no caso brasileiro, ocorreu de forma rápida e sem o auxílio das políticas públicas necessárias, o que acarretou vários dilemas urbanos.

[...] somente a participação ativa da sociedade, inclusive na fiscalização e controle do aparelho de segurança pública que lhe serve, poderá alterar para melhor a qualidade de vida de nossa população. É certo que cabe a polícia fazer sua parte [...], mas é certo também que sem a participação individual e coletiva do cidadão, não há solução (CÂMARA, 2002, p. 143-144).

No âmbito dessa discussão, tomando como referência o crescimento da violência urbana no Brasil, Câmara (2002, p.145) aponta algumas medidas mínimas, porém importantes, que poderiam ajudar positivamente nas medidas de segurança pública individual e coletiva:

- Proteja sua casa, ou seja, coloque a tranca antes que o ladrão entre, [...] faça um acordo com seus vizinhos. Um acordo com a vizinhança pode ser muito útil para a proteção recíproca.
- Estimule a solidariedade dos vizinhos para manter sua rua iluminada e limpa, seja por ação direta, seja em mutirão ou pressionando que deva fazê-lo.
- Oriente o seu comportamento e de seus familiares, em casa e nos deslocamentos. Advirtas as crianças sobre estranhos e converse com os jovens, francamente sobre os riscos de vida.
- Dirija seu carro com segurança. [...] não dirija sobre efeito de álcool, droga ou remédio. À noite fique atento nos semáforos e, ao chegar o destino.
- Não deixe de registrar na polícia as ocorrências, mesmo que você não acredite que vá dar resultado. Esses dados permitem a polícia uma visão geral do tipo de criminalidade em determinadas áreas.

Segundo Câmara (2002), envolver-se com os problemas de segurança pública, na sua região geográfica, na sua cidade, no seu bairro, é válido, implica um ato de cidadania. Por isso é interessante que se participem das reuniões nas escolas, nos condomínios, nas associações de moradores, nos centros comunitários, nas câmaras municipais, pois quando você conhece seus direitos e deveres, toma conhecimento dos problemas ou situações que afetam negativamente a sociedade, torna-se mais fácil enfrentar individual ou coletivamente esses dilemas. Nesse sentido, conforme o autor: “[...] ser cidadão é se envolver com os problemas comuns aos demais membros da comunidade, e ser solidário nos bons momentos e nas dificuldades coletivas” (CÂMARA, 2002, p. 146).

Com base nessas reflexões, mesmo diante de uma temática tão complexa, a participação ativa da sociedade talvez seja o caminho, para se fortalecer o debate sobre Segurança Pública e sobre a problemática da Violência e do Crime, um dos principais problemas urbanos enfrentados pela maioria das cidades brasileiras.

Se o Estado e a Sociedade Civil Organizada, conscientes de suas responsabilidades e competências, somarem forças no combate e controle da violência criminal, é possível se pensar, mesmo que no campo teórico, em um ambiente socioespacial mais seguro, mais harmonioso, mais coletivo, deste modo, um ambiente favorável a uma melhor qualidade de vida de seus habitantes.

É importante frisar, a partir dessa discussão, que o problema da violência urbana envolve vários fatores; e que as forças de segurança pública (polícias) enquanto mecanismo de combate e controle da criminalidade urbana precisam ter uma visão multidisciplinar e totalitária desse problema, considerando-se todos os aspectos intrínsecos a ele, seja de ordem social, econômica, cultural ou espacial. Nesse sentido, a Geografia, enquanto ciência do espaço, tem uma importante contribuição:

[...] a Geografia do crime não é a simples cartografacão de áreas ou simples mapeamento da criminalidade. Ela tenta compreender o fenômeno de forma global, investigando a significância de todos os processos que levam ao crime, como os ambientais, os socioeconômicos, políticos, culturais, etc. para chegar à percepção de áreas de ocorrências (FELIX 1996 apud MELARA, 2008, p. 16).

A região ou área geográfica de um Batalhão da Polícia Militar ou de um Distrito Policial deve ser definida com base em uma complexa análise geográfica desses múltiplos fatores; logo, a política de regionalização das forças de segurança pública do Estado deve considerar todos os critérios que se relacionam com o fenômeno da violência urbana. Segundo Barbosa (2015), aspectos como índice de criminalidade, população, densidade demográfica, extensão da área são parâmetros que devem ser considerados para estabelecer a área de atuação ou circunscrição territorial de um determinado Batalhão ou Distrito. Nota-se, a partir da leitura de Barbosa (2015), que “área ou circunscrição” de um Batalhão da Polícia Militar ou de um Distrito Policial é equivalente a “região” de atuação desses agentes.

Segundo a Constituição do Estado do Piauí de 1989, os órgãos de segurança pública do Estado são compostos por Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiro Militar, conforme Art. 156 da referida Lei.

TÍTULO V

DA SEGURANÇA PÚBLICA CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 156. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar.

Esses órgãos são coordenados e supervisionados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, e têm atribuições definidas na Constituição do Estado. Segundo Piauí (2013), a Polícia Civil é uma instituição permanente e auxiliar da função jurisdicional do Estado, com atribuição de Polícia Judiciária, ou seja, cabe a esse órgão apurar as infrações penais, exceto aquelas cometidas por militares. À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Por sua vez, destinada ao Corpo de Bombeiro Militar, entre outras atribuições, está a execução de atividades de defesa civil, como expressa o Artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988.

Art. 144 [...]

§ 5º Às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A Polícia Militar, ao longo do processo de urbanização de Teresina, foi alterando a sua estrutura organizacional e descentralizando o policiamento ostensivo, à medida que a capital piauiense foi crescendo espacial e demograficamente. Lima (2009), ao refletir sobre a Polícia Militar e as práticas de policiamento ostensivo em Teresina, discorre sobre esse processo de espacialização dos Batalhões pela cidade.

Segundo a autora, o primeiro Batalhão da Polícia Militar foi criado em 1961, através do Decreto Lei nº 2.210, publicado no Diário Oficial nº 094, de 27 de dezembro de 1961. Essa unidade de policiamento foi instalada na região Central da cidade em 18 de dezembro de 1961; por muito tempo, foi responsável pela preservação da ordem pública em toda a Teresina.

É importante destacar que, na década de 1960, por conta de investimentos em setores como educação, saúde, energia, com malha viária que ligou a capital do Estado a outros municípios, a cidade converte-se em um polo de atração populacional, e chega ao final da década com um contingente populacional de 98.329 habitantes, destacando-se no cenário nacional com a 34ª cidade mais populosa do País (REBÊLO, 2000).

Com relação à expansão urbana da cidade, Façanha (2004) destaca que a cidade crescia espacialmente, sobretudo, na direção Sul. Nessa década, foram criados cinco conjuntos habitacionais, entre eles, o conjunto habitacional do Parque Piauí, na zona Sul da cidade, com um total de 2.294 casas.

Com base nesse contexto, é possível imaginar os desafios da segurança pública naquele momento; ou seja, um único Batalhão da Polícia Militar era responsável por policiar uma cidade que se expandia em várias direções, e apresentava uma população de quase 100 mil habitantes, e, na década seguinte, chegou a 220.487 habitantes (FAÇANHA, 2003).

Ressalte-se que essa realidade perdurou por quase três décadas, ou seja, somente trinta anos mais tarde, em 1991, foi criado mais um Batalhão na cidade, o 5º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Bairro Planalto Ininga, região Leste da cidade. Segundo Lima, essa unidade de polícia ostensiva tinha a missão “[...] de oferecer segurança e realizar o policiamento ostensivo na área de sua competência – zona Leste de Teresina, José de Freitas e União” (2009, p. 176).

Importa salientar que, no final da década de 1980, a expansão urbana da cidade exigia o incremento de políticas públicas, entre elas a de segurança. Façanha (2003) destaca ainda que, no final da referida década, foram construídas aproximadamente 23.179 unidades habitacionais, com destaque para a expansão urbana da zona Sul da cidade.

Em função principalmente dessa expansão urbana e demográfica, e em consequência das demandas oriundas desse processo, como, por exemplo, os conflitos sociais urbanos, em 1994, foi criado na região Sul da cidade o 6º Batalhão da Polícia Militar, estruturado em cinco pelotões e duas CIPMs, com competência para atuar naquela zona (LIMA, 2009).

Na mesma década, especificamente em 1998, foi criado o 8º Batalhão para policiar a região Sudeste e o 9º Batalhão para policiar a região Norte da cidade. Além desses Batalhões de áreas, outras unidades de policiamento foram construídas na capital piauiense, na década de 1990, como é caso da Companhia Independente de Policiamento Ambiental – CIPAMA, do Esquadrão de Policiamento Montado, conhecido simbolicamente como a “Cavalaria da

PM’ e ainda do Batalhão de Guardas¹⁰ (LIMA, 2009). Ressalte-se que o CIPAMA e a Cavalaria não tinham uma região definida na cidade, assim, na medida de suas atribuições, atuavam em todos os bairros de Teresina. Já o BPGdas foi criado para atuar na guarda dos Órgãos Públicos, como, por exemplo, a Assembleia Legislativa, Palácio de Karnak, Tribunais, entre outros.

Segundo Lima (2009), foi somente na década de 1990 que a Polícia Militar ampliou e descentralizou sua estrutura operacional na cidade.

[...] somente a partir da década de 1990 é que a polícia amplia, efetivamente, a sua estrutura operacional de policiamento ostensivo na cidade, com a criação da maioria dos BPMs hoje existentes. Em 1991, é criado o 5º BPM, responsável pelo policiamento nas regiões Leste e Sudeste. A partir de 1994 são criados o 6º, 8º e 9º BPMs, responsáveis, respectivamente, pelo policiamento nas regiões Sul, Sudeste e Norte. Essa estrutura se consolida, na primeira metade dos anos 2000, com a criação das CIPMs, do BOPE e do GTAP (LIMA, 2009, p. 81).

Observe-se que, na década de 1990, a estrutura da Polícia Militar, através dos Batalhões, chega a todas as regiões de Teresina, influenciada, principalmente, pelas novas dinâmicas urbanas impostas, principalmente, pelo crescimento populacional e espacial da cidade, que ocorriam em várias áreas. Como já foi evidenciado em parágrafos anteriores, esse crescimento urbano e demográfico demandava vários serviços públicos, entre eles o de segurança pública:

O crescimento demográfico permitiu elevar a concentração da população em determinadas áreas de Teresina, culminando com o aumento dos fenômenos sociais da violência [...], sendo as prementes demandas da sociedade teresinense que impõem ações imediatas públicas, visando à manutenção da tranquilidade pública [...] (LIMA, 2009, p. 175).

Outro fator a ser destacado no final da década de 1990, é a relação entre regionalização efetivada pela Polícia Militar e regionalização administrativa da Prefeitura Municipal de Teresina, criadas em 1992, através da Lei Municipal nº 2113 de 10 de fevereiro

¹⁰ Sobre o Batalhão de Guardas (BPGdas), Sousa (2008), ao refletir sobre o processo de constituição das políticas de Segurança Pública no Piauí, ressalta que um dos principais problemas inerentes à Polícia Militar do Piauí está relacionado ao pouco contingente policial, ou seja, ao efetivo mínimo que a polícia dispõe para empregar nas ruas de Teresina. Segundo o autor, o Batalhão de Guarda (BPGdas) tem um efetivo maior do que muitos Batalhões da cidade; no entanto o efetivo do BPGdas é empregado em guardas de prédios públicos, como Assembleia Legislativa, Palácio de Karnak e Tribunais, contrariando dessa forma o que prega o Art. 144, § 5º da Constituição Federal de 1988, que define como atribuição principal das Polícias Militares o policiamento ostensivo nas ruas e não a guarda de prédios públicos. Lima (2009) segue a compreensão de Sousa (2008) e destaca que além da guarda de órgãos dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, o efetivo policial do BPGdas cuida de estabelecimentos penais e casas de internações de menores, o que demanda um efetivo muito grande empregado nesse tipo de atividade. “[...] em 2008, entre todas as unidades de Teresina, o BPGdas destaca-se como a unidade que concentra o maior número de policiais, com 33,99% do total” (LIMA, 2009, p. 74).

de 1992.¹¹ Observe-se, nesse contexto, que, no final da década de 1990, a Polícia Militar contava com cinco Batalhões de áreas; cada unidade era responsável por policiar uma região da cidade: Norte, Sul, Centro, Leste e Sudeste.

Dentro desse arranjo espacial, a estrutura organizacional da PMPI estava disposta da seguinte forma: O 9º BPM era responsável pelo policiamento da região Norte. O 6º Batalhão desenvolvia sua atividade ostensiva na região Sul, enquanto o 1º BPM patrulhava a região central da cidade. Já o 5º e o 6º Batalhões eram responsáveis por desenvolver suas atividades de Polícia ostensiva na região Leste e Sudeste, respectivamente.

Essa semelhança entre a regionalização da Polícia Militar, efetivada pela Secretaria de Segurança Pública e a Regionalização Administrativa da Prefeitura de Teresina, ainda hoje encontram-se evidenciadas, embora os recortes espaciais da PMPI apresentem pequenas alterações. Essas pequenas modificações podem ser observadas na atual regionalização feita pela Polícia Militar, no ano de 2016, através da Lei Estadual nº 6.792 de 19 de abril de 2016.

Essa nova proposta de regionalização e estruturação da PMPI não foi pensada somente para a cidade de Teresina, mas foi realizada pensando-se o território piauiense em sua totalidade. Embora o foco principal dessa pesquisa seja a regionalização da Segurança Pública realizada pela PMPI no perímetro urbano da cidade de Teresina, torna-se importante, para ter uma visão mais ampla de todo o processo, discutir sucintamente a regionalização da Polícia Militar em escala estadual, organizada a partir da referida lei.

De acordo com Piauí (2016) a regionalização da Polícia Militar do Piauí realizada em 2016, tomou como referência os “Territórios de Desenvolvimento”. A regionalização do Piauí em Território de Desenvolvimento foi homologada pela Lei Estadual Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007. Fundamentada em aspectos como vocação produtiva, dinamismo das regiões, malha viária existente, relações culturais estabelecidas entre as cidades, entre outros, esse modelo regional dividiu o Piauí em quatro Macrorregiões, onze Territórios de Desenvolvimento e vinte e oito Aglomerados, conforme se pode constatar no art. 1º e seus dois parágrafos:

Art.1º Ficam estabelecidos, para fins de planejamento governamental, 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado do Piauí, em 4 Macrorregiões [...].

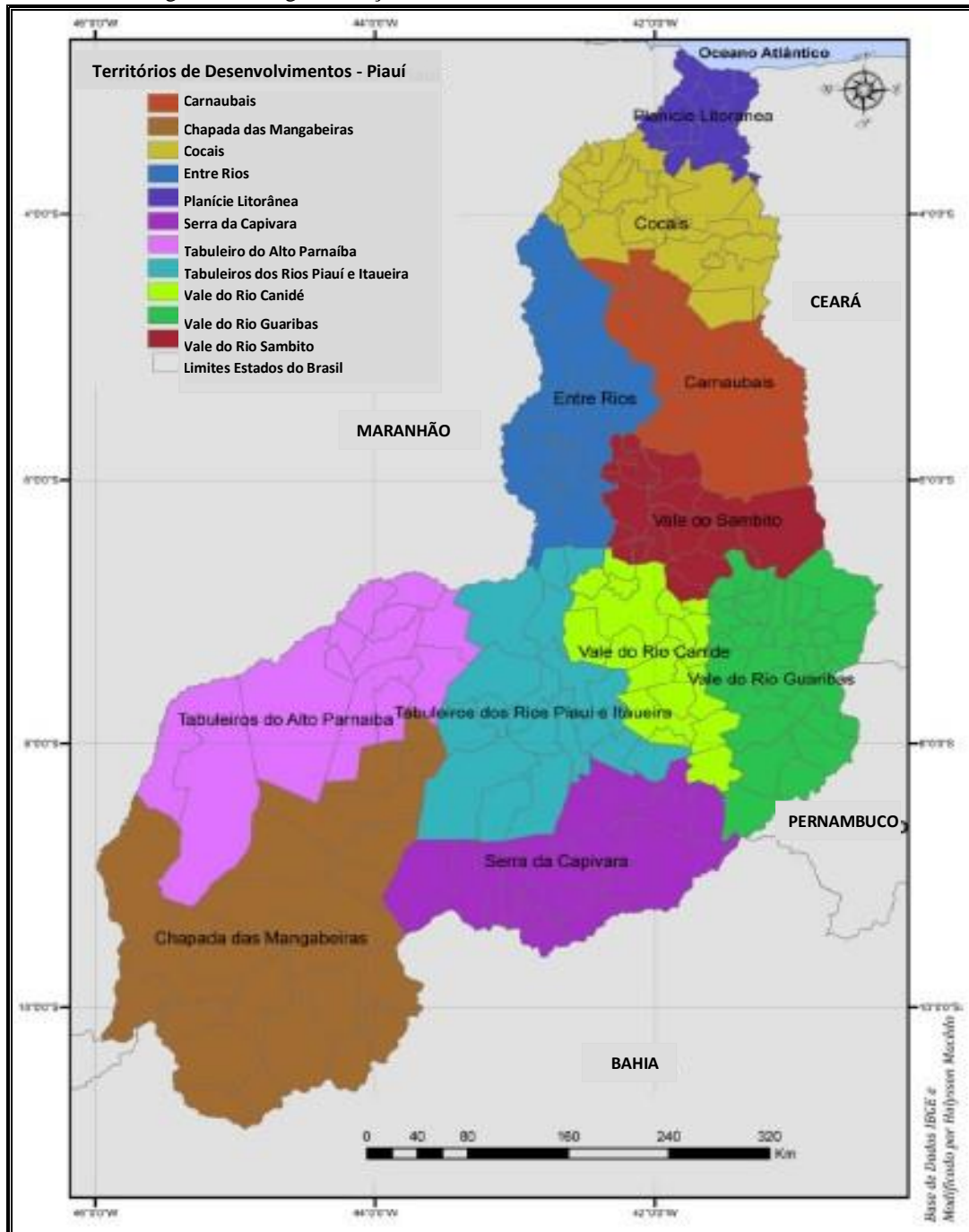
§1º A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais; vocação produtiva e dinamismo das regiões, relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização política-administrativa e malha viária existente.

¹¹ A Lei nº 2113 de 10 de fevereiro de 1992 regionalizou a cidade em cinco regiões administrativas: Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste.

§2º Os territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação do governamental, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense [...].

A Figura 13 apresenta como ficou regionalizado o Piauí, a partir dos onze Territórios de Desenvolvimento.

Figura 13 - Regionalização do Piauí em Territórios de Desenvolvimento



Fonte: Carneiro (2013).

Tomando como referência os Territórios do Desenvolvimento, a Polícia Militar criou cinco comandos de policiamento com regiões definidas, como se observa no Art. 37, incisos I, II, III, IV, V da (Lei Estadual nº 6.792 de 19 de abril de 2016):

Art. 37. Os Comandos de Policiamento [...], integram o sistema operacional da Polícia Militar, responsáveis pelo acionamento dos órgãos de segurança pública [...] através da Coordenação Geral das Unidades de Operações, e serão assim constituídos:

I - Comando de Policiamento Metropolitano I, sediando em Teresina, com atuação na área que abrange os municípios que integram o Território de Desenvolvimento Entre-Rios, responsável pela circunscrição do 5º BPM, 8º BPM, 13º BPM, 16º BPM e Batalhão de Guardas (BPGda).

II - Comando de Policiamento Metropolitano II, sediando em Teresina, com atuação na área que abrange os municípios que integram o Território de Desenvolvimento Entre-Rios, responsável pela circunscrição do 1º BPM, 6º BPM, 9º BPM, 17º BPM, 18º BPM e Companhia Independente do Promorar (2ª CIPM).

III - Comando de Policiamento do Litoral Meio Norte, com atuação em toda área que abrange os municípios que integram os Territórios de Desenvolvimento da Planície Litorânea, Cocais e Carnaubais.

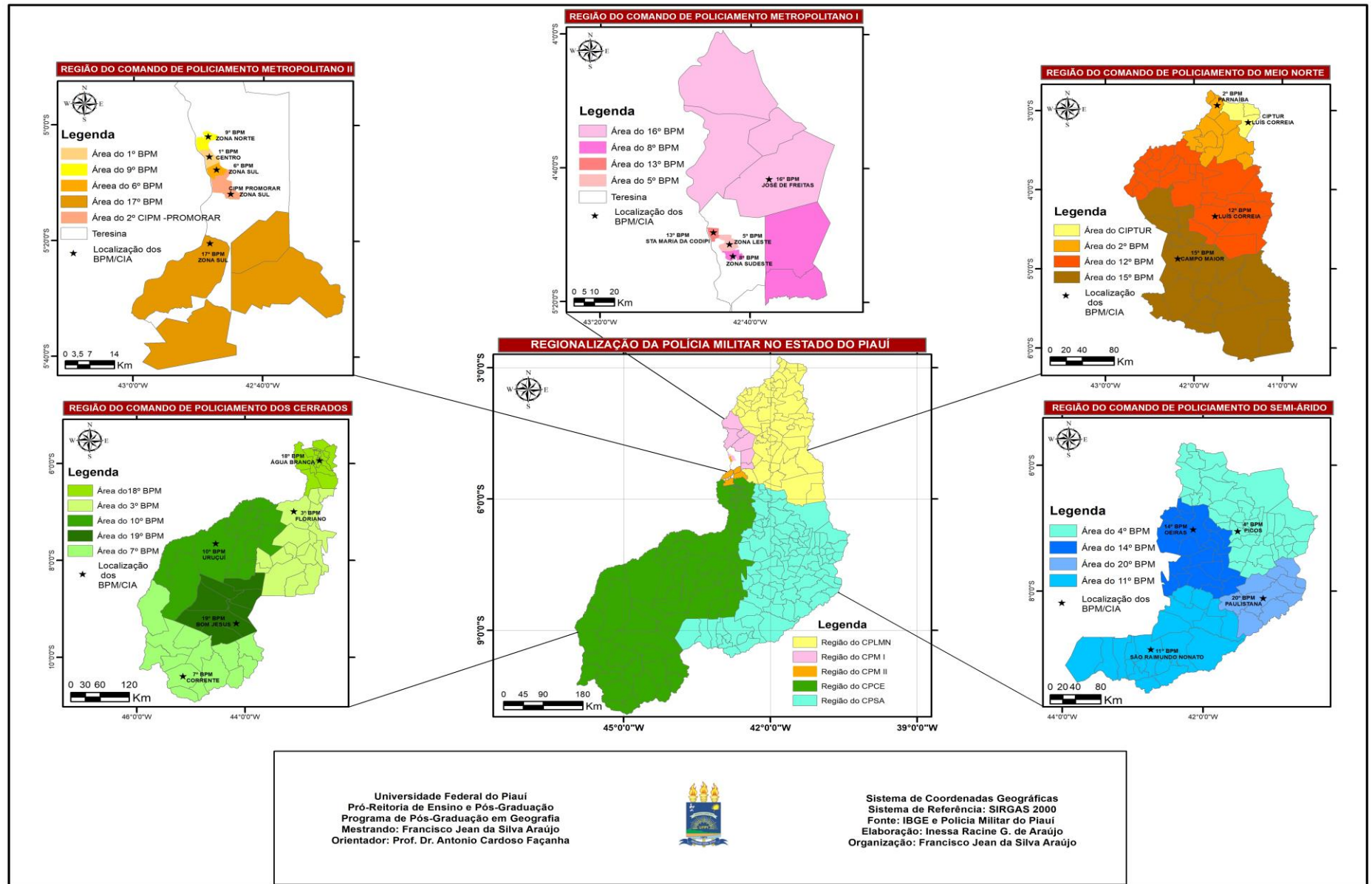
IV - Comando de Policiamento do Semiárido, com atuação em toda área que abrange os municípios que integram os Territórios de Desenvolvimento Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé e Serra da Capivara.

V - Comando de Policiamento dos Cerrados, com atuação em toda área que abrange os municípios que integram os Territórios de Desenvolvimento Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiro do Auto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras.

A partir da Figura 14, a seguir, é possível observar melhor a regionalização da Polícia Militar do Piauí, apoiada nos Territórios de Desenvolvimento. Além desses cinco Comandos Regionalizados, a referida lei fez algumas alterações na estrutura organizacional da Polícia Militar. Entre as principais mudanças, alterou a nomenclatura do “Comando de Operações Especiais”, criado no ano de 2012 pela Lei Estadual nº 6.199 de 27 de março de 2012, para “Comando de Policiamento Especializado”, sediado em Teresina, e com atuação em todo o Piauí. Criou ainda o Comando de Polícia Comunitária e o Comando de Operações Aéreas, ambos sediados na capital piauiense, mas atuando em todo o Estado, de acordo com suas atribuições e competências.

O sítio urbano de Teresina, situado no Território “Entre Rios”, foi regionalizado pela PMPI em duas grandes regiões, a partir de dois grandes comandos: Comando Metropolitano I e Comando Metropolitano II. Segundo o Comandante da Região Metropolitana I o rio Poty é uma barreira natural que separa esses dois comandos, ou seja, é o “divisor de águas” entre essas duas grandes regiões.

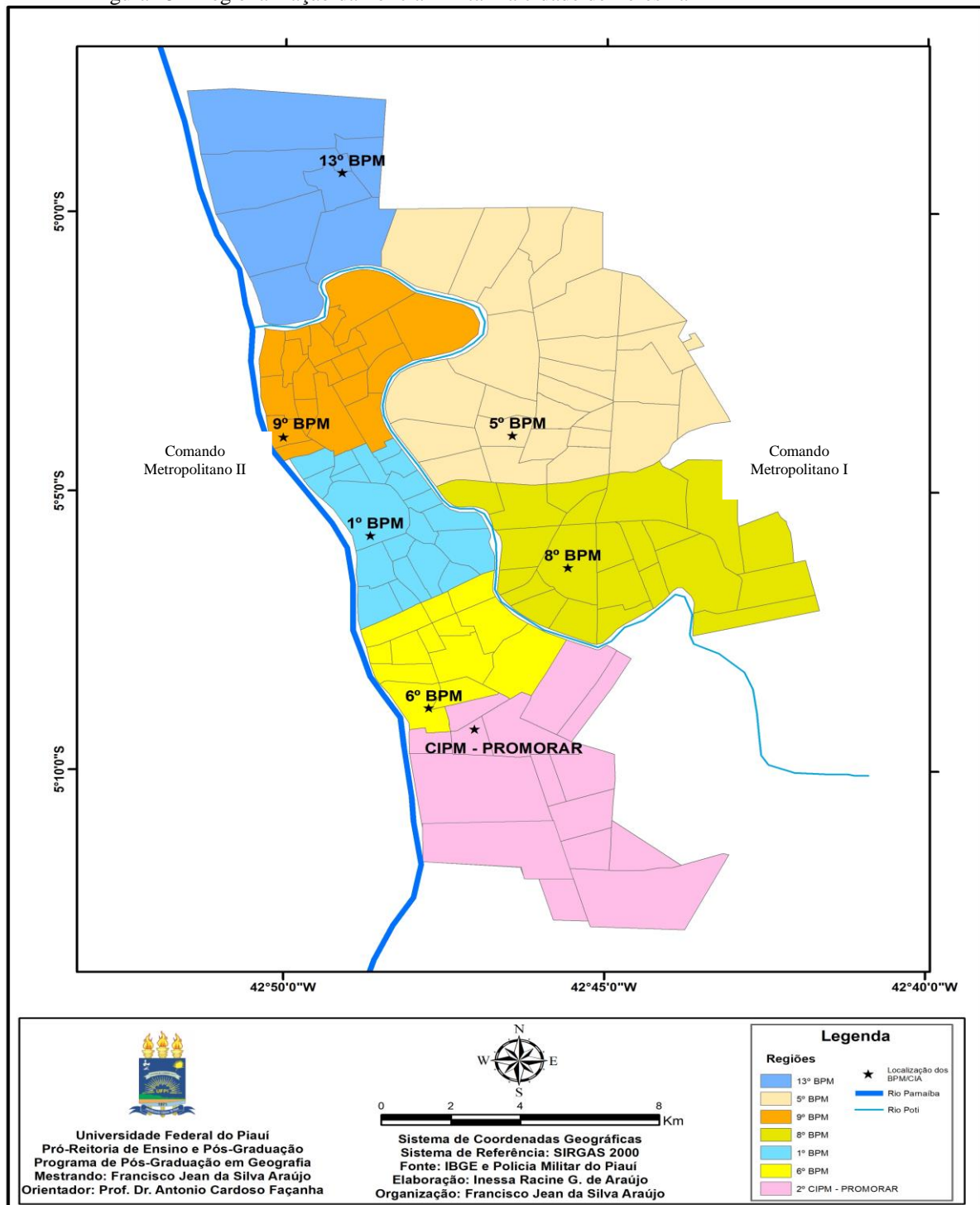
Figura 14 - Regionalização da Polícia Militar no Estado de Piauí



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

Nesse cenário, os espaços urbanos da cidade que ficam à margem Leste do rio Poti e aglutinam as regiões do 5º, 8º e 13º BPMs, são de competência do Comando Metropolitano I, enquanto os espaços que estão a Oeste do rio, formados pelas regiões do 1º, 6º e 9º BPMs, além da Companhia do Promorar, pertencem ao II Comando (Figura 15).

Figura 15 - Regionalização da Polícia Militar na cidade de Teresina



Fonte: Araújo (2017).

É importante destacar nessa discussão que a atual regionalização da cidade, criada pela PMPI, no ano de 2016, apresenta aspectos semelhantes aos recortes espaciais realizados pela Prefeitura Municipal de Teresina em 1992. Embora tenha dividido a cidade em oito regiões de policiamento, para essa pesquisa, consideramos apenas sete.

Saliente-se que a Lei nº 6.792 de 19 de abril de 2016, estabeleceu oito áreas a partir da criação do 17º Batalhão da Polícia Militar, a ser construído no Bairro Porto Alegre, com uma região que abrange os bairros: Porto Alegre, Torquato Neto e Vila Irmã Dulce. No entanto, observou-se, com a pesquisa de campo, que esse batalhão se encontra em projeto de construção, e sua circunscrição, definida em lei, ainda é de responsabilidade da 2ª CIPM Independente do Promorar, motivo pelo qual, optou-se por considerar a região do 17º BPM como área da 2ª CIPM.

Assinale-se que, com base na leitura do Mapa na Figura 15, é possível tecer algumas considerações sobre a regionalização da cidade organizada pela Polícia Militar. Tomando como parâmetro a região Administrativa Sul da cidade, observa-se que mesmo existindo dois recortes espaciais feitos pela Polícia Militar no interior dessa região, essas duas áreas, que correspondem à região do 6º BPM e 2º CIPM do Promorar, encontram-se dentro desse recorte maior feito pela Prefeitura de Teresina, portanto, a Polícia Militar dividiu a região Sul em dois recortes menores.

Quando se observa a região de competência do 8º Batalhão da Polícia Militar, nota-se que a área desse Batalhão compreende toda a região Sudeste de Teresina e mais três bairros da região Leste: São João, Recanto das Palmeiras e Noivos, o que revela que essa unidade de policiamento atua em duas regiões administrativas da cidade: Leste e Sudeste.

Observando-se a região de atuação do 5º BPM, constata-se que esta abrange praticamente toda a região Leste de Teresina. Deste modo, os três bairros da região Leste que pertencem à circunscrição do 8º Batalhão, e o Bairro Aroeira que pertence à região Administrativa Norte, e pertence à área do 5º Batalhão seriam a exceção.

A região Administrativa Norte de Teresina, exceto o Bairro Aroeira, foi recortada em duas áreas pela Polícia Militar. Essas duas áreas correspondem à região do 9º BPM e 13º BPM. Com relação ao 1º BPM, não é diferente, esse batalhão tem como área de sua competência toda a região centro.

É notório que os recortes espaciais da cidade, realizados pela Polícia Militar, tomam por base a regionalização administrativa da Prefeitura de Teresina de 1992, como bem destaca Lima (2009):

[...] observa-se que áreas de circunscrição dos BPMs em Teresina seguem o zoneamento da cidade por regiões administrativas. [...] em alguns casos, pode um BPM estender seu raio de ação a bairros da região adjacente. Cada BPM é responsável pelo policiamento em determinada região da cidade, zona urbana, rural e municípios do entorno (LIMA, 2009, p. 72).

Dentro desse contexto, a autora revela que o 8º e o 5º BPM representam unidades de policiamento ostensivo que tem um raio de atuação em duas regiões administrativas de Teresina. De modo geral, quando se observam os recortes regionais urbanos de Teresina efetivados pela Polícia Militar em 2016, e se compara com a regionalização administrativa da Prefeitura de Teresina de 1992, é possível constatar uma grande semelhança entre essas duas formas de organização espacial.

Essa conformidade demonstra que a regionalização da cidade, realizada pela Polícia Militar, apoiou-se nos recortes espaciais da cidade, efetuados pela Gestão Municipal na década de 1990. Por isso, com o objetivo de refletir sistematicamente sobre a regionalização da segurança pública em Teresina, procurando verticalizar e aprofundar esse debate, a próxima seção traz uma discussão sobre os sete recortes espaciais efetivados pela Polícia Militar na cidade, destacando, principalmente, a estrutura operacional dos batalhões e a dinâmica dos homicídios no âmbito de cada região geográfica.

4 OS RECORTES ESPACIAIS DOS BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR: A ESTRUTURA OPERACIONAL E A DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS

[...] a cidade, para a polícia, é dividida em regiões conhecidas como áreas de policiamento, que se encontram sob jurisdição de Batalhões e Companhias, encarregadas do policiamento nessas áreas.

Cláudio Beato

As principais mudanças na estrutura operacional da Polícia Militar do Piauí aconteceram, principalmente, na segunda metade do século XX, quando o processo de urbanização começa a se consolidar em Teresina. Conforme Lima (2009), nas décadas de 1970 e 1980, a cidade passa por um acelerado processo de urbanização e contínuo crescimento populacional, quando a população urbana de Teresina passa, então, de 98.329 habitantes em 1960 para 339.042 em 1980.

Nesse contexto, a Polícia Militar do Piauí, buscando adaptar-se a essas mudanças, reorganiza suas unidades, inclusive no Interior do Estado. Na década de 1960 e 1970, embora a PM contasse com uma estrutura operacional reduzida, a instituição passa por um processo de reorganização de seu arranjo estrutural, como bem aponta Lima (2009):

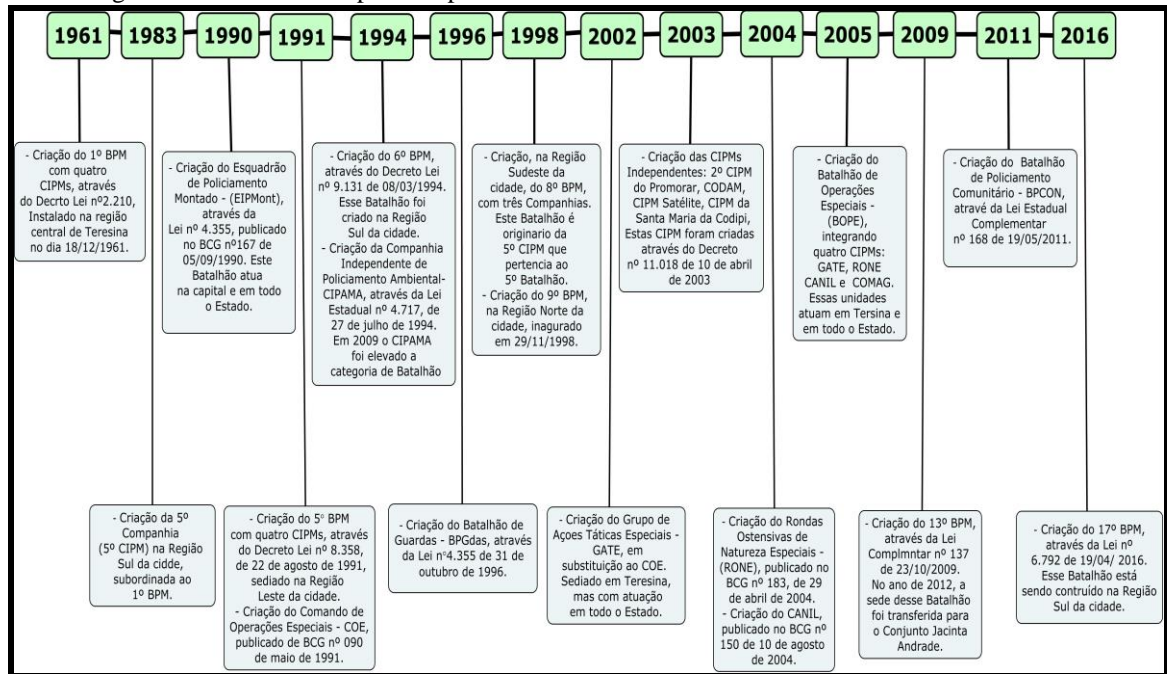
[...] em 1975 a polícia reorganiza suas unidades, inclusive no interior do estado, com a criação dos Batalhões de Polícia Militar nas cidades de Parnaíba (2ºBPM), Floriano (3ºBPM), Picos (4ºBPM) cada uma concentrando um conjunto de municípios em suas áreas de circunscrição. Em Teresina além da criação do 1ºBPM em 1961, são criados o Serviço de Rádio Patrulha, em 1965, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e o Batalhão de Transito (BPTran), em 1972, além do Comando de Policiamento da Capital (CPC) e do Comando de Policiamento do Interior (CPI), em 1974 (LIMA, 2009, p. 81).

É importante salientar que após a criação do 1º Batalhão na área central da cidade, somente no ano de 1983, vinte anos depois, a Polícia se descentraliza, criando na região Sul da cidade uma base da Polícia Militar: a 5º CIPM, subordinada a esse batalhão. Ressalte-se que a aquela área se destacava por sua expansão urbana e demográfica, logo, era uma área em que os conflitos sociais urbanos eram muito presentes, como bem destaca Lima:

[...] com a criação do 1º BPM e, 1961, este se mantém por mais de vinte anos, com apenas quatro Companhias (CIPM), somente em 1983 é que nasce a 5º CIPM sediada na Zona Sul, que se consolidava como região mais desenvolvida da cidade, mas também como a mais problemática em termos de conflitos sociais e urbanos (2009, p. 81).

Embora a expansão urbana da cidade nas décadas de 1970 e 1980 tenha acelerado ainda mais, em função, principalmente, da construção dos conjuntos habitacionais, é somente a partir da década de 1990 que a PMPI amplia sua estrutura operacional na cidade como se observa na figura 16. Nessa década, a Polícia Militar criou quatro Batalhões (5ºBPM, 6ºBPM, 8ºBPM e 9º BPM), chegando a um total de cinco Batalhões. Nesse cenário, cada Batalhão ficou responsável por policiar uma região administrativa de Teresina, criadas pela Prefeitura de Teresina em 1992 (Figura 16).

Figura 16 - Linha do tempo da expansão estrutural da PMPI na cidade



Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

A partir da análise da Figura 16, é possível constatar que as mudanças na estrutura da corporação aconteceram de forma mais significativa a partir da década de 1990, com a criação de batalhões e grupamentos especializados; no entanto, o objetivo principal dessa seção, não é caracterizar toda a estrutura operacional da PMPI, mas procurar demonstrar a estrutura operacional dos Batalhões de áreas na cidade, ou seja, refletir sobre a estrutura desses Batalhões da Polícia Militar no âmbito de cada recorte espacial, estabelecido como região geográfica de suas competências. Para tanto, fatores como densidade demográfica, população absoluta, efetivo policial, modalidades de policiamento, extensão territorial desses recortes espacial e dinâmica dos homicídios são alguns aspectos importantes nessa discussão.

Na visão de Lima (2009), os Batalhões de áreas, através de sua tropa ou efetivo policial, representam as principais unidades de policiamento ostensivo da PMPI na cidade,

cada Batalhão é responsável por uma fração do espaço urbano da cidade, sendo que essa fração do espaço é representada por um conjunto de bairros.

4.1 A região do 1º Batalhão da Polícia Militar

O 1º Batalhão, conforme dito anteriormente, foi o primeiro Batalhão da Polícia Militar criado em Teresina, ainda na década de 1960. Por mais de trinta anos, a região de atuação desse grupamento foi toda a cidade. Ao longo dos anos, sobretudo na década de 1990, a área de atuação desse Batalhão sofreu algumas mudanças, mas sempre prevaleceu à região central da cidade e bairros adjacentes como área geográfica de sua atribuição.

Desde a década de 1990 até os dias de hoje, sua área de atuação sofreu poucas mudanças. Atualmente, a região do 1º BPM é composta por vinte bairros, somando uma extensão geográfica de 18,38 Km², e com uma população absoluta de 99.665 habitantes. Essa região dispõe de um recurso humano formado por 192 policiais militares para fazer o policiamento da área, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição dos bairros na região do 1º Batalhão

Bairros	Área (km ²)*	Efetivo PM	População (hab.)
Cabral	0,77	-	3.236
Centro	3,76	-	12.180
Cidade Nova	0,67	-	3.336
Cristo Rei	1,79	-	8.474
Frei Serafim	0,47	-	2.562
Ilhotas	1,1	-	6.956
Macaúba	0,75	-	5.925
Mafuá	0,40	-	2.861
Marquês de Paranaguá	0,68	-	3.865
Matinha	0,46	-	3.129
Monte Castelo	1,34	-	10.981
Morro da Esperança	0,32	-	3.344
Nossa Senhora das Graças	0,52	-	3.964
Piçarra	0,65	-	3.662
Pio IX	0,47	-	2.395
Pirajá	0,78	-	2.898
Porenquanto	0,48	-	2.285
São Pedro	1,31	-	8.780
Vermelha	1,27	-	5.659
Vila Operária	0,39	-	3.173
Total 20	18.38	192	99.665

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016).

A Tabela 3 evidencia o tamanho do desafio que o batalhão enfrenta com um efetivo de 192 policiais militares, para garantir a segurança em uma área de 18,38 Km² composta de vinte bairros e com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes. Constatou-se que desses 192 policiais, 80% são compostos por graduados,¹² que trabalham em regime de 12h de serviço por 36h de descanso ou 24h de serviço por 72h de folga.

Quando faz uma relação entre a população absoluta dessa área e a quantidade de policiais, obtém-se uma proporção de um policial militar para cada 519 habitantes. No entanto, essa proporção é muito maior, posto que, desse total de 192 policiais, em média, 20% não estão disponíveis para trabalhar, quer seja por estarem de férias quer seja por estarem afastados do serviço, em razão de alguma licença, ou ainda, porque desenvolvem suas atividades no setor administrativo do batalhão.

Percebe-se que existe uma diferença entre o efetivo total e o efetivo real ou pronto para o serviço. O contingente total corresponde à quantidade de policiais absoluta lotada no Batalhão, já o efetivo real é aquele disponível no momento para ser empregado no policiamento da área.

Em relação à dinâmica do policiamento ostensivo nessa região, foram constatadas duas modalidades de policiamento desenvolvido pelos policiais do 1º BPM: o motorizado, por meio de viaturas (VTRs) e motocicletas, e policiamento a pé distribuído pelo Centro da cidade. O policiamento motorizado diariamente se realiza com um total de cinco VTRs, sendo três VTRs normais; cada uma delas é ocupada com dois policiais, e duas da Força Tática, ocupadas com pelo menos três policiais, além de uma dupla de moto. O policiamento a pé é realizado em média, por três duplas, com a missão de policiar o centro comercial da cidade.

A partir desse contexto, é possível imaginar o tamanho da complexidade enfrentada por esses policiais militares, ou seja, a de garantir a segurança aos quase 100 mil habitantes dessa região. Em meio a esse desafio, essa região conta diariamente com um efetivo vinte policiais militares empregados no policiamento motorizado ou a pé. Em média, cinco VTRs, ocupadas com dois ou três policiais, fazem o policiamento dessa área de 18,38 Km². No Centro comercial, a situação torna-se muito mais complexa, uma vez que são colocados no policiamento ostensivo, em média, seis policiais a pé, distribuídos em três duplas, para policiar aquele espaço, em uma jornada de seis horas de trabalho. De certa forma, o próprio Batalhão reconhece que esse contingente policial é insuficiente para policiar uma área que, em função de sua atividade comercial, concentra diariamente milhares de pessoas.

¹² Segundo Lima (2009, p. 65), “[...] graduação é o grau hierárquico das Praças, assim classificado: Subtenente, Primeiro Sargento, Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabos e Soldados”.

A estrutura da Polícia Militar nessa região é composta de um Batalhão (1º BPM) que se encontra sediado no Centro da cidade (Foto 2). O 1º Batalhão possui cinco Companhias: duas funcionam na sede do batalhão, a primeira CIPM (Foto 1), e a terceira CIPM (Foto 4) encontram-se nos bairros Monte Castelo e Porenquanto, respectivamente; e a quarta CIPM/Tática (Foto 3), criada em 2016, está localizada no Bairro São Pedro (Figura 16).

É importante destacar nesse debate que tanto a CIPM do Monte Castelo (Foto 1), quanto a CIPM do Porenquanto (Foto 4) funcionam de forma precária, com apenas um policial de serviço, logo, essas unidades carecem de melhorias estruturais, pois atualmente, são subaproveitadas, funcionando mais como um ponto de apoio para as VTRs do que como uma Companhia da Polícia Militar.

Foto 1 - Companhia da PMPI do Bairro Monte Castelo

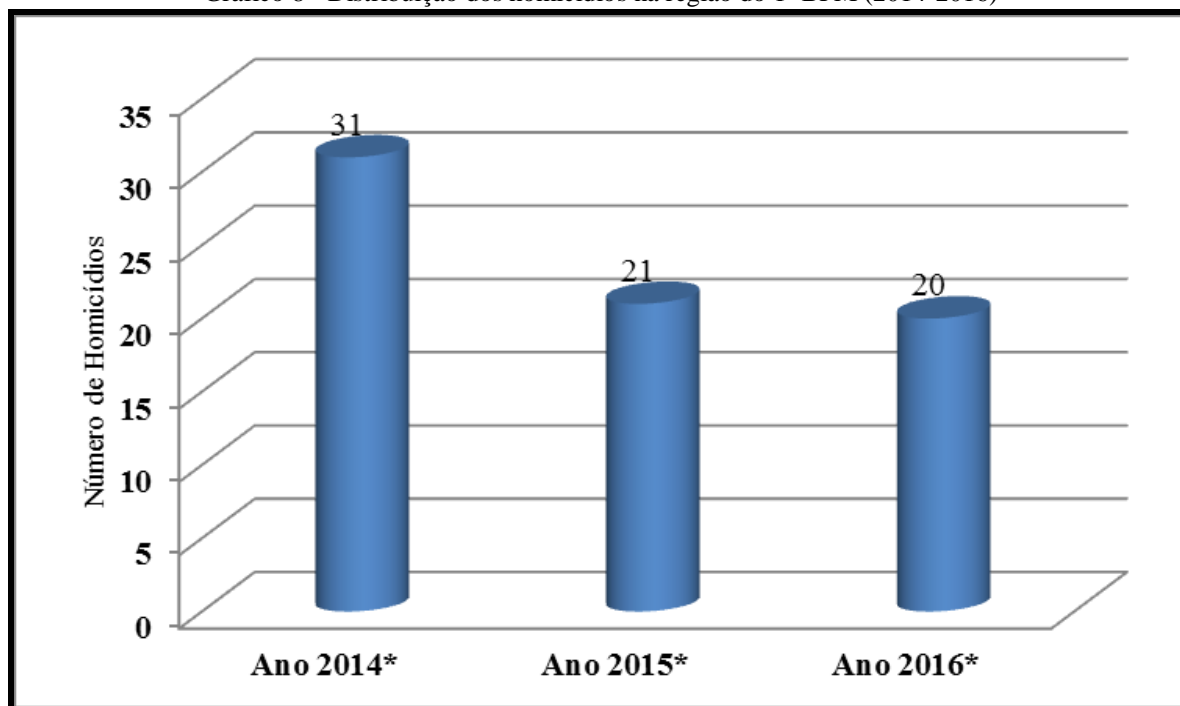


Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

Ressalte-se, nessa discussão, que é difícil apontar os fatores responsáveis pelo subaproveitamento dessas unidades, no entanto, esse fato pode ser um reflexo do pequeno contingente policial dessa região, uma vez que a carência de policiais aflorou como um dos principais problemas enfrentado pelo batalhão, o que terminou por contribuir negativamente no planejamento e efetivação das medidas de segurança, implantadas nos bairros que formam esse recorte espacial.

Ao observar a dinâmica dos homicídios na região do 1º BPM, nota-se que, nos últimos três anos (2014/2015/2016), houve uma pequena queda na taxa desses crimes, sobretudo, em 2015 e 2016, em relação a 2014 (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Distribuição dos homicídios na região do 1º BPM (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

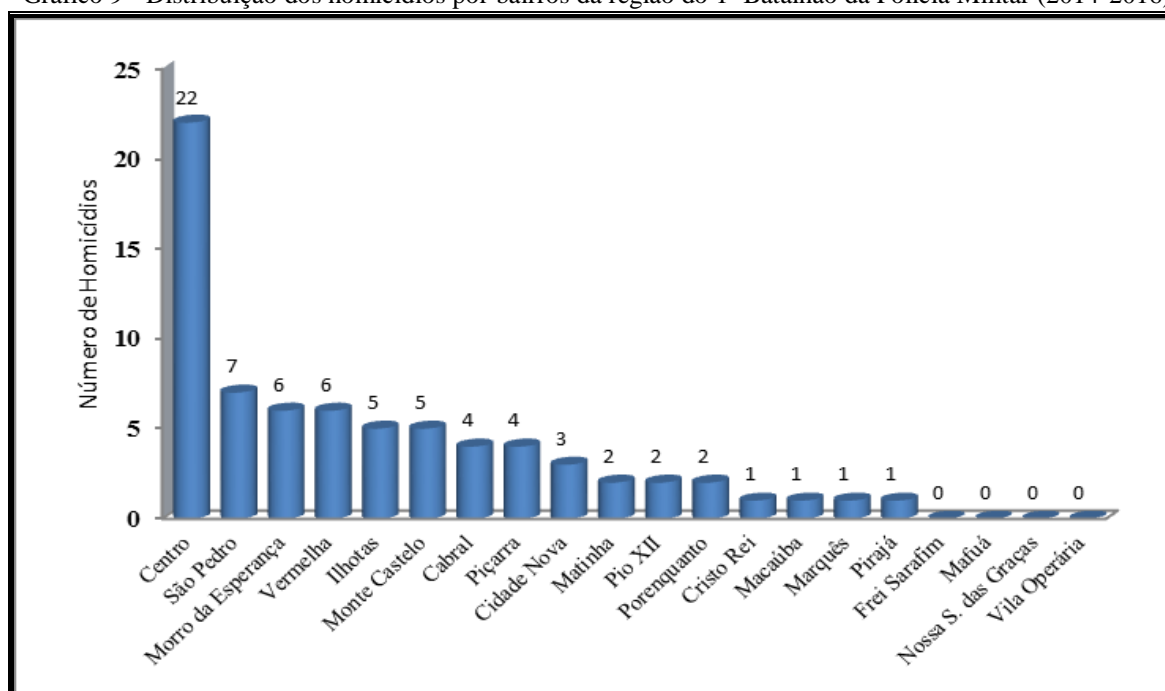
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

Ao tomar como referência esses três anos, os dados revelam que, em média, são praticados vinte e quatro homicídios anualmente na região desse batalhão. Observou-se também que, no ano de 2015, houve uma queda de 32,3% dos homicídios na região, em relação a 2014. Já no ano de 2016, a redução foi de 35,5% em relação a 2014, quando comparada com 2015, a redução ficou em torno de 4,8%.

Embora os dados mostrem que nos últimos três anos setenta e duas pessoas foram vítimas desse tipo de delito, segundo PiauÍ (2014), a região Centro tem apresentado os menores índices de homicídios, quando comparada com outras regiões administrativas da cidade. Nos anos de 2012 e 2013, entre as cinco regiões da cidade (Norte, Leste, Sul, Sudeste, Centro), a região Central concentrava apenas 1,93% dos crimes de homicídio na cidade (PIUAÍ, 2014).

Com base nesses três anos, os números revelam um espraiamento desigual desse tipo de delito, pelos vinte bairros que compõem a área desse Batalhão (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Distribuição dos homicídios por bairros da região do 1º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

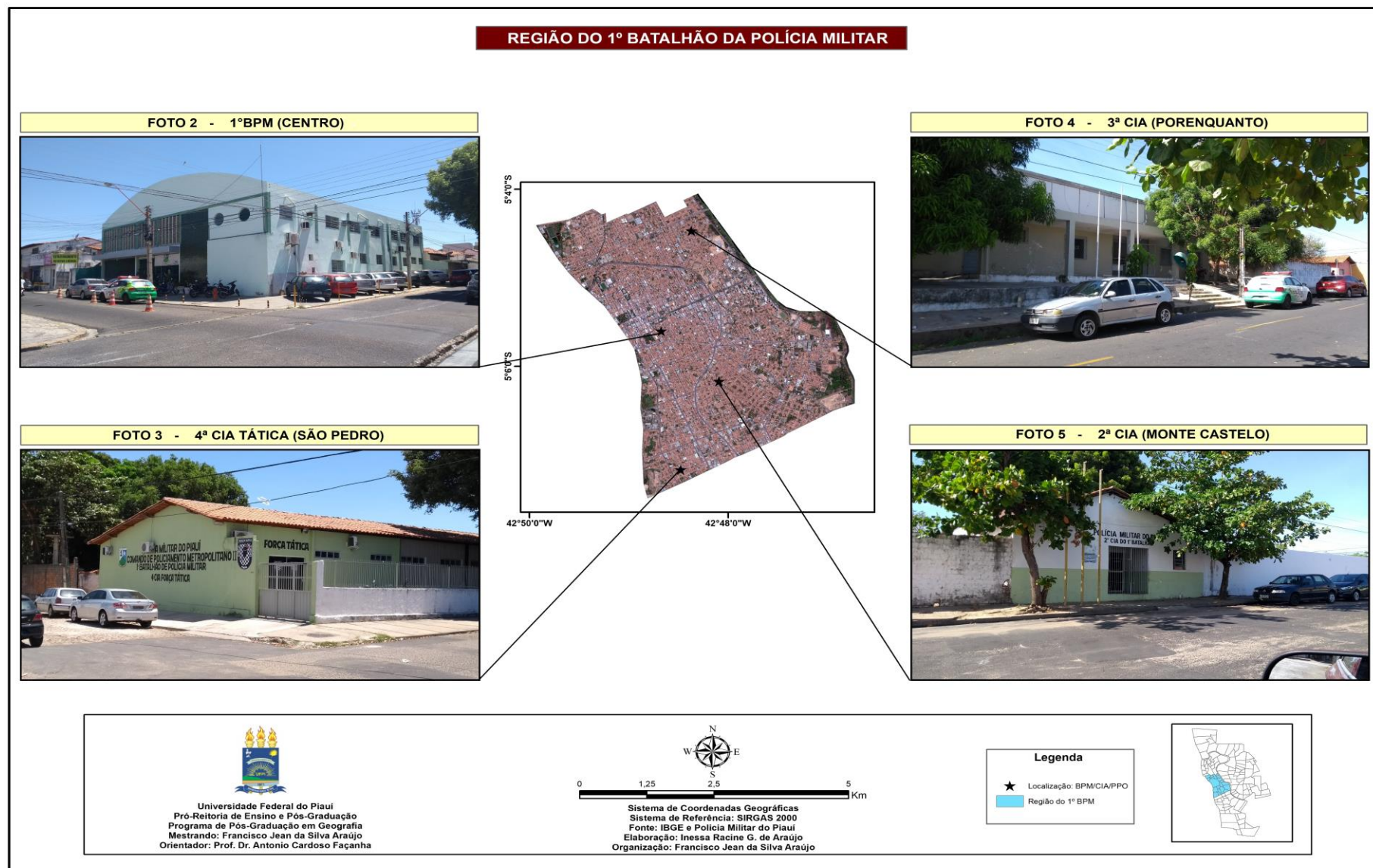
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal – NUCEAC/ SSP-PI.

Essa análise quantitativa revela que alguns bairros como, por exemplo, Centro, Morro da Esperança, Vermelha, Ilhotas e Monte Castelo se destacam por apresentar as maiores taxas. No entanto, Vila Operária, Mafuá, Pirajá, Marquês, Cristo Rei, e Macaúba se revelam menos violentos, posto que apresentam menores taxas desse tipo de crime.

O Centro que se destaca como bairro mais populoso (12.180 habitantes), e com a maior extensão territorial dessa área (3,76Km²), se destaca também por apresentar as maiores taxas de homicídios dessa área, somando um total de vinte e dois homicídios nos últimos três anos, o que representa uma média de 7,3 homicídios por ano. Esse bairro concentrou 30,5% dos crimes de homicídio nesse período, no entanto, enquanto o centro aflora como o bairro mais violento dessa região, outros, como Vila Operária e Mafuá, não registraram nenhum crime de homicídio nesses últimos três anos.

Entender a dinâmica desses crimes de homicídio que ocorrem em diferentes escalas é importante para o planejamento e efetivação das políticas de segurança pública; contudo, é importante reafirmar que não é uma tarefa fácil, visto que, por trás dessa dinâmica criminal, existe uma complexidade de fatores, sobretudo, de ordem subjetiva que apresentam suas especificidades em cada local, no entanto, tais fatores subjetivos não serão objeto de discussão nessa seção.

Figura 17 - Região do 1º Batalhão da Polícia Militar

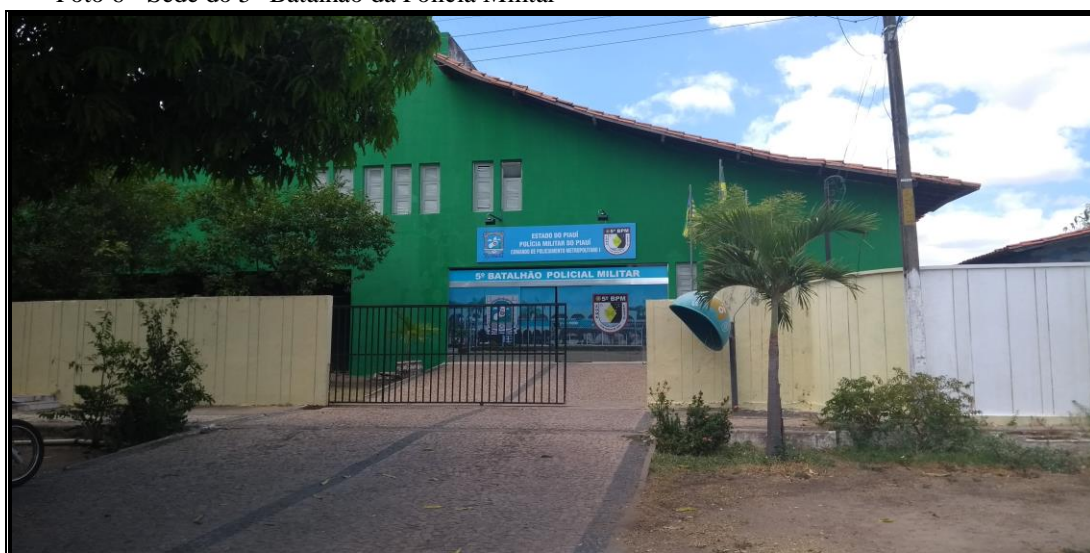


Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.2 A região do 5º Batalhão da Polícia Militar

Na década de 1990, objetivando descentralizar a estrutura da segurança pública pelos bairros da cidade, o quinto Batalhão da Polícia Militar (5º BPM) foi criado, sendo inaugurado no dia 23 de agosto de 1991. A missão principal dessa unidade de Polícia era oferecer a segurança e realizar o policiamento ostensivo nas regiões Leste e Sudeste da cidade (LIMA, 2009). O Batalhão encontra-se localizado, desde sua inauguração até hoje, no mesmo prédio, no Bairro Planalto Ininga (Foto 6).

Foto 6 - Sede do 5º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

É importante salientar que esse imóvel apresenta uma boa estrutura física. Segundo informações da Polícia Militar, esse espaço já funcionou como residência oficial do Ex-Governador Alberto Silva, no final da década de 1980.

[...] o 5º BPM está localizado, na Avenida Alberto Corrêa Lima, s/n no bairro Planalto Ininga. [...] nesse prédio, funcionou a residência oficial do Exmº Senhor Governador do Estado do Piauí, Dr. Alberto Tavares Silva, no período de 1987 a 1990. Foi doado á Polícia Militar em 1991, pelo então Governador do Estado do Piauí, Dr. Antonio de Almendra Freitas Neto.¹³

Em 1998, quando o 8º BPM é criado na região Sudeste de Teresina, a área de policiamento do 5º Batalhão sofre uma modificação bem significativa, restringindo-se à

¹³ Polícia Militar do Piauí. 5º BPM – Zona Leste. Disponível em: <www.pm.pi.gov.br/5bpm.php>. Acesso em: 27 out. 2017.

região Leste da cidade. Os únicos bairros da região Leste que não fazem parte de sua área de policiamento são: São João, Recanto das Palmeiras e Noivos. Estes bairros pertencem à área de policiamento do 8º BPM desde a criação do Batalhão até hoje.

Em relação à área geográfica de atuação desse Batalhão, a Lei nº 6.792 de 19 de abril de 2016 não apresentou mudanças significativas no perímetro urbano da cidade. Hoje a região do 5º BPM é composta por vinte e sete bairros, distribuídos por uma área de 61,59 Km² de extensão e com uma população superior a 158.935 habitantes (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição dos bairros na região do 5º Batalhão

Bairros	Área (km ²)*	Efetivo PM	População (hab.)
Aroeiras	6,00	-	4.577
Árvores Verdes	0,20	-	**
Campestre	0,72	-	4.420
Cidade Jardim	2,13	-	**
Fátima	2,60	-	8.349
Horto	1,45	-	5.889
Ininga	4,65	-	8.099
Jóquei	1,42	-	5.967
Morada Do Sol	1,20	-	5.496
Morros	2,67	-	1.166
Novo Uruguai	1,88	-	416
Pedra Mole	4,00	-	10.528
Piçarreira	1,13	-	7.381
Planalto	1,28	-	5.543
Porto do Centro	2,00	-	6.805
Samapi	1,33	-	10.772
Santa Isabel	1,78	-	6.675
Santa Lia	0,61	-	2.091
São Cristóvão	1,85	-	6.592
Satélite	1,59	-	11.606
Socopo	3,93	-	1.892
Tabajaras	2,10	-	6.871
Uruguai	3,22	-	4.776
Vale do Gavião	2,23	-	1.507
Vale Quem Tem	3,00	-	20.106
Verde Lar	1,71	-	11.095
Zoobotânico	4,89	-	316
Total	27	185	158.935

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016). **Dados não disponíveis no IBGE (2010).

Observando a Tabela 4, constata-se que a região do 5º BPM apresenta maior número de bairros, maior população, bem como uma extensão territorial superior a três vezes a área do 1º BPM. No entanto, percebe-se que essas características não são critérios, ou seja, não são levadas em consideração na hora de distribuir o efetivo, pois enquanto o 1º BPM dispõe de 192 policiais, o efetivo do 5º BPM é composto de apenas 185 combatentes.

Essa realidade impõe grande desafio a esse Batalhão que tem de policiar toda essa região com seu contingente policial. Enquanto na área do 1º BPM a proporção é de um Policial Militar para cada 519 habitantes, na região do 5º Batalhão, a razão é de um policial para cada 860 pessoas.

Nesse contexto, embora o batalhão tenha um efetivo total de 185 militares, o efetivo real, ou seja, pronto para o serviço é de aproximadamente 145 policiais. Desses 145 policiais, entram de serviço diariamente, em média, dezoito policiais militares, distribuídos em sete VTRs, ocupadas, geralmente, com três PMs.

Quando se observa o tamanho da região, a quantidade de bairros e a população dessa área, constata-se a dimensão da complexidade de se garantir a segurança e enfrentar o fenômeno da criminalidade em toda essa região com um efetivo diário desse tamanho.

A realidade é que a problemática do efetivo parece comprometer um pouco o policiamento ostensivo na região, sobretudo nos bairros periféricos. Fica implícito que algumas avenidas como Nossa Senhora de Fatima, Raul Lopes e Dom Severino e, conseqüentemente, seus bairros (Fátima, Jóquei e Ininga) recebem uma atenção especial do Batalhão, sobretudo por serem avenidas comerciais, onde se concentram lojas, farmácias, lotéricas, serviços bancários, entre outros.

Enquanto nesses locais, privilegiados, os policiais fazem o policiamento ostensivo, caracterizado, principalmente, por rondas ostensivas preventivas, os bairros periféricos recebem raramente esse tipo de policiamento, ou seja, geralmente a Polícia se desloca para os bairros periféricos, para atender ocorrências, o que configura um policiamento repressivo e não preventivo.

Barbosa (2015), ao dialogar sobre as modalidades de policiamento, ressalta que o policiamento ostensivo é atividade realizada pelas polícias militares, caracterizado, principalmente, por ser facilmente identificado, sobretudo, em razão de os policiais estarem fardados e em viaturas caracterizadas, portanto, é exclusivo das polícias militares.

Nesse debate, Lima (2009) destaca a diferença entre o policiamento preventivo e o policiamento repressivo. Enquanto o policiamento preventivo é caracterizado pela presença ostensiva da Polícia no espaço urbano, objetivando evitar crimes, o policiamento repressivo é

evidenciado, principalmente, quando a polícia atua gerenciando conflitos nas ruas; ou seja, nesse caso, a Polícia é chamada para controlar ou reprimir tais conflitos, o que pode terminar em prisões e conduções para delegacias ou distritos policiais.

Refletindo a dinâmica do policiamento ostensivo em Teresina, sobretudo em relação à prevenção e ao atendimento a ocorrências, Lima (2009) afirma que a PMPI desenvolve essas duas modalidades de policiamento no espaço urbano de Teresina. Por outro lado, o policiamento repressivo está mais direcionado para os bairros periféricos, enquanto o policiamento preventivo acontece em espaços privilegiados da cidade, ou seja, nas principais avenidas e nos bairros que apresentam um perfil social e econômico bem diferente das Vilas, Favelas e Loteamentos espalhados por toda a Teresina.

[...] o policiamento na cidade é uma via de mão dupla, na qual tem se, por um lado, o policiamento preventivo, voltados para a proteção de espaços economicamente favorecidos e, por outro, o repressivo para os espaços que, embora não disponha de bens a serem protegidos, despontam como perigosos, pois, afinal, são eles que fundamentam as estatísticas relativas a práticas de crimes [...] (2009, p. 127).

Dentro desse contexto, observa-se que a polícia realiza as duas modalidades de policiamento, o preventivo e o repressivo, embora o repressivo tenha se tornado a atividade fim, sobretudo nos bairros periféricos da cidade, nos quais os policiais raramente fazem policiamento preventivo. Este, quando é feito, acontece nos bairros, em avenidas privilegiadas de Teresina (Foto 7).

Foto 7 - Viatura realizando o policiamento preventivo na Av. Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Pesquisa de Campo (nov. 2017).

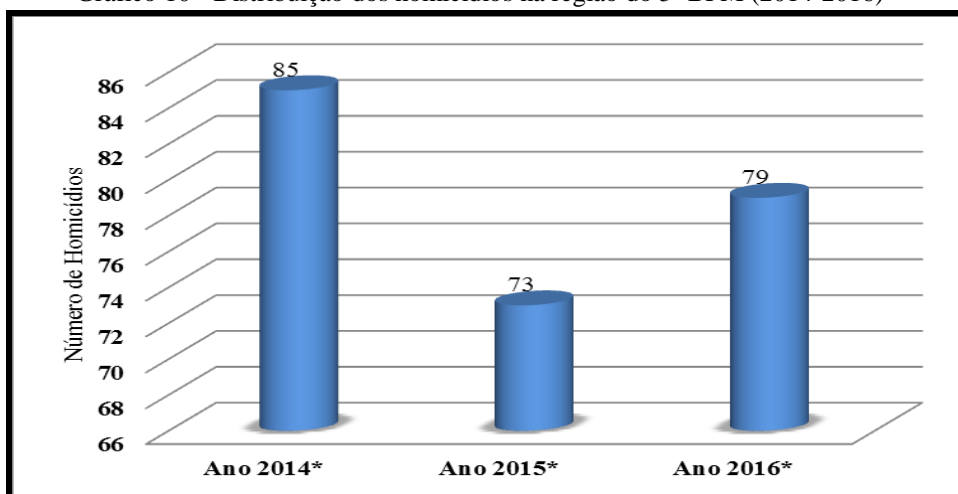
Em relação à estrutura operacional do 5º BPM, constatou-se, a partir da pesquisa de campo, que o arranjo estrutural da PMPI, no âmbito desse recorte espacial, passou por um processo de encolhimento e centralização. Em 1998, quando o 8º BPM foi criado para policiar a região Sudeste, a estrutura da Polícia nessa região estava organizada da seguinte forma: um batalhão localizado no Bairro Ininga, o 5ºBPM, uma Companhia sediada no Bairro Satélite e um Pelotão localizado no Bairro Planalto Ininga.

Há pelo menos dez anos, ou seja, na primeira década do ano 2000, a CIPM do Satélite (Foto 9) e o PPO do Planalto Uruguai (Foto 10) foram desativados, atualmente são imóveis abandonados pela Corporação (Figura 18).

A CIPM do Satélite (Foto 9) apresentava uma boa estrutura, e segundo um morador do bairro, após essa unidade de policiamento ser desativada, tornou-se um prédio frequentado por pessoas estranhas, possivelmente, vândalos e usuários de drogas, que entram no prédio para consumir entorpecentes, levando medo a quem reside, principalmente, nas proximidades. Essa atual realidade apresenta dois vieses distintos da funcionalidade desse prédio. O que antes era um prédio ocupado por militares, que contribuía de forma significativa para a segurança do bairro, hoje representa um edifício abandonado pelo Estado, provavelmente um refúgio de criminosos e usuários de drogas.

O PPO do Planalto Uruguai (Foto 10) fica anexo a Escola Municipal Professor Walter Alencar. Esse espaço foi cedido pela escola para a construção desse Pelotão de Polícia Ostensiva. Mesmo com uma estrutura pequena, o PPO representava uma conquista dos moradores daquele bairro, que, segundo um comerciante do bairro, até hoje ele não entende o motivo do fechamento daquela unidade.

Gráfico 10 - Distribuição dos homicídios na região do 5º BPM (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

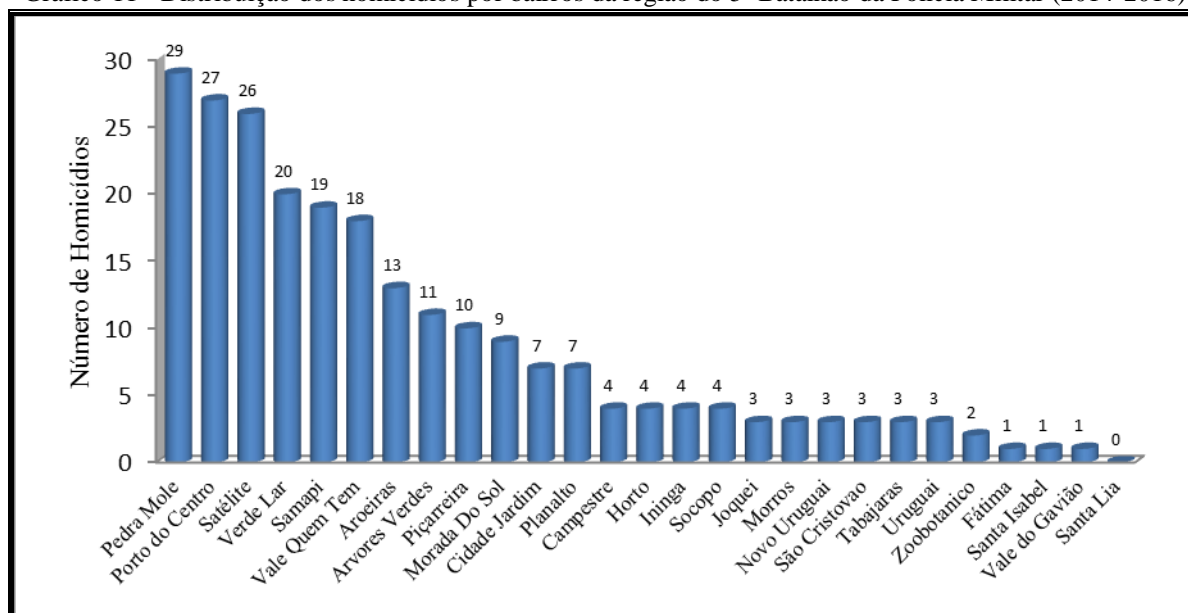
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

O Gráfico 10 mostra a dinâmica quantitativa dos homicídios na região do 5º BPM. Observa-se que, nos últimos três anos, houve uma pequena queda na taxa desses delitos no ano de 2015 em relação a 2014, no entanto, em 2016 os índices voltaram a crescer.

A partir da leitura do gráfico, constata-se que, por ano, são praticados, em média, setenta e nove crimes de homicídio na área desse Batalhão da Polícia Militar, um índice muito superior ao registrado, no mesmo período, na região do 1º BPM, que apresentou uma média de vinte e quatro homicídios anuais. Observou-se também que, no ano de 2015, houve uma queda de 14,1% nas taxas homicídio, na região, em relação a 2014. No entanto, em 2016, as taxas voltam a crescer novamente, o que representou um acréscimo de 8,2% em relação a 2015.

Ao analisar a dinâmica dos homicídios, por bairros, nessa região (Gráfico 11), duas realidades distintas são percebidas. Enquanto bairros como: Pedra Mole, Porto do Centro, Satélite, Verde Lar, Samapi e Vale Quem Tem se destacam por concentrarem as maiores taxas desse tipo de delito, outros como Ininga, Jóquei, São Cristóvão e Fátima encontram-se numa condição privilegiada, na medida em que apresentam índices bem inferiores.

Gráfico 11 - Distribuição dos homicídios por bairros da região do 5º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016)



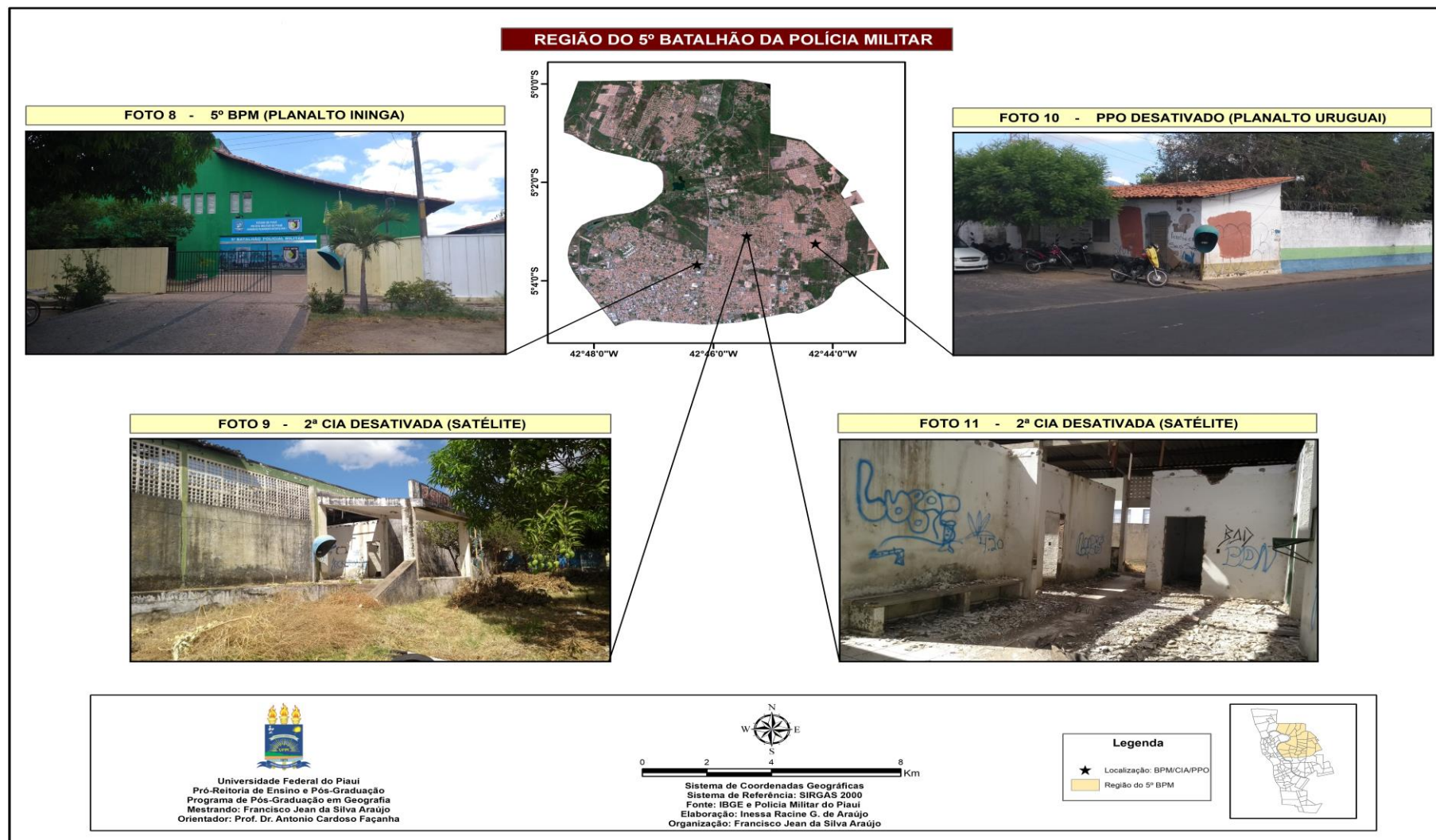
Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

Dentro dessas realidades opostas, é importante destacar que, enquanto no Bairro Pedra Mole morre em média por ano 9,66 pessoas, vítimas de homicídio, no Bairro de Fátima, são cometidos, em média, 0,33 homicídios anualmente, ou seja, morre menos de uma pessoa a cada ano.

É importante salientar que esses bairros, com os menores índices de homicídio, se destacam por apresentar alto perfil socioeconômico; aliado a isso, constatou-se que a Polícia apresenta um olhar diferenciado para esses bairros; contudo, não se pode afirmar que tais fatores, por se sós, sejam determinantes para refletir nesses pequenos índices de morte violenta; portanto, entende-se que esse fenômeno precisa ser melhor investigado, para que se possa aprofundar esse debate de forma mais ampla.

Figura 18 - Região do 5º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.3 A região do 6º Batalhão da Polícia Militar

O 6º BPM e sua região geográfica foram criados na década de 1990, época em que a Polícia Militar descentralizava sua estrutura operacional pelo espaço urbano da cidade, como já foi evidenciado em parágrafos anteriores. Esse Batalhão foi implantado oficialmente no dia 8 de março de 1994, subdividido em duas Companhias e cinco Pelotões (LIMA, 2009).

A área de competência desse Batalhão, desde sua criação até o ano de 2003, correspondia a toda Zona Sul da cidade. Após o ano de 2003, quando a 2ª Companhia desse Batalhão, localizada no Bairro Promorar, tornou-se independente, o recorte espacial do 6ºBPM foi dividido em duas subáreas, uma ficou sob a circunscrição do próprio Batalhão e a outra ficou sob a responsabilidade da 2ª CIPM do Promorar, o que, de certa forma, reduziu bastante a área de atuação do 6º Batalhão.

Após o desmembramento da 2ª CIPM do Promorar em 2003, o recorte espacial do 6º BPM não sofreu mudanças significativas. Atualmente a região desse Batalhão é composta de treze bairros, com uma extensão territorial de 17,48 Km², e apresenta uma população absoluta de 82.910 habitantes, como se observa na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Distribuição dos bairros na região do 6º Batalhão

Bairros	Área (km ²)*	Efetivo PM	População (hab.)	
Bela Vista	3,47	-	12.999	
Catarina	1,95	-	1.771	
Distrito Industrial	1,97	-	4780	
Lourival Parente	2,17	-	14.753	
Morada Nova	0,54	-	6.104	
Parque Piauí	1,1	-	11.307	
Parque São João	0,95	-	2.765	
Redenção	0,60	-	3.248	
Saci	1,18	-	8.190	
Santa Luzia	0,48	-	734	
Tabuleta	1,41	-	3.271	
Três Andares	1,10	-	12.739	
Triunfo	0,46	-	249	
Total	13	17,48	151	82.910

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016).

Com base na leitura da Tabela 5, percebe-se que a área do 6º BPM, quando comparada à região do 5º BPM e do 1ºBPM, se apresenta com um recorte espacial, em que variáveis como: extensão territorial, número de bairros, população total e efetivo policial são bem menores, sobretudo, em relação à área do 5º Batalhão. Nesse sentido, enquanto esse recorte espacial

dispõe de 151 policiais militares para realizar o policiamento ostensivo em uma área urbana de aproximadamente 18 Km², a região do 5º Batalhão conta com 185 policiais para vigiar um espaço de quase 62 Km², portanto três vezes maior.

Ainda sobre a extensão territorial dessa região, observa-se que apresenta, praticamente, o mesmo tamanho da região do 1º BPM, sendo inferior apenas em 1 Km². Quanto à relação entre número de policiais e quantidade de habitantes, essa área também apresenta forte semelhança com a região do 1º BPM. Nesse aspecto, enquanto a região do 6º Batalhão apresenta um policial para cada 549 habitantes, a área do 1º BPM tem um militar para cada 519 pessoas.

No que se refere à dinâmica de policiamento empregado nessa área, constatou-se que o policiamento motorizado, sobretudo, por meio das viaturas-VTRs, é a única modalidade de policiamento efetivo disposto nessa área. Diariamente, sete VTRs são distribuídas por toda a região, sendo cada uma delas ocupadas geralmente com dois policiais militares, exceto as duas VTRs da força tática que atuam com três PMs.

Em relação a essa quantidade de dois policiais por VTRs, é importante salientar que muitos crimes são praticados por dois ou mais indivíduos, o que torna o efetivo de apenas dois policiais insuficiente, sobretudo por fragilizar um dos princípios do policiamento ostensivo que é a superioridade numérica. Barbosa (2015), ao discutir sobre a integração das policias, afirma que um dos princípios do policiamento ostensivo que precisa ser observado é a superioridade numérica dos policiais em relação aos criminosos. Sem a observância desse princípio, o enfrentamento à criminalidade torna-se ainda muito mais complexo e muito mais fragilizado.

Quanto à disposição da estrutura operacional da Polícia Militar, nesse recorte espacial, constatou-se que, ao findar década de 1990, a PMPI encontrava-se mais descentralizada pela região, ou seja, algumas unidades de policiamento foram desativadas após o ano 2000.

Atualmente essa região conta com o 6º BPM, responsável pela área, organizada em três Companhias e um PPO (Figura 19). Dentre essa três CIPMs, a 1ª e a 3ª CIPMs funcionam na sede do Batalhão, já a 2ª CIPM foi destacada, criada no ano de 2016, e inaugurada no dia 30 de julho de 2016.

Sobre os Pelotões de Policiamento Ostensivo, conhecidos por PPOs, atualmente essa área conta com apenas um em pleno funcionamento, localizado na Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI), funcionando com apenas um militar de serviço.

Nesse contexto, ressalte-se que a Polícia Militar, há pelo menos dez anos desativou três Postos de Policiamento Ostensivo (Figura 19): um localizado no Bairro Tabuleta (Foto 13), outro no Parque Piauí (Foto 12) e um no Bairro Bela Vista (Foto 17).

Ao visitar essas unidades desativadas, contatou-se que o PPO do Bairro Tabuleta (Foto 13), após ser fechado, instalou um chaveiro ao lado, no entanto, em razão das dificuldades de informação, não foi possível identificar se o imóvel pertence a um particular ou ao Estado.

O PPO do Parque Piauí (Foto 12), logo após ser desativado, foi ocupado por uma senhora; conforme um morador que reside próximo a essa unidade, essa senhora morou por pelo menos dez anos nesse imóvel. Recentemente a moradora veio a óbito e hoje o local é ocupado pela Associação dos Moradores e Amigos da Ampliação do Parque Piauí (ASMOAPI).

Foto 12 - Posto de Policiamento Ostensivo desativado no Bairro Parque Piauí



Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

Na mesma situação, encontra-se o PPO do Bairro Bela Vista (Foto 17). Logo após ser desativado pela Polícia, o imóvel foi ocupado por uma senhora que reside até hoje no local com seus dois filhos. Em razão da complexidade de conseguir informações sobre os fatores que contribuíram para o fechamento desses PPOs, não é possível apontar tais elementos, por conseguinte, existem algumas questões que precisam ser refletidas: — Como ativar novamente esses PPOs, se o Batalhão conta com um efetivo real¹⁴ de aproximadamente 135

¹⁴ Segundo Barbosa (2015), o efetivo real e o efetivo total são diferentes: o efetivo total é a quantidade de policiais lotados no Batalhão ou Distrito Policial, incluindo aqueles que estão de licença, de férias ou afastados

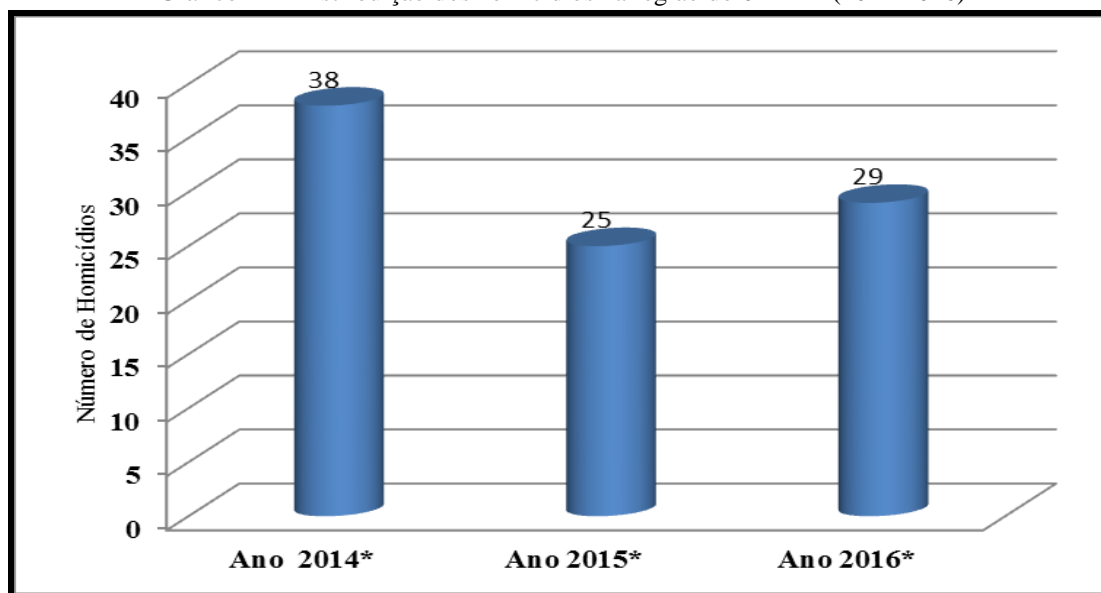
policiais? Como ativar essas unidades se a maioria das VTRs é ocupada com um número mínimo de policiais? Esses questionamentos precisam ser discutidos, uma vez que o pequeno efetivo que dispõe essa região aflora como a principal causa do abandono desses PPOs.

Dentro desse debate, não é possível afirmar, que o abandono desses Postos Policiais, tenha reflexo no aumento da criminalidade nesses bairros, contudo, a presença da Polícia, independente da modalidade de policiamento, constitui um fator estratégico, inibidor de atos criminosos (BEATO, 2008):

[...] o papel da polícia como um ator estratégico no cenário urbano não pode ser ignorado. Isso porque o controle da violência nos espaços urbanos deteriorados dependerá em grande medida das formas pelas quais se dá a atuação das policias nesses locais (BEATO, 2008, p. 692).

Segundo Beato (2008), o controle da criminalidade não está no âmbito exclusivo da Polícia, no entanto, esta Polícia precisa ter uma estrutura operacional adequada para enfrentar o fenômeno complexo da criminalidade. O autor ainda destaca que a adoção de técnicas proativas e preventivas de policiamento pode exercer um impacto significativo na redução da criminalidade urbana.

Gráfico 12 - Distribuição dos homicídios na região do 6º BPM (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/SSP-PI.

por algum motivo; já o efetivo real é aquele disponível no momento para ser empregado no policiamento ostensivo ou nas diligências policiais.

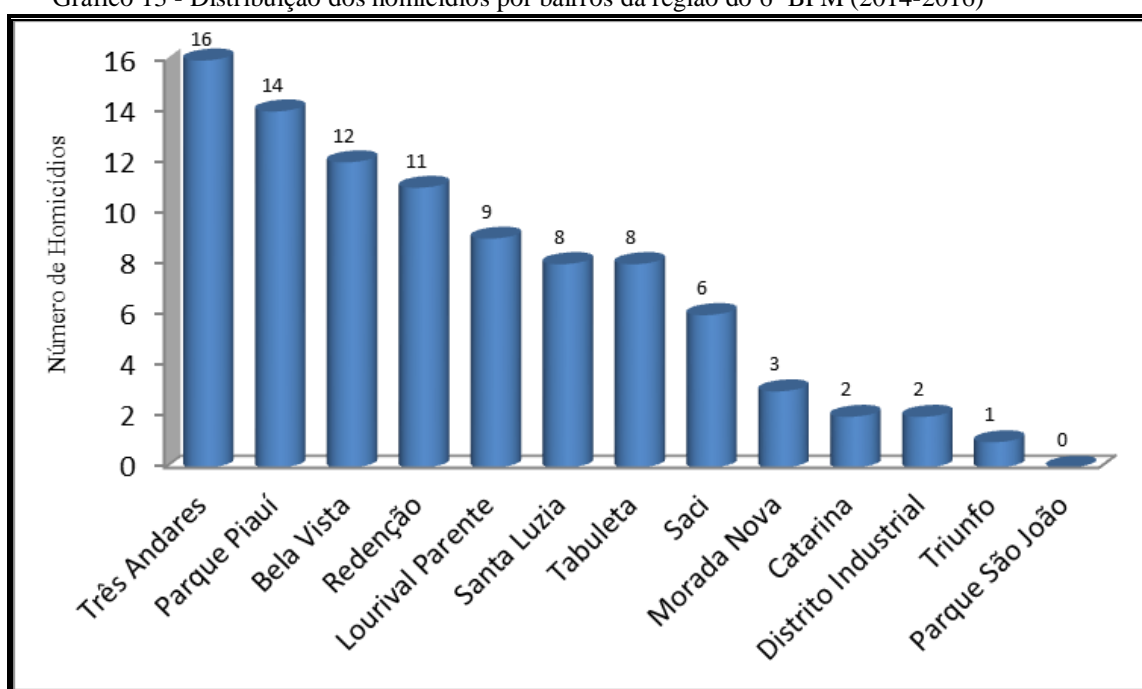
O Gráfico 12 revela a dinâmica espacial dos homicídios na região do 6º BPM. Nesse dinamismo, guardadas as devidas proporções, seguiu a mesma tendência das regiões do 5º BPM, 9º BPM e 2ª Companhia Independente do Promorar, ou seja, apresentou o maior índice em 2014, reduziu em 2015, e voltou a crescer no ano de 2016.

Nesse intervalo de três anos, foram cometidos, em média, trinta homicídios por ano na região desse Batalhão. Esses dados colocam a região do 6º BPM como mais violenta do que a área do 1º BPM e menos violenta que a região do 5º BPM, uma vez que a primeira registra uma taxa de vinte e quatro homicídios anuais e a segunda apresenta um índice de setenta e nove por ano.

No âmbito dessa discussão, observou-se também que nos anos de 2015 e 2016, houve uma queda de 35% e 24%, respectivamente, nas taxas homicídio, em relação a 2014. No entanto, em 2016, os números revelaram um aumento de 24% nos índices de homicídio em relação a 2015.

Quando se olha a dinâmica dos homicídios por bairros nessa região, os dados revelam que enquanto alguns bairros (Gráfico 13), como Três Andares, Parque Piauí, Bela Vista e Redenção apresentam as maiores taxas de homicídio, outros como Catarina, Distrito Industrial, Triunfo e Parque São João aparecem com menores índices, se delineando, dentro desse processo, como bairros menos violentos.

Gráfico 13 - Distribuição dos homicídios por bairros da região do 6º BPM (2014-2016)

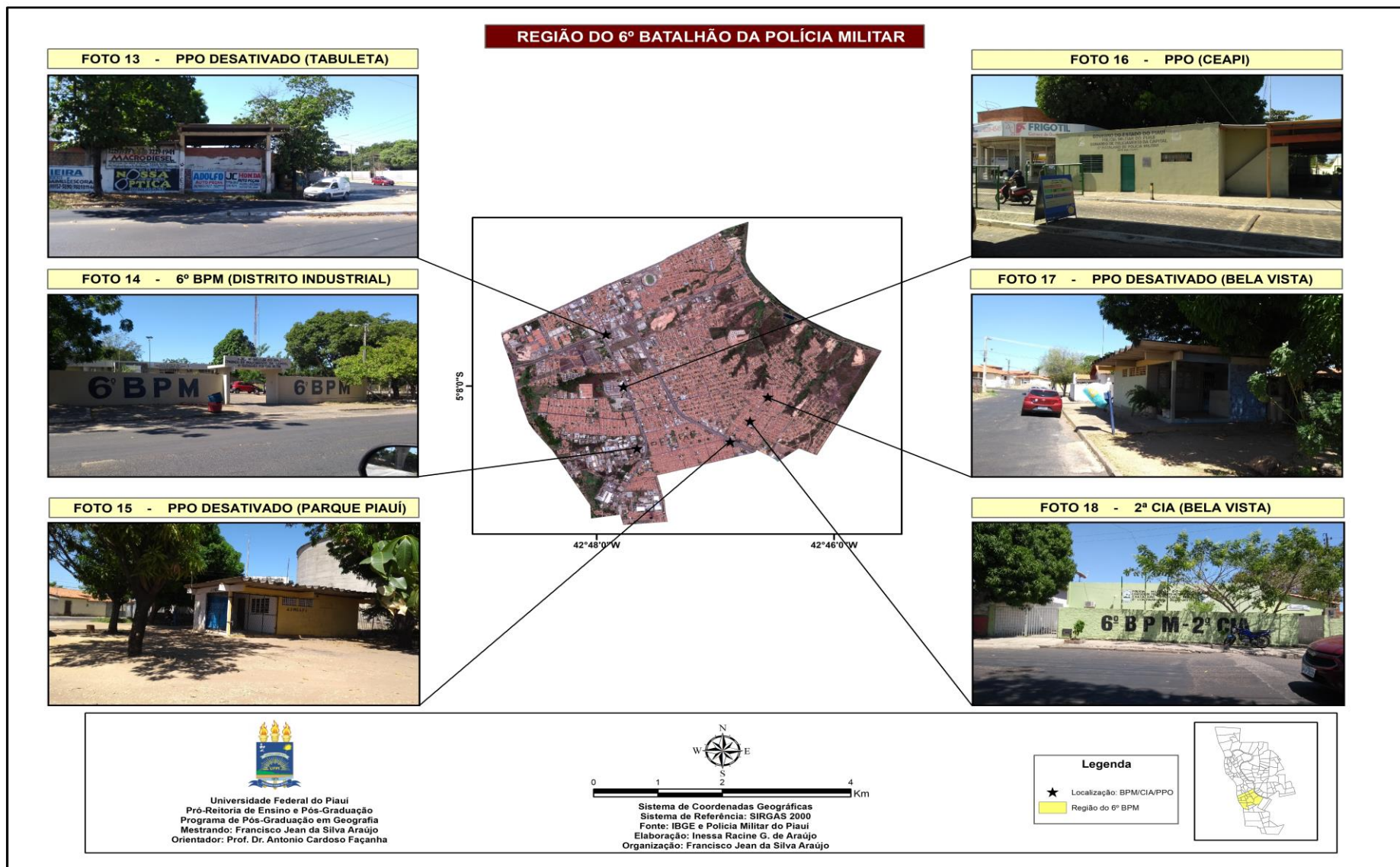


Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

É importante destacar que dos noventa e dois homicídios cometidos no intervalo desses três anos, os bairros Três Andares, Parque Piauí, Bela Vista e Redenção respondem por 57,6% desses delitos, ou seja, quase 60% de todos os crimes de homicídio que ocorrem na região do 6º BPM, dá-se em uma fração do espaço de 6,27 Km² de extensão territorial. Essa manifestação desigual do fenômeno da violência urbana, que se manifesta também nas outras regiões estudadas, reflete uma situação preocupante, que carece de um olhar mais sensível dos órgãos estatais, sobretudo, daqueles responsáveis por planejar e executar as Políticas de Segurança Pública na cidade de Teresina.

Figura 19 - Região do 6º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.4 A região do 8º Batalhão da Polícia Militar

Até 1998, a região Sudeste de Teresina era policiada pelo 5º BPM, através de sua 3ª CIPM. No entanto, o nascimento do 8º BPM está relacionado também à política de descentralização e estruturação da Polícia Militar na cidade na década de 1990. Nesse contexto, em agosto do mesmo ano, a 3ª Companhia do 5º BPM dá origem ao 8º BPM, como bem destaca Lima (2009, p. 175): “[...] ele é originário da 3ª Companhia do 5º BPM, foi criado em 24 de agosto de 1998, sendo composto por três Companhias”.

O recorte espacial urbano de competência desse Batalhão, desde a sua criação até as mudanças na estrutura da PMPI, estabelecidas pela Lei nº 6.792 de 19 de abril de 2016, não sofreu alteração. Atualmente a região do 8º Batalhão é composta de vinte e dois bairros, apresentando uma extensão territorial de 41,75 Km², e com uma população total que ultrapassa os 147.290 habitantes, sendo o segundo recorte espacial mais habitado, ficando atrás somente da região do 5º BPM.

Tabela 6 - Distribuição dos bairros na região do 8º Batalhão

Bairros	Área (Km ²)*	Efetivo	População (hab.)
Beira Rio	0,66	-	2.890
Bom Princípio	2,11	-	2.654
Colorado	0,89	-	7.062
Comprida	1,11	-	1.672
Extrema	1,38	-	5.761
Flor do Campo	2,46	-	252
Gurupi	4,11	-	13.724
Itararé	3,47	-	37.443
Livramento	0,85	-	**
Noivos	1,42	-	3.734
Novo Horizonte	1,82	-	10.711
Parque Ideal	1,28	-	12.440
Parque Poti	0,73	-	4.624
Rec. das Palmeiras	1,22	-	989
Redonda	1,0	-	3.229
Renascença	1,1	-	12.685
São João	2,42	-	8.362
São Raimundo	1,87	-	777
São Sebastião	4,15	-	11.662
Tancredo Neves	0,67	-	3.374
Todos Os Santos	4,47	-	1.533
Verde Cap	2,56	-	1.612
Total 22	41,75	184	147.290

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016). **Dados não disponíveis no IBGE (2010).

A partir da leitura da Tabela 6, nota-se que a região apresenta uma extensão territorial maior que a área do 1º BPM e do 6º BPM, que, juntas, somam uma extensão de 35,86 Km². No entanto, quando comparada à região do 5º BPM, esse recorte espacial equivale a apenas 67,78% do tamanho daquela área; ou seja, a região do 8º Batalhão da Polícia Militar é 19,84 Km² menor que a área do 5º BPM.

Quando se observa a disposição do recurso humano nessa zona, isto é, o efetivo disponível para fazer o policiamento daquela fração do espaço, nota-se que essa área enfrenta o mesmo desafio das outras áreas, que é o de contar com pequeno número de policiais para atender uma área de quase 42 Km², com vinte e dois bairros e uma população absoluta de mais de 147. 290 habitantes.

É importante salientar que esses 42 Km² correspondem apenas à área urbana da cidade, objeto de estudo dessa pesquisa; contudo, a área geográfica de atuação desse batalhão é muito maior, pois, além de abranger a zona rural da região Sudeste de Teresina, incluem-se, ainda, na sua jurisdição, os municípios de Altos e Pau D'arco do Piauí, o que, de certa forma, sobrecarrega ainda mais esse efetivo, composto por apenas 184 policiais.

O Batalhão encontra-se dividido em três Companhias organizadas da seguinte forma: a 1º CIPM e a 2ª CIPM (Força Tática) funcionam na sede do Batalhão e a 3ª CIPM é uma Companhia destacada, sediada na cidade de Altos (PI), responsável pelo policiamento naquele município e no município de Pau D'Arco do Piauí. Essa Companhia tem um efetivo de aproximadamente quarenta Policiais Militares, o que denota que o efetivo total para policiar o perímetro urbano da região Sudeste é de aproximadamente 144 policiais e não de 184. Desses 144, em média, de 15% a 20% encontram-se afastados por algum tipo de licença ou férias, o que reduz de forma significativa esse efetivo.

O policiamento motorizado, que se dá através das VTRs e motocicletas, é a única modalidade desenvolvida nessa área. Diariamente são sete VTRs para fazer o patrulhamento dentro desse recorte espacial, ocupadas, em sua maioria, por três policiais, o que caracteriza um efetivo diário de aproximadamente vinte policiais por turno de serviço.

No tocante à disposição da estrutura operacional da Polícia Militar, nesse recorte espacial, observou-se que esse arranjo também sofreu um encolhimento a partir do ano 2000, seguindo a mesma tendência do que aconteceu em outras regiões da cidade.

Essa estrutura, que no final da década de 1990 contava com um Batalhão – 8º BPM – localizado no Dirceu I (Foto 22), uma CIPM no Bairro Novo Horizonte (Foto 24) e quatro PPOs, distribuídos espacialmente pelos seguintes bairros: Dirceu II (Foto 25), Tancredo

Neves (Foto 21), São João (Foto 20) e Renascença I (Foto 23), atualmente é bem menor, e conta apenas com o 8º Batalhão.

Em razão da complexidade de se colher dados, não foi possível evidenciar o período exato de desativação de cada posto policial, entretanto, as informações colhidas no campo, tanto no Batalhão da área quanto por meio de alguns moradores que moram próximo a esses imóveis, evidenciaram que essas unidades começaram a ser fechadas após o ano 2000 e desativadas há pelos menos dez anos.

Em visita a essas unidades desativadas, observou-se que a maioria dos imóveis que serviam como postos policiais hoje são pontos comerciais (Figura 20). Os PPOs do Tancredo Neves (Foto 21) e do São João (Foto 20), atualmente, funcionam como lanchonetes. O mesmo ocorre em relação ao Posto de Policiamento Ostensivo do Dirceu II (Foto 19), que, após ser desativado, foi ocupado por um morador do bairro, e, nesse local, funciona um pequeno comércio.

Foto 19 - Posto de Policiamento Ostensivo desativado no Bairro Dirceu II



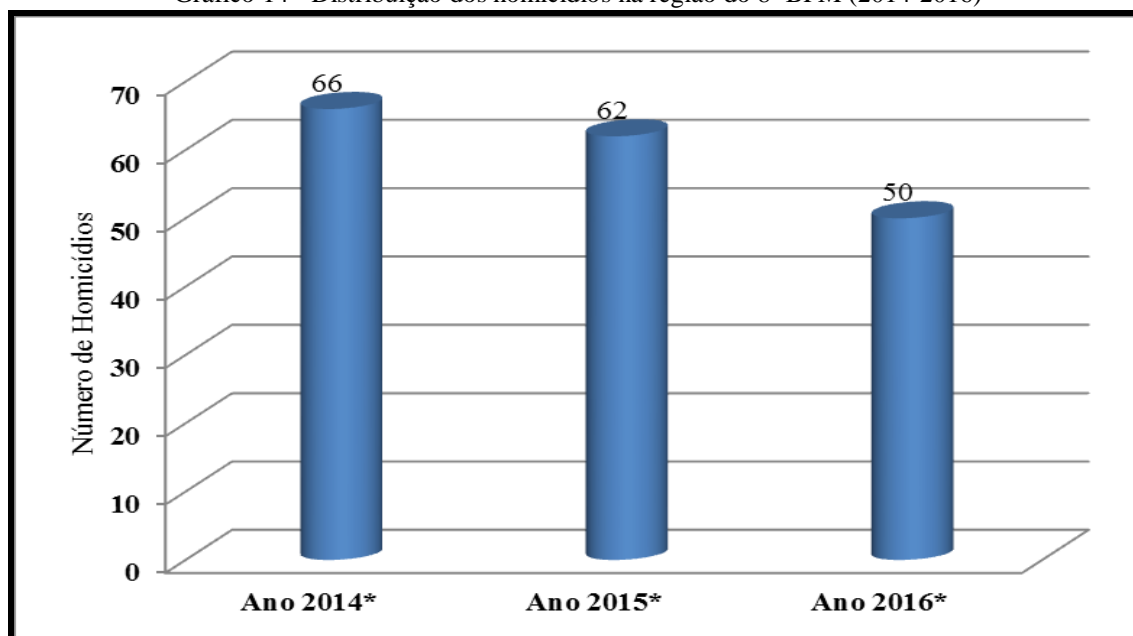
Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

No imóvel onde funcionava a Companhia do Bairro Novo Horizonte (Foto 24) funciona um Projeto Social desenvolvido pela Associação Cultural de Capoeira Escravo Branco (ACCEB). Em relação ao Posto de Policiamento do Bairro Renascença I (Foto 23), após ser desativado, a sua estrutura física foi demolida, e, no local, foi construída, pela

Prefeitura Municipal de Teresina, através da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Sudeste, uma Academia Popular para a terceira idade.

Ao analisar os dados sobre mortes por homicídios na região do 8º BPM, observou-se que, no intervalo de três anos, ocorreu uma pequena queda nesse tipo de crime, principalmente em 2015 e 2016, em relação a 2014 (Gráfico 14). A redução nesses índices foi algo semelhante ao que ocorreu na região do 1º BPM, em que, no ano de 2014, apresentou maior taxa, e, nos anos seguintes, houve uma pequena queda.

Gráfico 14 - Distribuição dos homicídios na região do 8º BPM (2014-2016)



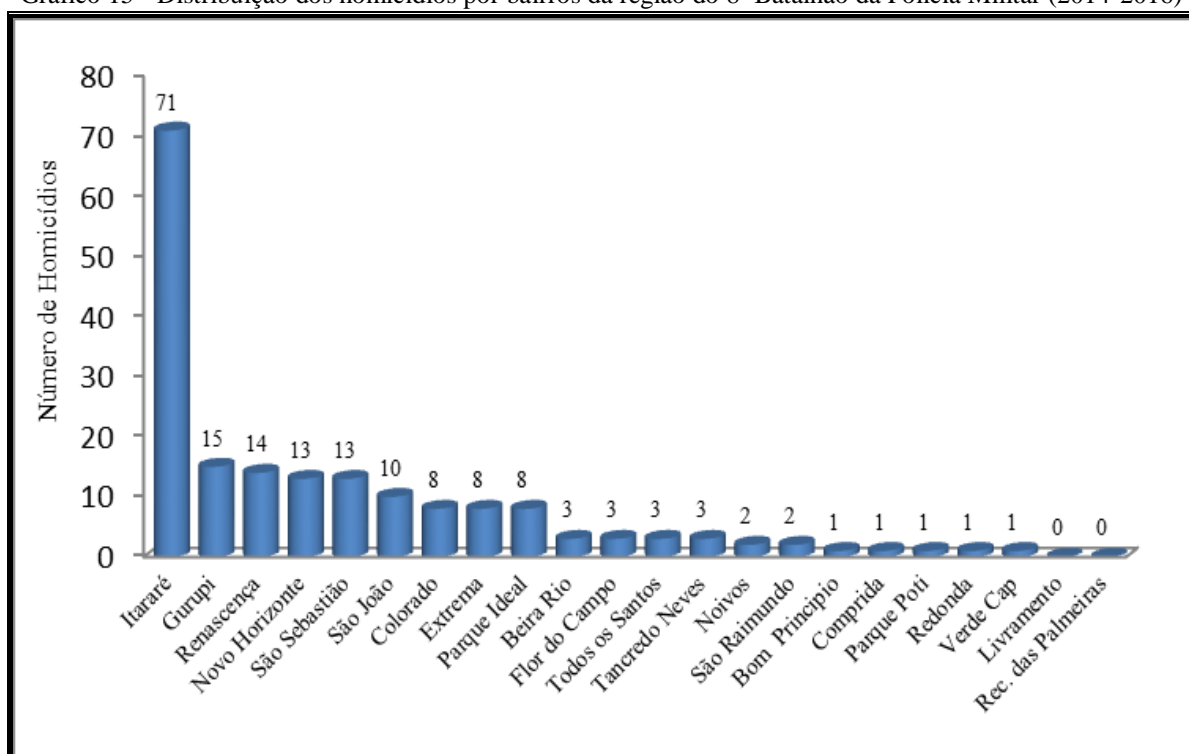
Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal-NUCEAC/SSP-PI.

Nesse período foram praticados 178 homicídios nessa região. Isso corresponde a uma média de 59,3 homicídios por ano, o que faz essa região se apresentar como um recorte espacial mais violento que as áreas do 1º e 6º BPMs e menos violenta que região do 5º Batalhão. Contudo, essa é uma análise superficial, uma vez que essas regiões apresentam população, quantidade de bairros, extensão territorial e densidade demográfica diferenciadas. Dentro dessa discussão, observou-se também que, nos anos de 2015 e 2016, houve uma queda no número de homicídios de 6,1% e 24,5%, respectivamente, em relação a 2014. Já em 2016, em relação a 2015, essa queda foi de 19,4%.

Quando se observou a dinâmica dos homicídios, por bairros, nessa região (Gráfico 15), percebe-se a mesma disposição das outras áreas, ou seja, alguns bairros concentram as maiores taxas de homicídio.

Gráfico 15 - Distribuição dos homicídios por bairros da região do 8º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

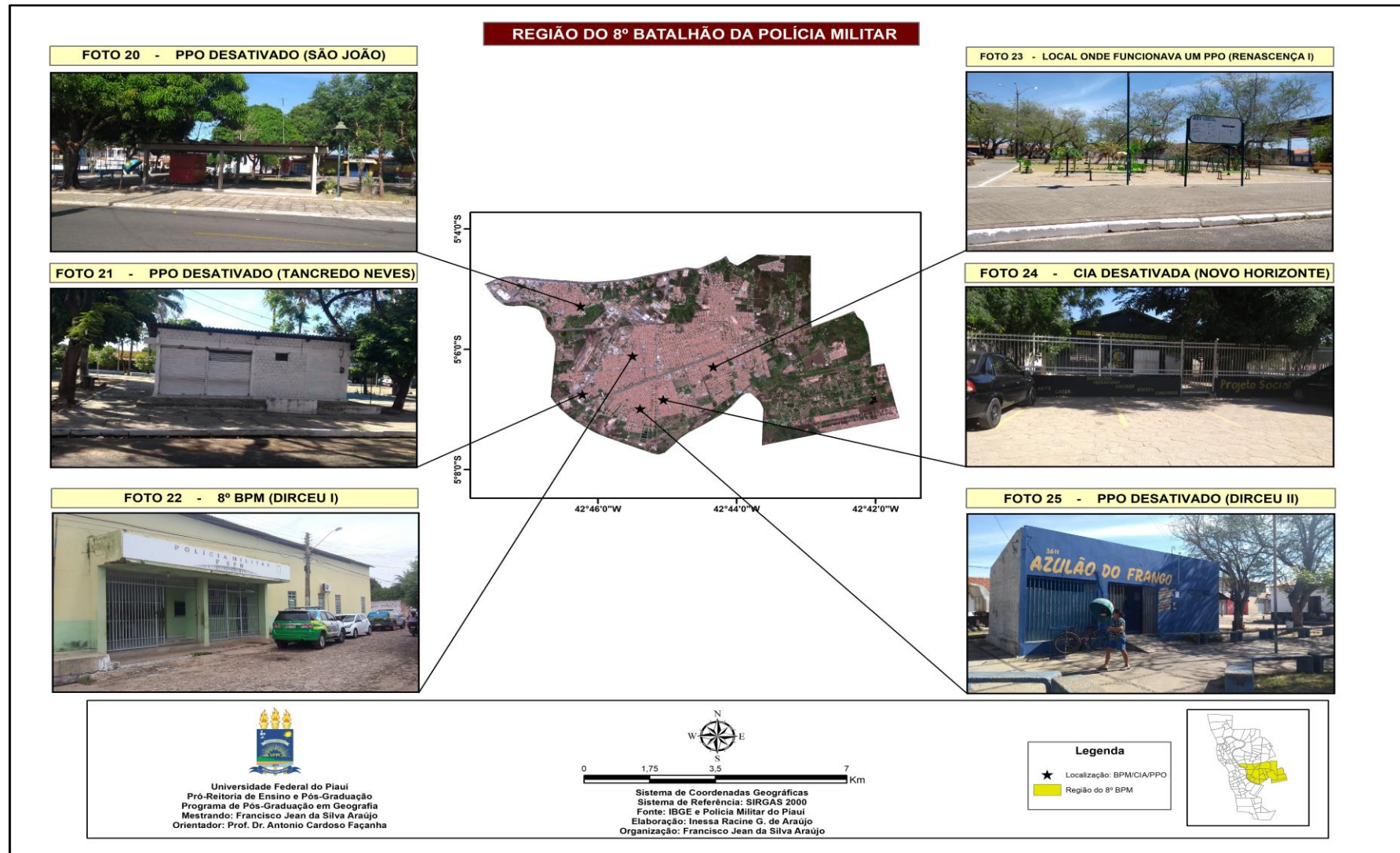
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

Nesse cenário, bairros como Itararé, Gurupi, Renascença, Novo Horizonte e São Sebastião apresentam índices muito elevados, concentrando 70,7 % de todos os homicídios que ocorrem nessa região. Por sua vez, bairros como Recanto das Palmeiras, Usina Livramento, Verde Cap, Redonda, Parque Poti, Bom Princípios e Comprida apresentam taxas bem menores, representando apenas 2,2% do total de homicídios que ocorrem nesse período.

Nesse contexto, o Bairro Itararé é formado pelo conjunto habitacional Dirceu I e II, e se destaca como o bairro que apresentou a maior concentração de mortes por homicídio dentro desse período; ou seja, dos 178 crimes de homicídio que ocorreram no interior dessa região, 39,8% foram praticados nesse bairro.

É importante ressaltar que o Itararé se destaca, entre outros fatores, tanto por sua extensão territorial, quanto por ser o bairro mais populoso daquele recorte espacial. Segundo Lima (2010), a população do bairro representa aproximadamente um quarto da população da zona Sudeste de Teresina. No entanto, essas condições não podem ser apontadas como fator determinante dessa concentração de crimes no bairro; portanto, é preciso investigar esse fenômeno naquela área, para aprofundar mais essa discussão que se mostra um tanto complexa.

Figura 20 - Região do 8º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.5 A região do 9º Batalhão da Polícia Militar

No segundo semestre do ano de 1998, a região Norte de Teresina também recebe um Batalhão de Polícia Militar, consolidando, dessa forma, a expansão da estrutura da PMPI por todas as regiões da cidade no final da década de 1990. O 9º Batalhão da Polícia Militar tinha como missão oferecer segurança e realizar o policiamento ostensivo na região Norte da cidade, originário da 5ª Companhia do 1º BPM.

[...] inaugurado no dia 28 de setembro de 1998, no Comando do Coronel PM Valdilio Sousa Falcão, o 9º Batalhão Policial Militar foi criado no conjunto Mocambinho I, na quadra 21, casa 37, setor “C”. [...] esse Batalhão foi criado com a missão, antes de tudo, de prestar uma segurança de qualidade e realizar o policiamento ostensivo na Zona Norte de Teresina. Antes de sê-lo, era a 5ª Companhia da Polícia Militar do 1º BPM [...].¹⁵

No ano de 2012, a sede do 9º BPM foi deslocada do Bairro Mocambinho para Av. Boa Esperança, sendo instalada próximo ao “Parque Lagoas do Norte”, no Bairro São Joaquim. Essa mudança não alterou a delimitação do recorte espacial desse batalhão que continuou o mesmo. Embora a região do 9º Batalhão tenha sido reduzida em 2009, com a criação do 13º BPM na CODIP, esse Batalhão da PM ainda tem uma área geográfica significativa, abrangendo uma extensão territorial de aproximadamente 23 Km², composta por vinte bairros e com um contingente populacional que ultrapassa os 136 mil habitantes (Tabela 7).

Essa população de 136.615 habitantes coloca esse recorte espacial como a terceira região mais populosa da cidade, ficando atrás somente da região do 8º BPM e 5º BPM que possuem uma população de 147.190 e 158.935 habitantes respectivamente. Quanto à extensão territorial, essa área supera as regiões do 1º BPM e 6º BPM, mas quando comparada com os recortes espaciais do 8º BPM, 5º BPM e CIPM do Promorar, em média, é duas vezes menor.

Em relação à estrutura operacional desse Batalhão da Polícia Militar, constatou-se que ele está dividido em três Companhias organizadas da seguinte forma: a 1ª CIPM e a 2ª CIPM (Força Tática) funcionam na sede do próprio Batalhão, e a 3ª CIPM é uma Companhia destacada que funciona na antiga sede do batalhão, localizada em frente à Praça Jornalista Paulo de Tarso, conhecida simbolicamente como Praça da Telemar, no Bairro Mocambinho I.

¹⁵ Polícia Militar do Piauí (PMPI). A história do 9º BPM. Disponível em: <www.pm.pi.gov.br/9bpm.php>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Tabela 7 - Distribuição dos bairros na região do 9º Batalhão

Bairros	Área (Km ²)*	Efetivo	População (hab.)
Acarape	0,44	-	3.018
Aeroporto	2,35	-	7.567
Água Mineral	1,00	-	12.106
Alto Alegre	0,86	-	5.389
Bom Jesus	0,33	-	3.606
Buenos Aires	1,34	-	7.308
Embrapa	4,10	-	1.006
Itaperu	0,30	-	2.166
Mafrense	0,73	-	6.492
Matadouro	0,76	-	5.530
Memorare	0,64	-	5.667
Mocambinho	3,27	-	28.385
Nova Brasília	0,72	-	6.780
Olaria	1,01	-	1.561
Parque Alvorada	0,53	-	5.387
Poty Velho	0,37	-	3.730
Primavera	1,41	-	9.102
Real Copagre	0,78	-	5.804
São Francisco	0,39	-	5.453
São Joaquim	1,15	-	10.558
Total	20	171	136.615

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016).

No tocante à disposição do policiamento ostensivo dentro dessa área, observou-se que é bem semelhante ao praticado nas regiões; ou seja, o batalhão conta com um contingente policial de 171 policiais para realizar o policiamento preventivo e/ou repressivo em uma circunscrição geográfica de mais de 22 Km², composta por mais de quarenta locais, e com uma população de aproximadamente 160 mil habitantes. Segundo projeções do próprio Batalhão: “[...] hoje o 9º BPM cobre uma área com aproximadamente de 160.000 habitantes, sendo distribuídos em quarenta e quatro locais, entre bairros, vilas e loteamentos”.¹⁶

¹⁶ Polícia Militar do Piauí (PMPI). A história do 9º BPM. Disponível em: <www.pm.pi.gov.br/9bpm.php>. Acesso em: 16 nov. 2017.

Considerando-se os dados do IBGE (2010) sobre a população absoluta dos bairros, tem-se, nessa região, a proporção de um policial militar para 798,9 pessoas. Essa equação revela que a população total da área não mostra um fator determinante para a distribuição equitativa do efetivo por regiões, na medida em que se notou, até o momento, grande disparidade em relação a essa variável.

Nesse sentido, recortes espaciais menores como, por exemplo, a região do 1º BPM, apresenta um contingente populacional inferior, no entanto, conta com um efetivo muito superior ao do 9º Batalhão: 192 militares. Dentro dessa discussão, Beato Filho (2000) ressalta que fatores como índice de criminalidade, população absoluta e densidade demográfica devem ser considerados no planejamento e na distribuição do efetivo policial nos espaços urbanos.

Dentro do arranjo operacional, a modalidade de policiamento predominante, desenvolvida nesse recorte espacial, é o policiamento motorizado; por outro lado, alguns eventos extraordinários, como, por exemplo, os festejos do Bairro Poty Velho, exigem o emprego do policiamento a pé. Na rotina diária, são colocadas à disposição dos moradores dessa área seis VTRs operacionais, ocupadas com dois ou três policiais, o que demanda um efetivo diário de aproximadamente quinze policiais de serviço.

No que diz respeito à estrutura operacional da Polícia Militar nessa área, constatou-se que, assim como nas outras regiões, o arranjo estrutural passou por um processo de encolhimento a partir do início da década de 2000, o que resultou no fechamento de postos de Policiamento espalhados por alguns bairros (Figura 20).

Essa estrutura, no final da década de 1990, contava com um Batalhão – 9º BPM – localizado no Mocambinho (Foto 30), duas Companhias, uma no Bairro Buenos Aires (Foto 31) e outra no Bairro Poty Velho (Foto 27), e dois PPOs localizados um no Bairro Acarape (Foto 29) e outro no Bairro Água Mineral (Foto 32). Atualmente é composta por apenas um Batalhão, localizado no Parque Lagoas do Norte (Foto 28), e uma CIPM que fica no prédio do antigo Batalhão no Bairro Mocambinho.

Convém assinalar que a Companhia do Buenos Aires (Foto 31) encontra-se fechada, e, de acordo com informações de alguns moradores que residem próximo a essa unidade, após a Polícia abandonar o local, esse espaço passou a ser visitado por pessoas desconhecidas, provavelmente usuários de drogas. A CIPM do Conjunto Mocambinho I funciona com uma estrutura mínima, sobretudo, com relação a recursos humanos; geralmente são escalados um ou dois policiais para fazer o policiamento de guarda daquele imóvel, que tem caracterizado

aquela unidade como mais um ponto de apoio para as VTRs do que como uma Companhia destacada.

O PPO do Bairro Água Mineral (Foto 32) encontra-se em pleno abandono, algo semelhante ocorreu com o PPO do Acarape (Foto 26) que representava uma conquista da Associação de Moradores, hoje, encontra-se completamente destruído. Segundo um representante da Associação de Moradores do Acarape, a Comunidade lutou muito para conseguir aquele Posto de Policiamento ostensivo, colaborou para a compra de materiais, como geladeira, cama, ar-condicionado para equipar o imóvel, no entanto, por razões desconhecidas por muitos moradores, a Polícia Militar abandonou aquele espaço, restando apenas parte da estrutura do imóvel.

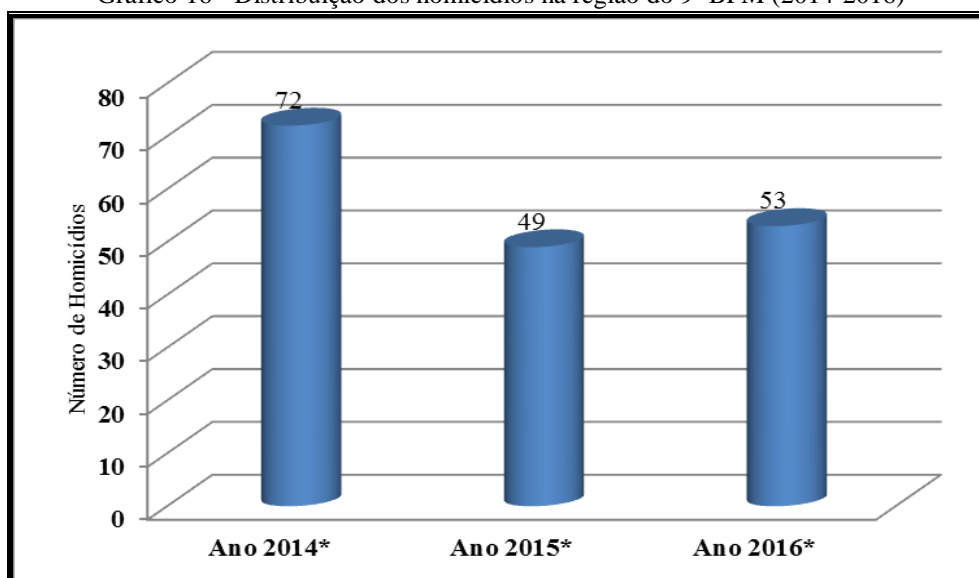
Foto 26 - Posto de Policiamento Ostensivo desativado no bairro Acarape



Fonte: Pesquisa de Campo (ago. 2017).

O morador relata, ainda, que, após a Polícia Militar abandonar o local, ele passou a ser frequentado, por pessoas estranhas, possivelmente, criminosos e usuários de droga. Com o objetivo de afastar essas pessoas, membros da comunidade resolveram destruir o imóvel, restando apenas a parte da estrutura de concreto e a lembrança de um imóvel em que funcionava como um posto policial da PMPI.

Gráfico 16 - Distribuição dos homicídios na região do 9º BPM (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

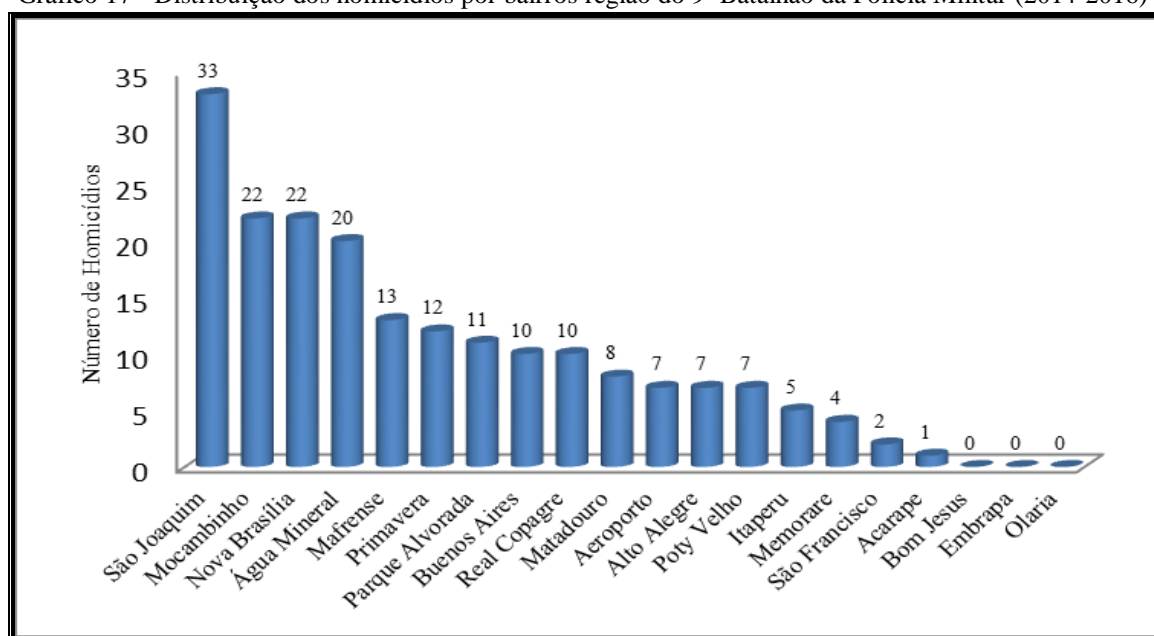
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal – NUCEAC/SSP-PI.

O Gráfico 16 revela o comportamento dos crimes de homicídio na região do 9º BPM. A partir de uma análise quantitativa desses delitos, constatou-se uma semelhança dessa região com a área do 5ºBPM e 6ºBPM, na medida em que, no primeiro ano 2014, esses batalhões apresentaram os maiores índices. Houve uma queda em 2015, e, no ano seguinte, esses crimes voltaram a aumentar.

Nesse triênio, 172 pessoas foram vítimas do crime de homicídio nesse recorte espacial, o que corresponde em média a cinquenta e oito homicídios por ano. Esses dados apontam a região do 9º BPM como o quarto recorte espacial em que os crimes de homicídio estiveram mais presentes, ficando atrás do 5º BPM, Companhia do Promorar e 8º BPM, onde se matam por ano, em média, 79, 64,3 e 59,3 pessoas, respectivamente.

Ao observar a dinâmica dos homicídios nessa região, notou-se que, no ano de 2015, em relação a 2014, houve uma queda nesse tipo de crimes de 32%; já em 2016, em relação a 2014, essa redução foi de apenas 26,4%. Como se percebe, no ano de 2016, essa redução foi menor, uma vez que houve um pequeno crescimento nas taxas de homicídio nesse espaço, o que representou um aumento de 7,54% em relação a 2015.

Gráfico 17 - Distribuição dos homicídios por bairros região do 9º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal – NUCEAC/ SSP-PI.

O Gráfico 17 mostra a distribuição desigual dos crimes pelos bairros, o que, de certa forma, é um fenômeno semelhante, constatado, em todas as regiões. No âmbito dessa região, bairros como São Joaquim, Mocambinho, Nova Brasília e Água Mineral se destacam por apresentar altos índices de homicídio, concentrando 55,7% de todos os crimes ocorridos nesse intervalo de tempo.

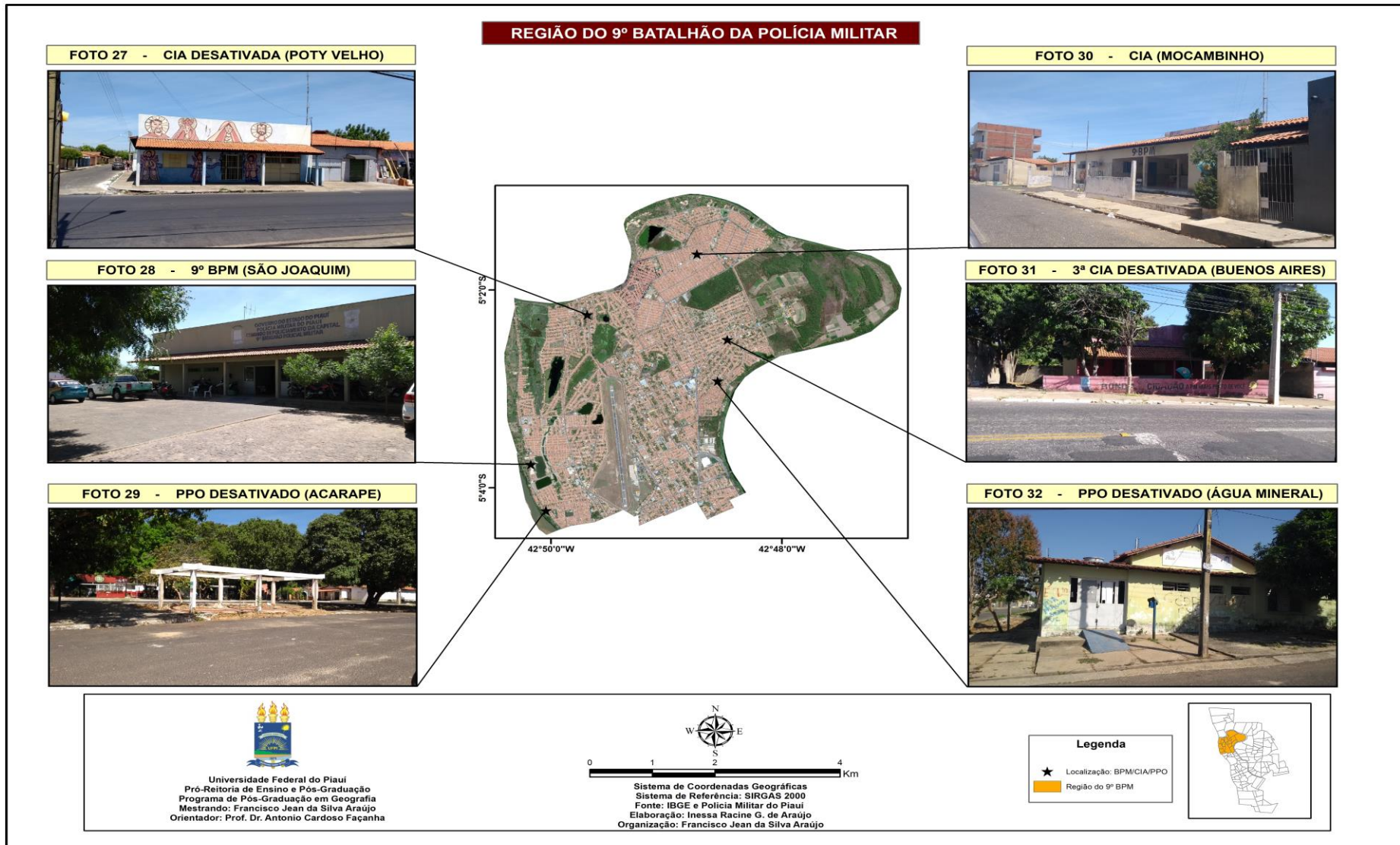
Esses dados mostram que quase 56% de todos os homicídios, ocorridos nesse recorte espacial, aconteceram em uma área de aproximadamente 6,14 Km², formada por quatro bairros, o que remete à importância de se investigar detalhadamente tal fenômeno nessa fração do espaço, uma vez que, conhecendo profundamente o problema em toda sua dimensão, se torna mais fácil o planejamento e a implementação das políticas de segurança pública.

Nesse debate, sobre as ações e estratégias das organizações policiais, Beato Filho (2000) ressalta que é preciso conhecer, em toda sua lógica, a dinâmica dos crimes no espaço urbano, o que não seria uma tarefa inexecutável. Segundo o autor, os crimes “[...] não ocorrem aleatoriamente ou de forma difusa pela cidade. Assim, a concentração de delitos nas regiões centrais da cidade ocorre em horários e locais distintos dos residenciais” (BEATO FILHO, 2000, p. 51).

É importante salientar que bairros como Olaria, Embrapa, Bom Jesus e Acarape se apresentam como espaços menos violentos dessa região, apresentando as menores taxas de

homicídios. Esse espaço formado por quatro bairros, com uma extensão territorial de 5,88Km², se destaca por apresentar uma taxa de 0,08 homicídios por ano. Diante de duas realidades opostas, o desafio maior, dentro desse debate, é apontar, sobretudo, os fatores objetivos e subjetivos que tornam um bairro mais ou menos violento.

Figura 21 - Região do 9º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.6 A região da 2ª Companhia Independente do Promorar

Esse recorte espacial foi criado no ano de 2003, quando a 2ª Companhia do Promorar foi transformada em uma CIPM independente, deixando de ser subordinada ao 6º BPM. Após a sua emancipação a condição de Companhia Independente, a 2ª CIA, de certa forma, ganha *status* de Batalhão, na medida em que, na execução de suas atividades operacionais e administrativas, essa unidade dialoga diretamente com o Comandante de Policiamento da Polícia Militar, e não com o 6º Batalhão da área.

Nesse contexto, tomando como referência a disposição operacional, o Art. 40, parágrafo 1º da Lei nº 6.792 de 19 de abril de 2016, destaca três tipos de Companhia. Segundo esse conjunto de normas, as Companhias da Polícia Militar se classificam em: Incorporadas, Destacadas e Independentes.

Art. 40 - Unidades e Subunidades Operacionais da Polícia Militar são denominações genéricas dadas a corpo de tropas ou fração de tropa, essencialmente vinculadas a atividades fins [...].

§1º As Companhias, de acordo com o emprego operacional, poderão ser:

I - Incorporadas, quando subordinadas ao Batalhão ao qual forem vinculadas.

II - Destacadas, quando subordinadas ao Batalhão, forem descentralizadas da sede.

III - Independentes, quando a subordinação for direta ao Comando de Policiamento.

É importante ressaltar que essa Companhia foi criada em 1983, mas somente em 1994, quando então foi construído o 6º BPM, essa unidade operacional passou a ser a 2ª CIPM desse batalhão. Conforme Lima (2009):

[...] através do Decreto Lei nº 11.018, de 10 de abril de 2003, no Item III do Art. 1º - transforma em Companhias Independentes de Polícia Militar: [...] a CIPM do Promorar, a Companhia Cosme e Damião – CODAM, a Companhia do Satélite e a da Santa Maria da Codipi [...]. A CIPM do Promorar nasceu como 5ª Companhia do 1º BPM, em 25 de junho de 1983. Em 08/03/1994, com a descentralização do policiamento operacional, que levou a criação do 6º BPM, a 5ª Companhia do 1º BPM passou a ser a 2ª Companhia do 6º BPM (LIMA, 2009, p. 174).

A área geográfica de atuação da 2ª CIPM, desde sua criação em 2003 até o ano de 2015, não sofreu grandes mudanças, no entanto, a Lei nº 6.792 de 19 de abril de 2016, alterou o recorte espacial dessa Companhia, com a criação do 17º Batalhão na região Sul da cidade. Com a criação da área do 17º BPM, bairros como Vila Irmã Dulce, Porto Alegre e Torquato

Neto deixarão de pertencer à região da 2ª CIPM, a partir do momento em que esse batalhão entrar em atividade.

Até outubro de 2017, quando foram realizadas as pesquisas de campo, o 17º BPM ainda se encontrava em fase de construção de sua estrutura física no Bairro Porto Alegre (Foto 33), e o policiamento, no seu recorte espacial, continuava sendo realizado pela 2ª CIPM Independente do Promorar. Em razão de tal circunstância, optamos por considerar a região do 17º BPM como sendo ainda espaço geográfico pertencente à área da 2ª Companhia Independente do Promorar.

Foto 33 - Imóvel onde funcionará a sede do 17º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

Nesse sentido, os dados e informações contidos no próprio site oficial da Polícia Militar revelam que a área do 17º Batalhão ainda se encontra sob a competência da CIPM do Promorar.

Atualmente, [...], encontra-se sobre responsabilidade desta Companhia a área correspondente a Companhia Independente da Vila Irmã Dulce que foi criada também pelo decreto nº 11.018/2003, de 10 de abril de 2003, a qual abrange além da citada vila, os Bairros: Esplanada, Porto Alegre e os loteamentos adjacentes, Portal da Alegria e os Conjuntos recém-criados – Eduardo Costa, Teresina Sul e Torquato Neto I ao IV.¹⁷

Nesse cenário, atualmente, o recorte espacial da 2ª Companhia Independente do Promorar dispõe de um efetivo de noventa e seis militares para policiar treze bairros,

¹⁷ Polícia Militar do Piauí. Companhia Independente de Policiamento do Promorar. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/cipm_promorar.php>. Acesso em: 14 nov. 2017.

distribuídos em uma extensão territorial de 41,89 Km², e com uma população absoluta superior a 104. 635 habitantes (Tabela 8). Essas características fazem essa área se destacar por sua concentração populacional, colocando-a nesse processo de regionalização, como a 4ª região mais populosa. Em relação à extensão territorial, esse recorte espacial se sobressai como o segundo maior, superado somente pela área do 5º BPM, no entanto, vale frisar mais uma vez que essa região reduzirá sua extensão quando o 17º BPM entrar em atividade.

Tabela 8 - Distribuição dos bairros na região da 2ª Companhia do Promorar

Bairros	Área (Km ²)*	Efetivo	População (hab.)
Angélica	1,13	-	**
Angelim	14,10	-	27.743
Areias	0,95	-	3.024
Brasilar	2,13	-	2.742
Esplanada	1,50	-	18.393
Parque Jacinta	0,93	-	1.122
Parque Juliana	2,50	-	89
Pedra Miúda	7,38	-	**
Portal da Alegria	1,77	-	**
Promorar	1,10	-	18.988
Santa Cruz	1,10	-	10.181
Santo Antônio	3,11	-	21.879
São Lourenço	4,19	-	474
Total	13	41,89	96
			102.635

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016). ** Dados não disponíveis no IBGE (2010).

Em relação ao emprego do policiamento ostensivo dentro dessa área, de forma geral, segue as mesmas diretrizes do praticado nas outras regiões, enfrentando os mesmos desafios; ou seja, a 2ª CIPM dispõe de um número de policiais, longe do ideal, para garantir a segurança de mais de 102 mil habitantes. Quando se faz uma relação do efetivo com a população absoluta, essa área tem a proporção de um policial militar para cada 1.089 habitantes, o que caracteriza essa região como sendo aquela que apresenta a pior proporção de policiais por habitante, ou seja, apresenta o menor efetivo policial em relação à população absoluta da área.

Embora a carência de policiais nos Batalhões e Companhias tenha aflorado como o principal problema enfrentado em cada recorte espacial, é importante salientar que o aumento da quantidade de policiais nessas unidades pode não implicar necessariamente na redução

imediate da criminalidade, uma vez que o controle da criminalidade é complexo, e não é um problema que será solucionado somente com atividade policial.

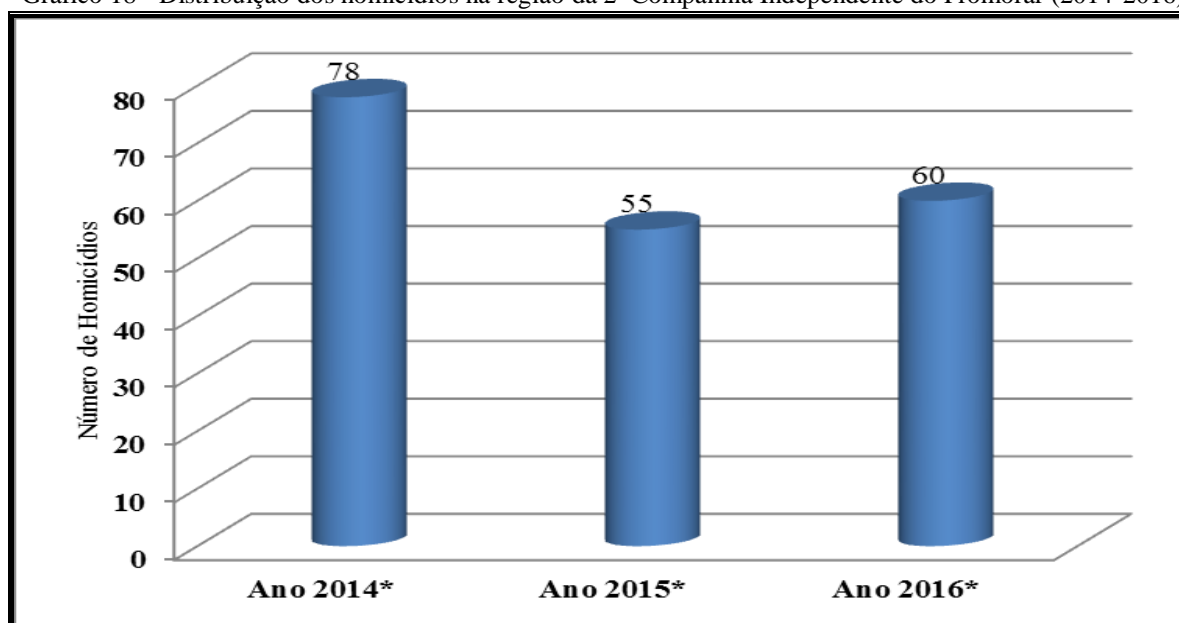
Nesse sentido, Beato Filho (2008, p. 692) destaca que o controle da criminalidade não esteja somente “[...] no âmbito exclusivo das polícias, [...] mas a adoção de estratégias e de técnicas proativas e preventivas de policiamento pode exercer um impacto significativo na redução da criminalidade urbana”. Ainda de acordo com o autor, o papel da polícia como um ator estratégico do Estado no combate à criminalidade urbana não pode ser ignorado.

Assim como em outras regiões, a modalidade de policiamento predominante nessa área é exclusivamente motorizada, realizados por VTRs e Motocicletas. O policiamento a pé é esporadicamente realizado em algumas operações, como, por exemplo, em blitz de trânsito. Nessa dinâmica do policiamento motorizado, atuam diariamente sete VTRs, ocupadas com dois ou três policiais que realizam o policiamento ostensivo nessa região, o que representa, em média, um efetivo de aproximadamente dezoito policiais de serviço por turno.

No tocante à estrutura da corporação no âmbito desse recorte espacial, verificou-se que além da 2ª Companhia sediada no Bairro Promorar (Foto 34), essa área conta ainda como um Posto de Policiamento Ostensivo no Bairro Esplanada (Foto 35). Esse PPO funciona com apenas um policial de plantão por turno de serviço, o que, de certa forma, pode ser um reflexo do pequeno contingente policial disponível na 2ª CIPM, unidade responsável pelo policiamento nessa área geográfica.

Observando o comportamento quantitativo dos crimes de homicídio nessa região (Gráfico 18), observou-se, durante esse triênio, a maior taxa registrada no ano de 2014, acompanhada de uma leve redução em 2015, e, no ano seguinte, houve um pequeno crescimento, dinâmica semelhante ao que ocorreu nas regiões do 5º, 6º e 9º Batalhões.

Gráfico 18 - Distribuição dos homicídios na região da 2ª Companhia Independente do Promorar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

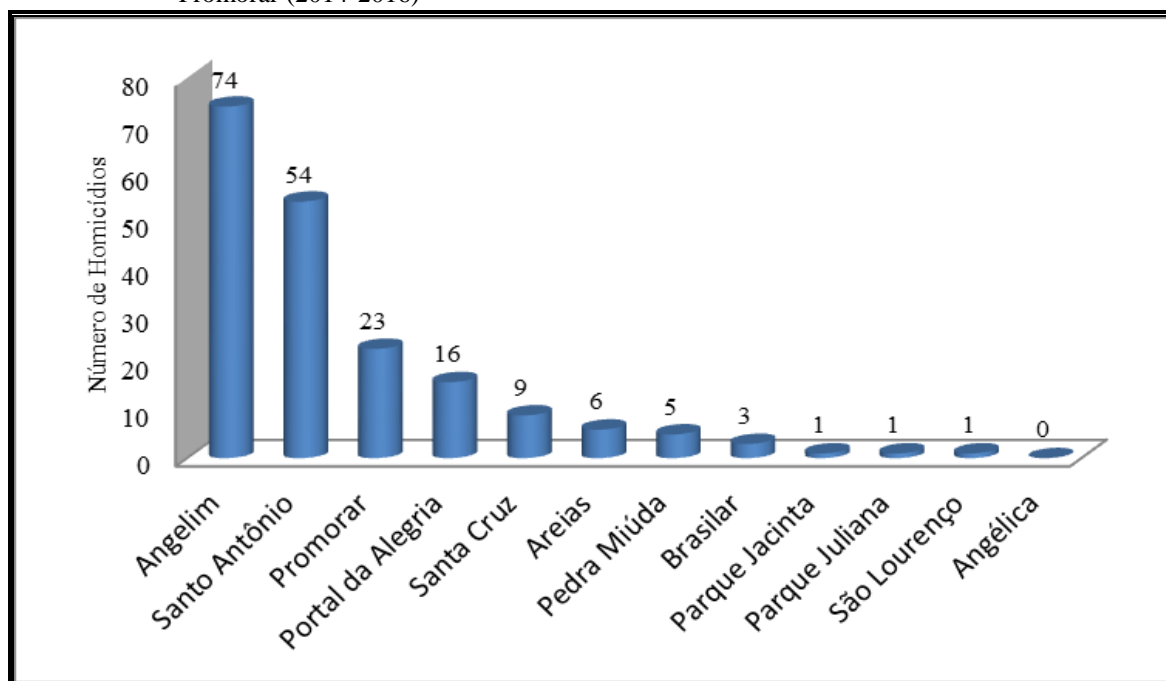
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/SSP-PI.

Nesse intervalo de três anos, foram cometidos 193 homicídios nessa região, o que corresponde a um índice de 64,3 mortes por ano. Esses dados colocam o recorte espacial da 2ª Companhia Independente do Promorar como a segunda região onde se concentraram as maiores taxas de homicídio no espaço urbano de Teresina, ficando atrás do 5º Batalhão, quando, nesse mesmo período, morreram, em média, setenta e nove pessoas por ano.

Esses dados quantitativos revelam que no ano de 2015 houve uma queda nesse tipo de delito de 29,5%, em relação a 2014. Quando se tomou como referência o ano de 2016, em comparação com 2014, a redução foi menor, apenas 23,1%. Como se constatou, em 2016, esse índice foi menor, uma vez que, no referido ano, ocorreu um leve crescimento nas taxas de homicídio nessa fração do espaço, o que representou um aumento de 8,4% em relação a 2015.

O Gráfico 19 mostra o comportamento heterogêneo dos crimes de homicídio pelos bairros dessa região, o que aponta para uma realidade encontrada nos demais recorte espaciais dessa regionalização. Nesse sentido, enquanto em alguns bairros não ocorreram nenhuma morte por esse tipo de crime nesse triênio, outros apresentam taxas elevadas.

Gráfico 19 - Distribuição dos homicídios por bairros da região da 2ª Companhia Independente do Promorar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

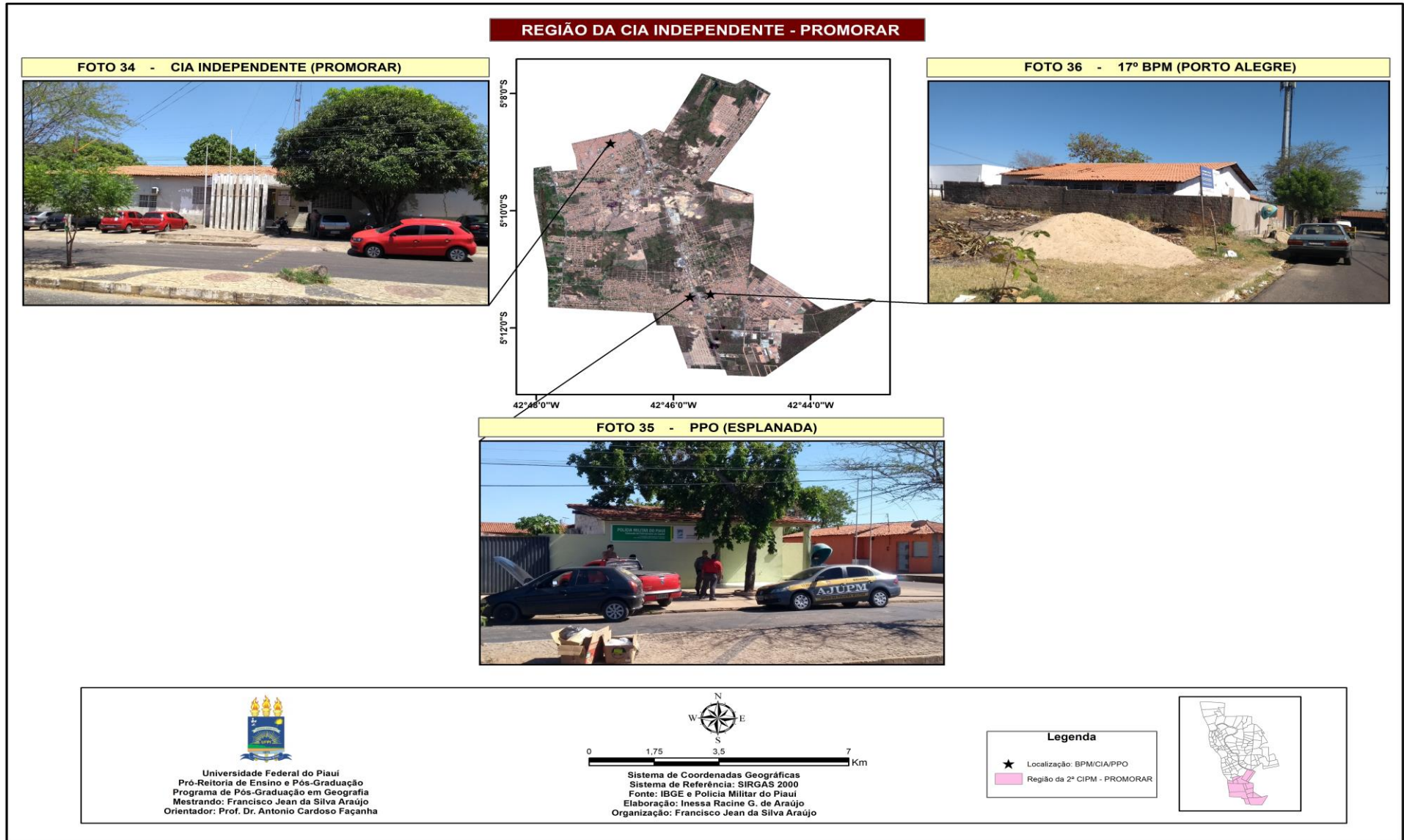
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/SSP-PI.

Nesse período, bairros como Angelim, Santo Antonio e Promorar se revelaram como os espaços mais violentos desse recorte espacial, por apresentarem as maiores taxas de homicídio. Nesse triênio, dos 193 homicídios ocorridos nessa região, 78,2% aconteceram nessa fração do espaço formada por três bairros. Nesse contexto, o que chama mais a atenção é o Bairro Angelim, que, sozinho, concentra quase 40% de todos os homicídios que aconteceram no interior dessa área.

Observa-se ainda, a partir da leitura do Gráfico 19, que 40,4% desses 193 homicídios se concentraram em uma fração do espaço de 4,21 Km², formadas por dois bairros: Promorar e Santo Antonio. Isso significa dizer que aproximadamente 41% dos homicídios aconteceram numa porção do espaço que representa apenas 10% da extensão territorial dessa região, o que aponta que os crimes, embora se manifestem por toda área, encontram-se mais concentrados em certos espaços.

Mais uma vez é importante frisar que, embora não seja objeto de discussão neste trabalho, os elementos que influenciam, direta ou indiretamente, na dinâmica dos homicídios nesses bairros precisam ser identificados, pensados e discutidos, principalmente, pelos Órgãos de Segurança Pública do Estado. Portanto, é a partir desse delineamento que se norteará o planejamento, medidas e políticas de segurança pública para esses espaços que se mostram mais violentos.

Figura 22 - Região da 2ª Companhia Independente do Promorar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

4.7 A região do 13º Batalhão da Polícia Militar

No início da década de 1990, quando a Polícia Militar descentralizou sua estrutura operacional na cidade, a região da Santa Maria da CODIPI, também, recebeu um Posto de Policiamento Ostensivo, subordinado ao 1º Batalhão da Polícia Militar. Em 1998, com a criação do 9º Batalhão, esse Posto de Policiamento Ostensivo deixou de ser subordinado ao 1º BPM, e passou a fazer parte da estrutura do 9º BPM. Esse PPO, após ser incorporado à estrutura operacional do 9º BPM, transformou-se em uma Companhia desse batalhão: a 3ª CIPM.

Em 2003, a 3ª Companhia da Santa Maria da CODIPI¹⁸ ganha certa autonomia operacional, na medida em que é emancipada à condição de Companhia Independente; como bem destaca Lima (2009, p. 174), “[...] através do decreto nº 11.018, de 10 de abril de 2003, foi convertida em Companhia Independente [...], a CIPM da Santa Maria da CODIPI”.

No ano de 2009, a expansão urbana e o dinamismo comercial naquela área, contribuíram significativamente para a elevação da 3ª Companhia da CODIPI à condição de Batalhão. Surge então, nesse período, mais um recorte espacial na cidade: a região geográfica do 13º Batalhão da Polícia Militar, criada pela Lei Complementar Estadual nº 137 de 23 de outubro de 2009.

[...] na década de 2000, por causa da expansão populacional nesta área da cidade de Teresina, houve um grande desenvolvimento econômico e atividades comerciais diversas. Devido a este fato, o PPO da Santa Maria da Codipi foi elevado a 3ª CIPM da Santa Maria da CODIPI aumentando seu contingente de policiais militares em virtude do aumento da população e grande desenvolvimento comercial. Já no ano de 2009, o 13º BPM foi criado pela Lei Complementar Nº 137 de 23/10/2009, saindo da condição de CIPM para Batalhão.¹⁹

No ano de 2012, o 13º BPM transfere sua sede do Bairro Santa Maria da CODIPI para o Conjunto Jacinta Andrade. Conforme Seplan (2016), o Bairro Jacinta Andrade foi criado por meio da Lei nº 4.423, de 16 de julho de 2013, a sua criação foi determinada pela implantação do Conjunto Jacinta Andrade, construído pela Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí (ADH) e financiado pelo Governo Federal. Esse conjunto contempla 4.300 unidades habitacionais. Além do Bairro Jacinta Andrade, a mesma lei criou naquela região os bairros: Chapadinha, Santa Maria, Monte Verde, Parque Brasil e Alegre,

¹⁸ Façanha (2003) destaca que o Bairro Santa Maria da CODIPI foi criado em 1997, através da Lei Municipal nº 2.577 de 20 de outubro de 1997.

¹⁹ Polícia Militar do Piauí. 13º BPM - Santa Maria da CODIPI. Disponível em: <<http://www.pm.pi.gov.br/13bpm.php>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

proporcionando grande dinamismo naquela área, simbolicamente denominada de grande Santa Maria.

Nesse contexto, atualmente o recorte espacial do 13º BPM apresenta uma população de mais de 20 mil habitantes, distribuída por sete bairros, que, juntos, formam uma área territorial de 32,91Km² (Tabela 9). No entanto, é importante destacar que essa região engloba outros espaços ofuscados como vilas e loteamentos que não aparecem nessa regionalização.

Dentro do perfil geográfico dessa região, o que chama a atenção é a sua extensão territorial de aproximadamente 33 Km², o que torna essa área o quarto maior recorte espacial, ficando atrás somente das regiões do 5º BPM, 8º BPM e 2ª Companhia Independente do Promorar.

Tabela 9 - Distribuição dos bairros na região do 13º Batalhão

Bairros	Área (Km ²)*	Efetivo	População (hab.)
Alegre	4,22		3.224
Chapadinha	10,60		**
Jacinta Andrade	1,72		**
Monte Verde	1,66		188
Parque Brasil	5,37		8.516
Santa Maria	6,16		2.196
Santa Rosa	3,18		4.878
Total	32,91	84	19.002

Fonte: Pesquisa Direta QCG/PMPI (jan. 2017).

*Dados consultados em Teresina/SEPLAM (2016). ** Dados não disponíveis no IBGE (2010).

É importante ressaltar que, embora os dados apontem para uma população de aproximadamente 20 mil habitantes naquela área, esse número é muito maior, uma vez que o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, não contemplou alguns bairros. Nesse contexto, a projeção do 13º Batalhão da Polícia Militar é que a população absoluta desse recorte espacial ultrapassa os 50 mil habitantes. No entanto, a proposta deste trabalho é realizar um debate, tomando como referência, dados oficiais. Nesse sentido, essa região apresenta um policial para cada 231,7 pessoas, mostrando-se, dessa forma, a mais equacionada em relação a essa variável.

A dinâmica do policiamento ostensivo nessa área não foge a realidade encontrada nos demais batalhões. Um dos principais problemas enfrentados pelo batalhão é dispor de um contingente policial reduzido para policiar uma área relativamente grande. Embora o batalhão disponha de um efetivo total de oitenta e dois policiais, 20% desses policiais não estão disponíveis para trabalhar, pelos mesmos motivos já citados em seções anteriores, o que, de

certa forma, contribui para fragilizar o planejamento do batalhão e, conseqüentemente, o policiamento ostensivo nessa área.

A modalidade de policiamento predominante nessa área é o motorizado, realizado por VTRs e Motocicletas. Dentro dessa dinâmica, essa região conta diariamente com quatro VTRs para realizar o policiamento e gerenciar os conflitos sociais. Essas viaturas são ocupadas com dois ou três policiais, o que representa em média, um efetivo de dez policiais de serviços no perímetro urbano daquela área.

O 13º Batalhão (Foto 37) encontra-se dividido em duas Companhias, organizadas da seguinte forma: a 1ª CIPM funciona na sede do Batalhão e a 2ª CIPM é uma unidade destacada, inaugurada no ano de 2015, no povoado Boa Hora, zona rural do município de Teresina. Essa companhia funciona com uma estrutura mínima de dois policiais por plantão de serviço.

Foto 37 - Sede do 13º Batalhão da Polícia Militar



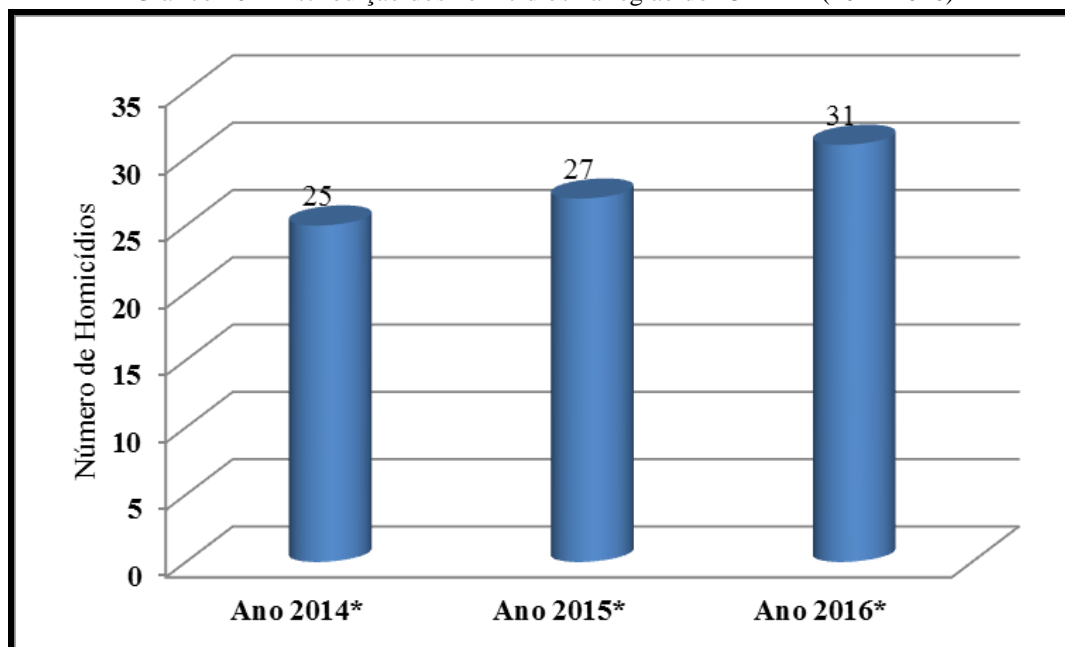
Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

É importante destacar que dentro da estrutura operacional do 13º BPM (Figura 23) havia uma companhia destacada, a 3ª CIPM da Força Tática, localizada na Santa Maria da Codipi (Foto 38), no antigo prédio onde funcionava o 13º BPM, antes de sua transferência para o conjunto Jacinta Andrade. Embora o motivo não tenha sido revelado, essa CIPM foi desativada, e a Força Tática migrou desse imóvel para a sede do batalhão. Esse fato não

caracterizou um fato isolado, pelo contrário, refletiu uma realidade encontrada nos demais recortes espaciais da Polícia Militar, a partir dos anos 2000, que foi a desativação dos Postos de Policiamento Ostensivo (PPOs) e das CIPMs destacadas.

Os números sobre homicídios nessa região evidenciam um crescimento contínuo durante esses três anos, apresentando o menor índice em 2014 e o maior em 2016. Quando se observa o comportamento desses crimes nos outros recortes espaciais, constata-se que, nessa região, as taxas de homicídio seguiram um novo perfil. Enquanto nas áreas do 5º BPM, 6º BPM, 9º BPM e CIPM Independente do Promorar as taxas se mostraram elevadas no ano de 2014, sofreram uma redução em 2015 e voltaram a aumentar em 2016. Nas regiões do 1º e 8º BPMs, ocorreu uma redução progressiva nesse período, sendo o maior índice registrado em 2014, e a menor taxa em 2016. Portanto, esse crescimento dos crimes faz a região do 13º BPM apresentar uma realidade peculiar, na medida em que, nas outras regiões, as taxas de homicídio reduziram em algum momento, enquanto nessa área o crescimento se manteve consecutivo (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Distribuição dos homicídios na região do 13º BPM (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

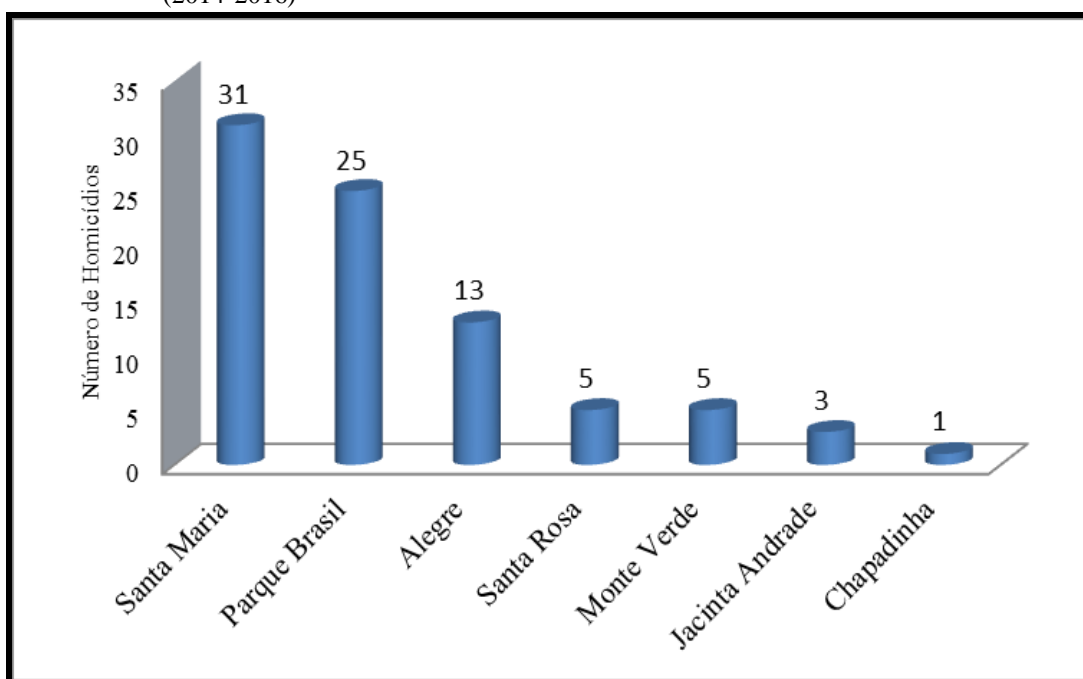
*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/ SSP-PI.

Nesse triênio, foram cometidos oitenta e três homicídios nessa área, o que corresponde a uma taxa de 27,6 assassinatos por ano. Embora os números revelem um crescimento dos homicídios nessa região, essa área aparece ainda como uma das menos violentas, mostrando números próximos da região do 1º Batalhão que apresentou uma média de vinte e quatro

homicídios por ano nesse período. Os dados mostram ainda que em 2015 houve um crescimento nesse tipo de crime de 7,5%, em relação a 2014. Em 2016, esse crescimento foi quase três vezes maior, chegando a uma taxa de 19,4%. Contudo, quando se comparam os dados de 2016 com os de 2015, observa-se um crescimento de 13% nas mortes por homicídio.

O Gráfico 21 mostra a distribuição geográfica dos homicídios nesse recorte espacial, o que aponta novamente para a mesma realidade, encontrada nas demais regiões, caracterizada, principalmente, pela disseminação desigual dos crimes pelos bairros.

Gráfico 21 - Distribuição dos homicídios por bairros da região do 13º Batalhão da Polícia Militar (2014-2016)



Fonte: Pesquisa Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/SSP-PI.

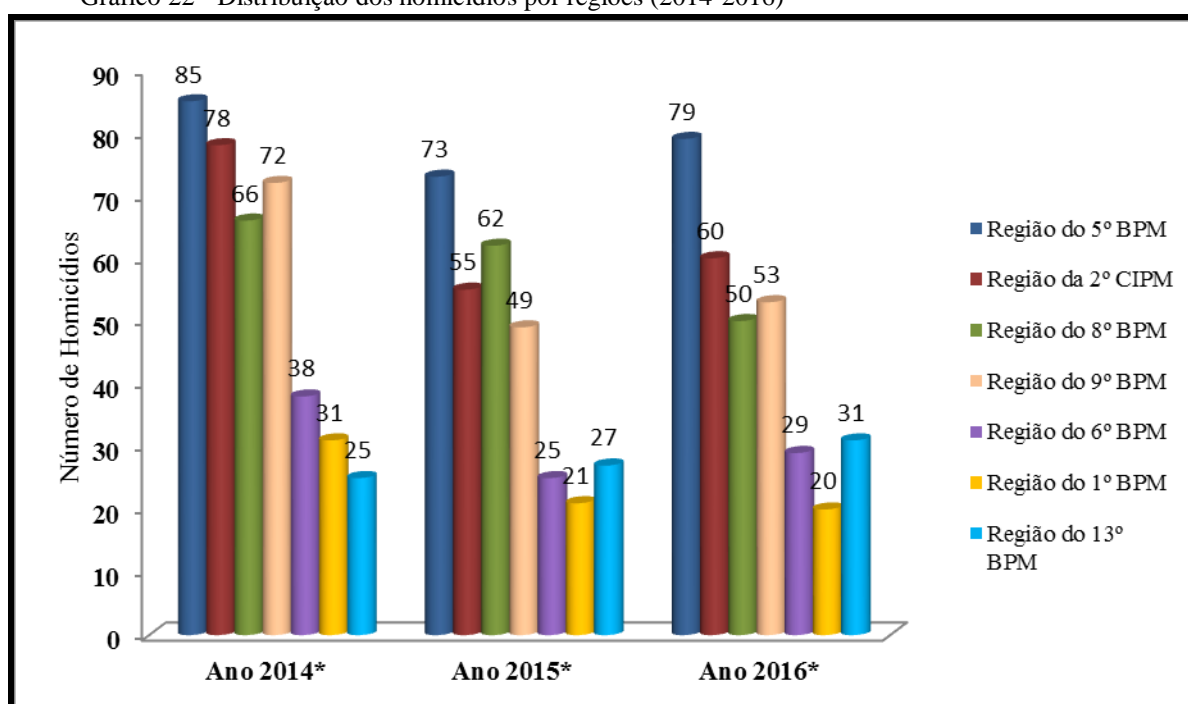
Nesse delineamento, os bairros Santa Maria, Parque Brasil e Alegre se destacaram por apresentar os maiores índices. Nesse período, dos oitenta e três crimes contra a vida, materializados nessa região, 83,1% aconteceram em uma fração do espaço de aproximadamente 15,75 Km², composta por esses três bairros. Somente a Santa Maria, que apresenta uma extensão territorial de 6,16 Km², concentrou nesse período 37,3% dos crimes de homicídio, o que denota que os crimes se encontram mais segregados em alguns espaços.

Embora não se possa precisar a população exata do Bairro Chapadinha, esse bairro chama a atenção por apresentar uma extensão geográfica de 10,60 Km², representando 32,2% de toda essa área. No entanto, esse espaço aparece como o bairro menos violento desse recorte espacial, registrando, em média, menos de um homicídio por ano. Portanto, essa área de quase

11 Km² figura dentro dessa região como a fração do espaço menos violenta, algo que precisa ser investigado para que se possa entender o dinamismo dos crimes, e, conseqüentemente, os fatores que contribuem para tornar-se um espaço mais ou menos violento.

É importante salientar que essa segregação dos crimes em algumas áreas da cidade, não é algo peculiar segregada somente a espaço urbano de Teresina, é um fenômeno encontrado em outras capitais brasileiras, onde alguns espaços se apresentam como mais violentos, e outros se mostram mais tranquilos, apresentando menores taxas de homicídio. Nesse contexto, Beato Filho (2000) afirma que o crime segue uma lógica, se relaciona com múltiplos fatores, o que contribui para a distribuição desigual sobre o espaço urbano.

Gráfico 22 - Distribuição dos homicídios por regiões (2014-2016)



Fonte: Pesquisa de Campo (out. 2017).

*Dados do Núcleo Central de Estatística e Análise Criminal - NUCEAC/SSP-PI.

Com base na leitura do Gráfico 22, que faz referência à dinâmica dos homicídios em Teresina, percebe-se que a região do 5º BPM se apresenta como o recorte espacial mais impactado por esse fenômeno. Em todos os anos, essa área apresentou as maiores taxas, concentrando 23,1% de todos os homicídios que ocorrem na cidade nesses três anos.

A 2ª Companhia Independente do Promorar se apresentou como o segundo recorte espacial mais violento, segregando 18,8% das mortes violentas nesse intervalo. Embora no ano de 2015 essa área tenha se apresentado como a terceira mais violenta, exibindo números inferiores aos que apresentaram as regiões do 5º e 8º BPMs, em 2016, voltou a ocupar o

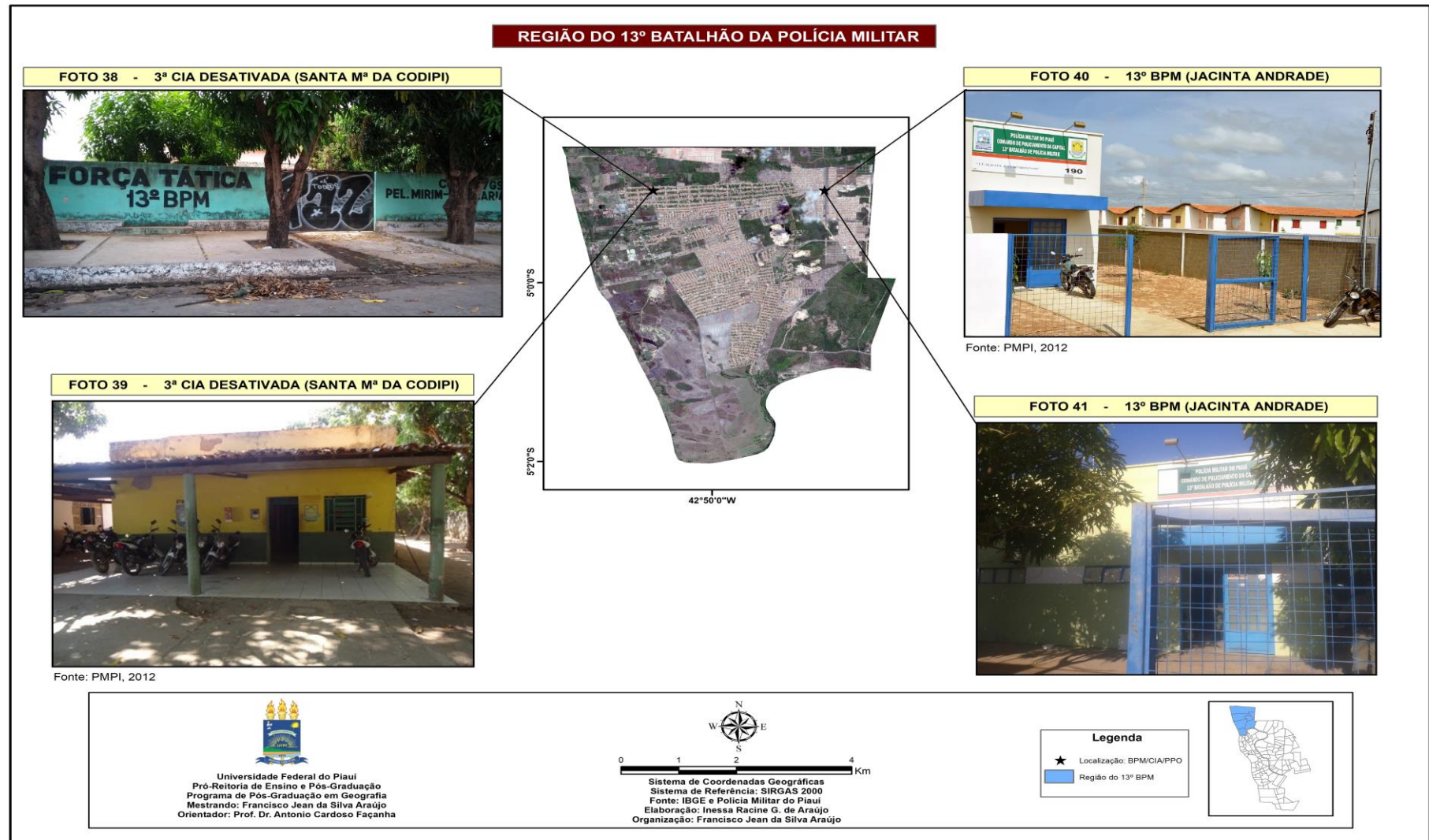
segundo lugar novamente ficando atrás somente da área do 5º BPM. Nessa escala temporal em análise, a região do 8º Batalhão se caracterizou como a terceira área mais violenta. Nesse contexto, dos 1.029 homicídios que ocorreram no espaço urbano de Teresina nesse triênio, 17,3% aconteceram no interior desse recorte espacial.

Embora o comportamento dos homicídios tenha oscilado na região do 9º Batalhão durante o período em análise, essa área se revelou como a quarta, quando mais se praticou esse tipo de crime, ao todo foram cometidos 174 assassinatos, o que representa 17%, de todas as mortes violentas praticadas na zona urbana da capital piauiense. Nessa mesma avaliação, as áreas do 6º e 13º BPMs ocuparam a quinta e a sexta colocação respectivamente. Enquanto o recorte espacial do 6º BPM aglutinou 8,9% das mortes violentas, a área do 13º BPM concentrou 8,1% dos homicídios no período em discussão. Por fim, a área do 1º Batalhão se revelou como o espaço em que menos se cometeram homicídios. Nesse espaço, das mais de mil mortes por assassinato que ocorreram em Teresina, apenas 6,8% aconteceram na área desse batalhão.

É importante salientar, nesse debate, que a expressão “espaço violento”, utilizada em muitos momentos nessa seção, é colocada de forma simbólica para caracterizar os bairros ou as regiões em que as taxas de homicídio foram mais elevadas; no entanto, entende-se não ser possível qualificar um bairro ou uma fração de espaço como violenta, considerando apenas uma variável, ou seja, apenas uma modalidade de crime.

Por fim, entende-se que, para denominar um espaço como violento, é preciso analisar um conjunto de crimes e delitos que se manifestam em um determinado espaço; mais do que isso, é preciso investigar, identificar e refletir sobre uma complexidade de fatores objetivos e subjetivos que se relacionam com a dinâmica criminal, e que perpassam os crimes de homicídio.

Figura 23 - Região do 13º Batalhão da Polícia Militar



Fonte: Polícia Militar do Piauí (jul. 2017).

5 CONCLUSÃO

A cidade enquanto produto histórico é também um ambiente dinâmico, permeado de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas. O crescimento das cidades, ocasionado, principalmente, pelo aumento populacional, nem sempre vem acompanhado de um planejamento adequado nem de políticas sociais eficientes, o que a torna, além disso, cenário de conflitos e contradições, locus concentrador de vários problemas sociais urbanos. Nesse contexto, encontra-se a problemática de violência urbana, agravada pela fragilidade das políticas de segurança pública.

A partir desse campo temático, considerou-se importante refletir sobre a regionalização da Polícia Militar na cidade de Teresina (PI), com o objetivo de entender como esse órgão de segurança pública compreende e planeja a cidade. Por sua vez, outra questão abordada nessa pesquisa foi a dinâmica quantitativa dos crimes de homicídio no âmbito de cada recorte espacial de Teresina, efetivado pela Polícia Militar, uma vez que os crimes de homicídio têm se tornado o termômetro para se discutir o fenômeno da violência urbana nas cidades.

Para que se faça uma análise dos recortes espaciais da cidade, traçada pela Polícia Militar, foi realizado um longo caminho teórico e prático. No campo teórico foi preciso recorrer a autores que discorrem sobre a produção e organização do espaço urbano, bem como sobre os agentes socioespaciais responsáveis pela dinâmica urbana. No campo prático, foi de extrema importância a caracterização de cada recorte espacial da cidade, realizado pela polícia militar, o que possibilitou um debate que contemplou aspectos como extensão territorial, população absoluta, quantidade de bairros, efetivo policial, dinâmica de policiamento ostensivo e espacialização dos homicídios dentro de cada região.

No contexto desse debate, foi preciso resgatar um pouco da história da expansão da estrutura da Polícia Militar na cidade, que teve início no século XX, sobretudo, na década de 1990, quando foram criados quatro batalhões em Teresina. Essa análise possibilitou conhecer e entender o processo de regionalização da polícia no perímetro urbano, pois, desde esse período, procura ajustar-se às novas demandas e dinâmicas urbanas impostas, principalmente pelo crescimento urbano e populacional da cidade.

Faz-se importante ressaltar que não foi tarefa fácil discutir violência urbana e segurança pública dentro de uma perspectiva geográfica. Embora a Geografia apresente grande potencial para explorar esse tema, constatou-se que esse é um campo temático que se

mostra pouco explorado pela ciência geográfica; o que tornou necessário buscar subsídios em outras ciências, como, por exemplo, a Sociológica e a Antropologia.

Outra dificuldade encontrada durante nesse caminho refere-se à busca de dados precisos para subsidiar essa pesquisa. O principal deles consistiu na falta de informações sobre a quantidade de Postos de Policiamento Ostensivos (PPOs) e Companhias (CIPMs) desativados pela Polícia Militar em Teresina, bem como os motivos que levaram a PMPI a desativar essas unidades de policiamento. Nesse sentido, optou-se por visitar cada imóvel onde funcionavam essas corporações, e perguntar, informalmente, aos moradores que residem próximo a esses locais há quanto tempo essas unidades foram desativadas.

Pôde ser observada a fragilidade de informações nos batalhões, contudo, acredita-se que se trata de reflexo pela falta de um planejamento, sobretudo, em relação às políticas de segurança pública na cidade. Dentro dessa realidade, talvez haja dados apresentados que não possam representar fielmente a realidade, mas o amplo e cansativo trabalho de campo, realizado por toda a cidade, buscou aproximar ao máximo a realidade da estrutura operacional dos batalhões, Companhias e PPOs, no âmbito de cada recorte espacial.

Apesar de muitas dificuldades encontradas no decorrer dessa pesquisa, como produto, o objetivo principal foi alcançado, ou seja, analisar a regionalização da Polícia Militar e a espacialização dos crimes de homicídio no espaço urbano da cidade de Teresina (PI). Como resultado, encontrou-se uma regionalização da cidade realizada pela Polícia Militar, com aspectos bem semelhantes à sua regionalização administrativa, feita pela Prefeitura Municipal de Teresina no ano de 1992, embora apresentando mudanças em relação à quantidade de recorte espaciais.

Nesse sentido, enquanto a regionalização da Prefeitura de Teresina de 1992 dividiu a cidade em cinco regiões administrativas: (Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste), a regionalização da Polícia Militar, embora apoiada nessa divisão municipal, apresentou, até o recorte temporal dessa pesquisa, sete áreas de policiamento, cada uma delas correspondente à região de um Batalhão ou Companhia Independente da Polícia Militar. Apesar de a regionalização da Polícia Militar apresentar um maior número de regiões, essas subdivisões ocorreram no interior das regiões administrativas, o que, de certa forma, não trouxe grandes mudanças no arranjo espacial das cinco regiões criadas pela gestão municipal.

Com base nessa análise, em que se procurou evidenciar as semelhanças e diferenças entre essas duas regionalizações, observou-se que os recortes espaciais da Polícia Militar estão organizados da seguinte forma: A região do 1º Batalhão corresponde à região Administrativa Central. A área do 8º Batalhão abrange toda a região Sudeste, e mais três

bairros da região Leste: São João, Recanto das Palmeiras e Noivos. A região 5º BPM, com exceção dos três bairros que pertencem à área do 8º BPM, abrange praticamente toda a região Leste da cidade, e mais o bairro Aroeira que pertence à região Norte de Teresina.

A região Administrativa Norte de Teresina, com exceção do Bairro Aroeira que pertence área do 5º BPM, foi recortada em duas áreas pela Polícia Militar. Esses dois recortes espaciais correspondem à região do 9º BPM e 13º BPM. Algo semelhante ocorreu na região Administrativa Sul, que aglutina dois recortes espaciais da Polícia Militar: a região do 6º Batalhão e a região da Companhia Independente do Promorar.

Ao individualizar cada recorte espacial da segurança e analisar elementos como população, extensão territorial, quantidade de bairros, dinâmica de policiamento, quantidade de policiais e taxa de homicídios nos últimos três anos, foi possível constatar certas disparidades nesses aspectos, quando comparados esses recortes espaciais, o que pode ser reflexo da falta de planejamento por parte dos órgãos de segurança pública.

Ao observar a extensão territorial das regiões, temos, por exemplo, a região do 5º Batalhão com uma extensão de aproximadamente 62 Km², três vezes maior que a região do 1º e 6º Batalhões que apresentam uma área de 18,38 e 17,48 Km², respectivamente. Em relação à quantidade de bairros e a população residente no interior de cada área, verificam-se as mesmas discrepâncias, na medida em que temos novamente a região do 5º Batalhão composta por vinte e sete bairros e uma população absoluta de aproximadamente 160 mil habitantes, e a região do 6º Batalhão, formada por treze bairros, apresentando um contingente populacional de 82.910 mil habitantes.

Nessa análise, constatou-se também que os crimes de homicídio se manifestam de forma desigual no interior de cada recorte espacial. Nesse sentido, por ter a maior extensão, e provavelmente a maior população e o maior número de bairros, a região do 5º Batalhão da Polícia Militar se apresentou como a mais impactada por esse fenômeno. Nos últimos três anos (2014, 2015 e 2016): essa região concentrou 23,1% de todos os homicídios que ocorrem na cidade.

A Companhia Independente do Promorar se apresentou como o segundo recorte espacial mais violento, concentrando 18,8% das mortes violentas nesse intervalo. A região do 8º Batalhão vem logo em seguida, dos 1.029 homicídios que ocorreram no espaço urbano de Teresina nesse triênio, 17,3% aconteceram no interior desse recorte espacial. Esse número é bem semelhante ao da região do 9º Batalhão, que concentrou 17% dos crimes de homicídio, no mesmo período.

Ainda dentro dessa análise, as áreas do 6º e 13º BPMs ocuparam a quinta e a sexta colocação respectivamente. Enquanto o recorte espacial do 6º BPM respondeu por 8,9% das mortes violentas, a área do 13ºBPM concentrou 8,1% dos homicídios no período em análise. Por fim, a área do 1º Batalhão se revelou como o espaço menos violento; das mais de mil mortes por assassinatos nesse período, apenas 6,8% aconteceram no interior dessa região.

A expressão “espaço violento”, utilizada em muitos momentos, sobretudo, na 3ª seção desse trabalho, foi colocada de forma simbólica para fazer referência aos bairros ou regiões onde as taxas de homicídios foram mais elevadas; no entanto, entende-se que não é possível qualificar um bairro ou uma fração de espaço como violenta, considerando apenas uma variável da violência urbana, ou seja, apenas uma modalidade de crime.

Portanto, entende-se que para denominar um espaço como violento é preciso analisar um conjunto de crimes e delitos que se manifestam naquele local, mas do que isso, é preciso investigar, identificar e refletir sobre uma complexidade de fatores objetivos e subjetivos que se relacionam com a dinâmica criminal, e que perpassa crimes de homicídio.

Nesse contexto, objetivando caracterizar a estrutura operacional dos batalhões, no interior de cada recorte espacial, procurou-se conhecer a quantidade de policiais que cada batalhão possui para fazer o policiamento ostensivo em suas respectivas regiões ou área de atuação. Como resultado, verificou-se que na distribuição do efetivo por região, a Polícia Militar ignora alguns elementos como, por exemplo, extensão territorial, população absoluta, número de bairros e índice de homicídios, o que faz algumas regiões, embora apresentando maiores demandas, possuírem, praticamente, o mesmo número de policiais.

Assim, temos nesse processo de regionalização da Polícia Militar, por exemplo, a região do 5º Batalhão que dispõe de um efetivo de 185 policiais, para realizar o policiamento ostensivo em uma área de 61,59 Km², composta de vinte e sete bairros, com uma população absoluta de 158.935 habitantes e concentrando aproximadamente 23,1% dos homicídios que ocorrem em Teresina. Ainda nesse processo, encontra-se a região do 6º Batalhão que conta com um efetivo semelhante ao do 5º Batalhão, 151 policiais para policiar uma área de 17,48 Km², formada por treze bairros, com uma população de 82.910 habitantes e respondendo, aproximadamente, por 8,9% dos homicídios que ocorrem na cidade.

Observando a região do 1º Batalhão, nota-se que embora essa área represente um dos menores recortes espaciais, com uma extensão de 18,38 Km², possua um contingente populacional de 99.665 habitantes e se destaque como espaço menos violento da cidade, concentra o maior efetivo em relação às outras regiões: 192 policiais. Essa disparidade em relação à distribuição dos policiais por regiões precisa ser refletida e melhor equacionada,

uma vez que alguns critérios, apontados anteriormente, não são levados em consideração na hora de dividir o efetivo.

Por meio desse debate, alguns aspectos chamaram a atenção durante esta pesquisa:

- Verificou-se que a regionalização da Polícia Militar na cidade, embora apresente um maior número de recorte espacial, encontra-se alinhada à regionalização da Prefeitura de Teresina, realizada em 1992.
- Em relação à regionalização da Polícia Militar no Estado, observou-se que ela toma como referência a regionalização do Piauí em “Territórios de Desenvolvimentos”, criada através da Lei Estadual Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007.
- Existe um contraste entre as regiões, no que diz respeito à extensão territorial, número de bairros e população absoluta.
- A região do 5º Batalhão, que compreende a região Leste da cidade, se destaca por apresentar a maior extensão, o maior número bairros, o maior número de habitantes, e por ser a mais impactada pelos crimes de homicídio; no entanto, não apresenta o maior efetivo policial.
- A região do 1º Batalhão se revelou como a área que apresenta o maior efetivo policial, embora apareça dentro desse processo regional como o segundo menor recorte espacial e o menos violento, no que diz respeito às taxas de homicídios.
- Há pelo menos dez anos, a Polícia Militar reduziu sua estrutura operacional na cidade, desativando doze PPOs e quatro Companhias.
- A região do 8º Batalhão foi a mais impactada por esse encolhimento estrutural; ao todo, foram desativados quatro PPOs e uma Companhia.

Por conta de tal realidade, é importante salientar que essa pesquisa analisou a regionalização da segurança pública em Teresina proposta pela Polícia Militar, caracterizando cada recorte espacial da cidade, delimitado por essa instituição, refletindo sobre a estrutura operacional dos batalhões e especializando os crimes de homicídio no âmbito de cada região; no entanto, não se aprofundou nas análises subjetivas desses crimes, uma vez que demandava outras metodologias de abordagem, ampliando demais o escopo da pesquisa.

Convém enfatizar que a análise desses fatores, possibilitou conhecer a regionalização da cidade efetivada pela Polícia Militar, que, mesmo se ajustando ao dinamismo urbano da

cidade, ainda apresenta alguns impasses que precisam ser discutidos: extensão territorial, quantidade de bairros e população absoluta de cada região.

Por fim, embora não tenha sido objeto de discussão nessa pesquisa, reitera-se que os fatores que influenciam direta ou indiretamente na dinâmica dos homicídios na cidade precisam ser identificados, pensados e discutidos, principalmente, pelos Órgãos de Segurança Pública do Estado. Portanto, é com base nesse delineamento que se nortearão o planejamento, as ações e políticas de segurança pública na cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, P. Um pacto para vencer nossa maior tragédia desde a escravidão. In: **Anuário Brasileiro de segurança Pública do Brasil 2015**. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>>. Acesso em: 3 nov. 2016.
- ADORNO, S. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002. p. 267-307. v. 4.
- BALESTRIRI, R. **Treze reflexões sobre polícia e direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/php/dh4.html>>. Acesso em: 1 nov. 2017.
- BARBOSA, A. M. **Integração de polícias civil e militar**. 3. ed. Campo Grande: Contemplar, 2015.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- _____. Ação e estratégias das organizações policiais. **Revista Polícia Militar - O alferes**. Minas Gerais, v. 15, n. 51, p. 37-62, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://revista.policiamilitar.mg.gov.br/periodicos/index.php/alferes/article/view/129>>.
- BEATO FILHO, C. C.; SILVA, B. F. A. da; TAVARES, R. Crime e estratégia de policiamento em espaços urbanos. **DADOS Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687-717, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n3/05.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2017.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça - SENASP - **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasil: Ministério da Justiça, 2002.
- BRAZ E SILVA, Â. M. N. **Entre rios: a modernização e o crescimento da cidade de Teresina (1889-1940)**. 2011.425f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CÂMARA, P. S. **Reflexões sobre segurança pública**. Belém: Universidade da Amazônia. Imprensa Oficial Do Estado do Pará, 2002.
- CARLOS, A. F. C. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, W. P. **Planejamento regional e urbano do território dos cocais: um estudo de caso da gestão urbana em Barras (PI)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. 130f.

CASTRO, F. A. B. **Regionalização, planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): A cidade planejada e a cidade real**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. 229f.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. In: **Perspectivas da geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 71-101.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942 1970 e 1990). Terra Brasilis. **Revista da rede brasileira de história da geografia e geografia histórica**, n. 3, 2014.

_____. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, n. 24, p. 447-460, 2015.

COUTO, G. S. O local e o regional: experiências de planejamento e a intervenção dos atores. **Boletim goiano de geografia**. Goiás (Brasil), v. 29, n. 1, p. 151-162, jan./jun./2009. Disponível em <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/7303>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, R. H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CUNHA, M. A. O Piauí e desenvolvimento regional. In: FAÇANHA, A. C.; CUNHA, M. A. (Org.). **Piauí, desenvolvimento territorial e escala de abordagem**. Teresina: EDUFPI, 2016.

EVANGELISTA, A. M. **A região no ensino de geografia: Fundamentos da prática professoral**. Fortaleza: UFC/Faculdade de Educação, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará – UFC.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

_____. **Desmitificando a geografia: espaço, tempo e imagem**. Teresina: EDUFPI, 2004.

_____. Notas do estado brasileiro, do planejamento e da questão regional. **Geografia publicações avulsas**. Teresina, n. 23, p. 1-20, 2008.

FAÇANHA, A. C.; VIANA, B. A. da S. Planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): notas da Agenda 2015 como plano diretor. **Revista Equador**, UFPI, v. 1, n. 1, p. 60-78, jun./dez. 2012.

GEIGER, P. P. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-25, jan./mar. 1969.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 1967.

_____. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**. Rio de Janeiro, n. 61, p. 51, jun./dez, 1964.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUIMARÃES, F. de M. S. Observações sobre o problema da divisão regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 289-311, jul./set. 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 1950**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em:

<<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coord. / Fundação IBGE, 1970.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENCIONE, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LIMA, G. P. Regionalização do Piauí: estudos cronológicos. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 1-8, 1977.

LIMA, P. H. G de. **Poli-centralidade em Teresina: ocorrência e características**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

LIMA, S. M. F. **A polícia militar entre a prevenção e o atendimento à ocorrência: significados e nexos da prática de policiamento ostensivo em Teresina**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009. 206f.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira: Uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, 1995.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MELARA, E. **A dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria, RS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008. 181p.

NUNES, M. C. P.; ABREU, I. G. de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de. (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

PIAUI. Constituição. **Constituição do Estado do Piauí**. Teresina: Escola do Legislativo, 2013. Disponível em: <www.cge.pi.gov.br>. Acesso em: 3 jan. 2017.

PIAUI. Secretaria de Segurança Pública do Piauí. **Estudos descritivos dos homicídios dolosos ocorridos em Teresina no ano de 2013**. Disponível em: <<http://www.pc.pi.gov.br/estatisticas.php>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Piauí. **Indicadores de criminalidade de Teresina e Piauí**. Disponível em: <<http://www.pc.pi.gov.br/estatisticas.php>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

QUEIROZ, I. da S. A cidade sitiada: da violência consentida ao medo sentido. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

REBÊLO, E. M. de C. G. A urbanização no Piauí. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, n. 1, p. 99-114, jan./jun. 2000.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et alii. **Brasil, século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

ROCHA, A. P. B.; OLIVEIRA, M. S. de. **Geografia regional do Brasil**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

RODRIGUES, A. M. Geografia e violência urbana. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

RODRIGUES, R. da S.; VELOSO FILHO, F. de A. Planejamento Urbano em Teresina. **Revista Equador**, UFPI, v. 5, n. 3 (edição especial 2), p. 340-359, 2016. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SANTOS, L. Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. 323f.

SANTOS, F. de A. **Configuração territorial do Piauí: a base mineral**. In: FAÇANHA, A. C.; CUNHA, M. A. (Org.). **Piauí, desenvolvimento territorial e escala de abordagem**. Teresina: EDUFPI, 2016.

SANTOS, L. Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. 323f.

SANTOS, L. C. de C. dos. Violência e criminalidade: um estudo dos dados existentes em Teresina-PI. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11448>. Acesso em: 30 set. 2016.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, H. O. da; SILVA, J. de S. e. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global, 2005.

SILVA, S. de S.; FAÇANHA, A. C. Planejamento urbano em Teresina (PI): apontamentos para um debate. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças (MT), v. 5, n. 2, p. 50-68, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/142>>. Acesso em 15 fev. 2017.

SOUSA, R. C. **O processo de constituição da política de segurança pública do Piauí, no período de 2003 a 2006**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. 147f.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

TALASKA, A. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Revista caminhos de Geografia Uberlândia** v. 12, n. 37, p. 201-215, mar./2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16437>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEPLAM. **Caracterização do município**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2015.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEPLAM. **Perfil dos bairros**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2016. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/teresina-em-bairros/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEPLAM. **Dinâmica populacional**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014. Disponível em: <emplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/TERESINA-POPULAÇÃO.pdf>. Acesso em: 7 out. 2017.

_____. Lei Orgânica do município de Teresina de 1991. **CAPÍTULO VIII DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO**. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. Lei n. 2114 de 1992. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Lei n. 2960 de 2000. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Lei complementar n. 3560 de 2006. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/lei-organica-teresina-pi>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado**, 1969.

_____. **Plano Estrutural de Teresina**, 1977.

_____. **II Plano Estrutural de Teresina**, 1988.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. **Teresina: Agenda 2015. Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Teresina, 2002.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/ SEMPLAN. **Planos diretores**. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 2002. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/planos-diretores-3>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDEC. **Teresina, 2010**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2010.

_____. Agenda 2030. **Teresina 2000 a 2010: diagnósticos - avanços - desafios**. Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. Prefeitura de Teresina, 2013.

_____. Agenda 2015. **Plano de Desenvolvimento Sustentável - Teresina**. Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. Prefeitura de Teresina, 2002.

TITÃS. Violência. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/titas/violencia.html>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

VIANA, Bastira Araújo da Silva. O sentido da cidade: Entre a evolução urbana e o processo de verticalização. In: **Carta CEPRO**, Teresina, v. 23, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2005.

_____. **A verticalização em Teresina: sonho de muitos e realidade de poucos**. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003.

_____. **A geografia da verticalização na cidade de Teresina**. Monografia (Trabalho Final de Curso/Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2001.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, 2013.

ZALUAR, A. M. Violência e crime. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999, v. 1, p. 15-107.

SITES CONSULTADOS

Disponível em: <<http://www.ssp.pi.gov.br/index.php>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Disponível em: <<http://www.pm.pi.gov.br/index.php>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Disponível em: <<http://siteantigo.pm.pi.gov.br/site/noticias/itemlist/category/8-noticias?start=1498>>. Acesso em: 21 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/11o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Organograma da estrutura operacional da Polícia Militar do Piauí



* O Batalhão foi criado através da Lei nº 6762 de 19/04/2016, encontra-se em processo de construção.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei Estadual nº 6.792 de 19/04/2016.



APÊNDICE II - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

SUJEITOS - COMANDANTES OU SUBCOMANDANTES DE BATALHÕES OU COMPANHIAS DA POLÍCIA MILITAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGGEO)
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

Prezado(a) Senhor(a),

Esta entrevista tem o objetivo de convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada **“SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA URBANA EM TERESINA (PI): discutindo a regionalização da Polícia Militar na cidade”**, desenvolvida por Francisco Jean da Silva Araújo, discente do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha. Peço a sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro, o qual será fonte de pesquisa para a dissertação em andamento. As perguntas elencadas a seguir estão relacionadas à temática em questão e servirão somente para fins acadêmico-científicos. Seu nome ficará em sigilo. Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração.

Atenciosamente,
Francisco Jean da Silva Araújo
Teresina-PI (2017)

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 Há quanto tempo o Senhor trabalha nesse Batalhão ou Companhia da PMPI?
- 2 Qual é a modalidade de policiamento ostensivo é empregada na região desse Batalhão ou Companhia?
- 3 Qual é o efetivo empregado diariamente no policiamento ostensivo na área do Batalhão ou Companhia?
- 4 Quantos Postos de Policiamento Ostensivo-PPOs e Companhias - CIPMs existiam na região desse Batalhão ou CIPM no final da década de 1990, e quantos existem atualmente?
- 5 O batalhão recebe diariamente reforço da polícia de outros batalhões?
- 6 Em relação aos equipamentos de segurança (armamentos, coletes e munições), esses materiais são suficientes para todos os policiais que entram de serviço?
- 7 Quais os bairros que formam a região de atuação desse Batalhão ou Companhia?
- 8 Qual é o efetivo total do Batalhão ou Companhia? Qual o efetivo real, ou seja, aquele disponível para o serviço?
- 9 O efetivo hoje do Batalhão ou Companhia é o ideal? Por quê?

ANEXOS

Anexo I - Síntese dos Planos de Teresina

Plano	Ano	Elaboração	Particularidades / Características	Estrutura
PDLI	1969	Convênio entre Prefeitura de Teresina e a COPLAN, sendo financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU.	Este plano foi elaborado no contexto dos “superplanos” da política urbana de caráter nacional do SERFHAU; Foi feito um extenso e detalhado diagnóstico da cidade neste plano.	O plano está estruturado em seis grandes capítulos ou seções.
I PET	1977	Convênio entre SUDENE, CNPU, PMT com o IPAM (Instituto de Planejamento e Administração Municipal) constituído por uma equipe de Brasília.	Trabalho de revisão e atualização do PDLI; Tinha como perspectiva futura de implantação de suas propostas o ano de 1985, tendo como horizonte de trabalho o espaço de 7 anos, portanto; Os recursos disponíveis para a sua realização foram limitados (em relação ao PDLI).	O plano está estruturado em 3 volumes.
PDDU	1983	Foi elaborado pela Fundação Joaquim Nabuco e o Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento.	Tinha como perspectiva futura de implantação de suas propostas o ano de 1993, tendo como horizonte de trabalho o espaço de 10 anos, portanto; Este plano não foi concluído.	Foram produzidos 4 relatórios para a produção do plano, que terminou não se concluindo.
II PET	1988	Os estudos realizados no desenvolvimento do PDDU, juntamente com o Seminário: Planejando Teresina, ocorrido em 1987, serviram de base para a elaboração do documento.	Primeiro plano urbano de Teresina no período pós-redemocratização; Em 1993, o II PET sofre uma revisão de algumas de suas leis.	E composto por 10 leis.
Agenda 2015	2001 (reinstituído em 2006)	Proposta metodológica lançada no I Congresso da Cidade (30 e 31/08/2001), seguido de dois Seminários Temáticos (03/2002 e 08/2002, respectivamente), finalizando com o II Congresso da Cidade (08/2002) onde o documento foi apresentado.	Plano diretor elaborado no contexto do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), já incorporando os instrumentos previstos neste documento.	E composto por 11 leis.
Agenda 2030	2015	Realização de 2 oficinas com a participação de aproximadamente 1000 pessoas, além dos dados levantados no documento Teresina 2000-2010: diagnóstico, avanços e desafios serviram de base para a elaboração do documento.	Tentativa de atualização da Agenda 2015; Elaborada pensando numa perspectiva de 15 anos; Participação ampla de representações da sociedade civil na sua elaboração, além de uma base de dados atualizada.	E composto por cinco eixos temáticos

Fonte: Rodrigues e Veloso Filho (2015).